

GOVERNMENT OF INDIA
ARCHAEOLOGICAL SURVEY OF INDIA

CENTRAL
ARCHAEOLOGICAL
LIBRARY

ACCESSION NO. 59188

CALL No. 946.905/O.P

D.G.A. 79



CENTRAL ARCHAEOLOGICAL
LIBRARY, NEW DELHI.

Acc. No.....59188.....

Date31-12-257.....

Call No.....946.0905.....

O.P.

O ORIENTE PORTUGUEZ

7.^o ANNO. 1910

N.^{os} 1 e 2

— Janeiro e fevereiro —



REFORMA DA RELIGIÃO FRANCISCANA EM GOA

No seculo XVIII

Em duas provincias separadas e distinctas estava dividida na India a religião franciscana, primeira ordem monastica que n'estas partes regularmente se estabeleceu, sendo que, para demonstrar essa prioridade não é necessario ater-se á velha tradição, que em Goa já corria e anda escripta nas chronicas d'aquella ordem e outras memorias e livros,—dos franciscanos terem aqui entrado com Affonso de Albuquerque, na occasião da conquista em 1510, e logo fundado convento,—tradição que se mostrou sem fundamento depois que se publicaram as *Lendas de Gaspar*

946.905

O.P.



Ref. 954.031

Corrêa, testemunha presencial e, portanto, digna de todo o credito ⁽¹⁾. Denominavam-se essas duas grandes divisões: *Provincia de S. Thomé da India Oriental*, mais antiga, fundada em 1583, mas que sómente desde 1612 usou d'esse titulo, — e *Provincia* (a principio *Custodia*) *da Madre de Deus dos religiosos capuchos na India*, constituída em 1622. *Observantes* e *reformados* eram as denominações, respectivamente, dos frades das duas provincias.

Da primeira era séde o convento (*bello convento*, na phrase de Pyrard, e sem duvida o é) de S. Francisco, na cidade de Goa, o qual ainda está de pé, em muito bom reparo, com o seu magnifico portal de typo manuelino. Possuia esta provincia em Goa, além d'aquelle convento, o collegio de S. Boaventura, o collegio real dos Reis-Magos, com o seu seminario de S. Jeronymo, egrejas e ermidas em Bardez, e, nas terras do Norte e do Sul, conventos, collegios, egrejas e missões.

Da segunda, o convento da Madre de Deus no arrabalde de Daugim, em cujo logar se vê hoje um denso e vasto palmeiral, havendo em Goa mais os conventos do Cabo e do Pilar; e fóra de Goa, conventos, collegios, egrejas e missões, em Angediva, no Norte (entrando Damão e Diu), em Achem e em Macau.

Em successivo e prospero desenvolvimento, determinado pelo fervor apostolico e protegido amplamente

(1) Gaspar Corrêa, *Lendas da India*, II, 146 e 537 — Cunha Rivara, *Igrejas, missões e ordens religiosas na India* no *Boletim do Governo* n.º 62 de 1872, 264-265. — Pe. Philippe Nery de Sousa, *Noticia historica e Leg. da instrucção publica*, 16, n.

da bandeira portugueza, foram os franciscanos crescendo, medrando e prestando benemeritos serviços; mas, pelo tempo adiante «ao espirito da pobreza e abnegação havia succedido a ambição e outras paixões ruins; ao zelo pela propagação da Fé o appetite das cousas mundanas e o amor ao ocio» (1). O que havia mais concorrido para augmentar a relaxação n'essa e em outras ordens, tinham sido as isenções dos regulares, de que muito se abusou e o darem-se-lhes de propriedade muitas missões, para as administrarem quasi independentemente dos arcebispos.

Não é nosso intuito versar aqui este assumpto, de que muito se tem escripto (2), e muito se pôde ainda escrever, joeirando, porém, cuidadosamente chronicas e documentos para que só'passe a verdade e só a verdade. Unicamente nos limitamos a registar que as ruidosas questões em que a miude se digladiavam os franciscanos entre si, e as suas frequentes e azedas controversias com os arcebispos — uma das quaes (caso raro) só chegou a bom termo quando se metteu de permeio uma piedosa mulher (3) — fizeram muito impressivo echo na côrte de Lisboa, a qual, cansada de providenciar, mas sempre infructuosamente,

(1) Cunha Rivara, *Ensaio historico da lingua concani*, 24.

(2) Cit. *Ensaio*, *passim*.

(3) Dando conta ao Marquez de Pombal, das graves discordias havidas entre o arcebispo D. Francisco da Assumpção e Brito e os religiosos da ordem dos franciscanos, dizia, em 21 de abril de 1777, o governador D. João Pedro da Câmara:

«Estando ainda pendentes os ditos recursos sem a final decisão, e na maior força destas contendias se deliberou por si minha mulher, a sr.^a D. Anna Joaquina de Saldanha, hindo á igreja de Santa Ignez, que

para as reprimir e evitar, se viu a final na imperiosa necessidade, entrando de accordo com o poder ecclesiastico, de encarregar da reforma da ordem franciscana o arcebispo D. Fr. Manoel de Santa Catharina, considerado pelo seu saber e respeitado pelas suas virtudes.

A esta reforma se referem os documentos que vamos hoje publicar, e que encontramos n'um livro de registo dos assentos da *Provincia de S. Thomé*, salvo felizmente do desbarato que levaram os preciosos archivos das casas religiosas de Goa.

Comecemos pelo primeiro decreto da reforma, expedido por aquelle arcebispo em 23 de maio de 1784: ⁽¹⁾

«Dom Fr. Manoel de Santa Catharina, dos Religiosos Carmelitas Descalços, por mercê de Deus e da Santa Sé

fica quasi contigua ao palacio do dito Prelado, a enviar-lhe recado que lhe queria fallar, e hindo lhe supplicou que attendesse á paz e socego publico, á consternação, em que se achavão as religiões, que tudo elle Prelado podia remediar, levantando-lhes a suspensão de pregar e confessar, e que ella da sua parte faria com que os referidos provinciaes fossem á presença delle Prelado, render-lhe os devidos e humildes obsequios. Assentiu com prompta vontade o dito Prelado dizendo que elle tambem desejava a paz e socego; que já lhes havia por levantada a suspensão, e que se pozesse silencio em todas as contendas.

Forão com effeito os sobreditos provinciaes e padres mais auctorizados das ditas religiões ter as devidas attensões com o dito Prelado.

Emfim serenou a tempestade: o mesmo Prelado visitou e cumprimentou as duas religiões, achando-se na maior tranquillidade». (L.^o das monções n.^o 157, fl. 348, cit. *Ensaio*, 488).

Como vêm, a espora de nomear D. José Pedro da Camara chamava-se D. Anna ... Mas, Teixeira de Aragão (*Descripção das moedas*... m, 332) dó-o por casado com D. Maria Victoria de Saldanna e Tavora,

⁽¹⁾ D'este decreto, diz o sr. pe. C. C. de Nazareth, existe copia MS. na Bibliotheca Nacional de Lisboa, — *Mitras Lusitanas*, ed. de Lisboa, 336.

Apostolica, Arcebispo Metropolitano de Goa, Primaz do Oriente, do Conselho da Rainha Nossa Senhora, e por ordem Sua Reformador das duas Províncias de S. Thomé, e Madre de Deos &.

A todos os Religiosos Observantes da Província de S. Thomé da India, saude e benção no Senhor.

Sendo os sagrados religiosos o melhor deposito, que a providencia destinou para conservar a religião christã em toda a sua perfeição, assim na puzenza do dogma, e bons costumes, como na observancia da lei, sagradas ceremonias, e tradições dos nossos maiores, he bem patente aos olhos do mundo, que o Patriarcha S. Francisco foi entre os mais Patriarchas, que o Espirito Santo dirigiu para firmarem, estabelecerem, e fortificarem estes sagrados depositos da lei evangelica, o que mais se empenhou na construcção deste novo deposito, desta nova Arca do Testamento, fazendo ver aos homens na régra, que ordenou para fundamento da sua religião, e na pratica dos seus professores, o exemplo mais sensivel, pratico, e o mais conforme á letra, e espirito de toda a perfeição evangelica. Elle fez vêr como se podia observar a pobreza mais exacta, a humildade mais profunda, a mortificação mais austera, o desprezo do mundo, a obrigação mais singular, bem digna dos tempos apostolicos.

Na conformidade dessa mesma providencia, os Padres do Concilio de Trento de todo se applicarão em reformar as sagradas religiões: elles teem posto todo o esforço nos diversos capitulos que a este fim estabelecerão para reduzir as religiões ao seu principio, confiando da sua conservação todo o esplendor da religião christã. Animada deste mesmo espirito, a Rainha Nossa Sr.^a, tendo chegado á sua Real Presença a decadencia em que se achava a religião serafica neste Estado da India, munindo-nos das providencias necessarias, nos tem mandado pela secretaria de Estado, que tomassemos á nossa conta a importante empreza desta reforma.

Ainda que nos temos escusado por duas vezes, parecendo-nos impraticaveis as suas reaes ordens nesta materia pelos motivos, que lhe temos exposto, instando ultimamente nesta monção com ordens mais apertadas, e desejando nós obedecer como fiel vassalo, ponderamos os meios mais suaves de colher copiosos frutos dos nossos trabalhos; procuramos tentar os animos dos professores; inquirimos delles, quaes erão os pontos mais importantes para a reforma; propuzemos-lhes não como juiz, mas como pastor, que a todos deseja aproveitar, os meios mais proprios para o fim que intentavamos, e achamos os animos de todos tão bem dispostos, que nos persuadimos seria facil a execução das reaes ordens. Nesta conformidade passamos a estabelecer o que julgamos digno de reforma, e o mais conforme ao espirito da regra, estatutos, e decretos pontificios.

Devendo ser os membros de huma religião, como membros de hum corpo, os quaes tendo diversos officios, todos elles se unem, e governão pelo mesmo espirito em ordem á conservação do todo, a primeira maxima, que procuramos restabelecer como tão recommendada na mesma lei, he a paz, e união entre os mesmos religiosos; porquanto tendo-lhes bem mostrado a experiencia, que a divisão entre elles tem sido, e he actualmente a origem da decadencia em que se acha a regular observancia, devem todos procurar como principal base dessa reforma abolir de entre si estas parcialidades, (a que o Apostolo chama schisma) e evitar por huma vez os despotismos introduzidos pelos chamados governadores dos capitulos, sizania que o demonio tem semeado nas familias religiosas: devem fallar todos a mesma lingoagem, devem todos ter os mesmos sentimentos, amarem-se como irmãos sem simulação como filhos de hum Patriarcha a que anima o mesmo espirito. Esta paz, e união que o Evangelho santo recomenda a todos os fieis, e o Apostolo a todas igrejas, muito mais deve resplandecer nas familias religiosas, aonde o espirito evangelico se deve conservar em toda a sua pu-

reza, e com singularidade entre huns religiosos, que vivem no meio de huma nação prava, e perversa (circunstancias a que muito attendia o Apostolo escrevendo aos Filippenses) para os obrigar a viver irreprehensiveis, como filhos de Deus em toda a simplicidade christã.

Ainda que tinhamos determinado, pelo que deduzimos das cartas que mandamos vir, providenciar muitos pontos que se notavão em total decadencia, como na recepção dos noviços, na sua educação, do modo da sua approvação, dos exames, que devem fazer antes da profissão, das qualidades que devem ter para serem admittidos a esta; dos votos, e tempo em que se hão de tirar; da regular observancia, sem excepção de pessoas, da assistencia aos officios divinos, da vida comua, assim no vestuario como na comida, do silencio, tempo, e lugares em que se ha de observar, da oração, não ao arbitrio dos prelados, mas sim segundo o estabelecido na lei, da observancia dos votos, particularmente da pobreza, com que se devem tratar os religiosos, não admittindo ao seu uso trastes alheios da sua profissão, do recolhimento, e abstracção dos seculares: da assistencia com que a communidade deve acodir ás necessidades dos religiosos sem faltar a elles, segundo os limites da sua pobreza, principalmente aos enfermos, com que se deve exercitar toda a caridade possivel; como todos estes pontos achamos tratados, e estabelecidos nos seus respectivos titulos, assim nas regras, estatutos, principalmente recopilados nos de Segovia, e decretos dos summos pontífices, nada mais temos, que recomendar a este respeito, senão encarregar as consciencias dos prelados responsaveis no dia de juizo a todas as faltas dos seus subditos, em mandar que tudo se observe, asim como nelles se contém; e para que todos saibão as obrigações do seu estado, cumprão com ellas, e não venhão a condemnar-se pelos mesmos meios, que elegerão voluntariamente para se salvarem, além do cuidado, que cada hum dos religiosos deve ter em ler a sua regra, e estatutos, mandamos, que se leão todos em acto de communidade depois

da publicação deste, no tempo que parecer mais conveniente ao prelado, e se continuem a ler depois de seis em seis mezes. Quanto á vida comua, mandamos, que todos os religiosos, sem excepção de pessoa, comão no refeitório, e não se admitta na comunidade cousa alguma particular de comida, que se não administre aos religiosos.

Attendendo á grande falta, que ha de religiosos asim para o ministerio do côro, como para o serviço do convento, e juntamente a necessidade urgente que se experimenta de religiosos aptos para o ministerio das cadeiras, confessionários, e pulpito, devendo se providenciar huma, e outra necessidade, sem faltar ao que determina o estatuto § 15 = *de juvenibus professis* = aonde se manda, que por espaço de dous annos se conservem no convento, debaixo da disciplina do mestre dos Noviços, nos pareceu conveniente determinar, que os estudos asim da grammatica (sendo necessario), como de filosofia, theologia, e moral se estabeleção no convento de Goa, por se occorrer deste modo a todas as necessidades, sendo uma das principaes não se diminuirem com a applicação dos estudos o fervor e augmento das virtudes, para o que devem permanecer os coristas no noviciado debaixo da disciplina do mestre dos noviços, até se ordenarem de presbyteros utilizando se ao mesmo tempo dos estudos; quando porém a necessidade o pedir pelo numero de religiosos ser maior, se determinará novo collegio em S. Boaventura debaixo da formalidade estabelecida nos estatutos, para o caso de se multiplicarem as casas de estudos.

Todos os professos, que não entrarem na filosofia, serão obrigados a ir á aula de moral, a qual será de manhã, e de tarde, e o padre mestre de moral será obrigado a duas vezes na semana fazer conferencia de moral no tempo em que for mais conveniente, á qual assistirá toda a comunidade, e ainda os que não forem confessores, para se instruirem.

Determinamos mais, que em nenhum caso sahirão fora os collegiaes a pedir esmolas assim na cidade, como nas

provincias, nem a outro serviço do convento, e só poderão sahir a folgar, quando for todo, ou parte do collegio com os seus mestres, ou prelado. O mesmo se executará sahindo a campo, e nos dias de sueto, comtanto que nunca saíão dous collegiaes somente. Poderão sahir a actos literarios, ou aonde for toda, ou parte da communidade. Nunca poderão servir de companheiros fora dos prelados, ou mestres, e isto nos dias da vacancia, e raras vezes. As esmolas se farão sempre, assim na cidade como nas provincias por leigos, ou donatos, e sendo necessarios alguns padres serão destinados para este emprego os mais exemplares.

Nunca sahirão os religiosos fóra sem companheiros (no que se não comprehende aos palacios dos principes) nem poderão prenoutar fora do convento, á excepção das provincias, andando em peditorios, ou estando em alguma licença.

Tendo mostrado a experiencia a grande utilidade que traz consigo o recolhimento de dez dias, alem de ser muito recomendado pelos santos padres e varões espirituaes para a reforma da vida, e augmento das virtudes, determinamos que em cada anno terão os religiosos principiado pelos prelados, ao menos oito dias de exercicios espirituaes. Nesse tempo serão desembaraçados de todas as occupações do convento, assistirão tão-somente a matinas, á oração, disciplina, e refeitório, e em todo o mais tempo estarão recolhidos nas suas cellas, occupados em exercicios espirituaes, com o exame de consciencia, oração, lição segundo as regras, que lhes prescrever o director.

Como a religião tem experimentado não pequena ruina em mandar religiosos pouco instruidos, e experimentados nos assaltos do mundo a servir nas capellarias de Sua Magestade, ordenamos, que de nenhum modo sirvão estes empregos, senão aquelles, que depois de completos os estudos, examinados, e approvados, assim na religião, como pelo ordinario, se julgarem aptos para o dito em-

prego, e não havendo religiosos dessas qualidades, se surpirão as capellarias com clérigos seculares, pagando-lhes a religião o que for justo, até que tenha sujeitos capazes de exercitarem este ministerio, com utilidade asim das proprias almas, como das alheias.

Por nos constar, que ha religiosos pouco instruidos nas cerimoniaes da missa, ainda com nota de seculares, e que alguns delles pela brevidade com que a dizem, se fazem tambem reprehensiveis, exhortamos a todos a ponderarem o alto ministerio a que forão chamados, á reverencia, e profundo acatamento com que devem entrar naquella *Sancta Sanctorum*; e lhes ordenamos procurem gastar na missa ao menos meia hora, segundo a maior parte dos cerimoniaes, e o Padre provincial mandará examinar, ao menos huma vez no seu triennio, de cerimoniaes a todos os religiosos e de presente mandará instruir aos que achar se tem descuidado nessa materia.

Ainda que não he conforme á regra, e estatutos a introduccão, que ha nesta provincia, de ficarem os ex-provinciaes, e diffinidores com a maior parte das missas livres, com grave prejuizo dos conventos aonde assistem, e não menos contra o voto da pobreza, conformando-nos em parte com a mesma introduccão emquanto a religião de todo a não extingue; ordenamos que ao menos daqui em diante moderando esta mesma introduccão, fiquem os padres ex-provinciaes com tres missas de semana, e de domingo, e os padres diffinidores com duas cada semana, e os mais religiosos com a de sabbado.

Por evitar alguns escandalos, que se pode originar da administração em que se acha o palmar de Francisco Rodrigues de Lima, sito em Colvale, ordenamos que daqui em diante o alministre o syndico do convento, visto ter desistido o syndico geral D. Luis Caetano de Almeida no mesmo convento, e este receba o remanecente do palmar, assim como recebe a esmola dos cem xerafins.

Devendo occorrer aos muitos inconvenientes que se seguem da liberdade de tomarem moços os religiosos como

muito lhes parecer, não obstante ser inteiramente contra a regra, e estatutos, os quaes só concedem alguns donatos para o serviço dos religiosos necessitados; determinamos, que assim os provinciaes, como guardiães zelem este ponto como muito importante ao serviço de Deus, e observancia das leis, e sendo necessario concedelos a alguns religiosos caçados, não havendo donatos, que appliquem ao seu serviço, não fique ao arbitrio do religioso tomar moço, mas sim ao do padre provincial, ou guardião do convento que procurarão sejam bem morigerados, e ao menos de vinte annos.

Como tem faltado as casas aonde os religiosos costumavão tomar as suas folgas, e não he justo se falte á recreação dos religiosos na forma do estilo, determinamos, que a casa de Valverde fique servindo para esta religiosa recreação, para o que se mandará concertar, sendo necessario, e no tempo das folgas se repartirá a communidade em dous turnos, hum dos quaes acompanhará o padre provincial, e o outro o padre guardião, e nunca do hospicio de Valverde poderão sahir, assim os religiosos, como os estudantes, sem companheiro.

Para pacificar as consciencias dos religiosos e tirar-lhes a materia de continuas myrmurações, que nos são presentes, e toda a occasião de paliarem a censura de proprietarios, em que muitos incorrem, conservando em seu poder, e administrando as esmolas que adquirem; por não haver (como dizem) syndico apostolico na conformidade dos estatutos, e decretos pontificios, e ponderando juntamente o § 6.º e 7.º do capitulo V da compilação dos estatutos, que tratão das administrações temporaes, que pertencem assim aos padres provinciaes, como aos prelados locaes, julgamos ser contra os estatutos a administração, que se tem introduzido nos padres provinciaes, com exclusão dos guardiães, e reduzindo as taes administrações temporaes aos termos precisos dos mencionados paragraphos, mandamos, que cada hum se contenha nos seus limites;

segundo o que ahi mesmo se expressa, guardando-se a mesma formalidade, assim no dar, como no tomar das contas, e que se eleja effectivamente hum syndico em cuja administração se reponhão todas as esmolas pertencentes assim ao comum da provincia como dos conventos, e de todos os religiosos se algumas adquirirem, para se distribuirem segundo o que ahi mesmo se determina. Haverá mais hum substituto do syndico secular para acodir ás necessidades que occorrerem diariamente. Os padres provinciaes terão toda a vigilancia, e inspecção sobre a administração dos prelados locaes, assim na visita, como fóra della, para os corrigir, e fazer cumprir tudo aquillo em que os achar defeituosos. Outrosi mandamos aos padres provinciaes, e guardiães tenham muito zelo, e vigilancia nas visitas das cellas, que fizerem, para que os religiosos não tenham cousa alguma superflua, e achando algum traste contra o voto da pobreza, o farão logo repor na communnidade, ou mandarão vender para acodir ás necessidades dos religiosos.

E porque pode acontecer não haver pessoa idonea tanto por falta dos cabedaes para assegurar as esmolas dos religiosos, como por não assistir na cidade, para socorrer a tempo as suas necessidades, para que os religiosos não tomem daqui occasião, de ser cada hum syndico de si mesmo, com grave prejuizo das suas consciencias, julgamos não ser neste caso contra o espirito da regra, e estatutos, haver no convento huma cella determinada para o syndico, aonde guarde as esmolas debaixo de sua chave, tendo quando muito a chave da porta de fóra o guardião do convento, ou o substituto do syndico, em cujos termos pode ser syndico qualquer ecclesiastico, ou secular menos abonado.

Recomendamos, e muito oneramos as consciencias dos vogaes, que nas presentes eleições elejão sujeitos mais idoneos, assim em observancia como em letras, e não havendo sujeitos deste character, devem sempre preceder os

que forem mais exemplares, zelosos da observancia, e prudentes.

E para que estas nossas determinações tenham a sua devida observancia, mandamos a todos, e a cada hum dos religiosos, que nos dêem parte de quaesquer transgressões que houverem no cumprimento dellas, para fazermos presente a Sua Magestade o fructo, que tiramos dos nossos trabalhos, a fim de castigar aos delinquentes, segundo o seu merecimento. Outrosim mandamos, que este nosso decreto de reforma, depois de lido em acto de communidade, se registe nos livros do diffinitorio, e nos mais das guardianias, e se continuará a lêr de tres em tres mezes em acto de communidade, e que depois de registados, se passe ao pé deste por attestação do secretario do diffinitorio, e guardiães, de como assim se tem executado, e se remeterá á nossa camara pontificia.

Dado neste nosso palacio da Sé Primacial de Goa, aos 23 de maio de 1784 sob nosso signal e sello — Com a rubrica do Ex.^{mo} e R.^{mo} Sr. D: *Fr. Manoel de Santa Catharina*, Arcebispo Primaz do Oriente. (1)

Logo em seguida ao registo do decreto acabado de trasladar, lê-se esta curiosa nota :

Quem lêr o sobredito decreto, dirá na verdade que tudo quanto nelle determina o Ex.^{mo} e R.^{mo} Sr. Arcebispo Primaz lhe foi inspirado por Deus, mas qual foi o fim, diga o elle mesmo, e diga esta provincia que lamenta até agora os estragos todos que experimentou, e de que o mesmo Ex.^{mo} Prelado foi a primeira origem — *cavete ab his qui veniunt ad vos in vestimentis ovium, iutrinsecus autem sunt lupi rapaces* — (2).

(1) L.^o dos assentos-etc., fl. 153 v. a 159 v.

(2) Fl. 159 v.

Esta declaração não tem data, nem assignatura. Confrontando-se, porém, a letra, com que está escripta, com varias assignaturas que no citado livro se encontram, pode-se concluir que é de fr. Antonio da Penha de França, ao tempo 3.º definidor e mais tarde famigerado provincial da ordem.

Não seria facil rastejar o motivo d'essa declaração, se não viesse um documento, bastantes annos depois, revelar o character de fr. Antonio da Penha de França e o seu odio ao arcebispo D. Fr. Manoel de Santa Catharina.

Mandou-o este uma vez reter preso, por graves culpas, no convento da Madre de Deus. Restituído á liberdade, fr. Antonio não se emendou, antes se desenfrenou nos seus excessos, e queixou-se á cõrte. Ouvido, o arcebispo informou que o queixoso, já ex-provincial, era intrigante, falsario, sedicioso e perturbador, merecedor de exemplar castigo, comprovando-o com varios factos. Como resolução da queixa, veio da cõrte a provisão do Conselho Ultramarino, de 1 de abril de 1803, mandando que o arcebispo, de accordo com o governador, castigasse severamente a fr. Antonio da Penha de França e os mais religiosos.... (1)

Está, pois, explicada cabalmente a nota, a que nos referimos.

(Continúa)

J. A. ISMAEL GRACIAS.

(1) L.º das monções, n.º 133, fl. 515; cit. *Ensaio*, 490.

MONUMENTOS A VASCO DA GAMA, EXISTENTES EM GOA



Podem e devem, certamente, os *retratos* e as *estatuas* ser considerados monumentos históricos, que recordam aos presentes e aos vindouros a existencia dos grandes homens que representam. E é assim que existem em Goa alguns monumentos que memoram o prestigioso vulto do egregio Vasco da Gama, o famoso descobridor do caminho marítimo da India e seu 2.º vice-rei.

Consistem taes monumentos em vistosos retratos e estatuas, dos quaes alguns foram erguidos e inaugurados para commemorar o centenario do mesmo descobrimento, servindo outros de elementos historicos ou decorativos dos lugares onde permanecem, e todos são significativas reliquias dos seculos preteritos.

Não será pois inutil deixar aqui registado tudo quanto respeita a essas antigas reliquias, que actualmente são verdadeiras preciosidades. E passando a tratar primeiramente dos retratos de Vasco da Gama, feitos e existentes em Goa, farei depois menção de suas estatuas, tambem existentes em Goa.

Retratos

Em 1547, se fez em Goa o primeiro retrato do 6.^o governador da India Vasco da Gama, para ser collocado, entre os dos seus antecessores n'uma das grandes salas do antigo paço dos vice-reis. Fôra debuxado por Gaspar Correa, que, nas suas *Lendas da India* (a), conta quando e como se iniciaram os primeiros retratos da galeria dos antigos vice-reis e governadores da India, dizendo o seguinte :

O governador (D. João de Castro) como era curioso de fazer cousas memoraveis que ficassem per sua lembrança, pareceo-lhe bem fazer alguma memoria dos governadores passados. E chamou a mim Gaspar Correa, por ter entendimento em debuxar, e porque eu lá tinha vistos todos os governadores que tinham governado nestas partes ; e me encomendou que trabalhasse por lhe debuxar per natural todos os governadores per natural. No que me ocupei com hum pintor homem da terra, que tinha grande natural, o qual pela informação que lhe dey os pintou de natural de seus rostos, que quem os primeiro vio em vendo sua pintura, logo os conhecia. Onde tambem o governador se mandou pintar natural, assy armado como entrara no triunfo (b). E todos foram pintados em tavoas cada hum apartado asy, em grandes corpos, e todos armados em cosçoletes, e alguns nas proprias armas em que se armavão, e em cima roupas de sedas pretas, com pontas e passamanes d'ouro e muito louçaõs, com suas espadas riquas e acima de suas cabeças os escudos de suas armas

Este retrato, que na galeria dos vice-reis e governadores occupa o sexto lugar, esteve sempre na sala do paço dos vice-reis na cidade velha de Goa, tendo vindo para o palacio de Nova Goa, depois do anno de 1840, quando aquelle paço ficou inteiramente abandonado por estar em ruinas, continuando o retrato a estar actualmente na sala de docel do palacio do governo nesta capital.

(a) Tomo iv, pág. 596.

(b) E' referencia a victoria de Diu.

E' retrato em corpo inteiro com a cabeça coberta, a mão direita segurando o bastão, a esquerda apoiada n'um capacete, tendo o habito de Christo pendente em fita ao pescoço, ao lado as suas armas e por baixo o seguinte letreiro :

O V. REY D. VASCO DA GAMA, O 1.^o QUE COM
O TITULO DE CONDE PASSOU A ESTE ESTADO,
TENDO SIDO DESCOBRIDOR DA INDIA, EM O ANNO
DE 1499. SUCCEDEU NA GOVERNANÇA Á D.
DUARTE DE MENEZES EM O ANNO DE 1524. GO-
VERNOU SOMENTE TRES MEZES E FALECEU
EM COCHIM.

Em 1597 (a), querendo o Senado da Camara de Goa celebrar o 1.^o centenario do descobrimento da India, desse glorioso successo que tamanha revolução fez nos destinos de muitos paizes e povos, resolveu em sessão de 2 dezembro daquelle anno, collocar na sua principal sala o retrato de Vasco da Gama = para memoria de seus illustres feitos = para o que mandou pintar o seu retrato a oleo, pelo modelo do que existia no paço dos vice-reis.

Esse retrato, segundo diz o chronista Diogo do Couto, estava em hum painel, feito a oleo, do seu tamanho, muito

(a) Para quem fizer reparo em a circumstancia de que 1597 não era anno centennial do descobrimento da India, direi com Thomaz Ribeiro na dedicatoria do *Mensageiro de Fez*, que o anno de 1599 é o verdadeiro centenario de gala do descobrimento da India, porque foi em 1499 que chegou ao Tejo a fausta noticia e o descobridor Vasco da Gama; e só então em Portugal foi gala. Nos dois annos anteriores havia esperanças, sim, mas principalmente duvidas, receios e tristezas; Os tres annos mereciam ser festejados: 1597 — o emprehendimento; 1598 — o advento; 1599 — a boa nova.

bem retratado ao natural, com suas molduras douradas, com columnas pelas ilhargas tambem douradas... (a)

Foi esse retrato inaugurado e collocado no lugar que lhe estava destinado na sala das sessões do Senado na cidade velha de Goa, effectuando se a pomposa solemnidade no dia 25 de dezembro de 1597, com assistencia do vice-rei D. Francisco da Gama (bisneto do 1.º Almirante do mar das Indias) e dos capitães, fidalgos e principaes cidadãos de Goa, tendo nessa occasião recitado a oração panegirica o mesmo chronista Diogo do Couto, que a publicou nas suas *Decadas* (b).

Existiam por tanto em Goa, desde os fins do seculo xvi —epoca em que foram feitos — até ao meado do seculo xvii sómente dois retratos historicos do inclyto Vasco da Gama, sendo um n'uma das salas do palacio dos vice-reis, formando parte da famosa galeria dos retratos dos vice-reis e governadores da India, e outro na sala dos paços do Senado, fazendo companhia aos retratos de outros tres heroes, que eram os governadores Affonso de Albuquerque, D. João de Castro e D. Luis de Athayde.

Em 1634, o capitão Pedro Barreto de Resende, que estava na India servindo de secretario particular do vice-rei Conde de Linhares, começou a fazer uma fiel copia dos retratos illuminados dos vice-reis e governadores, que então existiam no palacio do governo na cidade velha de Goa, comprehendendo nessa copia o retrato de Vasco da Gama e juntou os todos em um livro inédito, intitulado «Breve tratado, ou epilogo de todos os vice-reis que tem havido, no estado da India...» Mas esse livro não ficou na India, e por isso nada mais ha que dizer d'elle.

Em 1777, o arcebispo D. Francisco da Assumpção e Brito, que assumira o governo da archidiocese de Goa,

(a) Dec. xiii, cap. xv, pag. 113.

(b) Cit. Dec. e cap. pag. 114 a 119.

em fins do anno de 1774, levado não se sabe porque motivo, mandou tirar uma nova copia do retrato de Vasco da Gama, que fosse conforme ao que existia na galeria do palacio dos vice-reis, mas com dimensões pouco menores; e a remetteu para Portugal.

Não ficou em registo o nome do artista que fez esse retrato, o qual não existindo em Goa, nada ha mais que falar d'elle. Comtudo terei occasião de fazer-lhe referencia adiante.

Em 1841, estando em Goa, José Maria Delorme Collaço, servindo de ajudante d'ordens do governador da India José Joaquim Lopes de Lima, copiou, a cores, todos os retratos da galeria do palacio de Pangim inclusive o retrato de Vasco da Gama, principiando a publical-os em Portugal em um livro illuminado com o titulo de «Retratos dos Vice-Reis e Governadores da India Portugueza».

Tambem deste retrato não ha mais que dizer, porque não ficou em Goa.

Tornemos agora ao retrato mandado fazer pelo arcebispo Assumpção e Brito, que, como sabemos, tendo-o remettido para Portugal, ali foi publicado primeiro na curiosa collecção de «Retratos e Elogios de Varões e Donas» e depois nas duas edições do «Roteiro de Vasco da Gama»

Em 1871 por occasião da inauguração do «Instituto Vasco da Gama», fundado nesta cidade, foi em Goa trasladado aquelle retrato para a tela pelo Visconde de Bucellas, Candido José Mourão Garcez Palha, e offerecido ao mesmo Instituto, em cuja sala das conferencias esteve por alguns annos até a extincção do Instituto, passando depois

para uma casa particular, onde actualmente está padecendo alguns ataques de avaria, e onde tambem está o retrato que pertenceu ao antigo Senado.

Como já se disse, existiam na sala dos paços municipaes da cidade quatro retratos dos primeiros governadores da India, pintados sobre taboa, de pé e de tamanho natural, representando Affonso d'Albuquerque, Vasco da Gama, D. João de Castro e D. Luis d'Athayde; mas esses quadros, que em 1682 quando estavam na cidade velha de Goa haviam sido retocados pelo pintor Antonio Furtado, por estarem mesmo então um tanto arruinados, ficaram com a acção do tempo e do descuido completamente estragados depois que, em 1847 ou 1848, foram transferidos para a casa da Camara em Pangim.

Em 1872, a Camara municipal das Ilhas de Goa — successora do antigo Senado—obteve do artista Pedro Paulo Fernandes, de Mandur, a feitura de quatro novos quadros —obra do mesmo pintor—de menores dimensões, para ornamentarem a sala das suas sessões, onde actualmente estão. Representam D. Francisco de Almeida, (em substituição de D. Luis de Athayde) Affonso de Albuquerque, D. Vasco da Gama e D. João de Castro. Os traços phisionomicos de todos os quatro, são muito semelhantes aos dos respectivos retratos da galeria do palacio do governo, com a differença, porém, que o retrato de Vasco da Gama não tem o brazão do descobridor da India, e o bastão não está erguido, mas voltado para baixo com o braço direito estendido.

Em 1891, finalmente, quando pelo governador Francisco Maria da Cunha foi creada e estabelecida em Goa uma secção da Sociedade de Geographia de Lisboa, foi, por iniciativa da mesma secção, feita uma reproduccão, pela photographia, de todos os retratos da galeria do palacio

de Pangim, em que ficou incluído o retrato de Vasco da Gama. Devido aos trabalhos dos artistas Souza & Paul se fizeram tres lindas collecções desses retratos, das quaes duas ficaram em Goa, e uma foi remettida para o museu da mesma benemerita Sociedade de Geographia. Dos dois excellentes albuns que ficaram em Goa, existe um na Bibliotheca Nanional de Nova Goa.

Estatuas


Em o numero immediato desta Revista falarei largamente das duas estatuas commemorativas do inclyto Vasco da Gama, datando a sua existencia em Goa, uma dos fins do seculo xvi, e outra dos fins do seculo xix.

J. M. DO CARMO NAZARETH.



GALERIA DOS MARTYRES FRANCISCANOS

NO CONVENTO DE S. FRANCISCO D'ASSIZ EM GOA

o claustro d'este grandioso convento vêm-se pintados nas paredes quadros, representando, embora com tosco pincel, o martyrio dos religiosos da Ordem por todo o Oriente, quadros que felizmente têm resistido á accção do tempo. Magníficos e eloquentes, os exemplos do zelo e fervor pela propagação da Fé, de abnegação e sacrificio, que resaltam d'esse memorial iconographico, descripto nas respectivas legendas, e que redundam em honra e gloria da antiga e benemerita religião do Seraphico Patriarcha! Aqui as offerecemos aos leitores do *Oriente Portuguez*:

I

O V. Ir. Fr. Antonio Leygo andando no cerco da cidade de Chavl com hv crvcifiso nas maons animando aos soldados catholicos para a peleja e defensa da religião christã foi morto pelos infieis em odio da fé as cutiladas e lançadas aos 7 de 8br.^o de 1560.

II

O V. P. Fr. Martinho de Gvardião instando-lhe os mouros da Costa da Pescaria que largasse a fé do Xp.^o e fosse seu sacerdote; e offerecendo-lhe ricas dadivas, uendo que tudo despresava e só muito confessava a ley evangelica o matarão fazendo lhe o corpo em pedaços aos 27 de dez.^o de 1552.

III

O V. P. Fr. Estevão hindo de Goa para Cochim foi captivo pellos Malabares e por confessar constantemente a fé catholica o matarão cruelmente as lançadas aos 21 de 8br.^o de 1551.

IV

Os VV. PP. Fr. Braz Palomino e Fr. João de Palma depois de terem semeado nas Ilhas de Malvcas o grão evangelico e colherem no celeiro d'igreja o fructo da sementeira, forão mortos pelos movros em odio da ley, e fé que pregarão aos 16 de jan.^o de 1612.

V

Mostrou Deos a gloria das almas do V. P. Fr. Manoel do Desterro, e Fr. Francisco da Conceição Leygo na incorruptibilidade dos seus corpos em premio do feruor com que publicarão no Reyno do Achem, no anno de 1638 a fé de Jesus Xp.^o, que comprouarão com o desprezo nas riquezas e regalos, que os mouros lhes offreciavão para dezistirem da ley e do santo ministro que exercião, e resignação com que soffrerão, que seus corpos fossem despedaç.^{os}.

VI

No Reyno de Candia da ilha de Ceilão no an.^o de 1694 padecerão glorioso martirio os VV. PP. Fr. Lucas Co-

mis.^o Assist.^o no m.^o districto, Fr. Simão da Luz, Fr. Manoel Per.^a, Fr. Francisco das Chagas, e Fr. Francisco Contreyras, dos quaes o primeiro depois de receber m.^{tas} feridas atado a um poste foi trespass.^o com setas, e os mais forão mortos no campo pelos infieis com uarios torm.^{tos}, menos o ult.^o, que depois de bem fer.^c estando prezo a hum estaca, da qual exortaua os seus companheiros a firmeza na fé, e o premio della, os accompanhou tb^m na morte.

VII

Os primeiros religiosos que no anno de 1500 vierão de Portugal para a conquista espiritual da India, na armada, que comandaua Pedro Alvares Cabral, forão os sete VV. Fr. Gaspar, Fr. Francisco da Cruz, Fr. Simão de Guimaraens, Fr. Luiz do Salvador, Fr. Masseo Sacerdotes, Fr. Pedro Nero Corista de Ordens Sacras, e Fr. João de Virr.^a (1) Leygo, dos quaes tres forão degolados em odio da fe pelos mouros em Calicut aos 16 de novembro do mesmo anno, e os outros quatro depois converterem aos Reys de Cochim, Calicut, Cananor, Narzinga e hum numero grande de gentios, forão tambem mortos pela confissão da fé que prégavão aos 3 de abril do an.^o de 1520.

VIII

Na era de 1321 cento setenta e seis annos antes do descobrimento da India prégando a fé de Xp.^o em a cidade de Taná, os BB. Fr. Thomaz de Tolen.^o (2) e Fr. Jacob de Padua, sacerdotes, Fr. Demetrio e Fr. Pedro de Senis, leigos, depois de soffrerem tormentos em odio da mesma fé, forão pelos mouros presos a umas estacas,

(1) Vieira?

(2) Tolentino.

aonde lhes applicarão quantidade grande de fogo p.^a os queimarem, porem vendo que as chamas miraculosamente se retiravam dos seus corpos, deixando-os illezo, á violencia das fleixas e lanças conseguirão a coroa do martirio.

IX

Os SS. Fr. Berardo de Cardio, Fr. Pedro de S. Geminiano, e Fr. Othon, sacerdotes, Fr. Adjuto e Fr. Accursio, leigos, forão os primeiros que na Cidade de Marrochos do Imperio de Miramolim pregaram a lei evangelica e nella pela fé de Xp.^o soffreram rigorosos tormentos até que enfureceu o proprio imperador de os ver tão constantes, os degolou com a sua mão no seu mesmo palacio, ordenando, ao depois que os corpos dos martyres alem de serem arrastados pelas ruas e praças publicas fossem no campo despedaçados para pasto das aves e feras. Mereceram a gloria do martirio estes inclitos athlantes da fe catholica e primeiros martyres da Ordem Seraphica aos 26 de janeiro de 1220.

X

Os VV. PP. Fr. Martinho da Guarda Gam ⁽¹⁾ de Ceilão, e Fr Luiz seu companheiro sendo presos pelo rei do mesmo reino os mandou martirisar em odio da fé com varios tormentos até que lhes cortarão a cabeça. Aos 11 de abril de 1552.

XI

Os VV. Ir. Fr. João Corista e seus companheiros vindo por obediencia da cidade de S. Thome para a de Goa forão presos pelos malabares, e cruelmente mortos em odio da fé aos 13 de ag.^o de 1560.

(1) Guardião.

XII

O V. P. Fr. Constantino por confessar a fé do Xp.^o no imperio do Grão-Mogol foi levado ao tormento dezeseite vezes e vendo a sua admiravel constancia lhe cortarão a cabeça da qual com celebridade miraculosa buscou a região celeste mostrando que o martirio encaminhava a sua alma a gloria da bemaventurança no anno de 1671.

XIII

O V. P. Fr. Francisco pregando a fe de Xp.^o em Manica foi pelos cafres cruelmente morto aos 5 de agosto de 1559.

XIV

Os VV. PP. Fr. João Gam ⁽¹⁾ de Cochim e Fr. Xisto vindo para assistir ao capitulo que se celebrava em Goa forão captivos pelos malabares que em odio da fé os matarão, lançando-os no mar. Aos 28 de ag.^o de 1560.

XV

O V. P. Fr. Melchior natural de Lz.^a Custodio que foi desta provincia estando baptizando um grande numero de gentios em Jafanapatão foi morto em odio da fé pelos mouros ás cutiladas. Aos 17 de 7br.^o de 1550.

XVI

O V. Ir. Fr. João Corista vindo por obediencia de Ceilão para Cochim foi prezo pelos piratas malabares, e martirisado em odio da fé as cutiladas. Aos 23 de ag.^o de 1559.

Conego FRANCISCO XAVIER VAZ.

(1) Guardião.

O CONVENTO DE S. DOMINGOS

E

A CONFRARIA DO ROSARIO EM DAMÃO

(Conclusão da pg. 394 do vol. VI)

VIII

O convento de S. Domingos e a praça de Damão no começo do seculo XIX.

**Registo da carta que a confraria escreveu ao Vigario Geral
Fr. Manoel de S. Joaquim, Padre Mestre.**

Ill.^{mo} e R.^{mo} Sr. Vigario Geral Pe. Me. Fr. Manoel de S. Joaquim. Tendo a confraria de N. S. do Rozario erecta no convento do Patriarcha São Domingos desta Praça occorrido, como lhe tem sido possivel, aos indispensaveis concertos do mesmo convento, sem os quaes não teria justamente escapado á voracidade das ruinas que destruirão quasi todos os edificios da mesma Praça, reparando do seu proprio peculio huma grande parte do tecto da igreja que se tinha deluido (*sic*), não tem comtudo podido occorrer á sachristia que se acha totalmente arruinada, de maneira que he preciso ao sacerdote que vem celebrar o santo sacrificio da missa hir-se revestir á igreja, no que não tem cuidado os religiosos que, com longo intervalo de

huns a outros annos, tem vindo dessa capital para vigario do dito convento, porque hum chamado Fr. Henrique (de S. José de St.^a Warné), em vez de consertar o tecto do claustro, desmanchou-o e vendeo todo o madeiramento assim como converteo o arrendamento de hua hortinha que anda arrendado; e outro chamado Fr. Matheus que foi o ultimo (não encontramos o seu nome) que veio e que nem rezidio no dito convento e sim no de S. Francisco, tão bem de nada cuidou, mais que em arrecadar o rendimento da mesma hortinha e retirar-se para essa capital não lhe tendo athe o prezente succedido outro algum religioso e menos tem os dignissimos antecessores de v. r.^{ma} dado providencia alguma, apezar das representaçoens vocaes que a mesma confraria lhe tem dirigido pelos mesmos religiosos e outras muitas pessoas que daqui tem hido, nem mesmo o R.^m Vigario Geral, Pe. Me. Fr. Joaquim Manoel de S. Anna, se dignou em responder a carta que a dita confraria lhe dirigira, representando-lhe a triste situação em que jaz o sobredito convento, pedindo-lhe as providencias que precisava. O limitado patrimonio da sobredita confraria, que prezentemente não passa de algumas rupias postas a juros para com estes se hir fazendo as respectivas despesas, não chega para suprir as do convento; nem no estado actual desta praça, he praticavel o expediente de alguma subscripção a que já se recorreo n'outro tempo, *pela total falta de irmãos, em razão dos poucos habitantes christãos que ha nella.* Em cuja circumstancia roga a v. r.^{ma} que pela sua conhecida charidade, zelo e virtudes não deixará de interessar-se na conservação do referido convento, se digne em mandar algum religioso com dinheiro suficiente para o preciso reparo do mencionado convento, sem o que infalivelmente virá abaixo a sachristia e por consequencia acontecerá o mesmo desastre ao resto do convento; assim como praticou o R.^m Prelado Provincial do de S. Francisco, que enviou ao Pe. Me. Fr. Luis dos Remedios trazendo dinheiro para consertar, como consertou o convento desta praça, o que se não fizera, já

estaria cahido. Quando porem a providencia pecuniaria que nós exigimos, não seja compativel com as forças desta religiosa comonidade, ao menos digne-se v. r.^{ma} o pedir que conceda os quarteis que S. Magestade costuma dar ao convento de S. Domingos desta praça que se achão cahidos para aplicar-se ao referido conserto e neste cazo hum religiozo he de absoluta necessidade vir a esta praça para promover melhor esta arrecadação deste Adjunto. Igoal, para animar a esta christandade ao culto divino em huma igreja em que este povo tem especial devoção. Nós já quizemos lançar mão do conserto ao menos da sachristia applicando o rendimento do varó (?) de dois annos para este fim e falando ao rd.^o Pe. Prior do convento de S. Agostinho, Fr. Zeferino do Amor Divino, pois a nós respondeo que elle não tinha ordem de Goa para applicar este dinheiro para tal fim, por tanto pedimos a v. r.^{ma} que authorize ao referido Pe. poder dispensar a renda de dois annos do referido varó para o mencionado conserto: bem como o rendimento da cerca do mesmo convento, posto que tudo junto seja muito pequena quantia, comtudo nos obrigamos a fazer o conserto só da sachristia do melhor modo possivel para conseguir o reparo della. Espera pois a confraria das piissimas intençoens, conhecida charidade, zelo e virtudes de v. r.^{ma} o dignar-se em annuir a esta justa requisição dando huma das providencias exigidas, cuja resposta esperamos que nos dirija com brevidade, visto o inverno temos quasi á porta, e o que temos de fazer se deva lançar a mão antes.

Deos gue. a v. r.^{ma} m.^a an.^s. Damão no Consistorio da confraria de N. S. do Rozario em Meza della, de 9 de fevereiro de 1819—(a) *Fr. Zeferino do Amor Divino e Campos* (1) e mais 9 assignaturas. (Fl. 91 e 93. do cit. Liv.).

(1) Este frade não era dominicano, pois entre os annos 1813 a 1820, não havia vigario algum no convento, e para supprir a falta, nomea-

IX

A confraria do Rozario não podendo permanecer no convento S. Domingos por causa da sua completa ruina, receiando que o tecto desmoronasse, como aconteceu com o tecto do convento de S. Paulo, dos jesuitas, e a igreja da Misericórdia, edificios proximos áquelle convento, delibera a sua transferencia para a capella, proxima da casa do antigo Senado, uma das mais lindas da India, que antigamente era da invocação da Mãe de Deus, onde essa confraria tem feito varios melhoramentos ⁽¹⁾. Eis o termo :

Aos 25 de fevereiro de mil oitocentos vinte e cinco, sendo junta a meza da santa confraria de N. S. do Rozario no lugar proprio procedido os avisos do estilo, e achando-se ella em seu perfeito acordo foi nella proposto em como tendo a mesma, colocada em hum dos altares

va-se «*Vigarios encomendados*», como foi tambem Fr. Luis da Conceição (1814). Est'outro pertencia ao convento de N. Sr.^a da Graça (augustinianos). Em consequencia d'esta carta, os dominicanos enviaram de Goa como vigario a Fr. Antonio Rapozo do Amaral, que foi o ultimo. Existe no cit. liv. a pg. 93 uma nota da cobrança por elle feita em 1-10-1820, de 4 mil rupias do baniane Caramachande Arcachande. Acerca d'este frade veja-se o nosso artigo «*Tropas Inglesas em Damão*», publicado n'esta revista, vol. II, pg. 380. No vol. I das *Noticias e Doc. para a Historia de Damão*, pg. 126, vem uma relação dos vigarios d'este convento desde 1711 a 1822.

A fl. 79 do cit. *Liv. dos termos das eleições e assentos da Conf. do Rozario*, encontramos o nome e assignatura do proprio punho de Antonio Manoel de Mondotogui (1797) e por ella se conhece que o sobrenome Mantegui (vide Bocage) é errado, ou que a sua satira se extendia ate ao appellido de D. Anna Jacques de Mondotogui, de Damão.

(1) A confraria do Rozario em 1905 tinha o fundo de 5.127 rupias. Do officio de 12-10-1833, transcripto a fl. 101 v. do cit. liv. vê-se que Julião José da Silva Vieira, governador, general em-chefe da

colateraes da igreja de N. S. de Vitoria no convento de S. Domingos, sita nesta Praça com precisas conceções, estabelecido o cofre ligado a preceitos compromissorios, sendo seu fim unico de manifestar o culto divino e dahy esperando o bem das almas dos seus membros, festejando certos dias em louvor da mesma Senhora, continuação de missas cantadas e rezudas, esmolos e mais obras pias e se acha actualmente esta santa pertença privada a sua continuação no letargo consideravel, sendo o seu motivo a existencia do funcionario da dita igreja, maiormente o imminente perigo com que ameassa o tecto da mesma igreja e suas partes correspondentes, como sejam a caza da mesma confraria e as que servião para guardar os ornamentos assim como a samchristia, tudo no mais deploravel e ruinozo estado, ficando por estes motivos paradas todas pen-

cidade de Damão, era nomeado pela dita confraria, protector d'ella, e nelle pede á mesma um. «enprestimo de duas mil settecentas rupias chirinas ao cofre da Fazenda Real desta Praça pela prezente urgencia em que ella se acha».

O governador Rafael Florencio da Silva Vidigal por seu officio de 13-2-1843 pediu mais um emprestimo, com permissão do governo geral, (officio n.º 75 de 9-11-1842) de «setecentas rupias, com applicação á factura d'um cemiterio», — fl. 177 cit. liv. da confraria.

O Prefeito Bernardo Peres da Silva, por seu officio de 22-4-1836, ordenou a remessa de todos os livros attinentes áquelle cofre, bem como mandou proceder á avaliação de todos os trastes e utensilios que lhe pertenciam, — fl. 107.

A meza da confraria requerêu ao Prefeito Peres, em 27-9-1837, que mandasse que na Feitoria «se forneça a guarda militar para a festa da Sr.ª, cartuxos para as descargas na forma da pratica», e teve o seguinte despacho: «Remettida á commissão da fazenda publica. Damão 27-7-1837. *Peres*». Seguiu este *Parecer*: He pratica fazer descargas para festa da Sr.ª do Rozario, portanto parece, que se pode authorisar ao chefe militar fazer as descargas do costume e levar-lhe em conta a polvora que gastar, sendo necessario mandando elle requisitar na Feitoria. Damão em sessão de 29-7-1837». — *Mello-Ozorio* — *Soares*. — *Despacho*. «Indêferido, por ser abusiva a pratica

ções forçadas e irremediavel por esta meza por sua incapacidade e tenuidade do fundo do mesmo cofre, tendente em pronosticar igoal successo como o visto na igreja de *Misericordia e S. Paulo*, o que tudo ponderado com madura consideração se *deliberou dezanear da desta e collocar na capella de Mãe de Deos* e se servir desta como sua particular, mesmo como erecta a esse fim, estabelecer

de que faz menção a comissão da fazenda publica. Damão 28-7-1837 — *Peres. — Replica* — O Procurador da confraria requereu que da feitoria lhe fôsem vendidos 144 cartuxos «que tanto se precisa para distribuir as 48 praças que ha de compor a guarda militar»; o que foi deferido pelo Prefeito,—fl. 110., cit. liv.

As 3 unicas reliquias que existem em Damão, do convento de S. Domingos, são as seguintes: A imagem da SS. Virgem do Rozario que no dito anno de 1825 foi conduzida processionalmente e com grande pompa do convento para a capella da Mãe de Deos, como reza a tradição,—o seu pulpito com essa inscripção — *Haec est Regina praedicatorum cujus Rozarium in terris praedicamus*— está collocado na egreja parochial da Sr.^a dos Remedios; — e um antigo e lindo quadro da *Rainha dos Anjos*, posto na sala da entrada da nossa casa por nosso avô, que, como provedor d'esta cidade por carta regia de 2-6-1834, teve ordens para dismantelar o convento de S. Domingos e proceder á reforma do mosteiro para servir de cadea publica, com a obrigação dos seus successores mandarem rezar uma missa annual em louvor da dita Sr.^a em 2 de agosto, dia em que no convento se prestava homenagem á mesma. A imagem da Sr.^a, no referido quadro, está circumdada por 59 cherubins e tem a seguinte *Ladainha*: cada invocação com um desenho apropriado:

Regina Angelorum	Quasi platanus	Lilium cõvalium
Domina Angelorum	Quasi ciprestus	Porta clausa.
Electa ut sol	Quasi oliua	Ipsa conteret caput tuum.
Pulchra ut luna	Templum Dei	Sine macula speculum.
Porta Coeli	Civitas Dei	N. B. No fundo do quadro ha uma
Stella Maris	Flos campi	inscripção illegivel que tem
Scala Coeli	Fons signatus	o seguinte apenas: «G.
Quasi Palma	Turris David	<i>Carlos multi tibi nominis etc.</i> »
Quasi Cedrus	Hortus conclusus	O quadro tem de cada lado,
Quasi planta floresa	Puteus aquarum	um metro e meio.

o regime com que arezuadamente seguia o mesmo cofre e suas operações convenientes o seu requerimento nos lugares competentes, e com effeito em virtude deste assento havendo por ratificado todo proposto narrado, especificado em sima, se nomeou a Domingos do Rozario Pinto por procurador para procurar nesta deliberação da meza, o que conseguido apresentará sua folha de despeza jurada para levar em conta, igoalmente se determinou que passasse o razo para o thesoreiro adiantar-lhe a quantia de dez rupias, outorgando para a dita consecução todos os poderes necessarios na melhor via e forma de direito agravar, apellar das decisoens em contrario, jurar de calumnia e outro qualquer licito juramento, propor acçoens contra quem competir e defender as que outrem propuzerem atinente a esta deliberação rezervando para sy a primeira citação da nova cauza contra sy imediatamente de que se fez este assento etc. (a) *Nicolao Caetano de Menezes e Silva*, Presidente — Seguem outras assignaturas.

A casa conventual com a sua espaçosa horta e mais bens, foram vendidos em hasta publica judicial no dia 27 de julho de 1827, sendo ouvidor e corregedor d'esta comarca o dito Domingos do Rozario Pinto. Promoveu essa venda o revdo. guardião do convento de S. Francisco de Damão, Fr. José da Congregação, (este nome está mal posto pelo escrivão, pois o padre guardião chamava-se Fr. José da Conceição) na qualidade de «procurador da comunidade religiosa dos dominicanos da cidade de Goa». Esses bens foram comprados por Constantino Filippe Rodrigues, de Damão pequeno. O seu actual possuidor é o mouro Hajcc Mussagy Ibramo Mangá.

Damão.

ANTONIO FRANCISCO MONIZ.

MUDANÇA DA CIDADE DE GOA

PARA

MORMUGÃO

(Porque, como e quando se tentou fazer a mudança)



ão é, a nosso vêr, muito facil quando se não disponha de tempo e recursos necessarios, encontrar assumpto de verdadeiro e palpitante interesse archeologico, e, como tal, disperte a attenção dos que se deleitam em vêr narrados factos e feitos que d'alguma forma ligam com o nosso glorioso passado no Oriente.

Haverá ahi alguém que se não sinta possuido de um certo orgulho em ser filho da briosa nação luzitana? Quem dentro do peito sinta pulsar o coração verdadeiramente portuguez, não poderá deixar de enthusiasmar-se ouvindo narrar pouco que seja, do muito que por cá deixamos de bom, de admiravel, de maravilhoso!

Cunha Rivara, durante o tempo que esteve na India, como secretario geral do governo, tal actividade empregou em trazer á luz da publicidade tudo aquillo que, mais ou

menos, pudesse, um dia, servir de base para aquelle que se propuzer á difficil tarefa de escrever a nossa historia oriental, preenchendo assim uma grande lacuna, que hoje não se pode prescindir de recorrer a algum dos seus escriptos.

Não havia para elle segredos nos ricos archivos d'algumas repartições publicas. Os archivos de casas particulares estavam á sua disposição, sempre que n'elles algum esclarecimento pudesse encontrar e servir.

Não é preciso ser dos tempos d'esse eminente homem de letras para se chegar a fazer tal affirmacão. Bem attestam os *Boletins Officiaes*, os jornaes onde elle collaborava, e muitas publicacões que, de tempos a tempos, sahiam dos prélos da Imprensa Nacional da India.

São realmente interessantissimos os seus escriptos, que revelam grande erudição e conhecimentos profundos do que se havia até lá escripto ácerca da dominação portugueza no Oriente, em livros, jornaes e revistas. Dos archivos da India muito salvou Cunha Rívara, que até hoje estaria completamente destruido.

Não chegamos bem a comprehender como lhe sobrava tempo, para, depois de tudo isto, ainda attender ás importantes funcções inherentes ao cargo que exercia, e que lhe exigiam, ás vezes, detido estudo.

O governo da metropole conhecia bem os seus meritos e procurou aproveitá-los no louvavel empenho de poder elle «continuar os trabalhos historicos de Barros e de Couto sobre as conquistas e domínios dos portuguezes na Asia», como resa a portaria ministerial de 31 de maio de 1858, que tambem recomendava ao governador geral para lhe prestar todo o auxilio de que elle carecesse, quando tivesse de sahir de Goa para visitar quaesquer logares onde houvesse de fazer pesquisas e colher esclarecimentos, relativos aos feitos e successos da epocha que estava incumbido de escrever.

Rivara entendeu que a melhor forma de iniciar os seus trabalhos era publicando um periodico mensal, e assim fez, intitulado-o **O Chronista de Tissuary**.

Vamos procurar nas paginas d'aquelle interessante periodico tudo o que ha de mais importante acerca da tentativa da mudança da cidade de Goa para Mormugão, e daremos aos leitores d'*O Oriente Portuguez* uma summaria noticia, extrahida de oito extensos artigos, intercalados de documentos curiosissimos, que bem attestam o sentir das principaes autoridades d'aquella epocha, sobre a arrojada tentativa de se mudar a cidade de um ponto para outro.

Diversos foram os motivos que levaram os vice-reis a tentarem a mudança.

Mas, o primeiro e o principal motivo foi a insalubridade da cidade de Goa, cuja decadencia e a consequente despovoação e suas ruinas foram as causas determinantes das epidemias que assolavam os seus moradores, dizimando-os d'uma forma aterradora.

A idéa da mudança partiu, approximadamente em 1670, dos governadores Antonio de Mello de Castro e Manoel de Corte-Real de Sampaio, que não tiveram a fortuna de receber resposta a uma carta n'este sentido escripta a el-rei. Coube, porém, ao vice-rei Luiz de Mendoça (Conde de Lavradio) informar em 1672 sobre o assumpto, dizendo que não «era possivel edificar-se huma cidade tam populosa, como esta, de casas e edificios, com muitos milhoes, e vivem n'ella só os moradores».

Passados dez annos, e quando era vice-rei Francisco de Tavora, Conde de Alvôr, novamente nasceu a idéa da mudança, mas, d'esta vez, apontou-se além da causa, bem attendivel, da epidemia, a da cidade correr imminente risco de cahir nas mãos dos marathas que, sob o commando do destemido e ambicioso Sambaji, faziam correrias na vizinhança das terras sob o dominio dos portuguezes.

Nada era de estranhar que um dia, de surpresa, cahisse sobre a cidade, que, é bom dizer-se, não estava em condições de lhe poder offerecer grande resistencia.

Sentia-se e apalpava-se, mesmo então, o declinar do poderio lusitano n'estas paragens. A influencia do dominio dos francezes, inglezes e hollandezes já pesava muito mais na balança.

Mas, voltando ao ponto principal, — o empenho que o Conde de Alvôr mostrava em levar a effeito a mudança da cidade — vê-se que elle, em 1683, escreveu a el-rei dando conta de como iam os negocios a seu cargo, mostrando mui circumstanciadamente o perigo que havia em continuar a manter-se em Goa, que era frequentemente ameaçada pelas forças inimigas. Diversos outros pontos do nosso dominio colonial também estavam em serio perigo.

D'um lado os mogoes, d'outro os arabes, os mouros, e finalmente os marathas, tendo á testa o insaciavel Sambaji. Dizia em fim o vice-rei, que tantas e tamanhas eram as difficuldades que se levantavam a cada passo, que muito receava não poder impedir, que se passasse para as mãos dos inimigos um ou mais pontos conquistados com tanto ouro, milhares de vidas e torrentes de sangue.

Conta-se que o Conde de Alvôr se viu um dia em taes apuros, que, no auge de desespero, depuzera o seu bastão nas mãos de S. Francisco Xavier, confiando na sua alta protecção a salvação da cidade de Goa, e dos vastos dominios, que difficil seria manterem-se, se essa cidade, cabeça do imperio colonial e séde do supremo governo, cahisse nas mãos do inimigo.

Nas suas cartas não se encontra a mais ligeira menção sobre este acontecimento; mas muitos historiadores a elle se referem como facto provado, e baseado em documentos com que o procuram justificar.

Certo é que o vice-rei pôde resistir aos assaltos das forças inimigas, sem perda alguma de territorio; mas, não obstante isso, mais se lhe arraigou a vontade de mudar a

cidade para Mormugão. Entendeu, porém, que em negocio de tamanha magnitude era de toda a conveniencia ouvir o parecer dos principaes moradores, escolhidos d'entre o elemento official e não official.

Para esse fim, convocou em 12 de janeiro de 1684 a uma reunião, os conselheiros do Estado, os ministros da Relação, os officiaes da camara da cidade, o cabido da sé primacial, os prelados maiores, priores e guardiães dos conventos, e, estando todos reunidos, mandou o vice-rei que o secretario do Estado, Luiz Gonçalves Cotta, lêsse uma carta régia, datada de 7 de março de 1672, o que fez, e, terminada a leitura, apresentou a sua proposta sobre a mudança da cidade de Goa para o promontório ou monte de Mormugão. Fixou bem o proponente que um dos motivos que o levava a empenhar-se n'esta mudança, era a summa impossibilidade de poder a cidade defender-se por longo tempo contra o inimigo que a sitiasse; e, ainda que os sitiados combatentes pudessem pôr-se a salvo, longe estavam de poder fazer o mesmo os não combatentes, sobretudo as mulheres, as recolhidas do convento de St.^a Monica, e as dos recolhimentos da Serra e de Magdalena, tendo-se, além disso, de abandonar ao saque as egrejas, os palacios e as preciosidades n'elles contidas; os armazens, as munições, a casa da polvora, enfim toda a riqueza que a cidade possuía e que era ainda então avultadissima.

Para se evitar tudo isto, propunha a mudança para Mormugão, onde estariam bem alojados, pois muito mais facil era a sua defeza.

Não chegamos bem a comprehender o alcance da proposta do vice-rei, que justificava a mudança por forma tão erronea, pois bem claramente se vê que, assim procedendo, deixava á mercê do inimigo as Ilhas de Goa, e as ricas e as ferteis terras de Bardez e Salsete.

A votação foi, em grande maioria, favoravel á mudança; mas o vice-rei exigiu que os do conselho déssem o seu

voto escripto e fundamentado, e assim se fez, approvando uns a idéa, modificando-a outros, e votando alguns, mas poucos resolutamente contra.

O arcebispo primaz que não pôde assistir á reunião mandou o seu voto escripto, bem desenvolvido, mostrando o motivo que o levava a concordar com a mudança, «convindo que o logar seguro que desejamos estivesse em parte aonde o inimigo não nos pudesse fazer semelhantes damnos, e pudessemos delle sahir a pellejar quando o inimigo nos buscasse. Nessa mudança não se deve buscar o gosto, e tenta-se só de remediar a necessidade, e aperto em que nos vimos este anno».....

Bem mostrava o arcebispo n'estas palavras que commungava em absoluto com as idéas do vice-rei, dando, como elle, as mesmas razões, para se effectuar a mudança.

Um facto notavel é que os que se oppuzeram á mudança, eram todos padres, o que nos leva a crêr que o clero não se sujeitava á vontade do poder temporal, ainda mesmo que a elle adherisse o prelado, seu legitimo superior!

Mas, muitos d'elles tambem votaram a favor, como o inquisidor Francisco Delgado e Mattos, e os padres Alexandre Cicero e Francisco Sarmento, que fundamentaram largamente as suas propostas: uns dizendo que a idéa da mudança era muito antiga e datava dos tempos em que os portuguezes a escolheram como séde do seu governo, por terem tido logo provas evidentes da sua insalubridade e pensado em outro logar mais sadio; mas que «dilatou-se o effeito desta resolução por fatalidade da India, dificultosa sempre em abraçar o mais util. Com vozes mudas, mas com rethorica muito eloquente — diziam os padres — clamava a experiencia dos annos, a ruina das cazas..... mas ficou sempre a cidade no mesmo sitio tão desemparrada de cidadãos e tão cobertas de ruinas etc., etc.,».

Se a opinião dos padres não irradiasse dos pontos que se referissem simplesmente á hygiene, seriam, de facto,

muito aceitaveis; mas elles, longe de se circumscreverem a este ponto, dilataram-se em largas considerações sobre outros pontos de vista, e alguns, então, defenderam a mudança, pelo facto de, em caso de guerra, a situação escolhida ser um ponto strategico d'onde poderiam transmittir ordens para as diversas fortalezas que defendiam a entrada dos rios.

O padre Fr. João de Santa Maria, prior do convento de S. Domingos, approvando a proposta, frisou a necessidade de não abandonar a cidade por completo, á vista dos templos sumptuosos que n'ella estavam edificadas.

O voto da camara da cidade, hoje camara municipal, foi favoravel á mudança, (mas adiante se hade vêr como ella mudou de opinião) mostrando que a causa determinante da edificação de casas em S. Lourenço, Naroá, Chorão, Ribandar, Pangim e Bardez, era, sem duvida, a insalubridade da cidade de Goa.

Até aqui as opiniões em favor da mudança, analysada, criticada, discutida e desenvolvida sob todos os pontos de vista, que, mais ou menos, se ligavam com a forma de vêr do vice-rei, que tinha muito a peito levar avante a idéa, desejando porém o maior numero de votos favoraveis, para, d'esta maneira, fazer encarecer a sua urgente necessidade, e pela forma tal, que o el-rei a não acceitasse mal, mas antes impuzesse como cousa indispensavel e inadiavel, ainda que o Estado não tivesse dinheiro que pudesse dispor para fazer face ás despesas necessarias.

E tanto isto era assim que o padre Fr. Manoel de Sequeira, vigario geral de S. Domingos, concordando na mudança dizia: «julgo impossivel de se executar no facto, a respeito de poucos cabedaes com que se achava o Estado, pois a falta d'elles ha bem poucos dias se fez um peditorio de 300 mil xerafins aos Estados, e s. ex.^a se valeu de sua prata, e da das egrejas das terras invadidas pelo inimigo, só por poder acudir á guerra presente», e n'isto pergunta: «Se pois ha esta falta, e he necessario tanto cabedal, como seria esta mudança possivel?»

Votaram resolutamente contra a mudança o padre Fr. Domingos de Madre de Deus, provincial da ordem da Capucha, — Fr. Antonio da Conceição, guardião do convento da Madre de Deus — e o padre Fr. Agostinho da Piedade, prior do convento de S. Agostinho.

O primeiro achou solidos os fundamentos apresentados pelo vice-rei, o que provou o seu grande zelo em bem governar o Estado e da sua integral conservação; mas votava contra a mudança porque dizia elle mui sensatamente «que se fortificasse a fortaleza de Mormugão com todo o necessario, e ainda se fabricam nella alguns logares de bastante commodo para recolhimento das mulheres, mininos, religiosos e outros recolhidos para alguma occasião semelhante, que o tempo, a fortuna, ou a necessidade nos obrigasse a alguma forçosa retirada, visto que não ha nesta cidade de Goa algum forte cavalleiro, como ha em muitos, pera semelhante occasião, e este bem podia ser sobre o outeiro de Nossa Senhora do Monte, ou em outros logares eminentes d'esta cidade»

Discorrendo o provincial por esta forma n'uma linguagem quente e persuasiva, acaba por mostrar que era impossivel abandonar o sumptuoso templo da sé e outros.

O prior do convento de S. Agostinho, dando seu voto contra a mudança, alarga-se tambem em sensatas considerações, que, só por si, bastariam para desconvencer os mais aferrados á idéa de se mudarem para Mormugão.

Dizia o padre, e com grande convicção, que «nós postos em Mormugão, fóra das terras de Goa, se acaso (o que Deus não permitta) formos cercados por mar, podemos ficar sem o mar e juntamente sem as terras; e pelo contrario tendo nós as terras de Goa, se acaso por algum tempo nos impedir alguém o mar, ficaremos com as terras.»

E mais adiante, continuando no mesmo tom, opina finalmente «que se fortifique Mormugão muito embora, para que sirva de ultimo remedio e recurso aos moradores de Goa, e para esta fortificação não aja pessoa que se negue

dar aquillo que puder segundo o seu estado. Largar-se porém, a cidade, isso não, porque poderão dizer os nossos inimigos e contrarios, e ainda as mais nações da Europa que foi tal o nosso medo, que athé a cidade principal, cabeça do Estado da India, com todas as mais terras adjacentes chegarão os portuguezes largar da India.»

E, por ultimo, aconselha ao vice-rei que tenha fé em Deus, pois mal preparados como estavam, não podia ser senão a elle devido que as armas portuguezas não soffreram derrota em Pondá e em S. Estevam, que foram atacados pelo inimigo.

Todos estes votos mandou o vice-rei á côrte, acompanhados de uma carta, datada de 25 de janeiro de 1684, cujo teor é o seguinte :

Senhor. Pelo papel incluso serão presentes a V. A. as razões pera propor em uma junta, que chamei a minha presença, a mudança desta cidade para a fortaleza de Mormugão, e sendo pela maior parte o parecer de todos que ella se fizesse, esta foi a resolução que tomei, animando-me a uma coisa tamanha a grande conveniencia que nisto acho ao serviço de V. A. e posto que conheço que para se lhe dar fim não basta o tempo de tres governos, tambem isto me não embaraça na consideração de que se hum vice-rey nãoprehender a obra, não haverá outro de acabala.

Os pareceres da junta remetto tambem a V. A. porque delles melhor ainda que da minha proposta ficará entendido quanto he precisa e conveniente esta mudança.

(Continúa).

J. F. FERREIRA MARTINS.

VIAJANTES EUROPEUS NA INDIA

(Continuação da pg. 404 do vol. VI d'esta revista)

II

Não se pode saber ao certo quantos europeus vieram á India no seculo 15.^o, em que o paiz esteve a dilacerar-se em luctas intestinas, porfiando cada soberano em dilatar os seus dominios e supplantar as restantes casas dynasticas. Aladin Khilji, que reinava em Delhi com o maior esplendor e magnificencia, havia levado as suas armas desde o Punjab até ao Cabo Comorim, conquistando justamente o titulo de imperador da India; mas, após a sua morte em 1316, tão magestoso imperio foi-se esphacelando a pouco e pouco, mercê das loucas aventuras de Mahomet Taglak e do character effeminado de Firaz, até que lhe vibrou um golpe mortal a celebre e terrivel invasão de Timur em 1398, ficando desde então até ao reinado de Akbar, em indisputavel preeminencia, um unico reino e reduzindo-se sensivelmente a importancia da grande capital d'onde, até áquella epoca, era governada a India.

Desde a referida invasão de Timur, tornou-se a India uma congerie de numerosos, mas insignificantes reinos, entre si antagonicos. O de Bahmani do Deccan tinha-se estabelecido em Culbarga em 1347; o principado de Vijayanagar havia ganho relativa preponderancia no sul

contra a agressão mahometana; a Bengala sacudira o jugo em 1338; os «regulos do Oriente» haviam-se feito independentes em Jaunpur, em 1394; o Guzerate em revolta, em 1396; Candesh idem tres annos depois; em Multan e Bikanir, em Biana, Kampila, Patiala e muitos outros pontos convisinhos de Delhi, os principes haviam-se insubordinado contra a autoridade dos soberanos cahidos. Os rajás hindús, que apenas apparentavam vassalagem, foram seguindo o exemplo dos seus collegas mouros e quasi se negaram a pagar tributos; outros, como os de Orissa, que nunca se tinham dobrado, puderam agora respirar livremente. No Scinde e no Punjab, nas costas de Malabar e Coromandel, alguns chefes, animados com a fraqueza do dominio mahometano, se tinham arvorado em regulos independentes.

Tal era a situação da India ao abrir do seculo 15.^o, situação que se não transformou senão depois da queda do reino de Bahmani, do advento dos portuguezes e da invasão de Baber — tres acontecimentos notaveis que profundamente a modificaram politica, social e economicamente.

D'esse estado de causas não ha historia que mereça tal nome, existindo apenas as narrativas de tres viajantes: Nicolo de Conti, veneziano, — Athanasio Nikitin, russo — e Hieronimo di Santo Stefano, genovez.

E' possivel que tivesse havido mais viajantes, mas os seus nomes não são conhecidos, presumindo-se que as suas obras se tenham extraviado, ou estejam esquecidos n'alguuma livraria. A tal presumção somos levados pelo facto de não existir a obra de Pero da Covilhã, que foi um dos viajantes d'aquella epoca, e de se dever a um mero acaso a descoberta dos manuscritos de Conti e Nikitin.

D'entre esses viajantes o mais antigo e notavel é Nicolo de Conti. Descendente d'uma nobre familia veneziana, iniciou-se desde tenros annos em Damasco nos mysterios do commercio, que era então o pedestal da prosperidade da sua patria. Em 1419, acompanhado de sua esposa, sahiu de Damasco com destino ao Oriente, e encorporando-se

n'uma caravana de outros 600 mercadores, atravessou os desertos da Arabia Petrea, tendo chegado a «Baldochia» (Baghdad), d'onde seguiu pelo Eufrates, para Busrah. Esteve em Ormuz, indo d'ahi para Kalhat, na Arabia, onde se demorou algum tempo para aprender o persa, cujo conhecimento lhe foi, depois, de muita utilidade. A primeira terra indiana onde embarcou, foi o prospero porto de Cambaia, onde viu praticado o *sati* em grande escala. Na sua derrota pela costa, após vinte dias de viagem, chegou a duas cidades situadas na praia, chamadas uma «Pacamura» e outra «Helly». Desembarcou n'uma d'ellas e foi seguindo por terra até á capital do reino de «Bizenegalia» ⁽¹⁾, de que dá uma pequena descripção. Percorreu muitas regiões: Meliapur, Ceylão, Sumatra, Tenasserim, Arracan, Irrawady, Ava, Pegu, Java e Sumbawa, Couião, Travancore, Cochim e Calecut, onde observou franca polyandria em algumas classes, com as convenções correlativas e as extraordinarias leis de successão, determinadas por tão curiosas allianças matrimoniaes. De Cambaia regressou á Europa, mas em Carrae, por uma singular ironia do destino, estando quasi á vista a sua terra, teve a desdita de perder a mulher e os seus dois filhos, que o tinham acompanhado em todas as suas arriscadas peregrinações, chegando a final ao seu paiz natal em 1444.

A maneira como as suas narrativas vieram a ser conhecidas do mundo é deveras interessante. Conti, quando uma vez esteve no Egypto, fôra compellido a abjurar a sua religião com o fim de salvar da morte sua esposa e seus filhos. Uns cinco annos depois do seu regresso, com a consciencia irrequieta pela recordação da sua infidelidade, foi pedir ao papa Eugenio IV que o absolvesse do peccado. Sua Santidade não podia escolher melhor forma de penitencia para o peregrino, incurso nas penas ecclesias-

(1) Evidentemente Vijayanagar.

ticas, do que ordenar-lhe que referisse as suas aventuras a Poggio Bracchiolini, secretario pontificio, que as recolheu em verso latino, constituindo o 4.º livro do seu tratado «De Varietate Fortunae».

A obra de Conti é erudita e cheia de observações que revelam uma notavel penetração de espirito, contendo variada e curiosa noticia ácerca dos usos e costumes da India.

Vinte e cinco annos depois da partida de Conti, veio o russo Nikitin em digressão commercial pela India. Sahindo da sua terra natal, Tver, em 1468, viajou pelo Volga abaixo até ao Mar Caspio. Depois de lhe roubarem em Astrakan, prenderam-n'o, mas pouco depois avançou até Baku, onde, segundo o seu proprio dizer, «o lume arde perene», seguindo depois para Bokhara, então principal emporio do trafego oriental.

D'ahi foi percorrendo varios pontos da India, recolhendo no seu canhenho impressões sobre diferentes aspectos da vida oriental,—canhenho que em 1475 foi apresentado em Moscow por alguns negociantes.

Nikitin não foi um observador philosophico, nem cuidadoso, enroscando-se nas suas narrativas muitas inexactidões, aggravadas por frequentes trechos em lingua turca, que os proprios turcos acham difficil interpretar.

A elle seguiu-se o viajante Stefano, que foi o mais infeliz dos tres, pois soffreu naufragio e uma infinidade de privações no decurso da sua viagem, tendo, todavia, visitado, embora de passagem, numerosas terras do Oriente e alguns pontos da India. Das suas tristes aventuras e singulares tribulações escreveu uma narrativa, que pouco esclarece sobre a India, porque breve tempo esteve o autor na India propriamente dita, cujas cidades costeiras apenas visitou.

Estes, pois, foram os pioneiros, entre os europeus, do moderno movimento explorador das possibilidades de se estabelecer um dominio commercial na India. A' excepção de Stefano, os outros dois lançam muita luz sobre a India,

occupando-se porém, desenvolvidamente mais de suas instituições sociaes do que politicas.

A esse tempo o unico reino mais importante na India era o de Vijayanagar, ácerca do qual Conti e Nikitin, este mais do que aquelle, dão larga noticia, pouco menos desenvolvida do que a que se encontra nas narrativas de Abder-Razzak, viajante arabe que em 1442 fôra enviado como embaixador á côrte do rei de Vijaynagar. Tão hyperbolica é a descripção que o arabe dá d'essa cidade, que chega a dizer o seguinte: «A cidade de Bidjanagar é tal que a pupilla dos olhos nunca viu igual e o ouvido de intelligencia nunca ouviu ter existido igual no mundo.»

Abder-Razzak calculava em 1.100.000 homens o exercito do rei; Nikitin em 150.000 homens só a policia da cidade; Conti nada refere a tal respeito, podendo, porém, ajuizar-se da magnificencia da côrte pelo facto, por elle contado, de que o rei tinha 12.000 mulheres.

Diz elle: «Os habitantes d'esta região casam com tantas mulheres quantas lhes apraz tomar, as quaes vão á pyra e se queimam junto com seus maridos. O seu rei é mais poderoso que os outros soberanos da India e toma 12.000 mulheres, das quaes 4.000 o acompanham a pé, quando sae do seu palacio e se occupam exclusivamente no serviço da cosinha. Igual numero d'ellas, em melhores trajes, montam a cavallo, sendo as restantes transportadas em liteiras e d'entre ellas 2.000 ou 3.000 são escolhidas como esposas com a condição de que á morte do rei devem queimar-se voluntariamente na pyra d'este, o que para ellas é uma grande honra.»

As narrativas de Nikitin e Conti fornecem tambem copiosa informação sobre as pugnas inter-raciaes que se travaram entre os reinos de Vijayanagar e Bahamani, sobre os instrumentos de guerra que então estavam em uso e, acima de tudo, sobre o character sanguinolento d'estas luctas, durante as quaes se diz terem sido degolados 20.000 habitantes d'essas duas regiões, entre homens e mulheres, havendo sido mais 20.000 vendidos como escravos!

A outra cidade de que Nikitin dá uma minunciosa descripção é Bidar, cuja côrte era tão opulenta, contrastando com a triste condição do povo, que «emquanto—escreve elle — os nobres se deliciam em luxo e fausto, o povo geme nos tugurios da indigencia. Esses nobres costumam ir em liteiras de prata, precedidos d'uns vinte cavalloos brilhantemente ajaezados em ouro, e seguidos de 300 homens a cavallo, 500 a pé, musicos, conductores de archotes, etc. O rei era um rapaz dos seus vinte annos e completamente dominado, como quasi todos os reis da India, pelos seus cortezaos.»

Nikitin é pouco explicito com relação ás instituições politicas que, porventura, encontrou na India, desatando porém um impeto de pessimismo quando se refere aos habitantes de Bidar. «Todos são pretos e perversos, as mulheres de costumes relaxados, ou bruxas, ladras e mentirosas, que matam seus maridos com veneno» (1). Além de nos contar que ha estalagens, onde a comida é feita por mulheres e que o povo é dividido em castas, nada mais adianta, o que mostra que pouco viu ou pouco aprendeu na India com respeito aos usos, costumes e instituições indigenas, sobre os quaes, porém, Conti dá melhor e mais apreciavel noticia.

E' elle que nos refere o curioso facto de que existia a esse tempo em circulação simultaneamente com especies metallicas o papel-moeda, consistente em cartões onde se inscrevia o nome do rei.

Tambem nos dá interessante noticia do processo adoptado para o julgamento de certos casos: o devedor, que fos-

(1) Isto de *côr preta* do povo lembra o que observa Abd-er-Razzak na sua obra: «Logo que desembarquei em Calcut, vi gente que nunca a minha imaginação phantasiou egual. Seres extraordinarios, que não são nem homens nem demonios, a cuja vista o espirito fica abalado. Se eu os visse nos meus sonhos, o meu coração ficaria por annos n'um tremor. Tenho tido aventuras de amor com uma beldade, cujo rosto era como o da lua, mas nunca podia eu pegar-me com uma negra», — *India in the fifteenth century*, pg. 16.

se insolvente, era em toda a parte considerado como propriedade do credor. Em casos crimes, usava-se de excessiva crueldade. Se um homem fosse accusado d'um delicto e não houvesse testemunha para o provar, em vez de adoptar a norma sensata de condemnar o accusador, o juiz compellia o reu a jurar a sua innocencia diante d'um idolo e em seguida lhe mandava lambeo um ferro em braza. Se fosse innocente, esperava-se que elle rivesse apenas uma agradável sensação de calor, mas ai d'elle se a sua lingua mostrasse o mais ligeiro signal do contacto ! Os menos rigorosos castigos, a que então era submettido, consistiam em obrigar-o a levar n'uma das mãos um prato de ferro em braza e a mergulhar os seus dedos em manteiga fervida.

A' cerimonia do *sati* igualmente se refere o veneziano em suas substanciosas narrativas, das quaes se vê que esse systema era então geral na Índia hindu, emquanto ainda os mahometanos não haviam exercido a sua influencia no sentido de impedir a observancia de tal pratica.

N'uma bella phrase diz Lucrecio que o rigorismo dos ritos religiosos pode suavisar as maiores crueldades ⁽¹⁾, e é o que se vê admiravelmente exemplificado no systema das viuvas se queimarem voluntariamente na pyra de seus maridos unicamente para darem cumprimento a um preceito religioso !

D'entre todos os primitivos viajantes, Conti é quem descreve melhor e mais por miudo esse systema, e para que os leitores d'esta revista o conheçam em todos os seus detalhes, cá vae o extracto da narrativa do illustre italiano :

«Os mortos são queimados, e as esposas sobrevivias, na maior parte, queimam-se na pyra de seus maridos, uma ou duas, conforme estiver estipulado no contracto antenupcial. A lei quer que a primeira mulher morra ao lado de seu esposo, ainda que seja a unica mulher ; mas as

(1) *Tantum religio potuit suadere malorum.*

outras também devem morrer para darem assim maior esplendor aos seus funeraes. Põe-se n'um leito o cadaver do marido, vestido, nos seus melhores trajes, levanta-se sobre elle uma grande pyra em forma d'uma pyramide, construida de lenha odoriféra. Apenas comece a arder a lenha, a mulher, trajada nos seus melhores vestidos, passeia alegre em redor, cantando, acompanhada d'um grande concurso de gente e no meio de uma grande algazarra de trombetas, flautas e cantos. N'este comenos, um dos sacerdotes, chamado Bachali, ergue-se n'um sitio elevado, exhorta-a a desprezar a vida e a morte, promettedo-lhe toda a especie de gôzos em companhia do seu esposo: muita riqueza e abundancia de joias. Depois de passear muitas vezes em volta da pyra ardente, pára ao pé do sacerdote e, despindo os seus trajes, veste um panno branco, tendo sido o seu corpo préviamente lavado segundo o rito. Obedecendo á exhortação do ministro, ella salta para dentro do fogo. Se algumas mostrarem timidez (porque ordinariamente succede que ellas ficam extaticas de terror, quando vêem suas companheiras debaterem-se em horriveis soffrimentos na pyra, os circumstantes as atiram á pyra, queiram ou não queiram as infelizes. As cinzas são depois recolhidos em urnas, que constituem um ornamento para o sepulchro».

O viajante conta igualmente os diversos outros processos por que os hindús, em cumprimento dos preceitos impostos pelos ministros de religião, se sacrificavam para expiarem os seus delictos, ou para obterem para suas familias as benções do ceu, povoado de milhares de deuses. Dá ao mesmo tempo noticia circumstanciada das cerimoniaes em uso por occasião do nascimento, casamento e morte; diz que a peste era desconhecida na India; refere-se ao systema de polyandria na costa do Malabar.

Vê-se, pois, de tudo isso que a obra de Nicolo de'Conti é de grande valor por se referir desenvolvidamente á condição da India do Sul no seculo 15.º, e que, emquanto a narrativa de Hieronimo di Santo Stephano não é apreciavel

e a de Nikitin pouco interessante, seria um desastre de incalculaveis prejuizos para as letras a perda do MS. de Conti, o qual Poggio conseguiu salvar do olvido, prestando assim um importante serviço á historia.

Foram estes os unicos chronistas que, antes do advento dos portuguezes, nos deixaram noticia de quanto viram e observaram na India, que a esse tempo era uma terra de lendas e mysterios, terra cuja opulencia seduzia a imaginação de aventureiros europeus.

(Continúa).

J. B. AMANCIO GRACIAS.

50148

DOCUMENTOS DOS ARCHIVOS PARTICULARES DE GOA

Jazigo da família Saldanha, de Ucassaim

Provisão ⁽¹⁾



om Fr. Manoel de S. Galdino, Religioso de S. Francisco da Provincia de Santa Maria de Arrabida, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostolica Arcebispo Metropolitano de Goa, e Primaz do Oriente, do Conselho de S. Magestade Fidelissima &.ª.

Aos que esta nossa provisão virem saude e benção. Fazemos saber que Pascoal Roque de Saldanha, Cipriano de Saldanha, Peregrino de Saldanha, Cosme de Saldanha e outros, moradores na freguezia de S. Izabel de Ucassaim, da provincia de Bardes, nos requererão juntando á sua petição huma justificação feita na presença do nosso revd.º dez.º vigario geral; na qual se mostrava provado serem os ditos descendentes por linha varonil de Maria Carneiro que alcançara do ex.^{mo} D. Francisco dos Martires, nosso predecessor, a graça de uzo

(1) Documento enviado pelo sr. Luis José de Saldanha, de Ucassaim.

perpetuo duma sepultura no cruzeiro da dita igreja de Ucassaim, segunda ao pé do altar do Bom Jesus; a cuja vista nos pedião houvessemos por bem de permittir-lhes o mesmo uzo, visto que todos os seus ascendentes o tiveram, como constava dos assentos de obitos; e attendendo nós o referido, mandamos passar a prezente, pela qual havemos por bem de conceder aos sobreditos Pascoal Roque de Saldanha, Cipriano de Saldanha, Peregrino de Saldanha, Cosme de Saldanha e outros descendentes da dita Maria Carneiro, impetrante, e aos descendentes delles masculinos, e ás femeas solteiras o uzo perpetuo da mencionada sepultura no cruzeiro da dita igreja de Ucassaim, segunda ao pé do altar do Bom Jesus, com obrigação de pôr nella campa ou grade, se antes não tiver posto, com letreiro, e quando se fizer cemiterio, será transferida a dita cova no lugar correspondente ⁽¹⁾, e para constar a todo o tempo será registada no livro da fabrica. Notificamos ás pessoas a quem pertencer, que assim o cumprão, e guardem, e fação inteiramente cumprir, e guardar como nesta se contém. Dada neste nosso palacio de Panelim sob nos-

(1) Em virtude d'esta disposição foi de facto transferida a sepultura, mais tarde, para o cruzeiro do cemiterio de Ucassaim, com a respectiva campa antiga, que traz a seguinte inscripção :

Jazigo
Da
Familia Saldanha
De
Ucassaim
1636.

Filippe Nery Xavier, no *Bosquejo Historico das Comunidades*, parte 2.ª, pag. 153, escreve com respeito a este jazigo: « No cemiterio desta freguezia (Ucassaim) existe uma sepultura perpetua pertencente aos Saldanhas de Ucassaim. » (Nota do sr. L. J. de Saldanha).

so sinal e sello das armas da nossa chancelaria aos quatro de dezembro do anno de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos vinte e tres. E eu Francisco da Costa, official-maior da camara pontificia a fiz escrever e sobescrevi.— (Sello das Armas)—(a) *CA. Primaç—Francisco da Costa.*—.

Provizão pela qual v. ex.^a r.^{ma} ha por bem de conceder a Pascoal Roque de Saldanha, Cipriano de Saldanha, Peregrino de Saldanha, Cosme de Saldanha, e outros descendentes de Maria Carneiro, moradores em Ucassaim, o uzo perpetuo de huma sepultura no cruzeiro da igreja de Ucassaim, segunda ao pé do altar do Bom Jesus, como acima se declara.

Para V. Ex.^a ver e assinar.

Registada no L.^o 2.^o do n.^o 16 a fl. 26. Desta dous x.^{as}, do sello huma tg.^a, e do registo trinta réis. — *Costa.*

Registada no Livro da Fabrica, a fl. 134. — Igreja de Ucassaim a 21 de janeiro de 1824. — *Estevão Jeremias Mascarenhas.*



VARIA VARIORUM

Archaeological Survey



Referindo-se ao relatório do corrente anno, de mr. Henry Cousens, sobre a archeologia da Índia Occidental, diz o *Times of India*, de 11 de janeiro, que uma das mais importantes obras feitas é o complemento, depois de muitos annos de trabalho, da reparação em Bijapur, de Gol Gumbaz, famoso tumulo real, com galerias secretas e o mais alto zimbório do mundo.

Outra obra de importancia foi a reparação das grutas de Elephanta no porto de Bombaim, na qual se despenderam cerca de 7.000 rupias, tendo sido removidas as enormes rochas que ahi tinham cahido no inverno de 1907.

Trabalha-se com actividade na restauração dos templos de Dilwara em Monte Abu.

No vice-reinado de Lord Curzon, o governo de Hydrabad encetou valiosas obras de conservação dos grandes e esplendidos monumentos de Ajunta e Ellora, e seria muito lamentavel não continuar a prestar-lhes tão piedosa attenção.

Imagem e confraria de N. Sr.^a das Angustias na sé primacial

Dando noticia da festa que no domingo, 9 de janeiro, se celebrou na sé cathedral de Goa, em louvor de N. S. das Angustias, escreve o *Heraldo*, n.º 49 de 20 do referido mez :

«A confraria de N. Sr.^a das Angustias, que ora está na sé, foi instituida originariamente no convento de Santo Agostinho, de Goa, pelos *naturaes moradores da cidade*. Approvado o compromisso pelos frades augustinianos, dêram estes á confraria o altar collateral da egreja de N. Sr.^a da Graça, que era a egreja do convento, e *uma casa para terem suas fabricas*. A imagem de N. Sr.^a das Angustias foi collocada no altar, a 9 de janeiro de 1610, um domingo, e o compromisso, organizado por Fr. Antonio de Moraes, prior do convento, foi approved por D. Fr. Aleixo de Menezes, arcebispo, em 4 novembro. Em 1613 chegou a 2870 o numero de confrades. Em 1613 solemnizou-se a 1.^a festa de N. Sr.^a das Angustias, pregando todos os dias de novena o celebre Fr. Diogo de Sant'Anna,

Um antigo manuscripto, de que damos o resumo, diz o seguinte :

«Sabbado, no dia de vespêras, 11 de janeiro de 1613 fizeram procissão de N. Sr.^a com grande pompa, e levaram á sua direita, onde tiveram os irmãos da casa de Misericordia huma grande bulha, em que houve picar de sinos da Misericordia, e da sê, e esta bulha foi sobre as murças que levavam os irmãos das Angustias, porque até então haviam nesta cidade Provincias (sic) irmãos de murças, senão os de Misericordia, mas a communitade dos nossos religiosos que hia na dita procissão, acudiu logo a tudo, levando a dita por toda cidade com grande jubilo, e alegria e os irmãos da Misericordia se recolheram dentro da egreja fechando as portas, porque viram a resolução dos religiosos e irmãos de N. Sr.^a das Angustias, que eram

em grande numero da gente de terra, e portuguezes que os acompanhavam.

Em 1704, em virtude das cartas patentes do padre geral dos augustinianos, se aggregou á confraria de N. Sr.^a das Angustias a confraria de N. Sr.^a da Consolação, que é a da corôa de Santo Agostinho.

Após a extinção dos conventos, a confraria passou para a sé.»

Idolos funestos

Referindo-se ao *Daily Mirror*, refere o *Times of India*, de 22 de janeiro, esta curiosa historia:

Um vigario de Leicestershire possui alguns idolos indianos que herdou a seu pae. Ha dez annos, seu irmão foi abordado n'uma floresta por um hindú que lhe pediu informação sobre o paradeiro d'esses idolos, parecendo saber ao certo tudo quanto se tinha passado. Esse irmão nada lhe respondeu, e o hindú declarou que, embora não procurasse noticias dos idolos por mais dez annos, mau fado os acompanharia sempre. Ora, de facto, um mau fado os têm acompanhado e o proprio pae do vigario o havia reconhecido. Os dez annos terminaram pelo ultimo natal, e certo dia, o irmão do vigario recebeu duas cartas pelo mesmo correio: uma da India, dizendo-lhe simplesmente: — *lembra-te dos juizos de Deus*, — e a outra, participando-lhe que sua esposa tinha repentinamente adôecido d'uma grave molestia. Assustou-se e communicou ao vigario a entrevista que tivêra na floresta com o hindú. O vigario attribue tudo a meras coincidências, mas, como muitos quereriam em identicas circumstancias, está ancioso por se descartar de tão perigosa propriedade.

Quarto Centenario da tomada de Goa

Portaria

N.º 43 — No dia 25 de novembro d'este anno passa o 4.º centenario d'um dos factos mais réfulgentes da nossa historia

colonial — a reconquista de Goa pelo grande Affonso de Albuquerque.

Em 1510, n'esse memoravel dia, sob o seu valoroso commando, um punhado de portuguezes, duramente experimentados já em tantas luctas e trabalhos, se assignalou ainda, com os seus esforços heroicos, conquistando para a corôa do Monarcha Venturoso a cidade de Goa, tão justamente considerada a chave da India.

Ganha tão ambicionada victoria, n'esse mesmo dia, para que mais se dilatasse o dominio glorioso de Portugal e mais se propagasse a luz vivificante do Evangelho, lança tambem Affonso de Albuquerque as bases do imperio portuguez no Oriente, fazendo de Goa a sua séde, iniciando uma avisada e salutar administração e dando indiscutíveis provas da mais alta capacidade politica.

Mas, se realmente causa assombro a batalha de 25 de novembro de 1510, que em tão aureas paginas está registada pelos chronistas, á admiração de todos não menos se impõem tambem a genial acção de Affonso de Albuquerque, como organisador e legislador.

Celebrar, pois, por todas as formas aquella data, avivando a sua recordação, é um alevantado dever patriotico, uma obrigação moral, cujo cumprimento sem duvida fortalecerá o espirito, despertará energias e robustecerá a alma nacional, congregando todos á sombra da bem-amada bandeira das quinas.

Assim o comprehendem as nações cultas, festejando os centenarios dos seus grandes homens, benemeritos da Patria, e dos factos notaveis da sua historia, para mais se fazer sentir e avigorar a solidariedade humana, se estimularem as forças de cada paiz, e se aperfeiçoar e fazer progredir a sua educação civica.

Desejando, portanto, que se celebre o 4.º centenario da conquista de Goa, onde tão grata e venerada sempre tem sido a memoria d'esse grande Affonso de Albuquerque — «do mundo espanto e da Lusitana gloria» ; hei por conveniente nomear para estudar e indicar a melhor forma de levar a effeito a commemoração d'esse centenario, uma commissão que, sob minha

presidencia, funcionará e que será constituída dos seguintes funcionarios e cidadãos :

Conselheiro Arnaldo Mendes Norton de Mattos, presidente da Relação, o qual servirá de vice-presidente.

Francisco Maria Peixoto Vieira, secretario geral do governo.

José Carlos de Castro Côrte Real Machado, procurador da corôa e fazenda.

Conde de Estarreja, inspector de fazenda.

Augusto Carlos Lobato de Faria, presidente da municipalidade das Ilhas.

Monsenhor Joaquim João de Abreu, vigario geral do Patriarchado.

Conselheiro Conde de Ribandar, proprietario.

Conselheiro Sertorio Coelho, proprietario.

Luis Guilherme Dias, presidente da Associação Commercial.

Augusto Eduardo Neuparth, capitão dos portos.

Pedro Maria Bessone Basto, director das obras publicas.

Amandio Oscar da Cruz e Souza, capitão do serviço do estado-maior.

José Augusto Monteiro de Souza Machado, reitor do Lyceu Nacional.

José Maria da Costa Alvares, inspector de instrucção primaria.

Sertorio Sebastião Lobato de Faria, administrador do concelho das Ilhas.

José Frederico Ferreira Martins, director da Imprensa Nacional.

José Antonio Ismael Gracias, socio da Academia Real das sciencias de Lisboa.

Antonio Maria da Cunha, jornalista.

Carlos José Xavier dos Remedios Furtado, proprietario.

João Chrysostomo d'Egypsi e Souza, proprietario.

Visnum Sinay Dempó, proprietario.

As autoridades e mais pessoas, a quem o conhecimento e execução d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo geral, em Nova Goa, 14 de fevereiro de 1910.—O Governador Geral, *José M. da S. Horta e Costa*.

Planta de Velha Goa

Portaria

N.º 45 — Sendo reconhecida a necessidade de uma planta da velha cidade de Goa, que sirva de guia seguro para investigações archeologicas, ou mesmo para simples visita ás ruínas e monumentos da antiga e afamada capital do imperio portuguez no Oriente, tanto mais que são rarissimas as copias da que existe, dos fins do seculo XVI (João Hugo de Linschot), não sendo tambem facil encontrar as de outra, que se presume ser de 1829 ou 1830 (Cottineau de Kloguen);

Hei por conveniente determinar:

1.º Que pela direcção das obras publicas, tendo-se em vista ambas as citadas plantas, e fazendo-se cuidadosamente a rigorosa identificação de todos os logares, de qualquer forma notaveis na historia e na tradição, se proceda ao levantamento da planta da velha cidade de Goa e seus arrabaldes, com as indispensaveis indicações elucidativas;

2.º Que as despesas necessarias para o importante serviço, a que se refere o n.º antecedente, sejam abonadas pela verba de despesa eventual da tabella orçamental vigente.

As autoridades e mais pessoas, a quem o conhecimento e execução d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo geral, em Nova Goa, 15 de fevereiro de 1910.—O Governador Geral, *José M. de S. Horta e Costa*.

(Cit. n.º do *Boletim Offtial*).

Exposições industriaes em Goa

No seculo findo houve em Goa duas exposições industriaes: uma em 1860, no governo do Visconde de Torres Novas que, em conformidade com uma proposta, apresentado, em 1857, pela junta geral de districto, a determinou em portaria de 28 de maio de 1859, — e a outra, que tambem foi agricola, em 1890, no governo do general Vasco Guedes de Carvalho e Menezes, que a ordenou em portaria de 8 de março de 1890.

A primeira teve logar no palacio archiepiscopal de Velha Goa, abrindo em 12 de janeiro e encerrando-se a 8 de fevereiro de 1860. Dirigiu a uma commissão presidida pelo proprio governador geral, Visconde de Torres-Novas, e composta de João Ferreira Pinto, José Manuel de Carvalho e Sousa, Filippe Nery Xavier, José Antonio d'Oliveira, Bernardo Francisco da Costa, Candido José Mourão Garcez Palha, Victor Anastacio Mourão Garcez Palha (secretario) e Joaquim Manoel de Mello e Mendonça. Foram mais de 200 os expositores e expostos 3.833 artigos. A relação dos expositores premiados encontra-se no *Boletim do Governo*, n.º 42 de 1 de junho de 1860, tendo os premios consistido em medalhas de oiro, medalhas de prata e menções honrosas. Existe um catalogo d'esta exposição, impresso em 1860.

A segunda exposição tambem se realisou em Velha Goa, concorrentemente com a exposição do corpo de S. Francisco Xavier, em tres pavilhões *ad hoc* levantados, proximo á sé patriarchal, no logar em que outr'ora esteve a casa da Inquisição. Abriu a 7 e fechou em 28 de dezembro de 1890. A respectiva commissão directora compunha-se de Joaquim Augusto Mousinho d'Albuquerque (presidente), Conde de Ribandar (vice-presidente, que passou a presidente com a sahida de Mousinho para fóra do Estado), Antonio Felix Pereira. Antonio, Mathias Gomes, Barão de Dempó, Bernardo Francisco da Costa, Cypriano Nunes d'Oliveira, Gulamo Ussen, João de Mello de Sampayo, José d'Almeida Coelho de Bivar, José Antonio Ismael Gracias (secretario), José Filippe Luciano de Miranda que, por ter ido para o reino, foi substituido por Antonio Augusto da Rocha, José Frederico d'Assa Castel Branco, José Guedes de Lacerda, Lucio Carneiro de Sousa e Faro, Rafael Antonio Pereira, Romulo Salvador de Noronha e Sertorio Coelho. Foram 600 os expositores e expostos mais de 6.000 artigos. Os nomes dos expositores premiados com medalhas de oiro, de prata e de bronze (que foram fornecidas pela casa da moeda de Lisboa) e

com menções honrosas, estão publicados no *Boletim Official* n.º 22 de 26 de fevereiro de 1891, tendo sido a respectiva distribuição feita com grande solemnidade em 1 de janeiro de 1893 pelo governador geral, vice-almirante Francisco Teixeira da Silva.

D'entre os artigos expostos, era dos mais notaveis uma secretária de cissó, trabalho d'um habil artista indigena, o marceneiro da casa real Bernardo Antonio Fernandes, na qual se viam em relevo os principaes pagodes e arvores fructíferas de Goa, secretária que a commissão adquiriu e offereceu a Sua Magestade El-Rei D. Carlos I, o qual se dignou acceitar-lh'a (*Boletim Official* n.º 55 de 25 de maio de 1891).

Esta exposição, que foi visitada por grande numero de estrangeiros, demonstrou que a industria encontra nos productos do sólo e na actividade e intelligencia do trabalho nacional, elementos de largo desenvolvimento na India Portuguesa.

Espiritos nas arvores

Lé se no *Times of India*, de 9 de fevereiro :

Crêm os chinezes que as arvores velhas encerram em si espiritos, umas mais, outras menos. Todos os templos antigos têm, ou já têm tido á sua frente arvores, muitas d'ellas plantadas ha centenas de annos, embora algumas tenham sido destruidas pelos incendios, raios, ou pela acção do tempo, ao passo que os templos têm sido renovados em varias epocas.

Existe uma d'essas arvores defronte do Tan Ching Miao, ou *templo do poço de agua fresca*. Essa arvore, que é um linguga (Gingko biloba), ou *floresta de olhos*, —provavelmente assim denominada pelas pequenas nozes brancas que produz — conta já mais de 400 annos e do templo fazem menção os registos antigos de Shanghae, tendo tido alguma notoriedade durante a rebellião de Taiping, pois foi então que o povo principiou a fallar

n'ella. Parece que, ou por falta de madeira, ou por qualquer outra circumstancia, os rebeldes quizeram abatel-a, mas quando se deu a primeira machadada, escorreu sangue do córte e o homem que estava com o machado cahiu morto, ficando os que estavam nas visinhanças acommettidos de violentas dôres internas. Consequentemente, a arvore foi poupada, e, ainda hoje, continúa viçosa. Diz-se que Sikung Chang, que, ao tempo, dirigia as operações contra os rebeldes, affirmou que tinha visto o espirito da arvore. E'possivel que sim, mas è mais que provavel que não, ainda que o povo o tivesse crido.

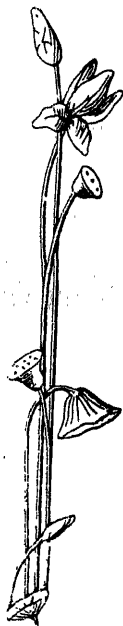
Existe ainda uma outra lenda a respeito d'essa arvore. Alguem que precisava do terreno em que está situado o templo, pediu para ser este removido e construido mais para traz, suggerindo que o novo edificio ficaria melhor do que o antigo. O sacerdote concordou plenamente, mas perguntou se a arvore tambem seria removida; respondeu-se-lhe que não, em vista do que se oppôz formalmente. Pois, acrescentou elle, que seria do espirito da arvore? A arvore guia o espirito ao templo e, se este fôr removido sem ao mesmo tempo o ser a arvore, o espirito não poderia encontrar o seu caminho para o templo.

Factos notaveis

— No 1.º de janeiro principiou o serviço de navegação, por lanchas a vapor, nos rios de Goa, constituindo monopolio e por conta do Estado, nos termos do disposto no decreto de 20 de março de 1906. São sete as lanchas empregadas n'esse serviço: *Infante D. Affonso*, a maior de todas, destinada á carreira, que pela primeira vez se iniciou n'aquelle dia, entre D. Paula e Mormugão,— *Moreira, Ornellas e Dias Costa*, destinadas á carreira de Pangim a Sanvordém,— *Castilho, Roçadas e Pereira Nunes*, ás carreiras de Pangim a Betim e Verém, Aldoná, Piligão e

Verdy. Na vespera, 31 de dezembro, teve lugar, pelas 5 horas da tarde, o benzimento solemne d'estas 7 lanchas, por s. ex.^a rev.^{ma} o sr. patriarcha das Indias.

—A 9 de fevereiro chegou a Gon, vindo do Extremo Oriente, s. ex.^a o sr. general Joaquim José Machado, antigo e bemquisto governador geral d'este Estado, e delegado por parte de Portugal na questão com a China sobre limites de Macau. Após uma breve demora de 10 dias, durante os quaes recebeu innumeras e merecidas provas de consideração e sympathia, seguiu para o reino em 18. S. ex.^a governou a India desde 19 de agosto de 1897 até 13 de abril de 1900.



O ORIENTE PORTUGUEZ

7.º ANNO. 1910

N.ºs 3 e 4

— Março e abril —



OS OURIVES INDIGENAS DE GOA



Alfonso de Albuquerque não se contentava com o dominio dos mares, nem com as feitorias commerciaes, estabelecidas n'um ou n'outro ponto, como os de Cochim e Calicut. O seu plano era mais audacioso e mais vasto; a sua vista d'aguia, descendo do alto, abrangia uma area mais extensa, e por isso designou as tres bases essenciaes do seu imperio — Goa, Ormuz e Malaca. A primeira d'estas cidades foi todavia a que lhe mereceu preferencia, escolhendo-a para a séde da soberania portugueza em todas as conquistas do Oriente. E a sua vontade foi tão firme, e o seu pensamento tão determinado, que ainda hoje, decorridos quatro seculos, a bandeira das quinas tremula nos arruinados muros da cidade do Cabaio.

Albuquerque entendeu que devia seguir o systema dos romanos e por isso não se limitou a conquistar; colonisou tambem. Não só repartiu pelos seus companheiros d'armas as terras de Goa, como tambem os casou com as mocinhas do Malabar, para que o interesse e o amor tornassem mais duradoura a sua obra. O grande capitão entendeu quanto lhe era conveniente a alliança da raça indigena e por isso se lhe mostrou sempre affeiçãoado, explorando habilmente os seus sentimentos de hostilidade contra a raça mussulmana. No quarto volume das suas *Cartas*, que em breve será dado á publicidade, principiaram a imprimir-se os seus mandados, muitos dos quaes provam o seu fino tacto com relação aos gentios. Esta politica, tão acertada e tão conveniente ao nosso dominio, nem sempre foi seguida, com egual prudencia, pelos seus successores, o que deu causa a descontentamentos, originando em grande parte a nossa decadencia.

Esta these poderia ser longamente desenvolvida, pois são graves e numerosos os factos que a comprovam durante o largo periodo da nossa dominação na India. Limitar-me-hei comtudo a tratar d'um incidente, cuja epoca não posso precisar com toda a exactidão, mas que foi pouco posterior ao governo d'aquelle eminente estadista e homem de guerra.

Na Torre do Tombo, no corpo denominado *Cartas missivas*, existe uma petição dirigida a el-rei por Nemu Chetim, em que se queixa de Diogo Lopes de Sequeira, *que é agora o capitão mór por Vossa Alteza*, não lhe confirmar os privilegios, que lhe haviam sido concedidos por Affonso de Albuquerque. O documento não tem data, mas é facil fixal-a approximadamente, sabendo-se que Diogo Lopes de Sequeira governou a India desde 20 de dezembro de 1518 a 22 de janeiro de 1522.

Nemu Chetim era filho do mocadam dos ourives gentios de Goa, no tempo em que esta cidade estava ainda sob o dominio do Çabaio, o qual prestou relevantes serviços a

Affonso de Albuquerque, tanto na primeira como na segunda tomada de Goa. O grande capitão recompensou-o, mantendo-o e privilegiando-o no mesmo officio, que elle trespassou no requerente, seu filho. Nemú Chetim exerceu o cargo ainda em tempo de Affonso de Albuquerque, e por morte d'este foi confirmado por Lopo Soares. Diogo Lopes de Sequeira negou-se, porém, a mettê-lo de posse no officio, pelo que elle representou a el-rei, pedindo que Sua Alteza attendesse não só a elle ser um bom official d'ourives, como a estar sempre prestes a servir o Estado com a sua gente.

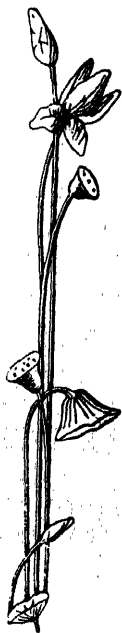
Não sei qual foi o seguimento que se deu a esta petição, mas é de crêr, que fosse despachada favoravelmente. Reproduzo-a em seguida, pois é uma pagina curiosa, tanto para a historia de Goa, como para a historia das industrias indigenas. Eis o seu conteudo:

«Sor. — Nemu (?) Chetim faço saber a vosa alteza em como no tempo do Çabaio meu pay era mocadam ã Guoa dos ourivez e asy todos meus avos e depois de Guoa ser tomada e metida debaixo de voso senhorio, Afonso d Albuquerque que asy tomou confirmou meu paay no dito officio e nelle seruió até o Çabaio vir cerquar Goa, e no dito cerquo seruió com duzētos piaes até se êtrar Guoa, e depois da cidade ser êtrada se recolheo as naas de vosa alteza com sua molher e seus filhos e comiguo, que sam seu herdeiro, ao qual ele traspassou o officio, e eu o serui sempre em tempo d'Afonso d Albuquerque por seus aluarras e depois de seu falecimento mo cõfirmou Lopo Soarez por carta patēte em nome de vosa alteza e agora nom me quer meter de pose Do. Lopez de Sequeira que he aguora he capitã moor por vosa alteza, polo qual peço a vosa alteza que oulhe aos seruiços de meu pay e meus asy sermos dos milhores officiaes da Imdia ourivezes e asy sermos

pesoas pera vos podermos seruir com gemte como sempre fizemos me meta de pose do dito officio, no que receberey muyta (falta *mercê*) e rogarey a D.^s. por vida e estado de vosa alteza.» ⁽¹⁾

SOUSA VITERBO

(1) Torre do Tombo — Cartas missivas — Maço 4.º, n.º 207.



UMA DONA PORTUGUEZA

Na Còrte do Grão-Mogol

(Novas informações e documentos)



memoria historica que, sob este titulo, publiquei em 1907, excitou vivo interesse entre os que estudam a historia e archeologia da India, principalmente entre *scholars* estrangeiros. De varios pontos de imperio visinho houve pedidos de exemplares, desde que a benevolencia de mr. C. A. Kincaid, I. C. S., distincto magistrado em Poona e erudito cultor das antiguidades indianas, fez ali conhecido o livro n'um excellente artigo, inserto no *Times of India*, de 7 de janeiro de 1908. Do muito revdo. sr. padre Noti, S. J., cuja vasta cultura intellectual corre parellas com a sua inexcédível modestia, recebi uma obsequiosa communicação, dizendo que da celebre D. Juliana Dias da Costa havia tratado especialmente mr. H. Beveridge, I. C. S., n'uma conferencia feita em Londres na Real Sociedade Asiatica, e reproduzida na revista *East & West*, de Bombaim, n.º de junho de 1903. Mr. William Irvine, prestantissimo vice-presidente d'aquella Sociedade e apreciado traductor inglez da *Storia do Mogor*, do medico veneziano Nicolau Manucci, escreveu me de Londres, que, além da conferencia de mr. Beveridge, havia já um estudo, publicado em Calcutta, de mr. C. R. Wilson, e que n'um MS. italiano do padre

Hypolito Desideri, S. J., pertencente á *Hakluyt Society*, para a qual foi copiado, em 1878, d'outro que existe na *Biblioteca Centrale* de Florença, esse missionario, contemporaneo de D. Juliana, a ella fazia largas referencias.

Mr. Irvine levou a sua gentileza a ponto de me offerecer o retrato de D. Juliana, reproduzido do que se encontra no 4.º vol. da obra *Oud en Nieuw Oost-Indien*, de F. Valentijn, e que fôra obtido por Ketteler, embaixador hollandez junto á côrte mogol em 1712-713,—e bem assim uma cópia da parte referente do citado MS.

Generosos e captivantes exemplos de permutação litteraria entre espiritos que trabalham em busca da verdade, foram estas surpresas muito gratas para quem estuda quanto lhe permitem os seus minguados prestimos e raros ocios, n'um meio em que a penuria de livros de consulta, de livros bons, faz até desesperar, penuria que, se não pode invocar se como defeza, importa attendivel attenuante para involuntarias omissões e faltas.

Lendo a conferencia de mr. Beveridge, vi que D. Juliana havia fallecido por 1734 ou 1735, como dizia tambem o autor d'um artigo que, sob a epigraphe *Jesuitas no Grão-Mogol*, se publicou n' *O Herald*, d'esta cidade, n.º 2.217 de 18 de agosto de 1907, depois da publicação da minha memoria

Ora o ultimo documento que n'ella inseri, do archivo da secretaria geral do governo, foi de 6 de janeiro de 1719, e por ahi me havia quedado, porque em livros de 6 annos immediatos nada havia encontrado. Tive, portanto, de proseguir na investigação a partir de 1726, e não foi infructuosa, visto que desde esse anno achei documentos, poucos é verdade, mas apreciaveis, comquanto não adiantem sobre o termo da carreira vital de D. Juliana.

Com estes valiosos subsidios poderia encetar um novo trabalho, refundindo-os com os que a memoria contém e dando lhes a todos consistencia e unidade, porquanto, conjugados reciprocamente, se completam, como se verá, de

modo satisfactorio. Mas, convém ainda esperar n'este assumpto que, apesar de bastante explorado, não parece até aqui esgotado. Ainda ha pontos obscuros e omissos que aguardo elucidar e supprir. N'esta expectativa, pois, vou desde já e com o maximo prazer, dar aos leitores d'*O Oriente Portuguez* conhecimento do que, por emquanto, se tem de *addicionar* á citada memoria.

I

O MS. do padre Hypolito Desideri

Antes de o trasladar em portuguez, da versão ingleza, feita do original italiano, com a qual nos favoreceu ainda o sr. padre Noti, ouçamos mr. Irvine :

«O padre Desideri — escreve-me o illustre indianista— nasceu em dezembro de 1684 e falleceu em Roma em abril de 1733. Chegou a Goa em 27 de agosto de 1713, e tendo sido mandado para o Thibet, chegou a Delhi em 11 de maio de 1714. Após uma rapida visita a Agra, regressou a Delhi, donde sahiu em 24 de setembro do mesmo anno. Esteve sete annos no Thibet, que deixou com destino á India. Depois d'uma breve demora em Agra onde adoeceu, foi novamente mandado para a missão de Delhi (maio de 1722). Em novembro de 1725 partiu de Delhi para a missão do Carnatico. A parte do MS. que lhe envio, pertence á sua primeira visita a Delhi. Diz Carl Ritter (*Die Erdkunde*, Berlin, 1833, vol. 4.º, pg. 434) que o MS. original do padre Desideri existia ainda no convento dos Jesuitas em Roma, quando obteve uma copia. A maior parte da obra referia-se ao Thibet e foi publicada por Carlo Puini no seu livro *Il Tibet*, Roma, 1904, 402 pag., 8.º.»

Consultando os livros do archivo da secretaria geral do governo, do periodo decorrido entre 1713 e 1733, não achamos sobre o padre Desideri, mais que algumas interes-

santes revelações que constam de cartas dirigidas de Delhi por D. José Tavares, portuguez casado com uma neta de D. Juliana, ao vice-rei João de Saldanha da Gama, cartas que vão trasladadas mais adiante (III), dispensando-se por isso a sua repetição n'este logar.

Damos agora a palavra ao padre Desideri: (a)

(16) A *signora* D. Juliana Dias da Costa é desde longo tempo muito respeitada e considerada n'aquella côrte (do Grão-Mogol), sendo o esteio e honra da nossa santa fé n'aquelle imperio. Quando os hollandezes tomaram aos portuguezes a famosa cidade de Cochim, os paes de Juliana emigraram d'ali, juntamente com outros christãos, transferindo-se para o reino de Bengala, d'onde passaram á côrte do Grão-Mogol; e ahi se estabeleceram com muito augmento da sua reputação. Dotada de raro engenho, de singular eloquencia, e de extraordinariamente amavel prudencia desde a sua juventude, D. Juliana foi tambem recebida e empregada n'aquella côrte.

Essas suas qualidades, a sua pericia em cirurgia e medicina, e a sua quasi prodigiosa actividade em qualquer emprego e negocio fizeram que, a breve trecho, ella adquirisse não só um terno affecto da rainha, das princezas e de toda a côrte interior, mas ainda a mais elevada estima do imperador, de todos os principes, e, em geral, de todos os *omras*. Por isso, tornou-se recommendavel, e confiou-se-lhe a educação de todos os principes e princezas da côrte, e d'um grande numero de outras pessoas illustres, de modo que alguns imperadores passados, e tambem o actual, varias princezas, muitos principes e mui-

(a) Os algarismos entre parenthesis, que se vêm na relação que segue, indicam a pag. do respectivo MS. As notas designadas por letras são nossas.

tíssimos grandes lhe chamaram e chamam, uns mãe e outros avó. As suas mãos foram frequentes vezes entregues os mais melindrosos e intrincados negocios, confiados os mais preciosos e occultos thesouros, e bem assim os segredos mais intimos e muito importantes. Aonde houvesse alguma discordia a compôr, era para isso enviada ou sollicitada por medianeira. Aonde houvesse animosidades, desgostos, perigos ou desgraças que evitar, ou remediar com o lenitivo de opportuna consolação, era sempre e promptamente empregada quer para evitar infelicidades, quer para curar as feridas do coração (17) mais afflicto.

Em summa, durante este longo tempo, não tem havido, nem ha n'este paiz e entre os personagens d'a côrte, alguém a quem ella não tenha valido constantemente em qualquer epoca, negocio ou occasião, admiravel e proveitosamente. Especialmente no felicissimo reinado de Bahadur Sha (a), filho e successor do imperador Aurengzeb, fez ella brilhar a sua capacidade, talentos e heroica virtude. Bahadur Sha amou-a em altissimo grau e extremosamente, como a propria mãe (b). A ella entregou inteiramente todos os seus thesouros da côrte, e confiou sempre os mais occultos segredos; fê-la árbitra de todos os seus despachos; finalmente nos hombros d'ella depoz todo o cuidado do seu reino, como n'um esteio firme e seguro; e, emquanto usou o titulo de soberano, entregou e commetteu absolutamente á sua prudencia e bem conhecida virtude todo o governo. Como ella se houye em tão elevada posição e difficil emprego, vou dizer em poucas palavras. Tão fiel e util foi ao imperador que este, até morrer, lhe continuou, sempre crescentes, o affecto e estima que lhe dedicava, e sempre a considerou um sustentaculo do seu reino e do seu nome, a joia mais preciosa e mais cara da sua corôa. Ao mesmo

(a) 1707-1712.

(b) D. Juliana era, aliás, 14 annos mais nova do que Bahadur Shah, que nasceu em 1643.

tempo, era tão affavel, providente, benevola, e grave para com todos os nobres, todos os subditos em geral e estrangeiros, que ninguém ficou sem ser consolado,— todos sem excepção continuaram na posse dos seus bens, ou foram enriquecidos ou beneficiados, e uns foram promovidos, outros elevados, quer ás posições, quer aos officios que procuravam. Para comsigo propria tão parca e modesta que, sem mudar cousa alguma no seu modo de vida ordinario, e sem orgulho, era não só affavel para todos e a todos ouvia e consolava, mas ainda parecia não ter outra occupação mais que ser util a todos; e, ao mesmo tempo que prudentemente exaltava e enriquecia todos, esquecia-se de si propria e dos seus parentes com tão heroica abnegação (18) que tanto o imperador Bahadur Shah, como toda a côrte lhe censuravam tão estoica indifferença. Finalmente, com respeito a Deus e á santa fé, ella que vivia no meio de continuos cuidados e perturbações, não só era pontual e invariavelmente exacta, sem nunca se relaxar na frequencia da egreja, dos sacramentos e de exercicios piedosos, mas ainda heroicamente magnanima e resoluta a favor dos interesses e vantagens da nossa santa religião. Devendo, conforme o estilo, usar uma bandeira por insignia do seu cargo e dignidade, não quiz outra senão a da santa cruz. Não somente empregou todos os meios e arte para favorecer abertamente os christãos e fazêl-os mais e mais respeitados, mas ainda, fazendo uso da sua autoridade para com todos e especialmente perante o imperador, nunca perdeu ensejo de insinuar a verdade e exaltar a excellencia da nossa religião, de instar pela sua necessidade e explicar os seus mysterios. Em todos esses pontos e bem assim nas virtudes e intercessão dos santos, instruiu a côrte e especialmente o imperador, de tal forma que a este faltava só o baptismo, e depois d'elle fallecido correu entre grandes e pequenos que, por diligencias de D. Juliana, fôra de facto baptisado, mas não posso facilmente persuadir-me d'isto. Verdade seja que, relativamente á devoção e crença em varios artigos da nossa

santa lei, o imperador manifestou, durante o seu reinado, evidentes signaes de que alguns passo a mencionar. Em primeiro logar, a despeito de uma forte opposição dos mahometanos, e de seu pae Aurengzeb ter sido acerrimo perseguidor das imagens, elle, ao contrario, deixando o formalismo e o cerimonial em uso n'essa falsa religião quando se recitam orações e preces, não as fazia senão a modo christão e diante d'um grande e devota imagem de Nosso Senhor Jesus Christo orando no horto de Gethsemani. Tendo n'uma batalha invocado o auxilio das almas do purgatorio, e promettido manda-las suffragar com um grande numero de missas (19), logo que ganhou a victoria, ordenou o pontual cumprimento da promessa. Além d'isto, mandava fazer frequentes e abundantes offertas ás egrejas em louvor de Nosso Senhor Jesus Christo, da SS.^{ma} Virgem e de varios santos, exemplo que depois foi seguido e continúa a ser muitas vezes imitado actualmente pelos grandes personagens d'aquella côrte, pela rainha e princezas e pelo presente imperador Mahomed Shah (a), como tambem por sua mãe que, tendo-o obtido miraculosamente, por intercessão de S. João Baptista, lhe deu, depois do nascimento, o nome de Kiaia, que, em arabe, significa João Baptista, e mandou, por muitos annos successivos, celebrar em a nossa egreja, a festa annual da natividade do Santo Precursor. Finalmente, o imperador Bahadur Shah, nos seus ultimos annos, mandava buscar no domingo de ramos um ramo bento, que conservava, durante o anno todo, no seu gabinete com muito respeito. Principiou este bom costume depois d'um facto prodigioso que elle mesmo, e com elle muitos outros, tinham presenciado sensivelmente com os seus proprios olhos. Houve de repente um violentissimo incendio em roda do seu quarto. A este

(a) Mahomed Shah subiu ao throno em 1719; portanto deve ter sido escripta depois a memoria do padre Desideri.

accidente succedeu um grande tumulto, correu muita gente, e já estava em perigo a vida do imperador e bem assim a de outros, quando D. Juliana, vendo que não havia nenhum outro recurso, mandando vir a toda a pressa o ramo bento, que guardava no seu aposento, o atirou ao meio do fogo, com o seu coração e a sua fé em maxima confiança em Deus. Immediatamente cessou o incendio, as chammas apagaram-se, passou todo o perigo, e todos os que ali se achavam sem esperanças, quando se viram salvos da morte, pediram a D. Juliana lhes desvendesse o mysterio, e ella, explicando-o, excitou em todos e particularmente no coração do imperador uma fé viva e solida na virtude e efficacia dos ramos bentos pela egreja e pelos sacerdotes de Christo.

Com estes quatro breves exemplos creio ter dado prova sufficiente da virtude christã, com que D. Juliana (20) se conduzia na elevada posição que logrou durante todo o reinado de Bahadur Shah, relativamente tanto a si propria, como a Deus e á nossa religião.

Comquanto durante o governo dos outros imperadores, ella não fruiu tão absoluto poder e illimitada authorisação, todavia não decahiu, antes continúa sempre a gosar de singular estima n'aquella côrte, d'um terno e inexplicavel affecto de todos, d'uma amplissima esphera de acção e d'uma autoridade muito consideravel e distincta.

A mesma norma de vida, que acabei de mencionar, tem ella observado sempre e observa constantemente em todo o tempo, com grande honra para a nossa santa fé, com excellentes exemplos para esta communidade christã e com muitissimo proveito para esta nossa missão, da qual quiz não somente ser bemfeitora, mas ainda ter o merito de fundadora, recuperando para a referida missão os bens que se tinham perdido com o que os portuguezes tinham soffrido no districto e vizinhanças de Bombaim. (a)

(a) Adiante esclareçemos este assumpto.

Com tal procedimento e tão brilhantes virtudes, ella grangeiou não só a estima, os applausos e o affecto, mas ainda o reconhecimento e gratidão de innumeras pessoas e de differentes povos.

O nosso Padre Geral tem-lhe enviado muitas vezes em nome de toda a Companhia os seus rendidos agradecimentos, e, ao tempo que sahi de Roma, lhe mandou como um sincero testemunho de gratidão, o titulo de Irmã da nossa Companhia, admittindo-a á participação de todas as indulgencias que gozamos e de todo o bem que, com o auxilio divino, na Companhia se pratica. Egualmente, el-rei de Portugal enviou-lhe em seu nome no mesmo anno uma honrosissima carta e alguns presentes (21) em reconhecimento dos serviços que ella tinha incessantemente prestado na côrte do Grão-Mogol, tanto á communitade christã, como á real corôa de Portugal e aos respectivos Estados em Goa e na India. A Companhia Oriental hollandeza nunca assaz deixará de confessar, em todas as partes da India, as obrigações que tambem deve e sempre ficará devendo a D. Juliana.

Finalmente, n'este vasto imperio, o seu nome é continuamente celebrado com universaes louvores e applausos, e, depois da sua morte, se perpetuará glorioso em todos estes logares e na boca d'uma longa serie de vindouros.

Digne-se Deus conservar-lhe, ainda por muitos annos, a vida tão util a todos, em especial á nossa communitade christã, e tão gloriosa n'este imperio para a nossa santa fé; digne-se egualmente conserval-a para lhe corôar por derradeiro os seus grandes e copiosos merecimentos com um termo que eminentemente edifique todo o mundo, e, ao mesmo tempo, seja acceito e precioso diante da magestade divina.

Relativamente a isto, diremos, ella com grande ancia concentrou n'este assumpto, desde longo tempo, todo o seu espirito; e, porisso, tem, ha muitos annos, solicitado com instancias aos imperadores permissão para se reti-

rar da côrte e ir para Goa recolher-se no mosteiro de St.^a Monica, afim de acabar ahi os seus dias no meio das religiosas, consagrando-se unicamente ao importante negocio da sua alma e d'uma feliz eternidade.

A grande utilidade e o summo proveito, que da sua prudencia e eminentes virtudes advieram sempre, e continúam a advir para esta côrte e para todo o imperio, jámais permittiram que qualquer dos imperadores attendesse a esses pedidos; e o interesse do bem publico, o progresso e as vantagens muito consideraveis d'esta communidade christã, com o inestimavel fructo que d'ahi deriva para esta missão, têm agora obrigado o vice-rei de Goa e todos os christãos sem excepção, assim como os nossos padres, a oppôrem-se, com persuasão, instancias, conselhos e razões ponderosas, a tão piedosa e santa resolução, é certo, mas que succede ser muito contrabalançada e, a bem dizer, superada pelos abundantissimos feixes de merecimentos que ella colhe para bem da sua propria alma, — para os grandes beneficios temporaes e espirituaes que, em grande copia, d'ahi auferem outros, — e para o progresso que santamente assim resulta em prol da exaltação da nossa santa fé, e da gloria de Deus. No fim d'esta minha relação, serei obrigado a fallar de novo alguma cousa acerca da nossa missão de Delhi. Porisso, abstrahindo-me, por agora, de tudo que a essa missão respeita, vou proseguir no que principiei, isto é, narrar unicamente o que se refere á minha já começada viagem.»

(*Continúa*)

J. A. ISMAEL GRACIAS.

OUTROS MONUMENTOS A VASCO DA GAMA



m o numero anterior d'esta revista tendo já tratado dos retratos de Vasco da Gama, considerados como seus monumentos, chega agora a vez de fazer aqui menção de outra qualidade de monumentos, que consistem em estatuas, consagradas á gloriosa memoria d'aquelle inclyto vice-rei, que foi o descobridor do caminho maritimo das Indias.

O monumento architectonico, que aos vian-dantes — nacionaes e estrangeiros — da velha cidade de Goa, recorda o vulto do insigne Vasco da Gama, e que ostenta a sua estatua, é o famoso *Arco dos vice-reis*, assim denominado por ser por elle que entravam, na capital do vetusto imperio luso-indiano, os antigos vice-reis e governadores da India quando iam tomar posse dos seus altos cargos.

O vice-rei D. Francisco da Gama foi quem mandou construir o *Arco*, para nelle ser collocada a estatua do seu egrejo bisavô—em reconhecimento do muito que todo este estado (da India) lhe deve por ser o primeiro descobridor e conquistador delle—como bem o diz o alvará de 4 de agosto de 1599, que é a certidão d'edade do mesmo *Arco* e da estatua.

Embora este monumento seja pouco apreciavel como obra de arte, valendo apenas o que representa. convém todavia deixar aqui registada a sua descripção technica. A fachada do monumento é toda de pedra cantaria, bem lavrada, sendo a abobada e as paredes, que a sustentam, de pedra laterite rebocada; no entablamento, a architrave é ornada com espheras armillares e corças esculpidas em pequenos quadrados; no centro do frizo, mais estreito e ladeado por dois sóccos com globos, está um nicho contendo a estatua de Vasco da Gama, em pé de face, fechando o Arco superiormente n'um frontão triangular, tendo na architrave a seguinte legenda:

REINÁDO ELR. D. PHELIPE I POS A CIDADE AQVI

DOM VASCO DA GAMA I COMDE ALMIRANTE

DESCOBRIDOR E CONQVISTADOR DA INDIA

SENDO VIZO-REI O CONDE DOM FRAN

CISCO DA GAMA SEV BISNETO O ANO 1599

IVLIVS SIMON

ING. MAG. INV.

Esta estatua, comquanto um anno depois tivesse sido arrancada do logar onde estava, quebrando-se-lhe a cabeça e as mãos, e feita em pedaços fossem estes espalhados pelas ruas da cidade, foi mais tarde renovada, pois a = muito nobre e sempre leal cidade de Goa em vereação de 9 de dezembro de 1609 mandou refazer a estatua e vulto do conde Almirante dom Vasco da Gama que a cidade (camara) fizera construir no arco dos vice-reis.==

E assim foi renovada a estatua e collocada no logar onde estava a anterior, e alli permanece e se ostenta com ufania, promettendo seculos de duração.

Em portaria provincial de 20 de agosto de 1830, foi mandado conservar, como monumento historico, o Arco dos vice-reis onde está a estatua commemorando e perpetuando o nome e os heroicos feitos de Vasco da Gama.

Tal é a historia da estatua que ainda hoje se vê de pé entre as ruinas da velha capital do oriente portuguez.

Passarei agora a falar de outro monumento, que moderadamente foi erguido na nova capital de Goa, em reconhecimento dos relevantes serviços do 6.º vice-rei da India, D. Vasco da Gama, e para perpetuar a sua memoria.

A ideia inicial da erecção do monumento em Nova Goa dáta de 1897 e consta da proposta por mim feita em sessão da commissão creada pela portaria provincial de 14 de agosto de 1896, e incumbida de indicar a maneira de se celebrar, n'este Estado, o jubileu nacional commemorativo do descobrimento do caminho maritimo para a India,—sessão de 8 de julho de 1897, cuja acta consigna a mesma proposta dizendo :

«O vogal secretario da commissão fez a proposta do teor seguinte :

Sendo muito conveniente que em Nova Goa se levante um modesto monumento que represente o padrão commemorativo de celebração do quarto centenario do descobrimento do caminho maritimo da India, proponho que para perpetuar a gloriosa memoria da mesma celebração seja construido, no local que a commissão julgar mais adequado, um monumento semelhante ao que se mostra da planta, projecto e orçamento, que apresento ao exame da commissão, solicitando-se do governo a necessaria authorisação para a mesma construcção, que deverá ser feita aproveitando-se dos materiaes existentes nas ruinas da cidade velha de Goa, bem como a ordem para ser incluída na distribuição de fundos para obras publicas do corrente anno economico, a verba de duas mil rupias, orçada para essa construcção, de cujas obras será encarregada a direcção das obras publicas ; devendo a inauguração ser feita em qualquer dos dias festivos—17 a 20 de maio de 1898.»

Foi esta proposta approvada unanimemente pela commissão das festas do centenario, submettendo-a á approvação do governo provincial, que a confirmou autorisando a

construcção e as despesas do monumento, para ser inaugurado em 20 de maio de 1898. Mas, dificuldades supervenientes tendo feito adiar a construção, a comissão, em sessão de 23 de janeiro de 1898 = considerando que, não tendo ainda começado as obras de construção do monumento commemorativo da celebração do centenario, construção proposta pelo vogal secretario Carmo Nazareth e por esta comissão apoiada unanime e entusiasticamente em sessão de 8 de julho de 1897, sendo depois autorisada pelo governo em portaria provincial de 14 de agosto immediato; considerando mais que d'entre todas celebrações do proximo centenario, deliberadas por esta comissão e approvadas pelo governo, o padrão commemorativo, de que se trata, é a que mais duradoura será, representando um marco miliario das festas jubilares e despertando nas gerações vindouras o estimulo para as boas acções e o incitamento ao patriotismo = resolveu pedir ao governo as ordens precisas para começar as mesmas obras; o que tendo sido presente ao governo, deliberou este que se lançasse a pedra fundamental do monumento no dia 20 de maio, já que não era possivel fazer-se a construção dentro do curto praso de tempo que resta. Finalmente resolveu a comissão de accordo com a indicação do governo que o local da construção do monumento fosse no jardim D. Luis 1.º, defronte dos paços municipaes e não no local antes escolhido. E assim se fez o lançamento da pedra fundamental do monumento, como consta do seguinte auto que está publicado no *Boletim Official* n.º 49 de 1 de julho de 1898 :

«Aos vinte de maio do anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de 1898, n'esta cidade de Nova Goa, capital da India Portugueza, reinando em Portugal e seus dominios Sua Magestade El-Rei o Sr. D. Carlos 1.º, sendo governador geral do Estado portuguez da India, o conselheiro Joaquim José Machado, reuniu-se a comissão provincial do centenario da India, pelas 5 horas da tarde, e estando presentes o mesmo ex.^{mo} governador geral, sua

ex.^a revd.^{ma} o Patriarcha das Indias Orientaes, D. Antonio Sebastião Valente, sua ex.^a o conselheiro presidente da relação Abel Augusto Correa de Pinho e mais juizes do mesmo tribunal, bem como outras autoridades e funcionarios civis, militares e de armada, abaixo assignados, que foram convidados para assistirem á cerimonia da abertura do alicerce e lançamento da pedra fundamental do monumento que, por proposta da commissão do centenario, approvada pelo governo do Estado, vae ser erigido, no jardim D. Luis 1.^o, como padrão commemorativo ao inclyto D. Vasco da Gama. Começou o acto pelas benções do estilo lançadas por sua ex.^a red.^{ma} o Patriarcha, revestido de pontifical e acompanhado do revd.^o Cabido e clero do patriarchado, depois do que o sr. director das obras publicas José Frederico d'Assa Castel-Branco foi apresentando a cada uma das pessoas presentes a colher de prata, cheia de cimento: para ser deitado na base da pedra angular que continha logar adequado para o deposito do cofre de metal, onde se encerraram 4 moedas de prata e 2 de cobre, que actualmente circulam em Goa e 4 medalhas offerecidas pelo sr. Patriarcha, bem como a proposta feita pela commissão provincial do centenario para a erecção do monumento e o presente auto. Quando a colher foi apresentada ao sr. presidente da relação, este tomando-a, preferiu as seguintes palavras: *Ajudando a cimentar a pedra sobre a qual se vae erigir amanhã o monumento commemorativo do quarto centenario da descoberta do caminho maritimo da India, nós, que hoje temos a honra de constituir o tribunal da relação deste Estado, fazemos os votos mais ardentes para que elle dure por toda a eternidade, afim de que quaesquer que sejam os destinos que o futuro tenebroso tenha reservado á nossa querida patria, exista sempre n'estas paragens um padrão immorredouro, attestando as gerações por vir, que foi um portuguez quem, n'um arranco extraordinario e sobrehumano de audacia, de bravura e de concepção, abriu atravez das ondas myste- riosas e ululantes esse novo caminho para este continente,*

rasgando depois com a sua espada invencivel e com o symbolo augusto da sua fê triumphante a escuridão temerosa em que jaziam envoltos milhões e milhões de homens. E para que desta solemnidade permaneça memoria, se resolveu lavrar este auto, em duplicado, em que se assignam todas as pessoas presentes, commigo secretario da commissão que o escrevi e assigno.—José Maria do Carmo Nazareth—Joaquim José Machado — A. Arcebispo Primaz. Seguem outras assignaturas»

(Continúa).

J. M. DO CARMO NAZARETH.

DE REGICIDIO ULYSSIPONENSI

CARMEN

Alphonsi M. Casoli S. J.

Mutinensis

In Certamine Poetico Hoeuftiano

Magna Laude Ornatum ⁽¹⁾

HAEC vestra, reges, fata, miserrimi
Iam nunc trahuntur: densa per hostium
Non postmodum tela involantes,
Vulnere magnanimo oppetitis,
Aut usitatis in penetralibus,
Aetate grandes, non sine civium
Multa ingemiscunt querela,
Funeream advenietis horam;
Sed sica vobis perfida inermibus,
Sed ignearum vis fera glandium
Improvidis pectus repente
Transadiget iugulumve franget.

(1) Do ultimo n.º da magnifica revista *The Mangalore Magazine* tomamos a liberdade de transcrever esta bem elaborada composição poetica que, estamos, será lida por todos com interesse.

Haec anteactum crimina saeculum,
Haec dira praesens non semel horruit,
Cum regium cives cadaver,
Coetibus in mediis ovantum,

Praeceptis, ut ictum fulmine, humi ruens.
Expalluerunt oraque livido
Extrita plumbo imove ferum
Ad capulum lateri implicatum.

O te quid urbem, Carole, principem
Nuper superbis visere curribus
Cum coniuge et natis, tuorum
Ante oculos periture, suasit ?

Vix arduae namque institerant forum
Altum quadrigae, cum subito horrida
Hinc inde flagrantum reluxit
Missilium crepuitque grando,

Tuque, immerenti cum patre, floridis
Nil tutus annis, victima concidis,
O matris et regni et nepotum
Spes, iuvenis, studiumque inane !

Regina apertis pallida brachiis
Surxisse praepes fertur ab essedo
Interque delapsi mariti
Filii et exanimis cadaver,

Natum suamet morte superstitem
Praestare salvum certâ, viriliter,
Utrumque densabantur ictus,
Foemineum opposuisse pectus.

I nunc, novarum laudibus artium
Licet tumescas usque recentibus
Tuisque nâ, aetas superba,
Ausibus invidias negatum.

Narra excavatas longa volantium
Raptim per alpes agmina curruum
Et incitas igni carinas
Oppositum sociasse mundum.

Narra per auras, subter et aequora
Transducta filo litus ad extimum,
Aut capta, dum fluctu vehuntur
Aetherio, per inane, verba.

Mox navigatum grandibus aera
Narrabis alis, hospes et insolens
Terraeque praepones marique
Sidereos, nova regna, tractus.

At non malignae deterit indolis
Natura quidquam, si neque moribus
Lex imperet rectis honesta,
Nec pietas regat una legem.

Nil, segregato Numine, volvitur
Non luctuosum. Ludimur inscii
Quandoque non excultum avorum
Barbariae insimulamus aevum.

Nos, dum scelesti seditionibus
Cives ruinas civibus adstruunt
Et stricto inardescit simultas
Finitimis dirimenda ferro;

Dum coeca nullum plebs refugit nefas
Iniquiori sorte ferocior,
Unisque compages stat armis
Imperii sociumque foedus;

Nos saecula, nosmet, barbara vivimus!
Chlamys quod ulcus contegit aurea,
Num mitius contacta sensim
Inficit inficietque membra?

Quamqumque virtus non solidaverit
Molem, caduco tollimus omine

Et pondere urgemus superne
Quae ima; basi dubia, fatiscit ;

Ceu conglobatae vis nivis alpibus
Decisa summis ; illa volubili

It acta lapsu orbemque in immensum
Applicitis glomerata massis,

Immane silvis detonat obrutis

Oppletque valles. Undique concavae

Rupes remugivere et ingens

Tecta procul tremor alta stravit.




MUDANÇA DA CIDADE DE GOA

PARA

MORMUGÃO

(Porque, como e quando se tentou fazer a mudança)

(Conclusão dos n.^{os} 1 e 2, pg. 42)

ão se póde pôr em duvida o valor militar e grande tacto administrativo do vice-rei conde de Alvor, do que deu sobejas provas durante o seu governo, por mais de uma vez, em circumstancias difficilimas; e com tal acerto encaminhou os negocios do Estado, que, é bom de se dizer com imparcialidade, o fez sem compromettimento da menor parcella das conquistas, e mesmo do prestigio do nome portuguez por estas paragens.

Praticam, comtudo, os homens certos actos completamente oppostos aos seus principios. Classificaremos esses de aberrações passageiras, filhas d'um espirito completamente dominado pelos adulaadores que, mesmo n'aquella epoca, triste é dizer-se, eram eximios na pratica do seu baixo mister. Nas antecamaras do palacio dos vice-reis exerciam-n'o com grave prejuizo do dominio colonial.

O conde de Alvor estava sob a influencia d'esse mal.

Se elle encontrasse quem franca e lealmente lhe mostrasse não ser de forma alguma realizavel o seu projecto de se mudar para Mormugão, é bem possivel que se dissuadisse. Mas, bem ao contrario, apoiaram-n'o de forma tal, que julgava prestar, assim procedendo, um grande serviço ao dominio portuguez no Oriente.

Foram, sem duvida, unanimes em mostrar as vantagens estrategicas de Mormugão sobre todos os outros sitios, pela facilidade com que d'ahi podiam sahir reforços para diversos pontos que fossem atacados pelo inimigo. Não pouparam em especializar como inexpugnavel a situação escolhida.

Era evidente que as opiniões eram apaixonadas, pois a ninguém passaria despercebido que existiam, mesmo em Goa, diversas situações, offerecendo eguaes ou superiores vantagens.

Depois, a realizar-se a mudança, tornava-se necessario que fosse completada no mais curto prazo, fosse *repentina*, se acaso estivesse nas mãos do vice-rei obrar milagres, porque, no caso contrario, poderia bem ser a causa da perda da cidade de Goa, e dos territorios adjacentes.

Ao inimigo não passariam despercebidos os nossos movimentos, e não deixaria escapar occasião tão opportuna, para, como represalia, cahir em massa sobre as nossas conquistas, o que até então não tinha feito, não por falta de vontade, mas simples e unicamente atemorizado pelo prestigio das armas portuguezas, que, em duros e rijos combates, aterrorizaram os asiaticos de forma tal, que lhes faltava animo para tentar nova experiencia.

Prevaleceu, porém, a vontade do conde de Alvor, que mandou dar execução ás obras da nova cidade, até a sua substituição no governo da India, e, mesmo depois, ellas continuaram, mas com algumas interrupções.

Se o conde já não governava a India, em Portugal exercia o alto cargo de presidente do Conselho Ultrama-

rino, por cujo intermedio dimanavam então todas as ordens reaes.

Antes, porém, de largar as redeas do governo escreveu a el-rei duas cartas : uma em 18 de janeiro de 1685, e outra em 24 de janeiro de 1686, frizando em ambas a necessidade imperiosa de se realizar a mudança.

Na primeira, o conde pintava em côres carregadas a situação dos moradores da cidade de Goa, que eram dizimados pelo seu pestilencial clima, a ponto de se recear que, a breve trecho, ficasse completamente despovoada. Attendendo a isto pedia a el rei que ordenasse terminantemente a mudança para Mormugão, de todos os tribunaes, ministros, etc.

Na outra carta repetindo o que já havia dito, enviava uma planta da cidade em projecto, onde se indicava a disposição das fortalezas e dos edificios, podendo d'esta planta adduzir quão inexpugnável era a situação da nova cidade.

A resposta a estas duas cartas não a recebeu o conde de Alvor, pois, tendo sido chamado para o reino, foi substituido, á vista do indicado nas vias de successão, por D. Rodrigo da Costa.

Respondendo em carta de 22 de maio de 1687, el-rei mostrava-se animado em que se fizesse a mudança, á vista do «parecer de pessoas praticas e zelosas do augmento e conservação d'esse Estado.»

O governador D. Rodrigo da Costa, á imitação do seu antecessor, convocou um magno conselho para ouvir sobre o assumpto da mudança. De todos os que d'outra vez tinham reunido, só três eram dos que haviam tomado parte no conselho convocado pelo conde de Alvor. Um d'elles era o proprio governador, então capitão geral da armada de alto bordo do estreito de Ormuz, do conselho do Estado, e os outros dois, o doutor Manoel Gonsalves Guião e Christovam de Souza Coutinho.

Foram os tres na primeira reunião em tudo conformes com as ideas do vice-rei. Hoje eram de opinião diversa e combatiam a mudança, dando razões diametralmente oppostas ás que haviam antes apresentado.

O doutor Manoel Gonsalves Guião dizia:— «para se dar execução ao que S. Majestade ordenava, se necessitava de consideravel dinheiro para tam grande despeza; e para se lhe dar principio não acho donde se possa tirar, sem que se falte de força ás despesas, que precisamente são necessarias para defensa deste Estado»..... e discorrendo por esta forma accentuava que as «obras que correm por conta de seus moradores, entendo que não haverá quem se anime a fazer esta despeza de prézente, pois consta ter a carestia de mantimentos etc., etc.».....

O voto de Christovam de Souza Coutinho, do conselho do Estado, que o era tambem da primeira vez, não só se limitou a ser contrario ao primeiro, mas censura a forma como o conde de Alvor o obtivera. Mostrava ter havido pressão da parte do vice-rei, que quasi o forçou e coagiu a dar parecer favoravel.

Muito desenvolvido foi o seu parecer da segunda vez. Dizia que os «moradores da cidade de Goa, constam de fidalgos, nobres e mecanicos e não he possivel passarem-se elles para o Monte de Mormugão com as suas familias, deixando (conforme a possibilidade de cada hum) suas commodidades, hortas, palmares e casas n'aquelle cidade, para haverem de fazer outros n'aquelle monte», e continuando a discorrer, pergunta, com razão, d'onde se obterá dinheiro necessario para se fazer a mudança da sé, dos recolhimentos, palacios, egrejas, conventos,—que os enumera, talvez, para reforçar os seus argumentos contra a projectada mudança.

Mais adiante mostra que Mormugão não offerecerá as vantagens que se lhe querem dar, visto tornar-se na epoca das chuvas incommunicavel pelo mar, enquanto a viagem por terra é commoda e viavel só para ricos, que podem

dispor de carregadores e outros meios de transporte, que exige uma viagem sujeita a intemperies do clima. Em somma, o doutor Guião dizia que, a fazer-se a mudança, as suas despesas deveriam correr por conta dos cofres do reino e não do Estado da India, que não estava em condições de poder fazel-as.

O parecer do arcebispo foi tambem contrario á mudança, pelos mesmos motivos apresentados pelo anterior. O vedor geral da fazenda, o capitão da cidade de Goa e o inquisidor apostolico, achavam de alguma conveniencia a mudança, á vista da insalubridade da cidade, que não havia maneira de evitar, a fim de tornar-se habitavel. Consideravam-n'a comtudo inexequivel, estando de pleno accordo quanto ás condições hygienicas do monte de Mormugão.

Emfim, apontavam varios alvitres para se remediar o mal, que resultava, continuando a manter-se em Goa, sobretudo quanto aos que do reino chegavam, e, á vista das cancelas d'uma longa viagem, estivessem mais aptos para contrahir doenças endemicas e contagiosas.

Para nós, o parecer que, de todos, mais deveria calar no animo do governador era, sem duvida alguma, da camara da cidade, pois ella deveria ser o fiel interprete do sentir do povo. Infelizmente, porém, viu-se que não era assim que julgavam os vereadores. D'outra forma não se percebe como n'um curto praso de 3 annos — 19 de janeiro de 1684 a 23 de dezembro de 1687 — tivessem elles mudado de opinião, sobre os *prós* e *contras* que offerecia a projectada mudança.

Bom é que se diga que a não ser o vereador Diogo Fernandes Togueiro, todos os outros eram novos; mas a opinião da camara deveria ser a opinião do povo, a quem competia consultar e do resultado obtido ser simplesmente interprete; — e os moradores da cidade eram da primeira, como da segunda vez, contrarios ao projecto da mudança.

Em 1684 (da 1.^a vez), estava a camara de accordo com as intenções do vice-rei, affirmando que era do agrado dos

moradores a mudança, que sem reluctancia trocariam as suas sumptuosas vivendas por outras mais modestas em Mormugão, e dizia mais que pela perda das commodidades, muito teriam elles a ganhar em saude.

Em 1687 (da 2.^a vez) apontavam-se tantas e taes difficuldades que o mais arrojado defensor da idea da mudança recuaria, mesmo em fazer uma experiencia !

Dá margem para largos commentos a pusillanimidade da camara. Deixaremos para o fim as conclusões que se podem tirar d'este seu modo de proceder.

Além dos já mencionados, foram dados outros curiosos pareceres, prefazendo ao todo quinze. Seis d'estes admittiam a necessidade da mudança, mas mostravam quam difficil era o realizar-se, pelas difficuldades que antepunham; entre outras e a mais attendivel sendo a de estar completamente exausto o thesouro publico.

Os restantes oito negavam em absoluto o seu voto para a mudança, plenamente convencidos, pela forma clara e franca como adduziam os argumentos, de que era inexequível.

Em summa, o governador D. Rodrigo da Costa enviou todos os pareceres a el-rei, fazendo acompanhar da seguinte carta, de 23 de janeiro de 1688 :

« Senhor. Por esta carta foi V. Magestade servido ordenarme que desse principio á mudança desta cidade de Goa para o monte de Mormugão, e quando fossem tam irreparaveis os damnos que se não pudessem conseguir, que ouvisse os mais praticos desta terra e que com o seu parecer, e os dos reais fizesse prezente a V. Magestade as difficuldades que por agora se considerão. Dos papeis juntos constarão as minhas propostas, e as suas razões, e suposto que todos concordão ser util esta mudança pela commodidade do sitio, e pela defensa delle, tudo se difficulta com a falta de cabedaes. Senhor, para a caça em que assistem os que governão a India, he necessario consideravel fazenda para haver de se fazer em Mormugão, porque alem de ser

grande por sy, tem dentro a torre do tombo, a secretaria, o tribunal da Relação, os contos e a matricula, e quando o Estado se achasse com cabedades para edificar isto que digo a V. Magestade, se não achão os vassallos capazes de fazerem esta mudança, e quando não houvesse maior prova que a falta de pessoas para darem os seus pareceres como V. Magestade manda, e delles se podem vér que sendo só clerigos e frades com poucos seculares, o que poderão ser os mais, quando estes poucos são escolhidos?

As razões que então houve para se considerar as conveniências para se mudar a cidade, já foram presentes a V. Magestade pelo V. Rey que foi deste Estado; agora serão dos inconvenientes que tem, sendo tão justo a causa. Sobre tudo mandara V. Magestade o que for servido. Deus guarde a muito poderosa pessoa de V. Magestade etc. etc.

Bem evidente é da leitura d'esta carta, e da forma como se procurou fugir das responsabilidades, que o governador D. Rodrigo da Costa procedeu em todo este importante assumpto com uma fraqueza de animo que o colloca n'uma situação pouca airosa, perante o seu antecessor e dos membros do conselho reunido para dar voto sobre a mudança.

Se elle da segunda vez e em situação differente em que estava da primeira, entendia ser desastrada a idea da mudança, melhor lhe ficaria manifestar-se clara e abertamente, a procurar subterfugios que demonstraram a sua indecisão em tão importante assumpto.

Semelhante proceder pode ser só justificado pelo receio que tinha de desgostar o conde de Alvor, que no reino exercia uma alta função e que lhe dava directa ingerencia nos negocios coloniaes. Procurou á vista d'isto evasivas com o fim de conciliar dois pontos diametralmente oppositos: o primeiro, a vontade inalteravel do conde sobre a mudança para Mormugão, — o segundo, o grito da sua consciencia que lhe aconselhava ser uma verdadeira utopia tal mudança.

Tinha D. Rodrigo da Costa um meio facil e seguro de fugir á responsabilidade. Lá estavam os pareceres, com argumentos esmagadores contra a projectada mudança.

Não logrou, porém, o governador dissuadir o conde de Alvor, e tanto assim é que, em março de 1687, el-rei respondeu pelo conselho ultramarino, insistindo na mudança por *todos terem nella concordado*.

Pouco de importante ha que mencionar concêrnente ao assumpto nos annos immediatos; comtudo não deixaram de vir, de vez em quando, indicações, que evidentemente provavam que no reino havia quem não andava esquecido do plano da mudança.

Passado annos e no governo de D. Pedro Antonio de Noronha, conde de Villa Verde (1693-1698), que substituiu D. Rodrigo da Costa, veio novamente ordem para se tratar da mudança da cidade. O conde foi pessoalmente vêr o que havia feito anterior ao seu governo, e mandou de tudo conta a el-rei, dando ordem para se continuarem as obras já iniciadas.

Dizia o vice-rei, na sua carta a el-rei, que os portuguezes domiciliados na India se oppunham tenazmente á mudança. Os religiosos faziam outrotanto, do que resultava ter de se luctar contra uma forte corrente de má vontade d'um importante nucleo de moradores. Nomeou, comtudo, o vice-rei o padre Theotónio Rebello, da companhia de Jesus, superintendente das obras.

Tudo isto agradou muito á côrte, que divizava n'estas medidas haver no conde de Villa Verde sincera boa vontade em se fazer a mudança, o que não encontrára no seu antecessor.

Quatro annos depois, o mesmo vice-rei recebeu ordens terminantes para se mudar para Mormugão, a fim de, com e sua presença, como rezava a ordem, activar os trabalhos. Por qualquer circumstancia não se deu cumprimento a esta ordem, do que resultou ser o vice-rei ameaçado a ser chamado á autoria, caso não se realizasse a mudança,

e providenciasse por forma que o material das casas demolidas em Goa fosse utilizado para se construirem novas em Mormugão.

Villa Verde foi substituído no governo por Antonio Luiz Gonsalves da Camara Coutinho (1698-1701) e succedeu este D. Fr. Agostinho da Annunciação (1701-1702); mas só durante o vice-reinado de Caetano de Mello e Castro (1702-1707) é que se deu grande desenvolvimento ás obras da nova cidade em Mormugão; contudo, conseguiram os seus inimigos (os governadores sempre o tiveram) indispor-o com el-rei, a ponto de n'uma carta fazer transparecer o seu desgosto pela reluctancia em continuar as obras.

O vice-rei em resposta desfez estas baixas intrigas, dando conta minuciosa do que havia feito e as medidas que tinha tomado para acelerar os trabalhos, que, é bom de se dizer, estavam pouco adiantados.

Passado algum tempo vieram-lhe recommendações para se mudar para Mormugão, o que fez, informando, porém, não haver casa propria para sua residencia, e, á falta d'ella, ter-se installado em casa do capitão da fortaleza, única habitavel, nem porisso offerecendo os commodos que exigia uma longa permanencia. «Não obstante isto—dizia elle—ficaria por lá o tempo preciso para se activarem as obras». Noticia que não agradou muito, pois no reino continuavam a mostrar-se empenhadissimos em os seus logares tenentès darem o exemplo de se mudarem para Mormugão, na certeza de que era um passo importante para os moradores serem forçados a fazer o mesmo.

Em 1707 foi Caetano de Mello e Castro substituído pelo vice-rei D. Rodrigo da Costa ⁽¹⁾, que, na forma do costume, trouxe recommendações acerca das obras de Mormugão, e, até uma ordem para fixar a sua residencia na nova cidade.

Pode-se dizer que, depois d'isto e durante este governo,

(1) Homonymo, mas diverso do outro que foi governador t.

terminaram as frequentes e resolutas ordens acerca da mudança da cidade, o que é mais uma prova que foi só devido á insistencia do conde de Alvor que se manteve por longos 40 annos a idea da mudança da cidade de Goa para o monte de Mormugão.

O facto é que, de 1707 em diante, as cartas régias já não vinham referendadas pelo conde de Alvor, o que faz suppor ter elle deixado de exercer o cargo de presidente do Conselho Ultramarino.

Se no reino já se não lembravam do projecto, outrotanto não acontecia na India, não porque os vice-reis tinham empenho que elle se realizasse, pois ficou provado que lhe eram contrarios, mas porque o padre administrador entendeu ser do seu dever dar conta de como iam as obras. Resultou d'isso mandar el-rei, por sua carta de 18 de março de 1712, suspendel-as, e d'esta ordem foi portador o novo vice-rei Vasco Fernandes Cesar de Menezes (1712-1717). Dizia a carta o seguinte :

Havendo visto a conta que me deu o padre Ignacio de Andrade, do estado em que achavam as obras da cidade de Mormugão, de que é administrador: fuy servido resolver: que emquanto não tomar mais informações sobre a mudança da cidade de Goa para Mormugão, se suspenda a obra, ficando a que está feita reparada em forma, que a inclemencia do tempo a não arruine. De que vos aviso para que assy o façaes executar.

Era bem de suppor que fosse esta carta o epilogo da tentativa da mudança da cidade para Mormugão, e assim deveria ser de facto, se o padre administrador a não interpretasse d'uma forma bem diversa, e arrogou para si o direito de informar directamente el-rei, dando o seu parecer sobre as ditas obras. Pouco durou, porém, o zelp do padre administrador, visto que na côrte já se não via com bons olhos esta mudança, depois de deixar de ser presidente do Conselho Ultramarino o conde de Alvor, quem insistia com mais afínco n'ellas.

Em 1727, vinte annos depois, causou grande espanto na India quando se perguntou do reino o motivo por que estavam suspensas as obras em Mormugão. Ignoravam decerto que tivessem vindo ordens n'esse sentido, e assim se respondeu.

Durou approximadamente 40 annos a idea da mudança da cidade de Goa para o monte de Mormugão, e n'ella ficaram ligados os nomes dos governadores Antonio de Mello de Castro, Manoel Corte Real de Sampayo, e D. Rodrigo da Costa; e dos vice-reis condes de Alvor e de Villa Verde, Caetano de Mello e Castro e D. Rodrigo da Costa.

A principio deram como motivo a insalubridade de Goa, que a tornava inhabitavel, determinando este facto o exodo dos habitantes que iam procurar nos arredores o que não encontravam dentro das suas muralhas: a saude.

A seguir e para reforçar o empenho que havia de se fazer a mudança, lembrou um vice-rei de pintar com côres carregadas a situação insustentavel da capital contra qualquer ataque do inimigo, sem que se pudesse oppor grande resistencia.

Tendo-se encarregado o tempo de provar que não tinha fundamento este receio, sustentou-se a idea da mudança só com o primeiro motivo: a insalubridade.

Para completar as informações acerca da tentativa da mudança, transcrevemos mais as seguintes informações que o erudito Cunha Rivara deixou registadas no *Chronista do Tissuary*:

«Quando concluindo a narrativa da longa e mallograda tentativa da mudança da cidade de Goa para Mormugão, diziamos que depois da resposta dada no Conselho Ultramarino pelo vice-rei João de Saldanha da Gama em carta de 7 de janeiro de 1728, nunca mais se fallára em proseguir nas obras de Mormugão, não tinhamos presente a adopção

d'aquelle condemnado plano pelo successor de João de Saldanha, o vice-Rei Conde de Sandomil, na sua carta de 29 de janeiro de 1734, que agora publicamos; mas o proprio proponente, á proporção que se foi dilatando na India, e foi conhecendo por experiencia as conveniencias do Estado, elle mesmo reformou a sua primeira opinião com outra proposta, que se então, ou pelas adversidades do tempo, ou por haver ainda na costa quem propugnasse pela primeira idea do conde de Alvor, não poude ser tomada em consideração, foi levada a effeito, em parte, um seculo mais tarde por D. Manoel de Portugal e Castro; e he a transferencia da capital da India para Pangim. Propunha o conde de Sandomil estender a nossa cidade desde Pangim até ao monte do Cabo: retrahiu-se a menos o plano de D. Manoel de Portugal, que não a estendeu alem dos limites de Pangim; mas he digno de observação que no dia de hoje se pode dizer realisado o pensamento do conde de Sandomil, ao menos na estação calmosa, em que as principaes familias de Pangim, e ainda de Ribandar, povoam as prais de Caranzalém, e o governo assiste na casa de N. Senhora do Cabo, transformada de conventinho de capuchos em palacio do Estado pelo governador conde de Torres Novas; sendo tudo ligado entre si pela bella estrada, que mandou construir o mesmo governador.»

J. F. FERREIRA MARTINS.



VIAJANTES EUROPEUS NA INDIA

(Continuação dos n.ºs 1 e 2, pg. 51)

III



noticia, que vogava na Europa desde o meado do seculo 12.^o, da existencia d'um imperio christão no Oriente, excitava tanto mais a pia curiosidade dos christãos, quanto essas distantes regiões se pintavam como paraizos carregados de oiro e encantos. O mar, por seu lado, tambem attrahia apezar de todos os seus perigos, porque se cuidava que, ao cabo de trabalhosas viagens, se alcançaria o paraizo terreal; a ambição do commercio accendida em toda a Europa pelos cruzados e mais particularmente na Hespanha pelo contacto intimo em que a occupação arabe a puzera com os monopolistas d'esse commercio, durante a edade média ⁽¹⁾, enchia tambem o peito a esses ousados europeus que, em demanda das opulentas terras do Oriente e do rico principe chamado Preste Joham, cujos dominios estavam situados para além da Armenia e da Persia, e que reunia ao imperio o sacerdocio, sendo um como pápa do Oriente, vinham arrastando a violencia dos temporaes ou as inclemencias de jornadas por inhospitas terras, alargar a esphera da influencia commercial da sua nação, ou estender os dominios da religião de que eram imperterritos propugnadores e propagandistas.

(1) Oliveira Martins — *Hist. de Port.*, liv. 3.^o

Desde que o Infante D. Henrique, isolado no seu rochedo de Sagres, que mais tarde devia converter-se em pedestal de um templo, conseguiu, após arduo e persistente estudo de geographia, desvendar os segredos das ilhas e dos continentes, dos golphos e enseadas, velados pelo manto azul do Mar Tenebroso ⁽¹⁾, é uma pleiade de homens valentes, cheios de imaginação, com ardente fé no futuro, certos do exito das suas arriscadas empresas, que vem ao Oriente, uns por terra, outros por mar, vencendo difficuldades de toda a ordem, sujeitando-se ás mais duras privações.

Em 1486 partem de Lisboa com destino ao Oriente Antonio de Lisboa e Pero Montaroyo, que, infelizmente, não passaram de Jerusalém, por ahi reconhecerem que não sabendo fallar o arabe, não podiam proseguir na sua rota.

No anno immediato sahem com equal fito, isto é, em demanda do principe Preste-Joham, Affonso de Payva e Pero da Covilham com cartas de credito sobre o principe banqueiro, Ccsme de Medicis. D'ahi os viajantes embarcaram para Rhodes, depois para Alexandria, d'onde seguiram pelo Cairo para Tur (Tor) na praia do Mar Vermelho ao sopé do Sinai, como mercadores, acompanhando as caravanas. De Tur foram a Aden, onde se separaram: Covilham para a India, Payva para Suakim na costa da Abyssinia. ⁽²⁾

Covilham, em Aden, embarcou para Cananor e d'ahi para Calicut, donde veiu a Goa, indo depois a Sofala e voltando logo ao Cairo, onde soube da morte do seu companheiro Payva. Partiu em seguida para a Abyssinia a fim de obter noticias do Preste-Joham, e diz-se que, preso sem ser maltratado, favorecido e rico pelo contrario, viveu por trinta e tres annos na Ethiopia, onde acabou. A não ser as

⁽¹⁾ Oliv. Martins—loc. cit.

⁽²⁾ Ib.

primeiras cartas que escreveu para Lisboa antes de partir para a Abyssinia, nada mais consta das suas viagens ou diremos peregrinações, podendo apenas affirmar-se que lhe cabe a honra de ter marcado o itinerario da navegação da India pelo sul da Africa e de ser o primeiro portuguez que atravessou o Oceano Indico

Essas cartas perderam se, mas sabe-se que n'ellas havia copiosa noticia ácerca dos portos e principes indianos e bem assim que o cabo da Boa Esperança era bem conhecido na India, o que é ainda confirmado por varios escriptores, designadamente por sir G. Birdwood, que diz: «quando os portuguezes, dobrando afinal o cabo da Boa Esperança, se precipitaram sobre o Oceano Indico, quaes lobos esfaimados sobre um estabulo bem provido de carneiros, acharam um trafego pacifico e prospero ao longo das praias d'esse mar, trafego que tinha sido creado e promovido durante 3.000 annos pelos phenicios e arabes.» (4)

D'esse trafego se assenhorearam, em poucos annos, os portuguezes, mercê de ousado empreendimento de Vasco da Gama, que, após árduos trabalhos, conseguiu achar a India, onde raças estranhas—arabes, ethiopes, persas, turcomanos, afghans,—que, descendo do mar Vermelho e do mar da Arabia, confundidos na onda religiosa do islamismo, tinham avassallado a península do Indo ao Ganges e e a Africa oriental desde Adal até Monomotapa — tinham um monopolio commercial—maritimo e, como consequencia d'elle, feitorias, colonias e estados.

A chegada de Vasco da Gama encheu de justificar os receios o espirito dos principes indigenas, nomeadamente do Sumudri-rajah (Çamorim) de Calicut, que era então o emporio commercial da costa do Malabar; tomaram o grande almirante por pirata! e esse principe, convencido ou violentado pelos seus subditos, mandou perseguir os

(4) Cit. *Report on Old Records*, pg. 165.

portuguezes, que, depois de uma estação de alguns mezes na ilha de Angediva, se fizeram de vela para Portugal em 10 de julho de 1498, levando comsigo seis nativos como tropheus e uma amistosa carta do Çamorim para el-rei D. Manuel.

A noticia das novas terras descobertas, carregadas de pimenta e cravo, esmeraldas e rubis, perolas e diamantes, transtornou a cabeça aos portuguezes em Lisboa, despertando-lhes no espirito a avidez de ouro e muito ouro, e é porisso que, no anno seguinte ao da chegada de Vasco da Gama a Lisboa, Pedro Alvares Cabral é mandado pelo rei com uma imponente esquadra para mostrar aos indios o poder da nação portugueza, e—porque não?—desaggravar as affrontas com que foi tratado Vasco da Gama, na opinião d'elles um pirata.

N'essa esquadra lança-se a flôr da aristocracia portugueza, deslumbrada com o esplendor das riquezas do Oriente, tal qual era narrado pelos primeiros navegadores; a esquadra rumo para oêste e descobre o Brazil e depois chega a Calicut em 13 de setembro de 1500, sendo Cabral recebido pelo Çamorim com todas as honras de embaixador.

Passado o entusiasmo da recepção, de parte a parte não se entendiam bem, e ás objecções dos escrivães, que mostravam as folhas de palmeiras escriptas, agitando os estyletes de ferro, a indicar as passagens das leis que julgavam oppôr-se aos pedidos dos portuguezes, estes respondiam que queriam, a todo o custo, feitorias na India e que se não lhes fôsse concedido fundadal-as, tinham o bronze das suas peças e o ferro das suas granadas para affirmarem quanto el-rei de Portugal era poderoso e forte.

Sem embargo da opposição, Cabral fundou a primeira feitoria portugueza na India, em Calicut. Houve reclamações por parte dos mouros, que caíram sobre aquella feitoria, seguindo-se logo terriveis represalias dos portuguezes, os quaes bombardearam a cidade e lhe puzeram fogo.

Esta façanha metteu medo aos principes visinhos, tanto que o rajah de Cochim acolheu em boa paz e amizade o almirante que partira para os dominios d'elle, a fim de ali fundar, como de facto fundou, uma feitoria, seguindo depois para Cananor, d'onde regressou ao reino com naus carregados de pimenta e canella.

Cabral contou no reino os notaveis successos da sua accidentada viagem, e as difficuldades com que esteve a braços para estabelecer feitorias. Nada d'isso excitou tanto os animos dos portuguezes, como o desejo de vingar a perfidia do Çamorim, e para tanto se apparelhou nova expedição com destino ao Oriente, sendo confiado o seu commando a Vasco da Gama, que ardia na ancia de desaffrontar os brios offendidos pelo miseravel rajah,— expedição que partiu de Lisboa em fevereiro de 1502.

Durante os setenta ou oitenta annos, que se seguiram á primeira viagem do Gama, visitaram a India muitos europeus, deixando a chronica do que viram, mas a maioria d'elles só se occupa dos dois reinos então importantes, de Vijayanagar e de Calicut, á excepção de Fernão Mendes Pinto, que, emquanto pouco esclarece ácerca da situação politica do paiz, das instituições sociaes e da forma do governo, lança nas suas famosas «Peregrinações» muita luz sobre as façanhas dos portuguezes no Oriente. Apodam muitos de mentiroso esse chronista, tendo-lhe até convertido o appellido *Mendez* em *Mendaç*; e tanto se generalizou este conceito que Congreve na sua comedia *Love for love* diz: *Ferdinand Mendez Pinto was but a type of thee, thou liar of the first magnitude.*»

Não merece, porém, tal apódo o homem que Faria e Sousa, historiador consciencioso, chama *verdadeiro*. Não ha duvida que ha exaggeros nas suas «Peregrinações», mas os outros chronistas d'aquella epoca não estão livres de semelhante macula. Marco Polo — diz M. A. Vambéry—⁽¹⁾

(1) *Voyages and Adventures of Fernão Mendez Pinto*, 1891. Introd. por M. A. Vambéry

o principe dos viajantes asisticos, que não foi conhecido pelo seu zelo apostolico, teve chufas e desdêns em premio da sua grande e proficua obra, e por muitos seculos na Italia significava mentiroso e impostor a expressão *Marco Million*i. Igual sorte acompanhou por muitos annos a Mendes Pinto, que percorreu um grande numero de terras da Asia entre 1537-1558, tendo sido durante esse periodo vendido dezaseis vezes, feito escravo treze vezes, e soffrido cinco naufragios». A chronica de Pinto não é, pois, falha da verdade, mas quiz-se a principio pol-a de parte como uma cadêa de mentiras, porque n'ella se referem por menor muitas das violencias e crueldades que precederam a consolidação do imperio portuguez no Oriente, crueldades e violencias que pareciam incriveis e de que, todavia, dão conta outros escriptores, acaso em côres mais carregadas.

Camões nos seus *Lusiadas* põe em foco as nobres aspirações, os elevados ideaes com que embarcavam para o Oriente os primeiros portuguezes. Pinto descreve o lado opposto, o aspecto tragico d'essas rudes campanhas, d'esses violentos actos que espantaram a India com o que n'elles havia de mais cruel e atroz.

Os principaes viajantes do periodo, a que alludimos, e que decorre de 1500 a 1580, são Ludovico de Varthema, Duarte Barbosa, Cesar de Federici, Fernão Nunes e Domingos Paes, e as suas chronicas são de alto valor. Acerca dos habitos e condição politica da costa do Malabar nenhum chronista dá tão authentica e desenvolvida noticia como Varthema, Barbosa e Federici, que podem dizer-se indispensaveis sobre o assumpto, tendo tambem deixado registadas as suas impressões sobre Vijayanagar e sobre a sua situação politica e social na segunda dynastia, mas n'este particular são mais aproveitaveis as chronicas de Nunes e Paes. Barbosa occupa-se mais das cidades de Coromandel, do Guzerate, do Concão, Orissa e Bengala e dos reinos mahometanos do Deccan, em especial Bijapur.

A esses chronistas devem accrescentar-se os nomes de Camões e Affonso de Albuquerque,— dois portuguezes de

espírito superior e ousada iniciativa que fizeram grande a sua nação, um pelos seus heroismos sem par, outro pelos seus inspirados versos em que perpetuou esses heroismos.

A historia d'um completa-se com a d'outro; se um junta vasto imperio á corôa do seu rei, outro dá á litteratura do seu paiz uma epopéa immorredoura.

Esbocemos agora, em ligeiros troços, a carreira de cada um d'aquelles chronistas.

Ludovico de Varthema era natural de Bolonha. Viajou não somente na India, como tambem por terra em quasi todos os paizes do mundo, e a chronica das suas observações é tão apreciada que tem sido vertida do latim em cinco linguas modernas. Não percorreu terras no intento de commerciar, como outros viajantes; o seu fim era duplo: a curiosidade de vêr e a ambição da gloria de ter visto.

Tendo estado na India pouco antes dos portuguezes firmarem o seu dominio, conseguiu deixar nota do estado do trafego que então existia por vias terrestres, sendo este o capitulo mais importante da sua obra.

Partindo da Europa em fins de 1502 e viajando pelo Cairo, Beirut, Damasco e Mecca, chegou pelo Mar Vermelho a Aden, onde foi preso como um espia christão, tendo, porém, pouco depois conseguido escapar, valendo-se das suas boas relações com a rainha d'aquella cidade; d'ahi foi em direcção da costa nordéste da Africa, d'onde embarcou para Diu e Guzerate. Dos usos e costumes em voga na costa de Cambaia dá curiosa noticia, dizendo que os guzerates não são mouros nem gentios, mas que, pelos seus sentimentos generosos e compassivos para com os animaes, tanto se impoem ao respeito que, se fossem baptisados, lograriam, pelas suas boas obras, a salvação eterna. Do monarcha d'aquella região diz que tinha o bigode tão grande que costumava atal-o por cima da cabeça, como fazem as mulheres ás suas tranças, e que os cabellos da barba chegavam até á cintura.

Proseguindo depois na sua viagem em direcção do sul, Varthema tocou em Chaul, Dabul e Onor (Honowar) e Mangalor, d'onde foi visitar o reino de Vijayanagar, embarcando em seguida para Calicut, porto que rivalisava com o de Cambaia na fama de ser o maior da India. Um terço da obra de Varthema constitue a descripção de Calicut, que é interessante e valiosa pelo completo conhecimento que elle tinha dos usos e costumes da terra, em resultado das suas intimas relações com os indigenas. Saindo de Calicut e tocando de passagem em Quilon e na ilha de Ceylão, onde ao tempo se travavam luctas intestinas entre quatro reis rivaes, visitou Pulicat, Negapatam, Tenasserim e Bengala. Das suas ultteriores digressões pelo Pegú, Malacca, Sumatra e Bornéo, tambem deixou interessante noticia, sendo elle o primeiro europeu que na sua obra se referiu á existencia, no sul, da Australia. Depois de regressar á India, assistiu a um renhido combate naval entre os portuguezes e a armada do Çamorim, nas alturas de Cananor.

Pelas suas qualidades de intelligencia e de trabalho, pela lealdade do seu proceder, chegou a ser feitor em Cochim, tendo-o afinal armado cavalleiro o vice-rei D. Francisco d'Almeida.

Em 1507, Varthema embarcou para a Europa, regressando á sua terra, via Cabo, n'uma nau portugueza. A sua chronica que encerra valiosas observações pessoaes ácerca de tudo quanto viu, e encontrou no decurso das suas viagens, dá um registo cuidadoso e desenvolvido dos heroicos feitos dos portuguezes no Oriente, aos quaes prognostica um futuro brilhante.

A esse chronista seguiu-se Duarte Barbosa, cuja obra, ou a que corre em seu nome, se attribue tambem ao grãnde descobridor Fernão de Magalhães, por que os dois estiveram na India nos primeiros tempos do dominio portuguez no Oriente, tendo ambos percorrido as mesmas terras, observado os mesmos usos e costumes, sendo de

crêr que da obra «Descripção das costas da Africa Oriental e Malabar», a que anda ligado o nome de Barbosa, lhe não pertença a paternidade, pois, apesar de ter elle estado na India em 1508-9, o autor se refere ás acções navaes d'aquella epoca em Diu, como uma apenas. Diz Ramusio que a chronica foi escripta por Magalhães, ou sob a direcção d'este, para ser presente a Carlos V ao tempo em que Magalhães procurava a commissão que posteriormente obteve. Na opinião d'esse historiador, o livro de que se trata não é a chronica de unico viajante, mas uma como descripção eclectica da India e Africa Oriental. tirada dos relatorios e historias de varios mercadores portuguezes que por esse tempo andavam no Oriente, sendo incrível que um só individuo tivesse percorrido tantas terras que se mencionam n'aquelle livro.

«É difficil imaginar — diz elle — que uma pessoa tenha visitado todos os lugares descriptos no livro, mesmo no periodo de dezaseis annos, n'uma epoca em que as viagens eram mais demoradas do que em nossos dias; e as observações que esse livro contém sobres usos e costumes. revelam um conhecimento mais minucioso e intimo do que é licito esperar de quem apenas toca n'um porto para ali se demorar uns dias».

Ali se encontra desenvolvida descripção não só das cidades e pontos notaveis da India, como tambem do Pegu, das Ilhas do Archipelago e da Africa Oriental.

Depois de Duarte Barbosa, veio á India Fr. Luis, que por Affonso de Albuquerque foi mandado como embaixador á côrte de Vijayanagar, a fim de negociar um tratado de commercio. Percorreu algumas terras, mas foi á breve trecho morto por um turco, segundo dizem, por ordem do rei de Bijapur.

Outros que foram áquelle afamado reino e deixaram valiosas chronicas, chamam-se Domingos Paes, que escreveu a sua obra pelos annos de 1520, e Fernão Nunes, que se lhe seguiu dez ou quinze annos depois. Estes dois do-

cumentos que alguém mandou para Lisboa, evidentemente a João de Barros, o qual d'elles se serviu para as suas *Decadas*, foram em 1897 publicados pelo sr. David Lopes sob o titulo de «Chronica dos reis de Bisnagá», a qual, tendo sido traduzida em 1900 em inglez por mr. Sewel, constitue um appendice á sua monumental obra «A Forgotten Empire» (Vijayanagar).

A chronica de Paes descreve com verdade e fidelidade tudo quanto viu na capital hindú; a de Nunes é um resumo da historia pregressa dos reis de Vijayanagar, tradicional embora, mas para a qual obteve os melhores elementos no sitio. As observações de Paes são d'um espectador, as de Nunes revelam que o autor era um amador da historia de Vijayanagar. Ambos são mais graphicos e detalhados do que Conti e Varthema.

O ultimo dos viajantes d'este periodo foi Cesar de Federici, italiano, que percorreu o Oriente desde 1563 a 1581.

«No anno de Nosso Senhor de 1563 — assim corre a traducção da sua obra por Purchas—eu, Cesar Frederico, de Veneza, desejoso de ver os lugares do oriente do mundo, parti para Alepo.»

Chegando a Ormuz, pelo itinerario habitual, foi n'uma nau a Diu «situada — como diz — n'uma pequena ilha, no reino da Cambaia, que é o maior baluarte que os portuguezes têm em toda a India; é pequena sim, mas tem um grande trafego». Consta que, durante a sua permanencia n'esse reino, houve ali uma crise faminea de tal violencia, que a gente vendia as crianças aos portuguezes por uma moeda que hoje equivale á meia libra.

Cesar de Federici esteve em Goa no anno de 1567 e a grandeza da cidade lhe mereceu particular attenção. D'aqui seguiu para Cochim «a principal cidade dos portuguezes depois de Goa» e para Quilon; tocou em Ceylão, indo depois para Nagapatam, S. Thomé, Orissa, Bengala, Pegú e numerosos outros pontos da India; voltou então para Ormuz

em 1580 e d'ahi regressou a Veneza, aonde chegou no anno immediato.

Nas chronicas d'esses viajantes encontra-se copiosa noticia acerca dos dois reinos então importantes : Calicut e Vijayanagar,—noticia que tem ás vezes um caracter contradictorio.

Depois de descrever a opulencia de Calicut, o fausto com que vivia o Çamorim, o volume do trafego aduaneiro, o regimen de tolerancia religiosa, o bom policiamento da cidade, que proporcionava a segurança de vida e propriedade aos negociantes estrangeiros, trata Varthema da administração interna, mostrando o seu grande enthusiasmo pela imparcialidade e isenção com que se julgavam os delictos, no que discarda Duarte Barbosa, para quem «a justiça se administrava em Calicut segundo a qualidade das pessoas», os nobres gozavam de privilegio, não podiam ser mettidos em ferros. Se um fidalgo delinquisse, chamavam-se tres ou quatro cavalheiros da confiança do rei e este lhes ordenava que matassem o fidalgo, mas os encarregados de tão ingrata missão não a cumpriam á risca, atavam a ordem ás costas da victima e lá a abandonavam.

Quando um nobre accusasse outro nobre, o meio de se tirar a limpo o negocio era o mesmo de que faz menção Conti, como em voga no sul da India, isto é, manteiga fervida.

Relativamente ás classes inferiores, a sua sorte era lamentavel, pois se alguém roubasse e fosse encontrado nas suas mãos o objecto roubado ou se o confessasse, era logo executado, quando fosse hindú cortando-se-lhe a cabeça com uma espada e dando-se ao cadaver os mais horripilantes tratos; se fosse mouro, apunhalavam-n'o em vez de o degolarem, mas os objectos roubados tornavam-se propriedade do governo. Se, pelo contrario, o ladrão não confessasse, nem fosse apanhado em flagrante delicto, era o oleo fervido ou, no caso do criminoso ser mouro, o ferro em braza que vinha decidir. Se a applicação d'estes castigos não fizesse damno, soltavam o réu.

Para delictos insignificantes, a multa era a penalidade que de ordinario se impunha, ou o reu era vendido como um escravo. No caso dos delinquentes serem mulheres, nunca se infligia a pena capital, mas impunha-se multas. Se essas mulheres pertencessem á aristocracia, a sentença era para as vender como escravas, mas os seus parentes, no empenho de evitarem a infamia, preferiam matal-as com plena annuencia do rei.

O processo de se cobrar uma divida era curioso, como conta Varthema: o credor, já cansado de esperar o cumprimento da palavra por parte do devedor, que sempre lhe promettia pagar, pegava d'um ramo verde, ia de mansinho atraz do devedor, traçava no chão um circulo e o envolvia de surpresa, dizendo-lhe estas palavras: «Brahmini raza perthe polle», ou «ordeno-te por incumbencia do brahmane e do rei que não saías d'este circulo sem me pagar o que me deves.»

O devedor satisfazia então a divida ou morria no sitio. Se escapasse, era o rei que o mandava matar.

· Similhante processo para cobrança de dividas prevalecia a esse tempo em toda a costa do Malabar, o que tambem confirma Edrisi, de Sicilia, que esteve na India no seculo 12.^o.

Quanto aos usos e costumes sociaes, o que mais parece ter chamado a attenção de todos os viajantes, foi a polyandria das mulheres naires e a tyrannia de prejuizos de castas, tão bem synthetisada nos seguintes admiraveis versos de Camões:

Porque os que usaram sempre um mesmo officio,
D'outro não podem receber consorte,
Nem os filhos terão outro exercicio,
Senão o de seus passados até morte.
Para os naires é certo grande vicio,
D'estes serem tocados, de tal sorte,

Que quando algum se toca por ventura,
Com cerimonias mil se limpa e apura. ⁽¹⁾

Eram muitas as castas e classes sóciaes em Calicut, sendo a dos brahmanes a principal, á qual se seguiam os naires, que, quando saíssem á rua, eram obrigados a levar uma espada e um escudo ou arco, sendo acompanhados pelos «Tiva», ou artifices, «Mechua» ou pescadores e «Poliar» e «Hirava», agricultores. Estes não podiam estar a menos de 50 passos d'um brähmane ou naire, e quando passassem pelas ruas deviam gritar «Popo», para os prevenir, pois se encontrassem de repente um brahmane ou um naire, podiam ser mortos impunemente por os profanarem.

No reino de Calicut, a mulher e não o homem era a quem passava a herança successoral. Assim o herdeiro presumptivo do rei não era seu proprio filho, mas sim o filho de sua irmã, o que talvez se devia aos extravagantes contractos nupciaes entre os naires do Malabar, pois apura-se das chronicas de varios viajantes que os naires casavam aos dez annos de idade, mas nunca cohabitavam permanentemente com suas mulheres. A mulher vivia com sua mãe ou irmão, e recebia quem lhe approvesse, de alta aristocracia, o que importava uma verdadeira polyandria, pois era muito limitado o numero dos naires admittidos, cada um dos quaes contribuia para a manutenção da mulher, e esta fazia por elles a seu bel-prazer a distribuição dos filhos que gerasse.

Afóra tão singular systema de transmissão de herança, nada de extraordinario assignalava os naires, a não ser que constituíam uma casta aguerrida e perfuravam as orelhas de tal modo, em signal de nobreza, que pelo furo se podia introduzir um braço até ao hombro.

(1) *Lusiadas*, canto VII, est. XXXVIII.

Com relação ao reino de Vijayanagar, ou de Narsinga, como lhe chamavam os portugueses, os viajantes, a que nos referimos, dão extensa chronica. Sabe-se que foi em 1490 que terminou a primeira dynastia dos reis de Vijayanagar, tendo sido usurpado o throno por Narascinha, em cujo reinado os portugueses primeiro se relacionaram com esse reino, dando ao paiz o nome, já levemente alterado para Narsinga, do referido monarcha, e á capital o de Bisnagar.

Quando Varthema chegou lá, estava esse rei no throno. O viajante veneziano assigna a Vijayanagar uma circumferencia de sete milhas, o que é muito menos do que assignam os chronistas mais antigos. Diz tambem que o rei de Narsinga é o mais opulento que tem visto.

Barbosa esteve ali nos primeiros annos do seculo 16.º, não se sabendo se foi antes de subir ao throno Krishna Deva Raya em 1509. Deve-se-lhe uma descripção graphica da cidade, com os seus «grandes e lindos palacios, numerosos parques, tribunaes, casas, ruas e largos espaçosos, immenso trafego» etc. Como em Calicut, a vida e a propriedade tinham completa segurança, apesar de que nas ruas se acotovelava uma multidão innumera de gente de todas as nações e crenças. Prestava-se culto á justiça e á verdade, o rei era inexoravel com os funcçionarios que praticassem qualquer delicto.

Federici fornece valiosos elementos para a historia da quéda de Vijayanagar, que se realisou em 1565, dando tambem uma excellente descripção do *sati*, de que já fizemos menção.

Quanto aos outros dois chronistas, Paes e Nunes, o primeiro descreve detalhadamente duas festividades de que foi testemunha ocular, uma d'ella chamava se «Mahanavami» e durava nove dias, a outra era do Novo Anno. Estas e outras festividades se solemnisavam—diz elle—com pompa extraordinaria, realisando-se por occasião espectaculos publicos, jogos athleticos, procissões, dança, fogo de vista e sacrificios de todas as especies. Segundo elle, as rendas

do rei subiam a uma cifra incrível, o exercito era d'um milhão de homens, offereciam-se victimas humanas em holocausto a idolos em dias festivos, ou quando se inaugurasse qualquer empreza nova.

Nunes refere-se incidentalmente á condição dos rôitos no sul de India. «Toda a terra —diz elle—pertence ao rei e das mãos d'elle a tomam para si os capitães, que, por seu turno, a dão aos lavradores, recebendo nove decimos »

O rei era tambem juiz supremo para quem se apellava, quando se tratasse d'algum agravo por parte dos nobres ou dos capitães. No caso de roubo, o capitão da provincia, onde o facto se dêsse, era responsavel até descobrir-se o criminoso. Os castigos eram homeopathicos, a um ladrão cortava-se a mão; nas classes inferiores a morte era a pena mais em uso. Permittiam-se os duellos, mas só mediante licença do ministro, e ao sobrevivente no duello pertencia o espolio do defuncto.

Tal é a noticia que nos deixaram os viajantes do seculo 16.º ácerca dos reinos de Calicut e Vijayanagar, cuja magnificencia, poderio e civilisação os espantou a todos, sendo que para tão florescente estado contribuíram, como factores de primacial importancia, a valentia, o desinteresse e o patriotismo que revelavam os rajahs nativos, isolados em inexpugnaveis fortalezas, e que mais tarde deviam inflamar-se em violentas e ardentes pugnas nos montes do Concão, em prol da reviviscencia da supremacia hindú.

(*Continúa*).

J. B. AMANCIO GRACIAS.

VARIA VARIORUM

Censo religioso do mundo

N'um censo religioso do mundo, recentemente publicado — escreve a *Review of Reviews*, de fevereiro — o dr. H. Zeller, director da estatística em Stuggart, calcula a população total em 1.544.510.000, sendo:

Christãos.....	534.940.000
Mahometanos.....	175.290.000
Judeus.....	10.860.000
De outros cultos	823.420.000

N'este ultimo numero entram:

Confucianos	300.000.000
Brahmanes	214.000.000
Budhistas	121.000.000

Os algarismos acima indicados dão a seguinte proporção por mil, do total da população:

Christãos.....	346
Mahometanos.....	114
Judeus.....	7
De outros cultos	533

Descobertas orientaes

Muito interessantes descobertas têm resultado das excavações, ultimamente feitas no Sudão sob a direcção do dr. Garstang.

O local escolhido pelos exploradores foi Meroe, onde se têm, de tempos a tempos, encontrado curiosissimos achados.

Descobriram-se agora pequenas estatuas da epoca da ultima dynastia da Ethiopia, e bastantes inscrições em hieroglyphos peculiares a Meroe.

O templo de Ammon, tão celebre durante os periodos ptolomaico e greco-romano, foi objecto de minucioso exame, e, entre muitas descobertas, acharam-se alguns retratos em relevo, de Ergamenes, rei da Ethiopia 700 annos antes de Christo.

Manuscriptos coptas

De alguns annos a esta parte têm-se descoberto bastantes manuscriptos coptas, pela maior parte bem conservados. Quasi todos têm sido adquiridos pelos *trustees* do Museu Britannico para a Bibliotheca Nacional, e incluem versões de obras gregas de Chrysostomo, Basilio, Demetrio de Antiochia, Eusebio, Proclo de Cyzico, Athanasio de Alexandria e outros escriptores notaveis da escola monophysita, biographias de bem conhecidos ascetas monophysitas, sermões, commentarios, historias edificantes e homilias.

No intento de facilitar o conhecimento de taes trabalhos aos estudiosos da theologia christã e da philologia copta, os *trustees* do Museu Britannico resolveram publical-os em uma serie de volumes, sob a direcção do dr. Wallis Budge, que fará as versões e notas. O primeiro volume que deve sahir antes de findar o corrente anno, comprehenderá interessantes trabalhos, como os sermões attribuidos a João Chrysostomo sobre a penitencia e a historia de Susana, dois discursos de Proclo contra Nestorio, homilias de Athanasio sobre o perdão e o juizo, a alma, o corpo, e os operarios na vinha, e um discurso sobre o fim do mundo por Basilio de Cesaréa.

Esqueletos humanos

Nas excavações archeologicas, a que o governador do districto de Diu, sr. Freitas Branco, mandou ultimamente proceder nas ruinas da igreja de S. João de Deus, descobriram-se covaes argamassados, contendo esqueletos. Das

3 lapidas tumulares que se puzeram a descoberto, uma é de João Pacheco de Sá, que governou Diu por 4 mezes, vindo a fallecer em 1701.

Centenario nos Reis-Magos

A 28 de fevereiro solemnisou-se com entusiasticas festas na freguezia dos Reis Magos o 4.^o centenario da tomada do baluarte de Bardez, actual forte dos Reis, por Affonso de Albuquerque. No monumento capela, levantado ali em 1906 no local onde, segundo a tradição, os portuguezes desembarcaram, celebrou-se uma missa e na egreja um solemne *Te-Deum*, a que assistiram muitas pessoas de distincção e immenso povo. Fez a guarda de honra uma força militar que foi mandada de Pangim. Por essa occasião, o sr. Ricardo Micael Telles, promotor d'esta patriótica festa, a quem se deve tambem a iniciativa d'aquelle monumento, distribuiu um impresso, contendo trechos historicos, relativos á tomada, em 1510, dos baluartes de Pangim e Reis.

Quarto centenario da tomada de Goa

Em 8 de março installou-se a grande commissão nomeada por portaria de 14 de fevereiro, transcripta a pag. 57 d'este volume. Foram escolhidos para secretario Ismael Gracias, e para vice-secretario o sr. José F. Ferreira Martins. Constituiu-se uma commissão executiva, composta dos srs: conselheiro Norton de Matos, conselheiro Conde de Ribandar, A. Neuparth, Amandio da Cruz e Souza, Antonio da Cunha e dos mencionados secretario e vice-secretario.

Em virtude da portaria de 23 de fevereiro, que autorisa a grande commissão a aggregar a si, como vogaes, pessoas residentes fóra da cidade, resolveu-se nomear, n'estes termos, os srs. presidentes de todas as municipalidades do Estado, menos o das Ilhas que já é vogal pela citada portaria de 14 de fevereiro, e os srs. coronel Fernando da Costa Leal ⁽¹⁾ e Bossuet Rebello.

Tomaram-se varias deliberações concernentes á celebração do centenario.

(1) A 3 de abril falleceu em Pangim este eminente poeta, honra das letras patrias e uma das illustrações da India.

Conselheiro Pedro de Athayde



27 de março falleceu a bordo do paquete *Macedonia*, em viagem de Hongkong a Bombaim, o sr. conselheiro Pedro Maria Telles de Menezes Athayde e Mello, inspector de fazenda, transferido ultimamente da provincia de Macau para a de Moçambique.

O sr. conselheiro Pedro de Athayde foi o primeiro presidente da commissão permanente de archeologia, depois de reconstituída em portaria provincial de 25 de maio de 1903, e um dos fundadores de *O Oriente Portuguez*. Era então inspector de fazenda n'este Estado. Muito solícito e zeloso pelos serviços da commissão, prestou-lhe sempre o seu valioso apoio e todas as possíveis facilidades para o bom desempenho de varios trabalhos.

Serviu na India cerca de vinte annos, desde janeiro de 1887, em que veio, até outubro de 1906 em que regressou ao reino, tendo exercido aqui, successivamente, os cargos de conductor da fiscalisação do caminho de ferro, contador da antiga Junta da Fazenda,

primeiro escripturario da repartição superior de fazenda, escrivão de fazenda em Bardez e Salsete, official sub-chefe da mesma repartição, e inspector de fazenda. Fez tambem parte de algumas outras commissões, tendo presidido a que, em 1905, elaborou o projecto de reforma das pautas.

Sentimos profundamente o inesperado e prematuro passamento d'este prestantissimo funcionario e saudoso companheiro de trabalho.

Descanse em paz.

J. A. ISMAEL GRACIAS.

INDEX ALFABETICO, CHRONOLOGICO E REMISSIVO

Continuação do vol. VI, pg. 432

Ch

	Dia Mez	Anno	N.º	Folhas
Chancellaria p'ella passem os Alvarás de todos os officiaes da Fazenda e Secretaria do Estado e os mais que devem pagar direitos	7 abril	1766	139	49
A respeito dos officiaes da Fazenda não passam na Chancellaria, por outra ordem que veio a Junta da Real Fazenda				
Chancellor da Relação de serventia, que foi tirado do lugar, eprezo pelo Governador, se declara, que o não podia fazer, he restituído do lugar, pagos seus ordenados pelo que occupou o lugar, e não o sendo elle pela Fazenda do Governador	28 fevereiro	1694	58	112
Chancellor, que lugar deve ter no Conselho do Estado	30 janeiro	1699	63	249
Chancellor pode glozar todas as provizoens, e as das mercês	26 março	1596	4	655
Chancellor, sendo proprietario, será terceiro quando o V. Rey, e o arcebispo não concordem	23 março	1604	9	32 54
Chancellor não passe pela chancellaria as cartas dos refrendarios, na conformidade da provizão de 9 de novembro 1717, e nem consita que escrevão mais do que a mesma provizão lhe concede ...	29 novembro	1717	84	246
Chancellor não entre na Meza do Paço	22 março	1628	83	8
Chanceler tire devassa dos officiaes da camara Eccleziastica que levão salarios de mais, e proceda contra elles	5 novembro	1728	96	50
Chancellor que lugar deve ter no Beja Mão	26 fevereiro	1811	191	421
	8 junho	1812	192	206
	23 dezembro	1812	192	205
Chancellor	Vide Capitães tenentes			
Chancellor	Vide Patentes com meio soldo			
Chancellor	Vide Patentes militares			
Chancellor faça tomar contas á Misericordia de Goa	V. Misericordia de Goa, provid."			
Chancellor não dará a vela na Festa das Justças	Vide Festa das justças			
Chancellor dará a vela na Festa das Justças	Vide Festa das justças			
Chandarnate, e aldeas vizinhas, posse que d'ellas tomamos	9 janeiro	1756	128	650

Vol. VII

Ch

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Chaul sobre a sua Alfandega	15	fevereiro	1589	2	9
Chaul não se exporte d'ahi ferro e aço	27	março	1591	2	86
Chaul rende 15\$347:2:32, e despende 44\$730:3:41 no anno			1688	52 331 e seg.ª	
Chaul			Vide Alfandega.		
Chaul			Vide Inglezes, parte de qt.º.		
Chaul, regimento da sua feitoria			Vide Regimentos.		
Chaul perdido			Vide Bardez, e Salsete.		
Chimbel			Vide Carmelitas.		
China, noticia sobre a christandade da China e propagandistas	2	janeiro	1715	80	191
China, estado dos seus negocios em China, estado da sua côrte, relativo a christandade	28	dezembro	1715	81	129
China, ou chinas não venhão de Macao, esse proceda á informação sobre se comprarem, ou não chinas	2	janeiro	1717	82	147
Chinas mulheres, não se possam levar para Moçambique	15	abril	1718	84	382
China, acontecimentos depois da prohibição d'Ley Santa	17	dezembro	1731	101	551
China, o seu estado e noticias	21	março	1724	92	395
China, Embaixador mandado para lá de Portugal	30	abril	1726	93	1400
China, continuação da Embaixada que lá se mandou a	29	março	1725	92	32
China, progremos da Embaixada que se mandou de Portugal, e mais noticias de Macao	15	dezembro	1727	95	523
China estado das suas Missoens, e de Macao	22	janeiro	1728	94	588
China perseguição da Ley Evangelica, e dissensoens de Macao	20	janeiro	1731	97	483
China, estado da sua Missão	19	janeiro	1734	102	665
China, estado da sua Missão e caso milagroso	23	janeiro	1736	104	158
China, sobre os seus ritos se recommenda a observancia da Bulla ultimamente publicada	24	dezembro	1736	106	93 e 103
Chinas, declara-se absolutamente a sua liberdade	26	setembro	1742	116	295
China, guerra do seu Imperador	20	março	1758	131	230
China, sobre os bens dos Jesuitas	28	abril	1778	158	69
China	Vide Congregação da Missão de S. Vicente de Paulo.				
China	Vide Inglezes.				
China	Vide Pretos.				
Chitra perdido pelos Hollandezes	Vide hollandezes.				

Ch

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Christãos novamente convertidos de Salsete não pagão dizimos por 15 annos.....	7	março	1597	1	78
Christãos novos convertidos parecer abeneficio da sua conservação e Mapa das Provizoens a seu favor.....	22	setembro	1711	78	58
Christãos novos convertidos, guardem-se-lhes os seus privilegios, e se criem na casa dos Cathecumenos.....	9	abril	1714	80	118
Christãos novamente convertidos. Christandade, recomendações sobre o seu augmento.....	Vide Cathecumenos.				
Christandade d'Ethiopia, providencia a seu respeito.....	1.º	março	1594	2	246
Christandade vexada pelos hollandezes.....	3	março	1594	2	162
Christãos Portuguezes nas terras de Prest João.....	12	janeiro	1715	80	195
Christãos da costa da Persia possão nomear ouvidores para a sua Costa.....	1.º	março	1594	2	257
Christãos sobre os de Cochim....	3	fevereiro	1594	2	274v.
Christãos não tragão andores, nem sombreiros de gentios, e faça o possivel para tirar as rendas Reaes aos Gentios.....	15	fevereiro	1597	2	367
Christãos novamente convertidos...	16	janeiro	1715	81	94
	Vide Novos convertidos.				

Ci

Cirurgia, promova-se o seu estudo na India.....	8	fevereiro	1779	159	712
Cirurgia apliquem-se a ella os naturaes de Goa.....	16	abril	1785	166	303
Cirurgião-mor, suspende-se-lhe a razão, que se lhe dava no Hospital.....	18	agosto	1730	99	5
Cirurgião do Hospital, Carlos Eloy Boné, aprovação do seu ordenado de 50 xerafins por mez.....	21	abril	1798	178	637
Cirurgioens-mores.....	Vide Capelães.				

Cl

Clerigos, combine o V. Rey com o Arcebispo sobre se não ordenarem desnecessarios.....	22	fevereiro	1723	89	40
---	----	-----------	------	----	----

C

	Dia Mez	Anno	N.º	Folhas
Clerigos, reflexoens do V. Rey ao Arcebispo sobre o seu grande numero	16 janeiro	1749	121	251
Clerigos se ordenem só os necessarios, sendo ouvido o V. Rey	15 março	1750	123	366
	15 março	1750	123	367
Clerigos de Goa, faltos de conhecimentos	19 março	1781	162	85
Clerigos, representação deste Governo sobre a sua multiplicidade.	7 dezembro	1794	176	29
Clerigos, mappa dos que ha em Goa, e Provincias adjacentes, e se pedem providencias sobre o seu excessivo numero	5 março	1798	177	140
Clerigos minoristas se empreguem nas tropas, e artes, e não se consinta se ordenem mais que os necessarios	1 março	1799	179	13
	9 março	1799	179	319
Clero natural de Goa, seu mau character, e nenhuma sciencia, e sua demasiada multiplicidade	24 março	1798	177	547
	4 fevereiro	1803	182	5

Co

Cobre, sobre a sua precizão, e providencia para se procurar	1 março	1594	2	249
Cobre (moeda de) denegue-se licença ás pessoas que a quizerem lavar, porque o deve ser por conta da Fazenda Real	6 fevereiro	1588	1	11 e 12
Cochim, sobre a sua fortificação ...	26 março	1589	2	66
Cochim, varias providencias sobre a sua Sé, Bispo, religiosos, &	10 março	1593	2	140
Cochim, sobre a questão que teve com Goa, a respeito de um por cento	21 março	1595	2	297
Cochim, não entrem armadas na barra, estando lá naus do reino	15 fevereiro	1597	2	367 v.
Cochim perdido	1 fevereiro	1663	28	331
Cochim	Vide christãos.			
Cochim, o seu Bispo governa o Arcebisado de Goa, morrendo o Arcebispo Primaz	Vide Arcebispo Primaz.			
Cochim	Vide Missões.			
Cochim	Vide Bispo de Cochim.			

Co

	Dia Mez	Anno	N.º	Folhas
Cochinchina, sobre o restabelecimento do seu Rey, e utilidades que nos podem prover, e instrucções sobre a sua expedição.....	7 março 17 março	1787	168	1181 1201
Cochinchina, não se continua a negociação com o seu Rey, e os motivos por que.....	10 abril	1788	170	131
Cochonilha, tenta-se o seu commercio do Brazil para a India	2 março	1792	174	255
Cocos, sobre a sua introdução em Goa: Pareceres	10 março	1781	162	1492
E por ora seja livre.....	24 março	1781	162	1505
Cocos podem se importar, e exportar no porto de Goa.....	18 março	1788	164	174
Cocos, entrem de fora em Goa, e se informe o que pagão d'entrada, e sahida: quantos se consomem no paiz; seu preço de 5 annos proximos, e que prejuizo resulta da introdução do de fora.....	5 janeiro	1785	169	444
Cocos de fora, reflexões sobre os direitos que pagarão, para não prejudicarem os do paiz	26 fevereiro	1789	171	376
Cocos, promova-se o seu commercio, por se entender que elle não prejudica o arroz	27 fevereiro	1793	176	284
Coco, participação sobre a decadencia do commercio d'esse importante genero	26 dezembro	1811	191	223, 2.ª p
Cocos.....	Vide Palmeiras.			
Coculim, he obrigado este condado ás rendas do Tabaco, e mais contribuições, e não tem os privilegios, que se allegarão pelo condado: confirma S. Magestade esta sentença da junta da fazenda a este respeito	24 novembro	1785	166	9
Coculim, condado he izento da feytoria de tabaco.....	Vide Tabaco.			
Coculim, condado para se executarem os seus privilegios sobre o tabaco, e rendas novas, sendo elles verdadeiros, e do contrario se informe; e se tomou assento, que não existião, nem se devião guahdar.....	13 março	1788	165	1117

Co

	Dia Mez	Anno	N.º	Folhas
Coculim produz ferro em abundancia ..	15 abril	1776	156	112
Coculim	Vide Condado.			
	Vide Aldeas de Assolná.			
Cofre do estanco, Rainha, bulla, defuntos, e auzentes, não se aprova a suspensão da sua remessa para o Reino.....	10 abril	1765	138	544
Cofre do confisco dos jesuitas, não se tire delle por emprestimo couza alguma, sem a Real determinação, e só delle se gaste para vazos da Marinha, e Arsenal....	18 janeiro	1774	152	48
Cofres do fisco, e dos feitos, guardem-se aonde costumão estar, ou nos contos, e tenham as chaves as pessoas para isso deputadas ..	5 abril	1728	95	96
Cofre do giro estabelecido neste Estado, e o fim que levou..	28 abril	1778	158	83
Collapur, o seu Rey pede soccorro ao Estado, contra o Bonsuló	18 janeiro	1788	169	132
Collapur conserva amizade com o Estado	29 março	1798	177	310
Collapur, seu estado	19 abril	1799	178	100
Collapur.....	Vide Bonsuló.			
Collegios de Chorão, e Rachol entreguem-se aos padres de S. Vicente de Paulo, arbitrando o Governo com o Bispo de Cochim, Governador do Arcebispado, a congrua necessaria, e mais providencias interinas	21 março	1779	159	443
	19 março	1781	162	85
Collegio, ao dos Reis Magos dêem-se 500 xerafins no anno, em que fôr V. Rey, ou governador, para com elles fazerem a despeza do agasalho seu e da sua familia	18 janeiro	1702	66	1
Collegios de Rachol, e Bom Jesus, approva-se a entrega delles feita aos padres da Missão.....	30 março	1784	165	178
	Vide Bom Jesus.			
	Vide Seminarios.			
Collegios de Rachol, e Chorão, seu pouco prestimo, depois da sahida dos padres Italianos	24 março	1798	177	547
Colleta suspensa, e em seu lugar o durreito do comboi	9 março	1693	58	187

Co

	Dia Mez	Anno	N.º	Folhas
Colleta, imposição, a paguem tanto os nacionaes, como os estrangeiros &.....	10 março	1746	119	31
Colleta, estabeleceu-se esta imposição e maneira da sua arrecadação....	17 outubro	1773	152	50
Colluá, se restitua a sua Igreja a Imagem do Menino Jesus.....	18 abril	1724	91	136
Combarjua, sua fabrica se entrega a negociantes particulares. opprovação da côrte.....	3 dezembro	1800	181	527
Comboi, seu direito.....	Vide collecta.			
Comboi, não se divertão para outra parte as embarcações destinadas áquelle fim	15 março	1724	91	83
Cometa que appareceu em Goa em 27 novembro de 1664, sua descripção	17 janeiro	1665	31	210
Comandante geral das ordenanças.	Vide Terço auxiliar.			
Comandante das tropas da India he sujeito, e deve obedecer ao governador e capitão general	25 abril	1786	168	226
Commerciar não pode o Vice Rey e capitão general, ministros, ou official de capitão para cima.....	29 agosto	1720	87	44
	27 março	1721	87	46
Commercio da India Oriental para Occidental de Castela prohibido, e mais providencias	9 março	1594	1	38
Commercio das Indias Occidentaes prohibido entre as duas Corôas d'Espanha, e Portugal	1.º março	1594	2	248
Commercio levanta-se a sua defeza	10 fevereiro	1598	2	400
Commercio he livre dos vassallos de Portugal, do Reino, Brazil, e Ilhas para Moçambique.....	9 março	1672	87	194
	23 janeiro	1673	87	251
Commercio de Bengala.....	Vide Bengala.			
Commercio, florescia d'antes, porque se fazia do Reino a Goa, e dos Portos da India para Goa, mas está perdido por se fazer do Reino para os mais Portos, sem ser como d'antes para o de Goa.....	7 janeiro	1717	82	160
Commercio, sobre se todo do Reino deve ser todo dirigido aos Portuguezes na India, e não aos gentios, e se estes não devem ser rendeiros, ou ter trafico mercantil. Consulta e pareceres, pedidos ao conselho do Estado, e mais pessoas	3 abril	1717	88	192
Commercio de Dio	Vide Dio exuberante.			

Co

	Dia Mez	Anno	Nº	Folhas
Commercio, a ley que o prohibe aos V. Reys, Ministros, Militares & não comprehende os da Ordenança	13 janeiro	1724	91	1
Commercio, a ley que o prohibe não comprehende os governadores das fortalezas da India, despachados antes da sua publicação	18 abril	1724	91	3
Commercio de Goa, motivos da sua decadencia, e que remedio	21 janeiro	1718	83	328
Commercio de Goa, causa do seu abatimento	15 janeiro	1727	93	529
Commercio	Vide Goa.			
Commercio, seu abatimento na India, e que remedios	11 janeiro	1733	101	968
Commercio com os estrangeiros prohibido no Ultramar	21 fevereiro	1748	121	71
Commercio, haja tolerancia, como havia, sobre navios estrangeiros entrarem na barra de Goa	24 março	1750	123	104
Commercio, decreto, e condições sobre o da negociação d'Asia ...	16 março	1753	127	516
E se manda communicar aos reys vizinhos, alliados, e amigos do Estado	6 abril	1754	127	504
Commercio de Goa, modo de o restabelecer, he mandar que todos os navios vão a Goa, licenciados para a Asia	23 janeiro	1775	152	204
Commercio, o grande mal que lhe resulta de não venderem nos portos de Goa a sua fazenda os navios nacionaes	7 maio	1776	156	156
Commercio, pareceres sobre os navios que vem a commerciar á India não o fazerem independentes da capital de Goa	30 abril	1778	158	55
Commercio, desapprovação da cõrte, sobre o tratado celebrado em Goa	Vide Bahia de Lourenço Marques.			
Commercio de Goa, causas da sua decadencia	1.º janeiro	1781	161	565
Commercio de Goa, suas causas serão decididas summariamente. Assento que se tomou a este respeito	19 fevereiro	1782	162	1378
Commercio, se favoreça, e promova de Goa para Moçambique, diminuindo os direitos	21 abril	1784	165	1619

(Continúa).

O ORIENTE PORTUGUEZ

7.^o ANNO. 1910

N.^{os} 5 e 6

— Maio e junho —



UM ORGANISTA DA SÉ DE COCHIM



endo o espirito religioso, a propaganda da fé, um dos principaes, senão o principal incentivo dos arrojados descobrimentos e conquistas dos portuguezes, não admira, portanto, que os nossos monarchas empregassem o mais afervorado zelo nas coisas tocantes ao culto divino. Quem quer os fins, emprega os meios, e elles, convencidos desta verdade, não se esqueciam do fiel cumprimento dos seus deveres de bons catholicos.

Entre os objectos, que formavam o magnifico presente que D. Manuel I enviou ao Preste João, ou imperador da Abyssinia, contavam-se uns órgãos, e na companhia delles foi logo o respectivo tangedor André de Mares, para que não ficassem um instrumento inutil na côrte do *Negus*.

O mesmo soberano deu tambem ordem para que fossem enviados uns órgãos para Malaca e certamente não foram estas as suas unicas resoluções neste sentido.

Os reis de Cochim foram dos nossos mais dedicados amigos, inclinando-se favoravelmente á propagação do Evangelho.

Reinando D. João III foi nomeado tangedor dos órgãos da sé de Cochim Diogo Fernandes, moço da camara d'el-rei, que no anno de 1556, em que lhe foi passado o alvará da nomeação, devia partir para a India. Diogo Fernandes não era, por certo, o primeiro a exercer este cargo, pois no mesmo alvará se diz que elle receberia o mantimento ordenado a tal officio. O documento official tem a data de 6 de março de 1556, acha-se registado na chancellaria de D. João III a fl. 42 do liv. 59, e é do teor seguinte :

«Eu elRey faço saber a quantos este meu aluará virem que eu ey por bem e me praz que dioguo frz. meu moço da camara, que ora vay ha India, sirua de tangedor dos órgãos da see de Cochim, com o qual carguo avera cadanno pera ajuda de sua mantença o mantimento a elle ordenado e seruilloha conforme ao regimento do dito carguo. E por tanto o notifico assy ao meu visorey e guouernador que ora he e ao diante for nas partes da India e aos veédores de minha fazenda dellas e á quaesquer outros officiaes e pesoas a que o conhecimento disto pertencer, etc. Adrião Luis o fez em Lisboa a seis de março de mill bc cinquenta e seis. André Soarez o fez escreuer.»

Rivara descrevendo as inscripções que existiam em seu tempo na igreja de Santo Antonio do convento dos frades franciscanos da cidade de Cochim, dá conta da seguinte, gravada n'uma casupa: *Mestre da capella da Sé. E. 1634* ⁽¹⁾. Tudo emmudeceu no silencio do sepulcro : a voz do musico e até o seu proprio nome !

SOUSA VITERBO

(1) Veja-se *O Chronista de Tissuari*, vol. 2.º, pag. 73.

UMA DONA PORTUGUEZA

Na Côrte do Grão-Mogol

(Novas informações e documentos)

(Continuação dos n.^{os} 2 e 3, pg. 78)

II

D. Juliana segundo mr. H. Beveridge



Encontram-se na conferencia de mr. H. Beveridge bastantes noticias de D. Juliana, mas muito pouco em respeito ás suas relações com os portuguezes. De tão erudito e documentado trabalho, vamos summariar unicamente o que nos vem a ponto.

O pae de Juliana, Agostinho Dias da Costa, era negociante em Cochim, cidade que teve de abandonar quando os hollandezes a tomaram, o que, segundo se lê na valiosa historia de Cochim, do dr. Francis Day, succedeu em 8 de janeiro de 1663. Costa veio primeiro a Goa, e d'aqui seguiu para Bengala onde, e provavelmente em Hugly, nasceu Juliana. Consequentemente não podia ter nascido antes de 1663, sendo, por tanto, erronea a informação dada por Valentijn de ter ella 55 annos d'edade em 1712, e pelo coronel Gentil de ter ella nascido em 1658.

Acerça de D. Juliana existem tres fontes de informação:

1.^a — A que se lê no 4.^o volume da obra de Valentijn, que já citamos a pag. 70, noticia que mais credito merece porque esse autor escreveu e publicou o seu livro em vida de D. Juliana;

2.^a — A narrativa do coronel J. B. Gentil nas suas *Mémoires sur l'Indoustan*, que se publicaram depois de 1822. Gentil era parente de Juliana, com cuja bisneta-sobrinha, Thereza Velho, casou em Fizabad no anno de 1772;

3.^a — Uma biographia persa de Juliana, de que existem na Inglaterra duas copias mss., uma no Museu Britannico, e a outra na collecção Pote da bibliotheca do Collegio Real de Cambridge. A biographia foi escripta em ou por 1774 a pedido do coronel Gentil. O nome do autor foi lido pelo professor Palmer e pelo dr. Rim como Gastin ou Gaston Brouet, mas esta leitura é duvidosa e provavelmente nunca se conseguirá inteiramente correcta. No MS. de Cambridge o primeiro nome está distinctamente escripto—Gastin—e parece que se pode lêr identicamente no MS. do Museu Britannico, o que deixa suppôr que o nome christão seria Gustine ou Agostinho. O autor seria por certo um *feringhi*, ou mestiço, de alguma forma relacionado com os descendentes de Juliana; aliás Gentil de certo lhe não pediria para escrever a biographia, a demais, diz elle (o autor) que colligiu as informações dos seus antepassados—*buzurgan-i-khud* — o que só pode entender-se de parentes de Juliana. A' vista, porém, do que escreve relativamente aos piratas portuguezes, é de crêr que não fosse portuguez, mas de origem hollandeza ou franceza. Fosse quem fosse, era certamente um ingenuo e pouco sabedor, tendo, por isso, motivos para se confessar, como se confessa, um *hechmadan* ou *ignorante*. Começa com a incrível noticia de que Juliana era uma d'essas milhares de mulheres portuguezas que foram levadas de Hugly a Agra na primeira parte do reinado de Shah Jahan. Refere que uma tia de Shah Jahan (talvez Shajsada Khanam, uma das filhas de Akbar) foi em peregrinação a Meca pouco depois da morte de seu irmão Jahangir, e que foi assaltada e roubada pelos piratas portuguezes de Goa. Quando escapou ás mãos d'estes, queixou-se muito indignada, do facto, a seu sobrinho Shah Jahan, o qual resolveu vingal as apromptando uma expedição contra Goa. Mas, no emtanto, havendo-se levantado uma questão em Hugly, o exercito de Shah Jahan teve de marchar para ahí, em vez de ir para Goa; a cidade foi tomada e os habitantes portuguezes foram deportados para

Agra. Juliana, então muito nova, foi transportada com sua mãe, e Shah Jahan fel-as escravas de uma de suas esposas, a qual, pouco antes de morrer, as deixou livres, indo então ambas residir com um padre, cujo nome parece ter sido Antonio de Magalhães.

Tudo isto pode unicamente referir-se á tomada de Hugly em 1631, e, visto Juliana viver mais d'um seculo depois e contar cerca de 70 annos quando falleceu, evidentemente é apocripa a narrativa. E' notavel que, embora a biographia de A. Brouet fosse escripta a pedido de Gentil, este nunca a ella se refira na sua noticia sobre Juliana, nem mencione sequer o caso de Hugly, e dê uma descripção differente do começo da carreira de Juliana. Gentil não viu certamente o MS. de Brouet, o qual, evidentemente, dáta dos principios de 1774, poisque diz Brouet que Gentil viéra á India no anno de Hegira 1165, ou seja 1752, e que já contava aqui 22 annos. Deve ter sido, portanto, escripto pouco antes da morte do patrão de Gentil, Shajaud-daula, vizir de Oudhe. Este falleceu a 26 de janeiro de 1775; e a 17 de fevereiro d'esse mesmo anno, Gentil foi compellido pela influencia dos inglezes a sahir de Oudhe; não teve, portanto, tempo para receber o MS. antes de partir; se o tivéra lido, haveria no MS. informação correcta de haver Gentil passado os primeiros 8 ou 10 annos da sua carreira na India, a commerciar em Bengala e no Deccan. Conforme o MS., Gentil veio á India com seu regimento e foi sempre militar

O MS persa foi traduzido para francez pelo erudito linguista, professor E. H. Palmer, e a versão publicada nos *Nouvelles Annales des Voyages* de Maltebrun, vol. de 1865; mas não se encontra noticia d'esta traducção, nem na lista das obras do dr. Palmer, constantes da sua biographia escripta pelo seu amigo sir Walter Besant, nem no Dictionario da biographia nacional. A traducção foi feita sobre o MS. de Cambridge, que primitivamente pertenceu ao major Polin cujo sello traz. Está escripto em letra clara, mas é moderno e de nenhuma forma superior ao do Museu Britannico.

Além das citadas tres fontes de informação, mr. Beveridge obteve ainda mais uma, de mr. Irvine, referindo-se a escriptores nativos, os quaes são, porém, escassos nas suas relações.

Conta Valentijn que os parentes de Juliana chegaram a Agra — não diz por quê — e que seu pae foi medico assis

tente do príncipe Muazzam, também chamado Shah Alam, mais tarde imperador Bahadur Shah, o qual era 2.º filho de Aurengzeb. Comtudo é certo que o pae de Juliana falleceu em Golconda, pouco antes de Muazzam estar recluso por ordem de Aurengzeb (março de 1686). Em seguida, escreve Valentijn, Juliana foi nomeada superintendente do zenana ou harem do imperador (Bahadur Shah, ou talvez ainda Aurengzeb).

O coronel Gentil dá uma outra variante sobre o começo da fortuna de Juliana. Diz que esta a deveu toda, em primeiro lugar, a ter naufragado, perdendo quasi tudo, salvando apenas algumas curiosidades da Europa, que offereceu a Aurengzeb. Ficou este satisfeito com taes presentes, e confiou-lhe a educação de seu filho Shah Alam (o príncipe Muazzam), nomeando a também superintendente do harem do príncipe. Ora, Aurengzeb viveu na Índia do sul durante a ultima quadra do seu reinado, e, se de facto houve tal naufragio, deve ter-se dado em viagem de Bengala a Madrastra ou Bombaim. Não parece crível que ella tivesse sido incumbida da educação de Shah Alam, poisque o príncipe era quasi 20' annos mais velho do que Juliana.

A' falta de outros materiaes, o unico subsidio é o MS. persa. Verdade seja que tal informação é lendária, mas é algo corroborada pelo que, relativamente á reclusão de Shah Mam, escreve Khafi Khan.

Segundo Brouet, a mãe de Juliana falleceu em casa do padre Antonio de Magalhães, o qual, sendo Juliana já adulta, a casou com um individuo da sua propria nacionalidade. Mas, este feliz casamento pouco durou, porque o marido foi morto n'uma batalha e Juliana voltou viuva á casa do padre, onde permaneceu até conseguir collocação na casa da mãe de Shah Alam. Assim resa o MS., mas parece que a Begum seria não a mãe, mas a esposa do príncipe, a encantadora Nur-a-Niza, a formosa persa cujo engenho poetico e outras boas qualidades Khafi Khan descreve admiravelmente. Termina a narrativa dizendo que Shah Alam andou tão mal que se rebellou contra seu pae e lhe fez guerra, sendo derrotado, e aprisionado com sua mãe, e ambos encarcerados durante muitos annos. Mas, não é verdade que Shah Alam, em tempo algum, se rebellasse abertamente contra seu pae — Bernier diz que era um filho

muito submisso⁽¹⁾ — ; o facto é que seu pae, suspeitando-o, durante o cerco de Golconda, de entendimentos com Abul Hassan, rei de Golconda, subitamente o mandou prender e o trouxe encarcerado durante 7 annos.

Elle (o principe) e sua mãe (ou sua mulher, segundo Khafi Khan) foram a principio tratados com muita dureza, sendo privada a Begum de todas as suas serviçaes, incluindo Juliana. A breve trecho, pediu ella a Aurengzeb pelo menos uma criada e o imperador não só permittiu, mas ordenou que lhe fosse dada uma escrava ou criada grave. Tal era, porém o estado do paiz com marchas e contramarchas dos exercitos, que se não achou nenhuma donzella honesta. Soube-o Juliana e offereceu-se a servir como escrava da sua antiga senhora. Os que estavam encarregados por Aurengzeb de angariar a criada, acceitaram de boa mente o offerecimento e a mandaram a Begum, isto é, levaram-n'a até á porta da fortaleza e verificaram a sua chegada.

Ora, segundo o costume, quando alguém, homem ou mulher, fosse visitar algum prisioneiro do Estado, devia ser sujeito a uma busca. Juliana foi examinada, e despejada uma bilha cheia de agua que levava comsigo. Quando Juliana entrou, a Begum, reconhecendo-a, ficou satisfeitissima, mas teve receios de admittil-a ao seu serviço, porque se saberia que ella fôra sua antiga criada. Assim, expirados 3 dias que é o praso da acceitação de criados, a Begum declarou aos seus guardas que a nova criada lhe não era apropriada, e, portanto, devia ser despedida. Mas, previamente, entregou todas as suas joias a Juliana que, occultando-as — não se diz como — no fundo da sua bilha, a carregou de agua e sahiu. Como á entrada, a bilha foi despejada d'agua, mas as joias escaparam á busca.

Recomeçaram as diligencias para uma nova criada, mas em vão, pelo que a Begum declarou que se contentaria com Juliana, embora inapropriada. Portanto, Juliana foi mais uma vez admittida ao serviço de Begum. D'esta vez Juliana tambem levou comsigo a sua bilha, cheia de agua, mas prendendo no fundo suas tesouras, agulhas, etc. Egualmente dêram-lhe a busca, e despejaram a bilha, mas ficaram no fundo as thesouras e agulhas.

(¹) Note-se que a narrativa de Bernier se refere a um periodo de 20 annos antes da reclusão (Nota de mr. Beveridge).

Tudo isto parece um additamento inutil e incrível á historia, mas —julgue cada um, como quizer, da vigilancia dos guardas—parece algo plausivel. Havia, naturalmente, uma prohibição estricta de se levarem quaesquer instrumentos aos prisioneiros, e Khafi Khan conta uma longa historia com respeito a Shah Alam, confirmada pela narrativa de Brouet.

Diz que Aurengzeb, passados alguns annos depois da reclusão do filho, quiz mandal-o pôr em liberdade, mas desejou fazer previamente uma experiencia. Mandou-lhe um eunucho com um *qalmadan* ou escrivanhinha, com a respectiva caixa, na qual metteu um canivete, e ordenou ao eunucho que observasse cuidadosamente como Shah Alam recebia o presente, e o que fazia quando visse o canivete.

Quando Shah Alam viu o *qalmadan* e soube que era este um presente de seu pae, acceitou-o com grande respeito e exprimiu a sua gratidão. Quando abriu a caixa, viu o canivete, não quiz tocar n'elle, mas, apontando-o, disse ao eunucho que, de certo, havia n'isso um equivoco. Assegurou-lhe o eunucho que o pae lh'o tinha enviado propositadamente, e d'ahi inferiu o principe que o pae o mandaria pôr em liberdade.

Voltou o eunucho e communicou tudo a Aurengzeb, que ficou satisfeitissimo com o comportamento discreto e submisso do principe. Shah Alam foi posto em liberdade em ou por 1693, e mandado como governador para Cabul, onde permaneceu até á morte do pae, em 1707.

Juliana acompanhou-o para ali e ainda em Agra, quando Shah Alam marchou para a India disputar o throno a seu irmão mais novo. Conta-se (escreve Valentijn) que Juliana esteve com elle montado n'um elephante e que o animou para a victoria, dizendo que ella e todos os christãos tinham feito preces pelo bom exito. E', por certo, devido a esta circumstancia que lhe foi conferido o titulo de Juliana *fidavi duago*, a fiel e devota Juliana, e que esta inscreveu no seu sello as palavras *fidavi Bahadur Shah Julia*—Juliana, fiel serva de Bahadur Shah.

Bahadur Shah foi um dos melhores successores de Aurengzeb, e faz-lhe muita honra o tratamento que teve para Juliana que lhe tinha valido nos dias de adversidade. Refere Valentijn que deu á Juliana um *mansab*, ou cargo da classe de 4 mil (isto é, o grau d'um official que tem debaixo de si, pelo menos nominalmente, 4 mil homens) e as

insignias correspondentes á mulher do Amir. Sempre que ella sahisse, acompanhavam-n'a 2 elephantes, levando bandeiras vermelhas em que estavam bordadas cruces brancas. Diz Gentil que Shah Alam dera a entender que, se Juliana fosse homem, a escolheria para seu primeiro ministro.

Juliana era protectora de todos os christãos, tinha levado uns 300 de Goa, e, emquanto tinha o bom senso de fazer voltar os que fossem inaptos, procurava mistéres apropriados para outros. O imperador deu-lhe alojamento na casa que tinha pertencido a Dara Shukoh, filho mais velho de Shah Jahan.

Foi pelos fins do reinado de Bahadur Shah, isto é, a 10 de dezembro de 1711, que chegou a Lahore a embaixada descripta por Valentijn, da qual era chefe Josué Keta-laet. No dia seguinte, a embaixada recebeu, graças aos bons officios de Juliana, um presente de fructas de seu proprio paiz, como pêras e maçãs. Valentijn dá em seguida a historia de Juliana, terminando por um retrato d'ella (pg. 297), no qual a vemos com uma cruz, visto ser christã.

O imperador morreu em fevereiro de 1712, com o que Juliana ficou tão desgostosa que desejou retirar para Goa. Mas, obrigaram-n'a a permanecer. A embaixada hollandesa tambem lá ficou e teve uma entrevista com a imperatriz Jahanda Shah, nome que Valentijn dá a Lal Koer. Com a ascensão de Farrukhsiyar, Juliana soffreu alguns revezes, devido ás intrigas do novo primeiro ministro, mas recuperou a sua posição graças á parte que teve na cura de molestia do imperador. E aqui está um ponto em que parece a influencia de Juliana favoreceu os inglezes.

Diz-se que os inglezes conseguiram certos privilegios commerciaes devido a William Hamilton ter curado Farrukhsiyar de certa enfermidade. Hamilton morreu a 14 de dezembro de 1717 e foi sepultado no cemiterio de S. João, em Calcutta, onde existe uma lapida commemorativa. A inscripção que se pode lér no obituario de Bengala, diz que «a memoria do dr. Hamilton deve ser cara aos inglezes pela reputação que elle ganhou curando Farrukhsiyar, o presente rei, de uma enfermidade maligna.» E' duvidoso o facto da concessão dos privilegios commerciaes em consequencia d'essa cura, mas a verdade é que Hamilton foi mero instrumento, curando o rei, para levantar o credito da sua nação. Tambem Gentil vem cor-
Vol. VII

rborar esta historia, contando que, não tendo os proprios medicos do rei podido cural-o, elle se entregou ás mãos de D. Juliana, que, tendo reunido todos os christãos peritos em medicina, conseguiu recuperar-lhe a saude. Não se pode duvidar que, entre esses christãos estaria Hamilton, cirurgião da companhia da India Oriental.

Diz-se que Juliana conservou a sua influencia durante o reinado de Mahomed Shah que succedeu em 1717, e que se lhe conferiu um cargo especial de que uma das funcções era a guarda da corôa imperial. Juliana falleceu em julho ou agosto de 1734, poupada assim pela morte ao desgosto de assistir ao massacre de Delhi, perpetrado por Nadir Shah em 1739. Foi sepultada em Agra, na egreja catholica romana, e seria interessante saber se ainda existe a sua sepultura, e se tem esta qualquer inscripção.

Tinha uma irmã, chamada Angelica (*Biographie Universelle* de Ed. Michanel) que se casou com um portuguez nobre, chamado Velho de Castro. Ambos foram levados por Juliana á côrte, e talvez esse Velho de Castro fosse o João Velho mencionado por Valentijn (pg. 295) como capitão das tropas europêas ao serviço do imperador em 1712. A filha d'estes Velho de Castro e Angelica, chamada Isabel Velho, succedeu no cargo a Juliana; era casada com Diogo Mendes de Castro, e d'elles nasceram 5 raparigas netas-sobrinhas de Juliana, que successivamente occuparam esse cargo, sendo a ultima Lucia ou Luzia Mendes. mulher de Sebastião Velho, que foi massacrado em 1761. Lucia sahiu então da capital e foi residir em Fizabad onde o vizir lhe deu uma pensão de que ella gosou até á morte, em 1775. Sua filha, bisneta-sobrinha de Juliana, casou em Fizabad com o coronel Gentil em 1772. Quando Gentil teve de sahir de Oudhe, sua mulher e sogra acompanharam-n'o e todos os 3 chegaram á França, (1778). Tres mezes depois, no mesmo anno, morreu Thereza, mulher de Gentil, em Bagnoes, Languedoc. Gentil morreu em fevereiro de 1779, e a sogra, ultima vergonteia de Juliana, a 2 de janeiro de 1806, em Versalhes.

Eis o que dizem de Juliana os escriptores europeus. Como já se notou, escassa menção fazem d'ella os chronistas nativos, mas tal falta não lhe diminue a importancia, nem deixa duvidar da narrativa de Valentijn. A' excepção de Badauni, comparavel a Procopio, são de temer os historiadores nativos e raras vezes mencionam o que mais dese-

jariamos saber. Particularmente são omissos acerca de mulheres, de europeus e de christãos.

Dando estas noticias, mr. Beveridge resume nas seguintes palavras o caracter e o elogio de D. Juliana:

«Julgo interessante a historia de Juliana, historia que deixa a impressão de que era mulher honesta e intelligente, cuja fortuna se deveu ao seu merito, nem teve principio no seu naufragio, como diz Gentil, mas na sua conducta digna e abnegada em servir o seu senhor e senhora, quando ambos estes se achavam em perturbação e desgraça. Não podia Juliana prevêr que elles poderiam sahir d'essa condição, ou que Bahadur Shah teria victoria em Agra sobre seu irmão. Sabia quanto Aurengzeb era um tyranno cioso e suspicaz, porque tinha encarcerado seu filho mais velho até á sua morte, e quão brutalmente se tinha havido para com sua nora, Churanisa, consentindo que os eunuchos a despojassem dos seus ornamentos, etc., por isso, era necessaria uma invulgar coragem e fidelidade para viver como escrava e partilhar o captivo da sua senhora e de seu filho.

Shah Alam que, sob todos os aspectos, foi um homem bom e bem-intencionado, nunca se esqueceu da sua amiga, e, enquanto viveu, manifestou-lhe reconhecimento. Em D. Juliana o caminho do dever era—darei, não de gloria, porque n'aquelles maus tempos não podia haver gloria alguma em qualquer carreira—mas a senda d'uma influencia salutar e de bom exemplo.

N'aquelles tempos, o meio da India era demais forte para qualquer mulher, embora honesta e capaz. Durante seculos a côrte mogol foi — na phrase de Kinsley — um Troll-Garden onde arvore alguma podia produzir fructos sãos. Que poderia fazer a pobre Juliana com molleirões como Jahander Shah, Farrokh Ser e Mahomed Shah? Seria um exaggero comparal-a a mad. de Maintenon (como faz Valentijn), porque não tinha Juliana poder para praticar muito bem e muito mal. Em vista da sua vida boa e util, afigura-se-me ella antes uma Consuelo, lançando um raio de pureza na degenerada capital da India, com a observancia de todos os preceitos da sua religião e mostrando os effeitos na sua conducta».

(*Continúa*)

J. A. ISMAEL GRACIAS.

RECOLHIMENTO DE N. S.^{ra} DA SERRA

(St.^a Casa da Misericordia de Goa)



Senado da mui nobre e leal cidade de Goa, em tempos que já lá vão, no pleno uso e exercicio de seus direitos e regalias, mantinha uma regular correspondencia com os reis de Portugal. Era um privilegio que lhe havia sido concedido, como fora ao Senado da cidade de Lisboa, e de que fizeram bom ou mau emprego, conforme as circumstancias, as epocas e as pessoas de que era constituido.

Não poucas vezes conseguiram indispor os monarchas com os seus logar-tenentes em Goa; mas, tambem, muitas e muitas vezes serviram de freio aos desmandos d'alguns, que, pouco ou nada se importando em exercer o seu mandato com zelo e solicitude, esbanjavam dinheiros do Estado e praticavam outros actos prejudiciaes ao engradecimento do imperio, constituido a troco de tanto sangue, e tão preciosas vidas.

O Senado escrevia então a el-rei, dando minuciosa conta do que se passava e pedindo prompto remedio a esses males.

Não se ignora que uma das muitas causas, a que se attribue a perda do nosso vasto imperio oriental, é a grande devassidão que reinava na cidade de Goa, causando tal facto uma depressão de espirito e a consequente perda d'aquelle valor indomavel que tanto atemorizava os naturaes, a ponto dos portuguezes serem vencedores n'uma lucta de um contra cem.

Em Goa se registavam annualmente muitos casos em que o marido atraído degolava a adúltera. Nem as egrejas eram respeitadas: uma infeliz que se acolheu ao confessorio, como logar seguro para se abrigar das iras do esposo trahido, foi morta a tiro. D'outra vez era um bispo attingido por um bala mal dirigida.

Tornava-se portanto urgente remediar o mal, e era indispensavel haver um mosteiro, um convento ou ao menos um recolhimento para dar guarida ás mulheres que cahissem em erro, e ás orphãs, para que não pudessem trilhar o mesmo caminho.

O Senado, aferindo bem essa necessidade, escrevia a el-rei, pedindo permissão para fazer um mosteiro, expondo as razões de seu pedido e instando muito para conceder a autorização. Respondia el-rei em 27 de fevereiro de 1595: «E no que toca ao mosteiro que vos parece que se deve fazer nessa cidade para recolhimento das filhas dos fidalgos e pessoas nobres que nos servem nesse Estado, pera que me pedis licença, me parece vola não dever conceder por algumas rezões que me offerecem».....

Não desanimaram, porém, os vereadores e instaram no anno immediato, ponderando quão imperiosa era a necessidade de se fazer um mosteiro, e, em 1596, novamente lhes foi negada licença: «E no que toca ao mosteiro que pretendeis fazer nessa cidade pera recolhimento das filhas de criados meus e cidadãos della, por algumas rezões de serviço de Deos e meu vos tenha mandado responder nas vias de dous annos passados que não havia por bem que se fizesse; o que de novo me torna a parecer por muytos inconvenientes que se offerecem.»

Não tardou, comtudo, que, tempos depois, viesse uma resposta favoravel. Em 1599 escrevia el-rei ao Senado de Goa: «E sobre o mosteiro que me pediu mande ordenar nessa cidade, tenho mandado escrever ao Conde Viso Rey e ao Arcebispo de Goa, a quem encomendo muito particularmente esta materia, o que d'elle sabereis.»

Estava portanto resolvido que o mosteiro se fizesse, e talvez se devêsse a Dom Frei Aleixo de Menezes esta subita mudança d'el-rei. A sua autorizada opinião decerto contribui muito para o beneplacito real vir tão inesperadamente.

Se o arcebispo Menezes bem procedeu, melhor ainda executou as ordens regias. Poucos annos decorridos se via erguer um magestoso edificio que se chamava «Mosteiro de Santa Moniça»; mas, antes disso fundou um recolhimento

para meninas orphãs, a que deu o nome de *Recolhimento de Nossa Senhora da Serra*, para honrar por esta forma o nome de seu parente, o inclyto capitão Affonso d'Albuquerque, fundador da igreja d'esse nome, e encarregou da sua administração a Santa Casa da Misericordia de Goa, como se vê do seguinte assento, copiado *ipsis verbis* do respectivo livro que existe no archivo da mesma Santa Casa:

Acordo que se tomou por toda a Yrmandade sobre a caza do recolhimento das orfãos

Aos dezanove dias do mes d'outubr.º de 1598 nesta Santa Caza da Mya. de Goa foy chamada toda a yrmandade cõ as insignias e campaynhas e sino grãde com he costume e sendo junto a mayor parte dos yrmãos o sor. provedor Fernão d'Albuquerque lhe disse como o ilustrissimo e Reverendissimo Sor. dom Aleixo de Menezes, arcebispo desta cidade, primas da yndia tinha determinado fazer um recolhimento para orphãas pobres e desamparadas onde estejam recolhidas e se ocupem em obras de virtude e fora de ocasiões de ofender a dignidade e perder sua honra e fama pera daly cazarem e serem amparadas. E pera efeyto desta obra tinha já dr.º junto e a renda de duas aldeas q. pera yso deu o viso-rey Mathias d'Albuquerque e o mais q. for necessario pera sua sustentação elle sor. arcebispo o hade aver e procurar. E pera a obra se fazer como convem e ao diante hir em crescimento convirá muyto ser administrada e governada no temporal pellos yrmãos desta Santa Caza da Mya. que como erão muytos sempre se averia antre elles yrmãos devotos, virtuosos e temetes a Ds. q. cõ devoção se ocupem ser mordomos e ser amigos das ditas orfãos asy como o são do hospital dos pobres e da caza dos lazaros, e das mays obras da misericordia q. de continuo exercitão, pois esta não he de menos merecimento pera cõ Ds. — E q. tambem resultará dahy muito mais autorydade a esta St.ª Caza da Mya. por ficar como mãy e patrona de amparo das ditas orfãos, — sen nenhua obriguação de tyrar de sy nenhua parte das esmolas q. lhe der os devotos pera se gastar cõ ellas se não faz cõ as da obriguação da mesma caza da Mya. que o provedor e yrmãos ouverem ahy de recolher conforme as constituições do compromisso que se ha de fazer e hordenar

o sor. arcebispo desta cidade que fica mais com o governo espirital q. he seu, mas ainda com o temporal de acordo com os yrmãos da Mya. que são de tanta caridade. E pelo q. pediu aceytasem a admy.^{çam}, e como tem a mya. de Lixboa um recolhimento de orfãas,—o que foy aceito com a condição de o poder temporal e espirital ser-lhe dado só ao arcebispo fundador especialmente e não ha outros seus soccessores. A vista e na forma do compromisso foram elleytos 12 yrmãos pera consultarem este negocio, sendo 6 de qualidade e 6 officiaes a que se deu juramento pera bem desempenharem o negocio.

O pdor. *Fernão d'Albuquerque*.

(Mais 81 assignaturas).

E ao dia logo seguinte sendo juntos em meza o Sr. Provedor com os yrmãos da meza por todos foram elleytos os 12 yrmãos cõ quem se ha de consultar o negocio atras: Seis nobres e seis de menor condição. E dos nobres emlegerão a dom Francisco de Noronha—Agostinho de Souza—Couto—Velho de Macedo e Luiz Coelho, e seis de menor condição (1)

Os quaes yrmãos sendo chamados á meza lhes foy dito pelo sor. provedor como estavam eleytos e lhes deu juramento nos santos envagelhos pera com verdade darem o seu parecer sobre o negocio.

(*Seguem-se 12 assignaturas que não se percebem, mas é de suppor sejam dos irmãos eleitos.*)

Aos 21 dias do dito mez se juntaram os ditos yrmãos e a meza do cabido da Sta. Mya com o Sor. provedor Fernão d'Albuquerque aonde praticarão sobre o conteudo nos

(1) Não é possível lerem-se os nomes, percebe-se comtudo que um era carpinteiro, outro dourador, serigueiro, alfaiate e sapateiro.

assentos atras. E depois de bem examinadas as rezões que se apontaram por todos, visto que nesta cidade não avya mosteiro nem logar apropriado pera recolhimento de orfãos pobres e mulheres virtuosas, e pera essa mudarem muytas em defensa de sua honra e fama e que não averia estando recolhidas e debaixo do governo espirital do sr. arcebispo e no temporal dos yrmãos desta Santa Casa da Mya. lhe pareceu obra santa e necessaria e de muyto serviço da N. Sra. e como tal a dita Yrmandade se devia encarregar da administração temporal della e isto sem agora e em nenhum tempo terem da Mya. a parte das esmolas que se lhes faz; nem será obrigada a metter nõ dito Recolhimento fora do que estiver no compromisso que seja feyto com parecer do sr. arcebispo, provedor e yrmãos da meza—è que sua Ex.^a Revd.^{ma} não fará recolher orfãos se não com parecer do provedor e yrmãos da meza, e o compromisso que se fizer. E declaração mais os ditos yrmãos que se não cumprirem as ditas condições a irmandade ficará desobrigada da dita administração, e que somente em gravidade o sr. arcebispo se fará com seu parecer o Recolhimento na dita caza. E por seu fallecimento e ausencia o provedor e yrmãos da meza farão com tudo o que toca a administração temporal sem o prelado que lhe sobceder entender e som.^{to} a yrmandade ficará cõ o governo sem nhua soperioridade do prelado que sobceder. O que pellos elleytos e pellos mais da meza sendo acordado este fiz eu F.^{co} Paes escrivão da Sta Casa em que todos se assignaram.

O provedor, *Fernão d'Albuquerque.*

Francisco Paes.

(E mais 22 assignaturas inintelligiveis que devem ser dos irmãos da meza e dos doze eleitos.)

J. F. FERREIRA MARTINS.

INDEPENDENCIA DO GOVERNO DE DAMÃO

EM 1835

Ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Major Alfredo Eleuterio da Rocha Vieira,
Governador de Damão.



já bastante conhecida do publico a historia das alterações politicas da India Portugueza no seculo XIX, salientando-se entre varias obras dois apreciados opusculos do venerando octogenario e decano dos jornalistas de Goa, sr. dr. Antonio Anastasio Bruto da Costa, de Margão ⁽¹⁾.

Para que a mesma historia se torne completa, vamos adicionar em seguida alguns importantes documentos que, parece, não têm sido até aqui publicados e jazem esquecidos nos archivos do *antigo e leal Senado de Damão*.

Auto de independencia

I

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos trinta e cinco neste Senado da Camara, aos cinco do mez de abril reunida em vereação, em consequencia de hum officio do Ill.^{mo} Governador desta Praça, o qual se achou presente, o dito Ill.^{mo} Governador, Chefe Commandante das Tropas, Antonio Lobo da Gama, desta

(1) *Goa sob a dominação portugueza e As Revoluções politicas.*

dita Praça e Cidade, o Ouvidor e Corregedor André Zeferrino Collaço da mesma e mais authoridades e officiaes do Batalhão da Guarnição desta Praça, Clero, e mais Nobreza e Povo, bem como o Corpo do Batalhão, todos sem armas, em plena liberdade, estacionados no largo de frente das cazas deste Senado, e sendo todos presentes e os abaixo assignados, propoz o mesmo Ill.^{mo} Governador de que na capital de Goa se achava installado hum Governo nullo e illegitimo, postergando a ley da Prefeitura, emanada do Poder Regio da Senhora Dona Maria Segunda, Nossa Legitima Rainha e Senhora, e bem assim estabelecidos Tribunaes contra a mesma ley da Prefeitura e mais ordens da côrte, entregando-se por estes actos despoticos e arbitrarios, comettidos pela facção desorganisadora do systema constitucional, estabellecido pela Nossa Sagrada Carta, não só a capital de Goa mas ainda nas provincias a hum maior attentado dos mesmos actos despoticos, ficando obrigadas as familias e muitos e muitos cidadãos da India Portuguesa, empregados civis e militares, a desemparar os seus lares patrios, e outros expatriados pelos actos violentos e de coacção, o que tudo manifestou pela sua proclamação registada a fl. 10 v., e que por conseguinte sendo do imperioso dever de todos os cidadãos portuguezes, leaes e adhezos á legitima cauza constitucional, sustentar as leis da legitima authoridade, sendo a principal a ley da Prefeitura e por conseguinte o governo marcado pela mesma; situando-se assim esta cidade na necessidade de não poder reconhecer hum governo illegitimo da capital sem ser responsavel perante as côrtes e Sua Magestade Fidelissima, e que por isso propunha o referido Ill.^{mo} Governador para deliberarem todos sobre a independencia desta cidade e praça, todas authoridades e tribunaes com o governo da capital de Goa, declarando elle ser do voto pela independencia pelas cauzas ponderadas na dita proclamação, em cuja consequencia todos os cidadãos de todas as classes abaixo assignadas, achando que elles não podião reconhecer o governo installado em Goa contra a ley da Prefeitura e mais ordens da côrte, senão o que fosse legitimamente installado, se deliberarão todos uniformemente de que se considerasse esta praça e cidade desligada do dito governo da capital de Goa, emquanto se não estabelecesse o legitimo pela côrte e pela ley da Prefeitura ficaria cessada a prezente deliberação, tornando-se sugeita e dependente da capital de Goa esta praça e cidade e todas suas

authoridades como dantes, e sendo neste mesmo acto tornada a lêr a mesma proclamação ao corpo militar para boa intelligencia, dêrão vivas á Senhora Dona Maria Segunda e pela ley da Prefeitura declarando que elles juravão a manter, sustentar e defender a independencia ⁽¹⁾ na forma referida pela adheção ás ordens de Sua Magestade e Carta Constitucional, e para assim se cumprir e executar se mandou lavrar este auto em que se assignou o mesmo Illmo. Governador e mais authoridades, eccleziasticas, civis, militares e os mais cidadãos presentes com a mesma vereação, comigo escrivão que o escrevy e me assigney. — *Antonio Lobo da Gama — João Baptista Fernandes.*

E no mesmo acto o Senado em pleno acordo pela sua vereação accordou nesta deliberação, com a mesma uniformidade *era ut supra*, prezente o mesmo Illmo. Governador e os mais comigo escrivão que o escrevy. — (aa.) Antonio Lobo da Gama (Governador) — André Zeferino Collaço (Ouvidor) — Joaquim Jacob Salvador Fernandes — Victorino Jeremias de Nazareth — Francisco Cardozo — Manoel Caetano de St. Anna — Pedro do Rozario — Francisco José de Mello — Salvador Caetano de Nazareth (Vigario da vara) — Pe. Lourenço Roiz de St. Ritta (Vigario dos Remedios) — Fr. João das Dores — Fr. Joaquim Soares de Viegas — Fr. Manoel da Conceição — Mauricio Manoel G.^o L.^o (?) — Vicente Bernabé de Espinhosa — José Rebello de Carvalho — Manoel Godinho de Mira — Antonio Francisco Moniz — José de Souza — Francisco Antonio da Costa de A. Teive — Francisco do Mar Nunes — Constantino Antonio da Souza — Pedro Alcantra F. Noronha — Luis Francisco Collaço

(1) Do Livro de registo de 1834 a 1835, *Sécretaria do Governo de Damão*, consta que havia um *Regimento* (7 companhias e 1 bateria de artilheria) cujo major era Manoel Godinho de Mira. A 4.^a companhia estava no fortim «D. Miguel 1.^o» e a 5.^a no Baluarte S. Thiago. O director do arsenal era Francisco Gomes da Costa. O commandante do corpo de caçadores e major commandante do corpo de sipaes era José Rebello de Carvalho, e Luis Antonio de Andrade, major commandante do Campo dos Remedios. O major commandante da provincia da Nagar-Avelly era João Cordeiro de Mello e Castro e commandante do destacamento em Dadrá, José C. do Rosario. Exercia o cargo de major-commandante do Forte de S. Jeronymo, Vicente Bernabé de Espinhosa. Commandante da 1.^a companhia de veteranos Antonio P. da Guarda. Colimão, e da 2.^a Nicolau C. de Menezes; major do 1.^o regimento de infantaria do exercito de Goa, Francisco Antonio da Silva Pimenta.

—José Francisco P. da Gama—Manoel Joaquim Floriano de Campos—Joaquim Alvares da P. Rebello—Paulo Antonio Mascarenhas—Sen.^a (?) de Mattos e Soutto Mayor—Luis Caetano de Siqueira Nazareth—Antonio da Silva—Antonio Joaquim da Silva—Luis Vellozo de Souza—Victorino da Costa e Andrade—Joaquim José Henriques—José Antonio de Andrade—Joaquim Carlos de Albuquerque—Manoel dos Remedios—Manoel Antonio de Souza—Antonio Pereira da Guarda Colimão—Joaquim Pereira de S. Anna—João Antonio Telles Pereira—Florencio Antonio da Trindade—Francisco da Silva Nunes—Manvel Maria de Menezes.

II

Auto do recebimento do Exmo. Prefeito dos Estados da India

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos trinta e cinco, aos quatorze dias do mez de julho do dito anno, neste Senado da Camara reunidos todos os vogaes deste Senado abaixo assignados, sendo o procurador sido Manoel dos Remedios por impedimento do proprio, aonde sendo presente o Illmo. Governador desta Praça, Antonio Lobo da Gama; o Ouvidor e Corregedor da mesma André Zeferino Collaço; os Rd.^{os} Vigarios da vara e das freguezias; Prioros dos Conventos e mais ecclesiasticos; bem como a corporação dos officiaes militares do Batalhão, cidadãos, empregados e negociantes, em consequencia do assento tomado por este Senado na sessão extraordinaria de treze do dito mez e anno e cartas dirigidas aos referidos acima para o fim de se solemnizar o acto do recebimento do Exmo. Prefeito do Estado da India, como de facto se solemnizou e no mesmo acto foy pelo mesmo Ex.^{mo} Prefeito lida huma proclamação ⁽¹⁾ que fica registada no livro competente deste Se-

(1) Acerca da administração do Prefeito, Bernardo Peres da Silva, veja-se o vol. III (1906) d'esta revista, a pg. 161. No anno de 1837, teve elle de fugir de Damão por causa da revolta do batalhão, que ameaçou bombardear o palacio do governo (antiga Fortaleza) e tinha já os canhões carregados e voltados para a residencia do Prefeito. O governador Lobo da Gama, que o acolheu na cidade, tambem andava desgostoso. Em tempo, se nos não falla a memoria, ouvimos ao governador d'este districto, sr. major Alfredo Eleuterio da Rocha Viêira (que muito se tem dedicado ao estudo dos documentos existentes

nado a fl., bem como foy entregue a este Senado no mesmo acto pelo dito Exmo. Perfeito duas copias de decretos: a saber hum da reformation da justiça, e outro da organisação administrativa, hum decreto das eleições impresso em Macau e mais hum folha da chronica de dito, em que contém algum decreto para serem registados, observar e executar o determinado nelles por S. Magestade Imperial. Em fé de que fiz este termo em que assignarão os ditos vogaes commigo João Baptista Fernandes, escrivão do Nobre Senado, que o escrevy. — *João Baptista Fernandes* — *Victorino Jeremias de Nazareth* — *João Jacob Salvador Fernandes* — *Francisco Cardozo* — *Manoel Caetano de S. Anna* — *Manoel dos Remedios*.

III

Auto do juramento e aclamação de Nossa Legitima Soberana, a Senhora D. Maria 2.^a

Anno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil oitocentos trinta e cinco, a oito de setembro nos Paços da Camara Municipal desta Praça e Cidade de Damão, estando reunida a Camara, appareceu o Illmo. e

no archivo da secretaria do governo e tenha, talvez, alguma obra historica já compilada (que oxalá venha breve) que á face da correspondencia trocada entre o Prefeito e o governador Gama, em varios assumptos de administração, o Prefeito parece ter alguma razão, attendendo-se de mais ás condições excepcionaes em que elle se achava na occasião. O certo é, que elle attrahiu para si as iras do então poder *omnipotente* — o batalhão militar —, e, infelizmente, da sua passagem, a tradição não lhe é muito favoravel n'esta cidade.

Todos esses documentos foram extrahidos do *Liv. n.º 2, destinado para termos de hypothecas, onde estão diversos termos e formularios de posturas — desde o anno de 1826 até 1847*.

Vem em seguimento aos mesmos o «Auto da declaração do protesto desta camara municipal relativa á eleição de deputados: = «pela noticia que tinha que em Goa, capital dos Estados da India se tratava de proceder á eleição dos deputados ás côrtes sem mandado da authoridade legitima, e com exclusão de eleitores de duas comarcas de Dio e Damão, despoçando desta maneira os habitantes desta comarca do seu direito da representação etc.» (30-9-1835). *Cit. Liv., fol. 41*.

O auto da aclamação da constituição teve logar em 28-1-1837. Além do Prefeito Peres e do presidente da camara Luiz Antonio de Andrade assigna tambem Bernardo Peres da Silva Junior, filho do dito Prefeito e ha mais 100 assignaturas. *Cit. Liv., fol. 46*.

Exmo. Sr. Prefeito dos Estados da India, acompanhado do Secretário Geral da Prefeitura, o Governador desta Praça e Cidade, acompanhado do seu Estado maior, o Juiz de Direito com sua Alcada, o Provedor com seus homens de diligencias, o Juiz de Paz desta Comarca, bem assim todas mais authoridades, Clero, Nobreza, e Povo desta Praça e Cidade, convocado pelo Bando desta Camara de quatro do corrente mez, os quaes todos, sendo recebidos pela Camara, que os convocou com a solemnidade do costume e tendo cada qual tomado os lugares que lhe erão designados, o Rdo. Prior e Vigario da Vara desta Sé Matriz apresentou a S. Ex.^a o Sr. Prefeito os Santos Evangelhos, a cuja vista pondo-se de joelhos repetiu o seguinte juramento :

—Eu juro aos Santos Evangelhos reconhecer por Legitima Rainha Constitucional do Reino de Portugal, Algarves e seus Dominios a Senhora D. Maria Segunda, ser fiel e obediente a Esta, manter e defender a Carta Constitucional da Monarchia Portuguesa e observar as Leys.— :

juramento este que prestarão successivamente o mencionado Governador desta Praça, a Camara Municipal e todas as outras authoridades, Clero, Nobreza e Povo mencionados. Acabado este acto de juramento o Juiz de direito desta comarca recitou um discurso analogo á circumstancia, qual ultimado, foy desenrolado o estandarte da Camara com Armas Reaes e se derão vivas á Senhora D. Maria Segunda, Legitima Rainha Constitucional de Portugal, Algarves e seus Dominios, vivas que fôrão repetidos por todas as authoridades referidas, Clero, Nobreza e Povo que forão retumbados na Praça correspondente, manifestando a todos o regosijo por hum acto tão satisfactorio e suspirado, que acaba de firmar a restauração da Monarchia Portuguesa, tantos annos illutada *sic* pela guerra civil da usurpação; e logo os corpos militares postados naquella Praça, fizeram as discargas do costume em actos semelhantes, principiando pelo parque de arthilharia que salvou. E feito este auto do relacionado para futura memoria se dirigiu todo o cortejo á Sé Matriz desta dita cidade para render graças ao Altissimo, com *Te Deum* e

missa solemne disposta por esta Camara; por bem do que se fez este auto que o escrevy e me assigney com o mencionado Sr. Prefeito e todas as Authoridades, Clero, Nobreza e Povo que prestarão o juramento. (aa.) João Baptista Fernandes — Bernardo Peres da Silva — Antonio Lobo da Gama — O presidente. Lourenço Maria Fernandes — Pedro Alcantara de Noronha — Pedro Antonio Alvares — Ignacio José de Oliveira Nogar — Nicolao Roiz de St. Anna — Mody Dorabsá Nervangi — Caramochande Rupchande — O Secretario Geral da Prefeitura, Constancio Roque da Costa — O Juiz de Direito, André Zeferino Collaço — O Provedor, Antonio Francisco Moniz — Juiz de Paz, Manoel Joaquim Floriano Marques — Pe. Lourenço Roiz de St. Rita — Pe. Agostinho José da Costa — F. Joaquim dos Veres.^o (parece ser um frade dos extinctos conventos de Damão) — Francisco José de Mello. Feitor-Alcaide mór — Salvador Lourenço de Valladares. Escrivão da Fazenda Publica — Antonio Francisco Gomes. Escrivão da Fazenda — José de Souza, Escrivão da Meza da Alfandega — Joaquim Jacob Salvador Fernandes — Francisco Antonio da S.^a Pimenta — João Joaquim de Oliveira Nogar — Caetano Ribeiro — Antonio Joaquim da Piedade Pereira — Luiz Antonio de Andrade — Manoel Caetano de St. Anna — Manoel Xavier do Rozario Ozorio — Manoel dos Remedios — Vicente Bernabé de Espinhosa — Francisco Antonio da Costa de St. Anna — José Agostinho Mateus Pereira, Alferes de Dio — Luis Simão Gomes — Sebastião José Gonsalves — Floriano de Almeida — Cangy Beramgy — Mody Quecobad Dorabsa — Mody Dadabay Sapurgy — Bau Bagiba Parabu — Sorabgy Fardongy — Apá Ganaput — Vissanate Nanã (segundo constructor) — Paulo Antonio Mascarenhas (Mestre das 1.^{as} letras). — Naranbay Dearamo — Mulchande Daramochande — Faquirbay Rociquedas — Jadó Semagy (primeiro constructor) — Guelabay Valadás — João Pereira — José Maria de St. Anna.

Damão, fevereiro 1910.

ANTONIO FRANCISCO MONIZ.

VIAJANTES EUROPEUS NA INDIA

(Continuação dos n.ºs 3 e 4, pg. 115)

IV

Foi a dilatação da fé um dos principaes fins da viagem á India. Attestam-n'o os chronistas, dil-o a curta phrase, em que aos emissarios do Zamorim de Calicut resumiram eloquentemente os companheiros de Vasco da Gama o grandioso projecto, que os fez transpôr mares nunca d'antes navegados, per-lustrar inhospitas plagas e por fim alcançar o ambicionado *velo d'ouro* que são as terras do Oriente, povoado de infi-eis, no meio dos quaes os ousados viajantes se propunham espalhar a luz do evangelho.

«Vimos buscar christãos e pimenta» — foi a resposta que elles deram, e em tão poucas palavras está compendiada a sublime missão dos portuguezes na India. Em cada costa ou praia aonde aportavam, era uma cruz que erguiam, como um padrão commemorativo da sua chegada, e diante d'ella se curvavam reverentes, elevando preces ao ceu pela sua viagem feliz.

Esse espirito propagandista, de que eram dotados os primeiros viajantes, fez com que viessem á India grupos de missionarios, cuja acção evangelisadora ainda hoje se vê rediviva em numerosos christãos, de que é povoado o Hindustão, e no grande numero de templos de culto catholico, que se erguem magestosos em varios pontos.

D'esses missionarios os mais notaveis, isto é, os que nos deixaram a chronica das suas observações sobre usos e costumes da India, são os que, a convite do grande monarcha Akbar, foram, em 1569, á afamada côrte mogol e

que são Rodolfo Aquaviva, Antonio de Monserrate e Francisco Enriques. Tendo chegado a Surrate por mar, viram logo uns costumes completamente diversos dos observados em outros pontos da India, havendo-lhes despertado particular curiosidade os numerosos hospitaes que ali existiam para aves aleijadas e doentes. Contam que tão fervoroso era ali o culto dos animaes, que um capitão portuguez conseguiu exploral-o para alcançar dinheiro. Reuniu um grande numero de cães e annunciou que os ia deitar ao mar. Apenas a gente piedosa soube isto, quotisou-se entre si para impedir a crueldade, tendo pago toda a importancia coalhada ao feliz e astuto capitão.

Referem tambem esses frades que, enquanto os passaros tinham abrigo e bom tratamento em hospitaes, seres humanos pereciam nas ruas á mingua de soccorros; e bem assim que os mercadores e usurarios se serviam de todos os ardis e expedientes para se locupletarem á custa da ingenuidade do povo.

Depois de transporem o Tapti e o Nerbudda, seguiram, atravessando varios pontos onde soffreram indscriptiveis privações, para Fatepur Sikri, aonde chegaram fatigados e exhaustos, mas reanimados com a esperanza de fazerem proselytos no reino do famoso Akbar. Este recebeu-os com todo o entusiasmo e cordialidade, proporcionando-lhes os mais appeteciveis commodos e offerecendo-lhes dinheiro, que elles cortezmente recusaram, o que muito lhe agradou. Os missionarios acharam-n'o branco como um europeu e de cerca de 50 annos de idade. ⁽¹⁾

Pouco depois, o rei designou uma conferencia theologica em que tomariam parte os missionarios christãos e alguns *mollahs* mahometanos. Tal conferencia effectivamente teve lugar, havendo de parte a parte animada, quiçá irritante, discussão sobre varios pontos, nos quaes cada um dos dois partidos julgava levar a melhor sobre o outro.

Lá se demoraram algum tempo os missionarios, mas vendo que não conseguiam o fim para que ali tinham ido, resolveram regressar, não sem tentarem persuadir o rei a abraçar o christianismo e a estabelecer-o nos seus dominios, — tentativa que se malogrou por completo, embora

(1) Ha n'isto engano. Akbar tinha apenas 28 annos d'idade quando visitaram os frades, mas é possivel que parecesse muito mais velho.

Akbar tivesse em alta consideração os frades e os seus esforços no sentido de diffundir a fé na India.

Comtudo, os bons missionarios não desanimaram; a cortezia com que Akbar os tratava e a grande veneração que votava á imagem de Nossa Senhora, deixou-os esperancados, imaginando que o prestigioso monarcha, que andava em busca d'uma religião, verdadeira e procurava conhecer a fundo todas as religiões para a final escolher a que se lhe afigurasse menos eivada de erros e defeitos, se decidisse a abraçar o christianismo. Não o largavam com as suas exhortações, obsidiavam n'ó com os seus conselhos, apoquentavam n'ó com razões de varia ordem, até que enfim Akbar, no intuito de se desquitar de tão zelosos importunos, lançou mão d'um expediente singular. Annunciou-lhes que um doutor mahometano ia lançar-se a uma fornalha com um exemplar do Korão debaixo do braço e insinuou-lhes que elles tambem lhe deviam seguir o exemplo. Os padres não estiveram por isso e pediram logo licença ao monarcha para se retirarem, como de facto se retiraram, chegando a Goa em 1583. ⁽¹⁾

Mais duas vezes em 1591 e 1595 solicitou aquelle soberano missionarios christãos, estes foram para a côrte mogol, mas em vão. Akbar não se movia, andava sempre com evasivas, desagradando-lhe muito o espirito aggressivo, a intolerancia, a falta de serenidade com que alguns d'esses missionarios discutiam verdades da sua religião com os que professassem outra crença, emquanto a tolerancia dos cultos era uma das divisas do grande soberano mogol, como se conhece do seguinte facto.

Pelos fins do seu reinado, os portuguezes conseguiram estabelecer-se em Dacca, que era então o grande emporio commercial de Bengala. Irritou isto os mahometanos, cujos mollahs (ministros religiosos) procuraram concitar o povo contra os intrusos «cafres» que propositadamente blasphemavam o Propheta, comendo carne de porco e bebendo vinho; e advertiram-n'ó de que se não tomasse conta d'esses «perversos», seria certa a vindicta celestial. A principal

(1) Cf. Padre Sousa, *Oriente Conquistado*, 2.^a Parte, Conq. I, Div. II. §§ 43, 44, 60 a 62 e 63.—Goldie, *The first Christian Mission to the Great Mogul*, e Ismael Gracías, *Uma Dona portugueza na côrte do Grão Mogol*, pgs. 14-38.

mulher do nababo affligiu-se muito com tal predicção e envidou os seus esforços para serem expulsos os forasteiros.

Quando, porém, se levou a questão ao conhecimento de Akbar, este, longe de satisfazer os caprichos dos seus fanaticos correligionarios, deu ordens não só para que não fossem molestados os portuguezes, mas offereceu-lhes a mercê das rendas d'uma certa terra! ⁽¹⁾

No curioso livro de Peregrinações de Samuel Purchas, ha algumas paginas dedicadas ao padre Nicolau Pimenta, que foi visitador dos jesuitas na India, e cujas cartas, escriptas de diversas regiões da India, a Claudio Aquaviva em 1598 lançam luz sobre usos e costumes da costa de Coromandel e do Pegú, sendo curiosa a sua descripção dos reinos que ficam ao sul e oéste da India austral. Conta elle, que ao tempo da sua visita, o rajá de Travancore esperava um assalto do rajá de Maduré com 70.000 homens; que o rajá de Gingi «admirava que nós não mastigassemos folhas de betle». O que mais interessante se torna nas suas cartas é a agudeza e a fidelidade com que reproduz as suas observações. Muito curioso o titulo que elle diz tinha o rajá de Vijayanagar ou Narsinga: «Esposo de Subvast (isto é, da Boa Ventura), deus de grandes provincias, rei dos maiores reis e deus dos reis, senhor de todas as cavallarias, mestre dos que não sabem fallar, imperador de tres imperadores, conquistador de tudo quanto vê, conservador de quanto tem conquistado, tremebundo em oito partes do mundo, vencedor dos exercitos mahometanos, governador de todas as provincias conquistadas, senhor dos espolios e da riqueza de Ceylão, que excede o mais valente que cortou a cabeça do invencivel Verivalalam, dominante do oriente, norte, sul e oéste e bem assim do mar, caçador de elephantes, que vive e alcança gloria na virtude militar».

Não parou n'isso a corrente propagandista dos missionarios portuguezes, os quaes conhecendo que Bengala pouco tinha aproveitado do seu salutar influxo, para lá se dirigiram em numero de quatro, pelo anno de 1612, sob a direcção de Sebastião Manrique, frade da ordem de S. Agostinho. Sahindo de Goa percorreram por longos treze

(1) Murray, *Discoveries & Travels in Asia*, II, 98.

annos diversas terras da India, chegando afinal a descansar em «Angelim» (Ingelly), á boca do braço occidental do Ganges. Ali tiveram de passar crueis tribulações. O nababo local, Musundulim, apenas elles aportaram, mandou-os entregar todas as chaves da nau, ao que o piloto não accedeu, resultando d'isto que o principe dêsse ordens para elles serem executados. O piloto e Manrique foram presos, em parte despojados do seu vestuario e maniata-dos, precipitando-se os soldados, em attitude minaz e de cimitarra na mão, para cumprirem a atrocidade ordenada pelo nababo. O piloto não se deixou intimidar por esse apparatus medonho de verdugos, mas o frade esteve quasi a perder a cabeça diante da imminencia da execução. Tudo, porém, não passou de mera ameaça, visto como dois dias depois, durante os quaes a vida d'esses portuguezes esteve presa d'um cabelo, os soldados se tornaram amigos das pretendidas victimas, ás quaes offereceram ainda *pan-supari*.

N'esta altura do seu curioso «Itinerário», Manrique dá interessantes noticias ácerca da situação politica e social de Bengala, descrevendo tambem a grande fertilidade da planicie do Ganges e a magnificencia dos seus tecidos de algodão.

Affirma, porém, que a prosperidade do paiz fica em grande parte tolhida pelo regimen oppressivo do representante mogol na Bengala. Se um colono não puder, por qualquer motivo, pagar a sua contribuição, o governo não só lhe toma a propriedade, como tambem a mulher e filhos. A culpa—refere Manrique—não é toda do governo; o rôito bengali nunca gosta de pagar sem a applicação do chicote e até sua mulher insiste na necessidade de semelhante castigo, pois se ella souber que seu marido pagou sem esforço ou de boa vontade, deixa o á meia ração por algum tempo, como uma penalidade pela sua *leviandade* em pagar ao estado.

Diz Manrique que o povo não tinha energia e que a bondade era entre elles uma palavra vã. «Quem dá uma bofetada é um cavalheiro; quem não a dá é cão». Algumas observações sobre a religião indú, sobre o *sati*, sobre a veneração dos indús pelo Ganges e pela vaca, sobre a sua immolação em Jaggernath e Sagur, poem um bello fecho á interessante narrativa de fr. Manrique quanto a Bengala, d'onde seguiu elle para Chittagong, partindo depois para Arracan. Esteve ali longos annos, voltando em seguida a

Bengala, onde foi preso, mas apenas o puzeram em liberdade, regressou a Goa, donde foi a Malacca, visitando depois Macau, as Filipinas e a Cochinchina. Mais uma vez voltou a Bengala, donde seguiu para Agra, Lahore e Multan, que diz abundar em largas aldêas e excellentes estalagens

Em Multan associou-se a um mercador que conduzia uma expedição commercial para Tatta, não tendo para isto difficuldade alguma, porque os indigenas d'ahi tinham o preconceito de que o *feringhi* conseguiria bom exito para qualquer empreza em que tomasse parte. E não se provou infundado tal preconceito. pois, tendo sido fortemente atacada a expedição em Bakkar, o valoroso frade salvou-a de exterminio completo com obuzes e não menos com a sua fina tactica militar. Onde quer que elle estivesse, para lá lhe levavam os indigenas os seus doentes, apesar d'elle lhes assegurar que não possuia o segredo de curar. Após muitos provações e privações, chegou a expedição a Tatta, onde fr. Manrique obteve do dominante mogol um formão autorisando a erecção d'uma egreja christã, o que muito agradou ao povo e ao governador local. Depois d'isto fr. Manrique regressou á Europa, via Cabul, Candahar e Persia, terminando assim os trabalhos apostolicos d'esse zeloso, ousado e intelligente missionario, que foi uma das figuras de relêvo nos primeiros annos da dominação europeia na India.

Ao lado d'esses religiosos, merecem especial menção os quatro famosos pioneiros do commercio inglez na India, que são o padre Thomas Estevam, que esteve em Goa em 1579 e occupou o lugar de reitor do collegio de Rachol, Ralph Fitch, negociante de Londres, Newbery e Leeds. O primeiro foi um litterato, um erudito, que deixou obras de valor, sendo a mais interessante o seu *Purana*; mas, afóra a sua correspondencia epistolar com o pae, na qual deixou registadas as suas impressões, perfunctorias embora, acerca das riquezas do Oriente,—correspondencia que despertou muito enthusiasmo na Inglaterra, incitando os seus conterraneos a virem commerciar á India, nenhuma das suas obras dá noticia da condição social e politica do paiz em geral, limitando apenas as suas observações a Goa, onde viveu a maior parte do tempo.

Fitch foi um verdadeiro viajante, tendo percorrido junto com seus dois companheiros quasi toda a India. Em Goa foram presos com suspeita de espiões, mas, graças aos

bons officios do padre Thomas Estevam, tiveram logo liberdade. As suas observações, recolhidas em chronicas e em cartas para seus amigos, são devéras curiosas, referindo-se aos usos e costumes das diversas raças e classes que povôam a India, sendo, porém, muito insignificantes e superficiaes as que tratam de Akbar e da sua côrte, pois, apesar de Fitch e seus companheiros terem estado n'essa côrte algumas vezes, outra cousa lhes não prendeu a attenção senão a magnificencia e o apparato com que vivia o rei-sol.

Em Fatepur, os tres separaram-se. Newbery foi para Lahore, segundo refere Fitch, mas ha quem affirme que se estabeleceu em Goa como logista; Leeds entrou para o serviço de Akbar como joalheiro, enquanto Fitch proseguiu nas suas peregrinações, regressando depois á Europa em 1591.

A's informações que nos fornece a chronica de Fitch, cumpre acrescentar a larga noticia dada sobre as possibilidades de trafego na India por sir Francis Drake, o qual navegára no Oceano Indico dez annos antes, sem ter chegado, porém, a tocar qualquer porto da India. Ficou celebre esse mercante inglez por ter apresado uma nau portugueza, que ia em direcção a Portugal, carregada de preciosas mercadorias da India, tendo sido este facto o que, juntamente com as cartas do padre Thomas Estevam, abriu os olhos dos inglezes para o largo campo que a India proporcionava para a expansão commercial da mãe-patria.

Seguiram se, pois, as expedições de Lancaster em 1591 e de Dudley em 1596, mas ambas mallograram-se, tendo-se perdido todos os navios de que se compunham, o que por algum tempo desanimou ulteriores empreendimentos.

Em 1599 veio á India por terra outro viajante inglez, John Mildenhall, com o fim de negociar com o Grão-Mogol um tratado de commercio. Admittido á presença de Akbar, offereceu-lhe 29 cavallos e algumas joias, o que muito lisonjeou a vaidade do grande potentado. Na segunda audiencia, começou o astuto bretão as suas supplicas, que se resumiam n'isto: alliança entre Akbar e a rainha de Inglaterra, licença para os inglezes commerciareem nos dominios mogoes, e, por ultimo, a neutralidade d'esse monárcha no caso de haver guerra entre os inglezes e os portuguezes nos mares da jurisdicção d'elle. Akbar ordenou que esses pedidos lhe fossem feitos por escripto e prometeu resolver logo o assumpto, mas entretanto foi averiguando acerca do poder e character da nação a que pertencia o

visitante, affirmando-lhe os jesuitas portuguezes, ouvidos sobre isso, que os inglezes eram «um povo de ladrões» e que a visita de Mildenhall visava a arrancar das mãos do poderoso Grão-Mogol os seus melhores portos. Isto fez com que o emissario inglez fosse desde então tratado por esse monarcha e pela sua côrte com visivel indifferença e desconfiança, mas Mildenhall não desanimou. Proseguindo nas suas negociações e contrapondo as suas habilidades ás machinações dos jesuitas, conseguiu afinal o deferimento de todas as suas pretensões, o que serviu de base para o definitivo estabelecimento da alliança commercial entre a Inglaterra e a côrte mogol.

(*Continúa*).

J. B. AMANCIO GRACIAS.



MEMORIAS

DO

Convento da Madre de Deus, de Daugim



Um denso e vasto palmeiral cobre hoje o sitio onde, em tempos idos, floresceu um grande convento da invocação da Madre de Deus, fundado pelo primeiro arcebispo de Goa, D. Gáspar de Leão Pereira, tendo sob sua jurisdição e dependencia muitos outros conventos, collegios e outras instituições religiosas espalhadas pelo Oriente.

Se o leitor curioso quizesse pelo menos vêr as ruínas d'esse edificio, que devia ter occupado um vastissimo espaço, não as poderia encontrar, pois, desapareceu tudo, e do que outr'ora foi um grande convento, só se observam hoje, esparsos aqui e acolá, uns restos, sem ninguem discortinar n'isto a relação do passado com o presente. Mencionemol-os:

Na egreja de Nagoá

Existe n'esta egreja uma preciosa reliquia do convento da Madre de Deus, levada ha mais de 60 annos, que é o retabulo do altar de S. Francisco d'Assiz, com a sua ma-

gestosa imagem abraçada por uma outra, colossal, de Christo crucificado despregando a sua dextra da cruz. Ambas as imagens impoem muito respeito.

Na igreja de Saligão

Duas imagens milagrosas de Nossa Senhora Mãe de Deus, que se veneravam no convento, e ás quaes se attribua, mesmo outr'ora, virtude contra os demonios e contra as epidemias, estão hoje expostas ao culto na igreja de Saligão, levadas em 26 de novembro de 1873, dia em que foi inaugurada essa igreja, tendo sido uma collocada no altar collateral á direita do altar-mór e outra exposta para beijo. Inda bem. Quantas imagens não vemos nós por ahi, carcomidas e roídas em nichos de ruínas, n'alguma parede velha que ainda está de pé e resiste ao tempo, porque o homem não se lembrou de a deitar por terra?

Depois de trasladadas ambas essas imagens para a nova igreja de Saligão, chegou a portaria do ministerio da marinha e ultramar, de 18 de novembro de 1873, mandando conservar a imagem da Madre de Deus (a do altar, sobre cuja conservação tinham subido ao governo de Sua Magestade alguns requerimentos) na capella que mais conviesse, no convento de Daugim que, ao tempo, ainda estava em soffrivel estado, portaria que, por obvios motivos, ficou sem cumprimento, e sobre a qual pode ler-se o curioso parecer do procurador da corôa e fazenda, conselheiro Serra e Moura, de 5 de janeiro de 1874.

No corredor da referida igreja encontram-se dois documentos de alto valor historico, pintados em dois quadros de madeira. Um d'elles respeita ao compromisso da confraria da Madre de Deus e o outro á bulla e suffragios. De ambos é evidente o fim a que obedecia a fundação de

semelhantes instituições religiosas, que tanto influirãr antigamente na manutenção do culto e na propagação da fé.

O 1.º documento é este :

**Regras que hão de guardar os irmãos confrades
da confraria da Senhora Mãe de Deos**

No dia em que entrarem por Irmãos si confessarão comungarão p.^a ganharem indulg.^a plenaria concedida pl.^o Papa Clément X.

Cada Irmão dará de esmola na entrada hum x.^o e outro cada anno em .. quarteis não pagando o 1.^o annual 2 annos n.^o 3.^o serão riscados da Irmandade.

Nas 4 festas da Senhora Annunciação, Assumpção, Nacimt.^o, e Conceição se confessarão, e comungarão, e nos 4 Dg.^{as} apontados pl.^a confr.^a cada anno.

Em cada mez se confessarão e commungarão ao menos huma vez no Dg.^o ou dia santo que escolherem e todos os dias ouvirão Missa podendo-o fazer.

Cada hora levantarão o coração a Senhora dizendo : Maria, Mãe de graça, Mãe de misericordia, defendeinos de nossos inimigos, e amparainos na hora de morte.

Farão mt.^o por terem algum recolhim.^{to} do tempo de oração fazendo cada dia eixame de consciencia tomando disciplina podendo ser, ou rezando officio, ou dando esmolas.

Todas as semanas farão algum serviço particular a Senhora, especialmente jejuando aos sabb.^{os}, e assistindo com as suas opas as Missas, e salves como tâben nas festas da Snr.^a.

Acompanharão com suas opas as duas procissões, que fazem os RR.^{os} P.^{as} deste convento, a saber, a Resureição e Corpo de Deus, como tãoobem a da Confraria no dia da Annunciação por ser a festa principal da dita Confraria.

As opas de que hão de usar os irmaons desta Confraria serão brancas, e o P.^o da Irmand.^o lha lançará na capellamor desta Igreja.

Rezará cada Irmão pelas almas dos Irmãos, e Irmans defunctos a Coroa, ou terço ou ladainha da Senhora, ou tres vezes a Salve Rainha, ou quinze Ave Marias ou quinze Padre Nossos em memoria dos quinze misterios principaes da vida, e paixão de Xp.^o. Snr. nosso.

Cada irmão escolherá qualquer destas rezas conforme sua devoção e tempo que tiver, comtanto que no dia não deixe de rezar alguma oração a Senhora.

Nada das obrigações acima referidas, obriga a peccado mortal nem ainda venial: se deixa tudo no arbitrio dos Irmãos p.^a que possam obrar conforme seu espirito e devoção.

Algumas disposições mais principaes do compromisso para as saberem os Irmãos e Irmans que entrão nesta confraria tiradas do compromisso, e postas aqui para todos terem a noticia das suas obrigações

Os que quizerem entrar nessa confraria faram sua p.^a a meza apparecendo n'ella pessoalmente, e os q' estiverem em pe...^{os} a mandarão despachar.

Estando o prezadmt^e ant.^o ou emped.^o p.^a assistir na meza fará o seu officio o Escrivão em sua falta Procurador e na de ambos o Thiz.^{ro}.

Tudo o q' render a Irmand.^e se carregará em receita ao Thizor.^o, e as despesas q' fizer serão por ordem da meza de q' dará nota no fim do anno.

Depois da festa da Annunciação dará posse aos officiaes, e Irmãos da meza nova, o dia q' o Irmão Presidente determinar de q' fará avizo.

A meza que acaba, fará a eleição aos Irmaons para a meza nova com favas brancas, e pretas. de evitar^{em} profias com mesmo se fará em os mais negocios.

Os irmãos q' ouverem de servir nas mezas serão todos pessoas graves, zelosas, e de toda a satisfação, q' p.^a isso se faça inquirição em o dia da eleição.

Animem-se todos os confrades desta Confr.^a, e os q' não são a entrarem nella, meditando sempre no zelo de serviço da Snra. Mãe de D.^s, e procurem cō humild.^e cada ql. de a saudar cada dia com a oração seguinte dizendo com devoção :

«Ô May da graça, vida nossa, fonte da nossa saude, feita contra a antiga serpente, porta do Ceo, avogada fiel diante do nosso Juiz, refugio de nossa miseria, vivificadora da nossa morte, thesoreira do muy alto Snr., chama sobre os Seraphins, Senr.^a das Dominações, Princeza dos Principados, ornamento de todos os anjos, coroa de justos, filha do Eterno Pe., esposa do Espírito Santo, Rainha emperatriz do Ceo e da terra e dominadora do inferno: defendeinos Senr.^a dos esp.^{os} malignos e fazei q possa pred.^e q' todos os vossos confrades, e mais fieis Christaons em o dia do juizo mereçamos ouvir a voz do vosso amado Filho que nos inde benditos do meu Pay e possui o Reino que a vós está aparelhado desde principio do mundo: aonde Rainha Senr.^a nossa vos louvaremos sempre em prezença do vosso amado Filho o ql. com o P.^o, e Espírito Santo vive e reina por todos os seculos dos seculos. Amen.

Feita em 1680. Renóvada em 1745 annos.

Eis o que contém o 2.^o quadro :

Bulla do Papa Clemente X concedendo indulgencia para a confraria da Senhora Mãe de Deus.

(Está quasi toda apagada)

Esta bulla insinuada pelo Fr. Ant.^o
Brandão Arcebispo Pri.

Além d...t... as as indulgencias concedidas pela bula acima tem mais os irmaons d'esta confr.^a vivos, e defunctos os sufragios abaixo declarados.

Todos os annos no oitavo de Todos os Santos ma ...
fazer hum officio solemne com sua missa por todos os
Irmaõs e Irmans deffunctosão os Irm.....õ
suas opas.

Todos os Sab.^{dos} manda dizer a cõmonid.º a Missa
da.... p.º tenção do.....Irmaõs e Irmans vivos da
conf.^a.

Todas as missas cantadas q' se dizem nas festas que
faz.....e' to p'..... Irmãos e Irmans vivos.

Reis-Magos, maio de 1910.

RICARDO MICHAEL TELLES.



VARIA VARIORUM

Indianistas americanos



ão são unicamente os inglezes, francezes e alle-
mães que têm estudado a India. mas tambem
os americanos e com egual brilho.

A ethnographia da India foi assaz explorada
pela missão que veio dos Estados Unidos, nos
meados do seculo passado, sob a direcção do
dr. Charles Pickering, cuja obra *Races of men*
é muito valiosa para o conhecimento das raças
e castas da India.

Os americanos têm egualmente feito aprecia-
veis investigações sobre as linguas, literatura
e religiões da antiga India. Em 1844 instituiu-
se a Sociedade Americana Oriental que ainda
floresce, e já tem publicado quasi 30 volumes
dos seus trabalhos, bem importantes.

D'entre os muitos indianistas americanos, o
mais afamado é William D. Witing (1827-94),
cuja edição do *Atharva-Veda*, um dos 4 livros sagrados da
India, é tão bem estimada como o *Rig-Veda*, de Max Mul-
ler; e são actualmente notaveis o professor Bloomfield,
que traduziu o *Atharva-Veda*, da serie dos *Sacred Books*
of the East, — o professor Hopkins que trabalha nas anti-
gas epopéas indianas, — o professor W. Jackson, sobre
dramas, sendo tambem profundo conhecedor da religião
parse e autor d'um livro magistral sobre Zoroastro.

O professor Jackson tem ainda promovido com muito
zelo relacionar os parses com os Estados Unidos, tendo em
resultado os parses mandado para ali, ha 4 annos, um seu
correligionario, joven' esperançoso, para estudar o zoroas-
trianismo sob a direcção d'aquelle professor. Voltou esse

joven e acaba de ser eleito *Dastur* (grão sacerdote) pelos parses de Karachi e India septentrional. O dr. Dhalla, — assim se chama o novo *Dastur*—pode dizer-se o representante actual da influencia dos Estados Unidos sobre a India.

Archeologia em Cashemira

Referindo-se ao ultimo relatorio da repartição de archeologia do estado de Cashemira, diz o *Times of India*, de 15 de junho, que o respectivo *Durbar* tem autorisado o estabelecimento de jardins ao redor dos mais interessantes restos archeologicos, e a construcção de pequenos museus para a guarda e conservação de objectos raros e curiosos, de importancia archeologica. Cashemira, pela sua proximidade do Thibet, é interessante para o estudo do bhudhismo septentrional, campo até aqui pouco explorado. Resta catalogar e verter os MSS. em sanscrito e outras linguas, que jazem nos archivos dos antigos mosteiros, e proceder a varias investigações historicas e archeologicas. O director d'aquella repartição, mr. J. C. Chattergi, fecha o seu relatorio com uma erudita nota sobre a confluencia dos rios Vitasta e Sindhu, lembrando os trabalhos d'um Suvya, que estudou por si próprio a engenharia, e que, no seculo IX, mudou o curso e a confluencia dos rios Jhelum e Sind.

Excavação no Egypto

Das excavações recentemente feitas em Meydum e Memphis têm resultado curiosas descobertas. Em Meydum (cerca de 40 milhas ao sul do Cairo) dois grandes tumulos e importantes construcções de pedra, que datam de remotissimas epocas. Em Memphis, entre outros achados, um grande santuario de quartzo, construido por Ahmenhoten 2.º, e a cabeça em perfil do rei Amasis. No *Times of India*, de 16 de junho, lê-se uma extensa e interessante descripção d'estas descobertas, a qual sentimos não poder, por falta de espaço, trasladar para esta revista.

Os portuguezes em Ormuz

Lê-se no *Diario de Notícias*, n.º 15.953 de 14 de abril:

«O «Geographical Journal» de Londres, no seu ultimo numero (abril) refere que o primeiro piloto do vapor in-

glez «Registan», sr. F. Jardim, portuguez, visitando Ormuz, encontrou ali uma placa de ferro com uma inscripção em portuguez entre as ruínas parece que de um antigo cemiterio do tempo dos portuguezes (seculo XVI). A inscripção está em parte obliterada mas é aperceível o nome de Ambrosio Gomes e varios outros com os appellidos de Dias, de Sousa e Roiz.

Da data é apenas legivel 1511, o que faz acreditar que é da segunda decada do seculo XVI. O sr. Jardim, alvitra a idéa de que uma exploração demorada das historicas ruínas seja feita. Quer-nos parecer que esta idéa patriotica é de realisação relativamente facil, pois a missão poderia ser confiada com todas as probabilidades do melhor exito ao illustre escriptor e investigador sr. Ismael Gracias, de Goa, que com sincero enthusiasmo tomaria esse encargo». (1)

Quarto centenario da tomada de Goa

Em 2 de maio teve logar a segunda sessão da commissão nomeada por portaria de 14 de fevereiro. Tomaram-se as seguintes deliberações :

1 — Sob proposta do vogal dr. Costa Alvares—convidar para assistir ás festas centenniaes o sr. conselheiro Ayres d'Ornellas de Vasconcellos, digno par do reino, que, ao renome de estadista dedicado ao progresso das colonias e ministro do ultramar, a quem a India muito deve, reúne a especialissima circumstancia de ser o actual directo e legitimo representante de Pero d'Ornellas, um dos mais notaveis companheiros e collaboradores de Affonso de Albuquerque, no glorioso feito da tomada de Goa em 25 de novembro de 1510, no qual foi morto. (2)

(1) De certo; e agradecemos á illustre redacção do *Diario de Noticias* a lembrança do nosso nome e a maneira por que o recommenda.

(2) *Pero d'Ornellas* — Militou na India com o vice-rei D. Francisco de Almeida. Foi capitão-mór d'uma armada. (Gaspar Corrêa; *Lendas da India*, I, 720, 741, 756, 924, 925, 929, 901 e 962).

Referindo se á visita, em 1509, do vice-rei a Cananor, de caminho de Diu para Cochim, diz o chronista :

«E fazendo-se á vela chegou Pero d'Ornellas com os nauios de sua armada, fazendo salua com muyta artelharia, a que o viso-rey fez muyta honra, que lhe contou o que passara com os paraos que tor-

2 — Sob proposta do vogal Ismael Gracias—fazer a commissão uma publicação especial, commemorativa do centenario, para a qual collaborariam os membros da referida commissão, que o queiram, e outros escriptores do paiz.

3 — Foi escolhido para thesoureiro da commissão o vogal Luiz Guilherme Dias.

Factos notaveis

— Entre abril, maio e principios de junho foi visto em Goa o cometa de Halley que, já em fevereiro, principiára a sê-lo em varias partes da Índia Britannica e tambem em Mormugão. Esse cometa é o mais notavel nos annaes da astronomia, por ser o primeiro cuja orbita foi calculada, e ainda por ser aquelle que tem sido observado maior numero de vezes. Em 1882 foi egualmente visto em Goa um cometa. Acerca de outro que foi aqui observado no anno de 1664, existem no archivo da secretaria geral do governo dois documentos, um dos quaes foi publicado no *Archivo de Pharmacia*, vol. de 1865, pg. 184, e o outro no *Almanach Annuario Recreativo*, do sr. M. J. Corrêa da Silva, para o anno de 1883, pg. 114.

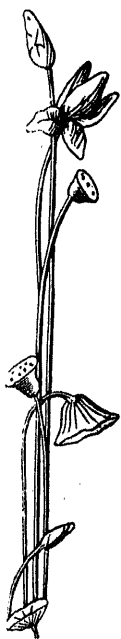
— Em 14 de maio procedeu-se ao lançamento da pedra fundamental de grande fabrica de productos do coqueiro e do côco, que a *Goa Coir and Oil Mills C.^o Ld.* vae montar em Curchorém, concelho de Quepém, proximo á estação da linha ferrea, de Sanvordém. Essa companhia formou-se em Bombaim, ha 2 annos, em março de 1908, sendo o projecto da fabrica suggerido por um artigo do *Indian Textile Journal*, e estudado em todos os seus detalhes por um engenheiro europeu, assistente em Bombaim. A

nação de Dio. O visorey lhe fez mercê de mil xarafins, e aos outros capitães a cada hum quinhentos, (cit. pg 961).

Tambem militou com Affonso de Albuquerque. Quando este veio de Cochim com grossa armada para tomar a cidade de Goa, Ornellas era capitão d'uma das naus (Id., II, 49). Entrou na acção em que se tomou o castello de Pangim (ib., 104).— foi um dos que entraram e mais se notabilisaram no feito de 25 de novembro de 1510, tendo sido morto na peleja, como alguns portuguezes mais. (ib., 149 e 155).

autorisação para essa fabrica foi concedida, nos termos do decreto de 21 de outubro de 1863, por alvará de 24 de fevereiro ultimo, sendo essa a primeira concessão d'este genero, feita pelo governo local, desde que está em execução o citado decreto.

— Em 11 de junho foram inauguradas com grande solemnidade, as pontes de Arporá e Bicholim, dois importantes melhoramentos na viação publica, de ha muito reclamados.



INDEX ALFABETICO. CHRONOLOGICO E REMISSIVO

(Continuação da pg. 128)

Co

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Commercio o modo de fazer util de Cabo da Boa Esperança para cá, he ligar os interesses mercantis entre Goa, Moçambique e Macao, fazendo Goa o centro, e o deposito dos effeitos que se hão de transportar para o Reino	12	fevereiro	1785	166	228
Commercio da India, e costa d'Africa Oriental, copias de varias ordens a este respeito, e se procura novas indagaçoens.....	9	março	1786	168	1004
Commercio, aprova-se o plano junto sobre o commercio deste Estado para o de Moçambique, e mais portos da costa Oriental.....	15 23	março janeiro	1787 1786	169 169	5 6
Commercio, regulação dos direitos que devem pagar em Lisboa as fazendas de Goa, e Malabar ...	27	maio	1789	173	2
Commercio de Goa, reflexoens da côrte a seu respeito.....	2	junho	1789	171	485
Commercio da India, remete-se de Lisboa hum plano para ser examinado, e informado	11 14 11	março março março	1797 1798 1797	177 177 178	431 456 242
Commercio desta costa, seja protegido por huma fragata que cruze de Goa até Surrate, que regule os comboios de Dio e Damão, onde se deve augmentar a força das palas, e galias de guerra, e os seus commandantes não possão levar presentes, ou propinas	1.º	março	1797	177	647
Commercio, uze-se na India de todos os meys, menos os da violencia, para se consumirem as produçoens, e manufacturas do Reino, e vice-versa, dando-se todos os annos parte do que se houver passado em execução d'esta ordem .	24	julho	1797	178	59
Commercio da costa do Malabar, e portos d'Azia, sua regulação	25	novembro	1800	181	578
Commercio, reflexoens a seu respeito e sobre Agricultura, Fabricas, População &c., da India.....	27	dezembro	1810	190	783
Commercio, recepção do tratado do commercio e navegação de 19 fevereiro de 1811 e intelligencia do artigo 15 do mesmo tratado sobre direitos dos Inglezes	15	outubro	1810	191	1657 2.º P.

Co

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Commercio.....					Vide Tratados.
Commercio, participação sobre as utilidades que se podem tirar das fazendas de Balagato	23	setembro	1812	192	46
Commercio livre no Brazil.....					Vide portos do Brazil.
Commercio.....					Vide Damão.
Commercio de Surrate, seja atrahido para Damão.....					Vide Damão.
Commercio da India.....					Vide Estado.
Commercio livre nas Ilhas de França					Vide Ilhas de França.
Commercio, companhia de commercio para Macao					Vide Macau.
Commercio					Vide Moçambique.
Commercio					Vide Companhia de commercio.
Commercio.....					Vide Tratados.
Commissario da Bulla, no dia da sua publicação preceda a camara levando a bulla com capa de Asperges.....	23	fevereiro	1632	18	25
Comunidades das Aldeas, confirmada a provizão de 6 de outubro 1732 sobre evitar a malversação dos seus interesses.....	1.º	março	1734	103	140
Comunidades das aldeas, não podem dar Nemos a favor dos Ministros, Generaes, Governadores, Tanadar-Mor etc.					Vide Nemos.
Comunidades das Aldeas, sobre a despeza para o culto religioso das suas respectivas Freguezias.					Vide Nemos.
Comunidades das Aldeas.....					Vide Aldeas.
Companhias, será util erigirem-se de Bramanes, Chardós e Sudros, na falta de Portuguezes.....	10	janeiro	1703	66	271
Companhias de Bramanes, Chardós, e Sudros possão-se crear.....	10	janeiro	1704	68	69
Companhias de Bramanes, Chardós e Sudros erectas	8	outubro	1705	69	19
Companhias de cavallos de Salsete, abolida a do General, e unidas ambas em huma só.....	22	fevereiro	1723	89	46
Companhias de cavallos pertencentes ás duas legioens, revertão a seus corpos, ainda que se conservem duas em Pangim	2 maio		1811	191	1089 2.ª P.
	20 dezembro		1811	191	1090 2.ª P.
Companhias de Granadeiros noscos, como passarão para baixo do commando inglez					Vide Inglezes noticias.

Co

	Dia Mez	Anno	Nº	Folhas
Companhia de commercio da India, extincta	29 dezembro	1699.	63	1 p. c seguintes
Companhia de commercio, pareceres a seu respeito	25 março	1734	103	11
Companhia de Negocio de Bengala, condições, propozição, e exame a seu respeito	31 janeiro	1751	123	473
Companhia de commercio para Damão	Vide Damão.			
Companhia de commercio para Macao	Vide Macao.			
Companhia de commercio para Macao, estabelecida em Goa, suas condições	4 fevereiro	1788	169	428
Companhia de commercio para Macao, desfeita	Vide Macao.			
Companhia de commercio, seu plano	10 maio	1800	179	23
Companhia de commercio approvedo o seu plano, proposto a Sua Alteza Real	21 abril	1800	180	120
Companhia de commercio, manda-se o seu plano remeter á junta do commercio, para convidar accionistas em Lisboa	24 novembro	1800	181	512
Companhia de commercio difficulda-de d'encontrar accionistas	14 fevereiro	1801	180	30
Companhia da fabrica real da sêda, cumpião-se as suas condições, sobre a companhia para a China.	19 fevereiro	1742	114	36
Companhia de commercio	Vide commercio.			
Companhia Inglesa	Vide Ingleses.			
Conservador do tabaco, sua nova criação	Vide tabaco a junta.			
Conservadoria dos frades	Vide frades.			
Conservador dos regulares, duvidas que teve com o Arcebispo como terminadas, e debaixo de que penas	18 abril	1733	104	87
Concilio celebrado em Goa, se approvão varias couzas, e se pedem informação sobre outras	5 março	1587	3	275
Concilio	Vide junta de ministros.			
Condado de Cuncolim	Vide Assolná.			
Conde d'Alva, a sua morte participada á Côte, e no Estado participações deste acontecimento ao Secretario do Estado, e parte dada pelo Ministro que averiguou a diligencia	21 agosto	1756	129	190
	30 junho	1756	129	349 e seq.

Co

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Conde d'Alvor.....	Vide leys.				
Conde da Louzã sua morte....	23 dezembro		1765	138	291
Conde da Misquitela degredado para a India. O V. Rey lhe deo o tratamento que ali se dá aos Bispos, e em quanto ao mais como criminozo	1.º abril		1671	36	327
Conde de Vila Verde	12 outubro		1728	96	56
Condestaveis das fortalezas, prove que o Vedor da Fazenda.....	Vide vedor da fazenda.				
Conductas	Vide promoçoens.				
Coném, tomado por nós.....	4 fevereiro		1753	125	323
Coném, fortifique-se.....	29 março		1755	128	810
Confirmaçoens de patentes.....	Vide promoçoens.				
Confirmaçoens das Patentes Militares de subalternos não se exigem.	Vide patentes.				
Confisco dos Jesuitas.....	Vide bens.				
	Vide Neli.				
Confraria instituida pelos Jesuitas de todos os soldados, e officiaes abolida.....	1.º março		1594	2	255
	Vide cofre do confisco.				
Confrarias	Vide capellas.				
Confrarias do Santissimo Sacramento podem unir fundos até certa quantia combinada entre o Governador, e Arcebispo, e o Procurador da Coroa interponha recursos contra os Ecclesiasticos querendo-lhe tomar contas.....	20 setembro		1806	186	217
Confrarias	29 agosto		1813	193	882
Congo no anno de 1688 rendia 44\$000, e despendia 6\$359:3:00..	24 janeiro		1688	52 278 e seg.	
Congregação da Missão de S. Vicente de Paula, sobre os bens que se lhe derão dos Jesuitas na China. por Carta Regia de 13 de fevereiro de 1800; restricção a este respeito	2 abril		1806	186	68
Congruas, paguem-se aos prelados.	14 março		1720	86	260
Congrua do Bispo de Nankim, procure-se que os officiaes da camara de Macao concorão para ella ...	26 fevereiro		1724	91	79
Congruas, paguem-se promptamente aos Bispos desde o dia de Fiat..	8 abril		1726	93	838
Congruas aos pes. da Cruz dos Milagres, Missionarios de Ceilão, e Candia, dobrada.....	11 abril		1726	93	449
Congruas, paguem-se aos Bispós indfectivamente.....	8 abril		1731	99	177

Co

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Congruas dos Bispos sejam pagas como soldos dos Vice-Reys.	31	março	1733	102	251
Congruas do Arcebispo de Cranganor, Bispo de Cochim, e Meliapor se paguem pela repartição do Estanco, da consignaço que havia para Mormugão.	7	outubro	1738	109	3
Congruas dos Bispos quando, e até quando se pagão.	22	março	1746	119	43 e 44
Congruas dos Ministros Ecclesiasticos, modo de serem pagas pelos Rendeiros dos Dizimos, mas as execuçoens pelas Justiças.	29	março	1760	133	175
Conquista.	Vide India Instrucçoens Politica				
Conquistas, quaes as ordens de S. Magestade a este respeito, e o plano que se deve seguir.	23	abril	1770	146	345
Construcções de Navios, se dê livre de direitos as primeiras materias.	8	fevereiro	1776	157	701
Conselho do Estado.	1.º	março	1594	2	249 v.
Conselho do Estado, devem a elle assistir todas as pessoas a quem compete, não obstante o inconveniente ponderado, relativo ao Segredo.	18	fevereiro	1595	3	533
Conselho do Estado, pessoas que a elle devem assistir. Todos os negocios ali se tratão, porém a resolução fica ao V. Rey.	26 10	março março	1605 1605	6 6	42 56
Conselho do Estado sobre consultas.	Vide consulta.				
Conselho do Estado, representação do Governo, sobre quem devem ser os conselheiros, e quaes seus lugares.	22 28	dezembro fevereiro	1692 1694	56 58	244 114 e 115
Conselho do Estado, ordem dos seus assentos, e pessoas de que se compoem.	27	novembro	1694	59	78
Conselho do Estado, representação sobre a ordem que se deo para os seus assentos, e se pede resolução.	8	dezembro	1695	59	189
Conselho, os lugares dos seus conselheiros, e relativamente e do Inquizidor.	14	setembro	1696	61	27
Conselho do Estado.	Vide chanceller.				

Co

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Conselho do Estado, informa o V. Rey quaes são as pessoas capazes para seus conselheiros, com a relação dos serviços, prestimo, qualidade, e annos.....	12 dezembro		1715	82	60
	6 março		1732	101	598
Conselho do Estado da India, consultado sobre ser o commercio privativo dos Portuguezes.....	3 abril		1717	83	192
Conselho do Estado, seu parecer sobre invernar em Goa huma Esquadra Franceza, e o mais que se praticou	Vide Francezes huma Esquadra.				
Conselho do Estado, do que nelle se passou antes da expedição de Alorna.....	27 abril		1746	119	217
Conselho do Estado, continue a fazer consultas, como se determinou em 6 de abril de 1778.....	27 março		1783	164	11
Conselho do Estado da India, nelle entra o Inquizidor da 1.ª cadeira, João Nogueira.....	29 março		1783	165	156
Conselho do Estado, por ser nomeado para elle o Marechal de campo, commandante das Tropas de S. Magestade lhe deo o Titulo do seu conselho, e recommenda se evitem todas as questoes, sobre a preferencia entre os conselheiros deste Estado	20 julho		1788	170	401
Conselho do Estado, mandado ouvir sobre a entrega do Piro, e para se celebrar hum tratado de commercio com Tipú.....	25 abril		1795	177	613
Conselho do Estado da India, por elle se deve requerer a remuneração de serviços feitos na India.	13 fevereiro		1807	187	534
Conselho do Estado, Formulario de como se lhe escreve.....	1.º janeiro		1789	108	121
Conselho do Estado assista as Festas dos Patriarcas, e em que lugar	Vide Festas.				
Conselho do Estado da India.....	Vide arcebispo.				
Conselho do Estado.....	Vide conselheiros do Estado.				
Conselho do Estado.....	Vide senado.				
Conselho do Estado.....	Vide rellação.				
Conselhos de Guerra, e Justiça estabelecidos na India, revogando-se o assento tomado a este respeito.	15 fevereiro		1782	163	223

Co

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Conselho de Guerra em tempo de paz podem os reus ter hum letrado, que os defenda verbalmente, e virem com os embargos depois de serem sentenciados no conselho de justiça em caso de pena ultima, com a copia do decreto de 5 de outubro de 1778.....	6	março	1781	162	1241 1242
Conselhos de Guerra sejam despachados por conselhos de justiça .	20	agosto	1777	177	521
Conselhos de Guerra da marinha artigos de guerra a seu respeito, e alvará que facilita aos reos maiores provas de defesa, e aos juizes todas as noçoens para melhor o julgarem.....	4	maio	1811	191	615 1.ª P.
Conselhos de guerra	Vide conselhos de justiça.				
Conselho de guerra sobre a reforma dos seus processos no cazo que se perca os originaes	22	abril	1820	198	670
Conselho da Fazenda, não se innove nada á cerca do numero, e qualidade dos seus Ministros	31	agosto	1719	86	325
Conselho da Fazenda extincto, e passa a sua jurisdicção para a Junta da Fazenda. para uzar della conforme se determina para a da Bahia por ley de 3 de março de 1770.....	13	abril	1772	152	52
Conselho da Fazenda, e officiaes da sua incumbencia abolidos.....	28	abril	1773	153	376
Conselho da Fazenda, sua criação no Rio de Janeiro	12	julho	1808	184	44
Conselho da India seu regimento ..	25	julho	1604	10	74
Conselho de justiça na India deve sempre sentenciar definitivamente, pois tem a mesma authoridade que o de Lisboa, sendo porém o reo coronel, ou d'ahi para cima, deve primeiro dar conta antes d'executar a sentença	15	fevereiro	1785	166	1
Conselho de justiça em cazo de morte, deverá ter oito vogaes ; 4 togados, e antes de se publicar a sentença se dará parte a S. Magestade sendo os reos coroneis e d'ahi para cima	20	agosto	1777	177	521

Co

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Conselho de justiça haja n'elles seis vogaes, tres togados, e tres conselheiros de guerra, ou quatro togados, e dois referidos conselheiros, ainda sendo crimes capitães; havendo empate em crime não capital, será decidido por hum setimo Juiz togado, e sendo capital por dois ditos	13	agosto	1790	177	524
Conselho de justiça se manda executar a seu respeito na India o mesmo, que se tem determinado para o reino.....	18	janeiro	1797	177	519
	30	março	1797	177	700
Conselho de justiça, ultimas ordens sobre a sua regulação, e votos pôde alterar, ou minorar as penas do regulamento. Em cazos em que não incorre pena ultima haja dois juizes togados, e dois conselheiros de guerra, e havendo empate se decida por voto de mais hum, ou togado, ou conselheiro. Em cazo de pena ultima se decida por tres togados, e tres conselheiros, e havendo empate se convoquem mais dois togados. Neste conselho estabelecido na India se revêm os conselhos de guerra, de Damão, Dio, Macao, Timor, Solor, Angediva, e da capitania de Moçambique	30	março	1797	177	700
	20	agosto	1777	177	702
	26	fevereiro	1789	177	703
	13	agosto	1790	177	705
	13	novembro	1790	177	706
Conselhos de justiça	Vide conselho de guerra.				
Conselho supremo militar, sua criação no Rio de Janeiro.....	7	julho	1808	189	32
	1.º	abril	1808	189	41
Conselho ultramarino	Vide ordens.				
	Vide contas.				
Conselho Ultramarino todos os paíes que a elle se remeterem sejam numerados, e com rezumo.....					
Conselheiros d'Estado nomeados por El-Rey preferem aos nomeados pelo V. Rey.....	26	dezembro	1629	13	12

(Continúa).

O ORIENTE PORTUGUEZ

7.^o ANNO. 1910

N.^{os} 7 e 8

— Julho e Agosto —



MUSICOS PORTUGUEZES NA INDIA

**Fernão Gil e Pero Ximenes, trombeteiros-môres
na India. Um musico cego enterrado em Goa.**



noticia que se vae lêr, póde considerar-se uma ampliação ou additamento ao que escrevi acerca do Diogo Fernandes, organista de Cochim. ⁽¹⁾.

Os trombetas, que andavam na India, estavam sujeitos á chefia de um trombeta-mór e mestre dos trombetas. No tempo emque D. Henrique de Menezes dirigia os negocios d'aquelle Estado (25 de dezembro de 1524 a 21 de fevereiro de 1526), exercia o sobredito cargo Pero Ximenes. Por fallecimento d'este, o governador nomeou para o substituir ao trombeta Fernão Gil. Esta nomeação foi confirmada por D. João III em carta de 13 de janeiro de 1532.

(1) Veja-se a pag. 129 d'este volume.

Por aquelles annos, approximadamente, existia em Tanger um trombeta, chamado tambem Pero Ximenes, concedendo o mesmo monarcha, por sua morte, a tença que recebia, a Pero Affonso.

Na egreja de S. Francisco de Goa existe uma sepultura com o seguinte letreiro :

Esta sepultura he de Antonio
Ruiz e de Maria . .
sua molher e de todos seus
herdeiros jaz nella enter-
rado Geronymo Ruiz seu
filho, a que Ds. communicou
a perfeição da musica
sendo cego. Faleceo aos
13 de dezembro de
1576.

Por baixo do epitaphio está esculpida uma harpa, pretendendo por ventura symbolisar a musica ou designar o instrumento em que Jeronymo Rodrigues se tornára insigne.

Colhe-se esta informação na obra de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara—*Inscrições de Goa*—a paginas 36.

Concluirei, transcrevendo na integra a carta de D. João III, relativa a Fernão Gil, a qual é do teor seguinte :

«Dom J.^o &. A quantos esta minha carta virem faço saber que confiando eu de Fernam Gill, meu trombeta, que amda na India, que seruira bem e fiellmente como a meu seruiço compre, querendolhe fazer graça e mercee, tenho por bem e me praz de lhe fazer mercee do cargo de trombeta moor nas ditas partes e mestre dos trombetas quel la ãdam, com os quaes carregos auera todollos

proees e percalhços que avia Pero Xemenez, per cujo falecimento vagaram os ditos carregos e delles foy provido elle dito Fernam Gill per aluara de dom Henrique de Menezes capitam moor e gouernador que era nas ditas partes, segundo se pello dito alluara viô, que foy roto ao asynar desta, e milhorie com direito os poder melhor aver. Porem o notefico asy ao meu capitam moor e gouernador das ditas partes e ao meu vedor da fazenda em ellas e lhes mândo que ho metã em pose dos ditos carregos de trombeta moor e mestre dos trombetas, de que lhe faço mercee em sua vida, e lhos deyxem ter e seruir e aver o que dito he sem duvida nem embargo que lhe a ello seja posto, porque asy he minha mercee, e amtes de ser em posse dos ditos carregos lhe sera dado juramento que bem e verdadeiramente sirva. Domingos de Payua a fez em Alluito aos XIIj dias de janeiro de mil e bc XXXIj annos. E porém com os ditos carregos nom avera de minha fazenda nenhu mâtimento. (D. João 3.º, L.º 16, fol. 34 v.)

SOUSA VITERBO



UMA DONA PORTUGUEZA

Na Côrte do Grão-Mogol

(Novas informações e documentos)

(Conclusão dos n.^{os} 5 e 6, pg. 139)

III

Alguns documentos novos

a) *Trecho da Annua do Provincial da Companhia de Jesus, de Goa, Pe. Antonio de Azevedo,—1714.*

Missão do Mogol



.....
primeiro fundador deste collegio de Agra e dito da sua missão foi o sr. Mirzazulcarne, que deu somma sufficiente para se comprar a aldêa de Parela em Bombaim e outra chamada . . . em Salcete do Norte. De Parela recebia esta missão cada anno 8 mil xeralins e 4 para 5 de . . .⁽¹⁾ Porém como os inglezes tomarão Parela, ficou o collegio e missão muito damnificado e empenhado athe (que ?) a sra. D. Juliana Dias da Costa se offerecen por

⁽¹⁾ As duas lacunas são do original.

segunda e nova fundadora, dando 50 mil xerafins ⁽¹⁾ que, postos a ganhos com os rendimentos da aldêa e outras estimações, remedião em parte as necessidades daquella missão, na qual o menos que se gasta cada anno são 9 para 10 mil xerafins pela grande carestia daquellas terras e excessivos gastos que fazem na conducção dos providimentos e a viagem dos padres. (L.^o das *monções*, n.^o 79, fl. 331).

h) *Trecho da carta do vice-rei, João da Saldanha da Gama, ao secretario d'Estado, Diogo de Mendonça Côrte-Real, — 19 de janeiro de 1726.*

.....
Achey o Estado muito falto de gente, e com tão poucas embarcações que não havia hum só navio prompto; ameaçado de todos os inimigos da Asia por hua liga feita entre o Sahau Rajá chamado vulgarmente Sivagi, e os mais potentados arrayanos; o Angriá tambem entrava nella com a desculpa de o haverem as armas portuguezas sogeitado ao dito Sivagi, e que, como seu subdito, se via obrigado a seguir os seus interesses: era o projecto invadirem ao mesmo tempo, como fizeram no do Conde de Alvor, os dominios de Sua Magestade, e repartirem entre as conveniencias delles: tambem se diz que pretendião largar aos inglezes, pelo computo de certo tributo a ilha de Salcete no Norte; mas já a este tempo tinhão meus antecessores aprestado hum socorro para aquella provincia, o qual com a minha chegada se expediu.

De todos estes ameaços nos livrou Deus Nosso Senhor co'a noticia de descer o exercito do Mogol a rogos de D. Juliana Dias da Costa, que ainda vive, e chegando com effeito o dito exercito a Amadaba e Surrate, se dividirão, ficando nós com socego e esperanças de que castiga-

(1) Vide *Annaes Maritimos e Coloniaes*, vol. de 1843, pg. 383.

dos não nos poderão inquietar estes primeiros annos: outros incidentes os obrigarão também a deter a operação que intentavão: primeiro os maus passos que por causa de ter sido o inverno dilatado, lhes não facilitavão os caminhos: segundo o haver chegado a Baçaim hum mogol, que se diz ser herdeiro dos reinos da Persia e de Dely, e que fugira da prizão em que o tinha o levantado que hoje tiraniza a Persia. Com esta noticia amigos e inimigos me têm escripto e aos meus generaes pedindo-me lho queirão entregar: huns como Kiliscan Vizir rebelado do mogol reinante, sendo mandado por elle a castigar seus inimigos asim de exaltar o seu partido: outros para o matarem, ou entregarem ao dito mogol reinante, captarem as suas conveniencias; outros para o entregarem ao partido que ficar superior: a todos tenho respondido com palavras geraes, ficando no cuidado da ultima resolução, a qual me parece não será, nem deve ser de entregar hum homem grave, quando assim se prove, nas mãos de seus inimigos: Deos me ajude a acertar com os meios mais proporcionados á hospitalidade, e decoro das armas portuguezas. (L.^o das monções n.^o 92, fl. 366 e v.).

c) *Carta do sobredito vice-rei a Sua Magestade.*

Senhor — As ultimas noticias que tive da côrte de el-rey Mogor, são as que remetto a V. M., dadas pelo pe. Manoel de Figueiredo, da Compaphia de Jesus, assistente naquella côrte.

Deus guarde a muito alta e poderosa pessoa de V. M. felices annos — Goa 23 de janeiro de 1727. *Rubrica do vice-rei.* (L.^o das monções n.^o 93, fl. 667).

O documento a que se refere a carta antecedente, é a seguinte carta do referido Padre:

«Ex.^{ma} Senhor — Com alegria incomparavel escrevo esta a V. Ex.^a para informar do effeito que houve da parte

d'el-rey mogol, quando teve noticia do que obrarão seus inimigos e do Estado nessas partes e da valorosa acção, com que V. Ex.^a os expugnou, tomando a fortaleza de Bicholy, tudo por via de D. Juliana, a quem V. Ex.^a encarregou deste negocio. Mas primeiro que tudo dou a V. Ex.^a os parabens e sem affectação affirmo que causou esta nova tal consolação aos que tem amor á corôa de Portugal, que todos, dando muitas graças a Deus, rogarão a V. Ex.^a mil bens e milhares de parabens.

Trouxe Deus a esse Estado a V. Ex.^a para os seus augmentos e ha de querer o mesmo Senhor que V. Ex.^a seja a columna em que se sustentem o estandarte de Christo e o valor da nação para maior gloria de Deus, para serem bem logradas as empresas, que deixarão gravadas na India, e em todo o mundo para eterna memoria dos vindouros os antepassados de V. Ex.^a, e ultimamente para maior fama da nação portugueza, que vòu sempre com maior auge, que as mais nações entre estes infieis.

Depois de bem instruida em tudo o que V. Ex.^a queria que se representasse ao rey, foi D. Juliana para palacio com total intelligencia da materia, em que havia de tratar e soube-a representar a este monarcha com tanta discrição que ficou elle muito contente, e para claro sinal do seu contentamento e do muito que ficava agradecido ao Estado na conservação da sua amizade, obrou o que costuma com os maiores senhores do seu reino, ordenando siripão para V. Ex.^a do qual estou já entregue para ser o seu conductor.

Entendo que a minha chegada ás terras do Norte será por todo o mez de abril, porquanto os padres que hão de vir, me escrevem de Surrate que partem depois do divaly, que he nos fins deste mez de outubro, e chegando elles pelos ultimos de dezembro, e partirei eu daqui pelo mez de fevereiro, e estarei em Baçaim nos principios de abril pouco mais ou menos: então se V. Ex.^a se dignasse ordenar ao Geral (*sic*) do Norte, me dêsse embarcação para

Goa, seria eu mais prompto em me pôr aos pés de V. Ex.^a, porque supponho terá já partida a armada do Norte. Sobretudo fará V. Ex.^a o que for muito servido.

Pela carta de D. Juliana saberá V. Ex.^a que o rey inquiriu os rendimentos de Bicholy, e ella o manda perguntar a V. Ex.^a, porque tendo-me ella feito esta pergunta eu lho não soube dizer; só lhe adverti que não me parecia conveniente fazer ao rey esta declaração; porque se as rendas fossem mediocres, servirão para sustento do presidio da mesma fortaleza, donde o Estado não colheria outra ganancia, mais que a sua fama e a sua gloria; se fossem poucas, poderia o rey formar menos conceito da sua tomada, por não saber o estado da empresa, e dizer que pelo pouco lucro não fora difficulতো aos inimigos desertal-a; e se fossem muitas, poderia vir alguma ambição ao rey, e ter vontade de mandar Suba ou Naibo (*sic*) pedindo-a a V. Ex.^a, e que então V. Ex.^a a havia de largar, ou não; se a não largasse, já o rey ficava com algum dissabor, e largando-lha, ficará em perigo de ser vendida aos inimigos do Estado, o qual então ficaria como dantes. Esta foi a resposta que eu dei a D. Juliana, mas não obstante ella, V. Ex.^a pode escrever e responder o que for muito servido, porque a velha sempre fica de accordo para não declarar senão o que for licito, segundo as circumstancias que concorrerem, e principalmente segundo o aviso e ordens de V. Ex.^a.

Deus guarde a V. Ex.^a para maiores augmentos de toda a India, e hem de toda a christandade. Dely 20 de outubro de 1726 — Beijo os pés de V. Ex.^a — *Manoel de Figueiredo*, da Companhia de Jesu. (L.^o cit., fl. 668).

d) *Outra carta do referido vice-rei a Sua Magestade.*

Senhor — Fazendo eu hum aviso a D. Juliana Dias da Costa, para que de minha parte representasse a el-rey mogol, que os seus vassallos se hião levantando com a

maior parte de seus dominios, e que se não prevenisse esta desordem, lhe poderiam tyrannizar o sceptro, e dando-se-lhe esta noticia ao mesmo tempo que teve a de se haver castigado o sar-dessay Fondu Saunto Bounsuló, tomando-lhe a praça de Bicholim, que he hum dos rebeldes, recebeu estas noticias com demonstração de contentamento, e tomou a resolução de ma mandar agradecer com carta por hum padre da Companhia, e em hum siripão, que he o signal com que explica os seus agradecimentos. Este foi o pretexto com que mandou o dito padre á minha presença, escrevendo-me o mandava tambem a Lisboa a negocios particulares de seu gosto, porém constame pelas queixas, que o dito mogor fez a D. Juliana Dias por não lhe haverem mandado felicitar a sua exaltação ao throno em que se acha ha 8 annos, que todo este movimento he nascido da emulação com que recebeu a noticia da embaixada que V. M. mandou ao imperador da China ⁽¹⁾, pois na queixa que fez, allegava que este Estado lhe era mais obrigado do que ao dito imperador, por lhe haver dado por seus formões as terras que V. M. possue, e haver seu avô e bisavô descido em pessoa a defendel-as dos nossos inimigos: explicou mais a sua tenção em permittir que o padre viésse á minha presença mandado por este, e que fosse á de V. M. em carta do rajá e presente. Este rajá he rei poderoso sobre todos os reis gentiós, e segue sempre os interesses do mogor, com condição de que os seus vassallos lhe formem a guarda, e que sempre case com suas filhas com lei e pacto publicado de que só os filhos desta mulher, e não das outras, succederão no throno.

(1) Referencia á embaixada mandada *via* Macau por el-rei D. João V ao imperador da China e Tartaria em 1726. Era embaixador Alexandre Metello de Sousa e Menezes, nomeado pela C. R. de 29 de março de 1725. No L.^o das *monções* n.^o 94, a fl. 588 a 608, podem ler-se as noticias da partida e progressos d'esta embaixada, enviadas pelo governador de Macau, Antonio Carneiro de Alcaçova.

Com estas commissões passa o padre Manoel de Figueiredo a essa côrte, depois de o haver em recebido nesta cidade com publica audiencia, levando em sua companhia hum mouro principal, criado da casa do mogor, a titulo de vêr a V. M., e de se informar da grandeza da sua casa, e estilo do seu palacio e fazer hum diario de tudo.

Como a amizade deste rei seja utilissima a este Estado, e especialmente no tempo presente em que elle está desattendendo as representações que as côrtes europeas fazem por ministros que tem na sua, quando procura a correspondencia de V. M., attenda ás consequencias que se poderão seguir de conservar a sua correspondencia, pois desta pende inteiramente a nossa conservação em todos os dominios de que V. M. está de posse.

Quando V. M. determine mandar felicitar-lhe a exaltação ao throno, bastará que com carta sua se mandem os poderes a D. Joseph Tavares, homem portuguez, casado com huma neta de D. Juliana Dias, de quem o dito mogor faz grande estimação; será porém preciso que pela lista das cousas que elle manda procurar, não de ouro, prata ou diamantes, mas de peças de outra estimação, que naquella côrte a tem como raras, de que o mesmo padre Manoel de Figueiredo poderá informar a V. M., se lhe mande hum presente que, sem ser de grande importancia, se fará estimavel. V. M. ordenará o que fôr servido.

Deus guarde a muito alta e muito poderosa pessoa de V. M. felices annos,—Goa 17 de janeiro de 1728—*Rubrica do vice-rei.* (L.^o das *monções* n.^o 94, fl. 686).

e) *Outra carta do mencionado vice-rei a Sua Magestade.*

Senhor—Pareceo-me devia pôr na presença de V. M. as noticias que tive da côrte do Mogol e são as inclusas.

Deus guarde a muito alta e muito poderosa pessoa de

V. M. felices annos. Goa 22 de janeiro de 1728. *Rubrica do vice-rei.* (L.^o citado, fl. 650).

Os documentos que acompanharam esta carta, são :

1 — Carta de Moysés Tobias ao vice-rei — Surrate 29 de agosto de 1727. (L.^o cit., fl. 651). Sem importancia para o nosso assumpto.

2 — Carta de D. M.^a (*sic*) Joseph Tavares ao vice-rei — Delhi 15 de maio de 1727. E' esta :

«Recebi as honras de V. Ex.^a por duas vias feitas a 14 de dezembro, e humildemente rendo a V. Ex.^a as graças da grande mercê que me fez na declaração feita a D. Juliana de que eu nunca pedira cirurgião, que só assim acabou de resolver a sua duvida, por que só depois de vêr a carta de V. Ex.^a me disse, que nunca prezumira efficazmente que eu tivesse coração para pedir hum sojeito em seu nome, sem ella ser sabedora, e o certo he que com este favor de V. Ex.^a experimentou ella effectos muito differentes.

..... (participa a ida do pe. Manoel de Figueiredo para Goa)

De Bengala e Surrate passam a esta côrte muitos europeus, e cada hum inclina para o que é seu : muitos são de prestimos e contrahem o agrado dos grandes a quem servem. Parece-me que, se houvesse aqui algum sujeito que se interpuzésse nos negocios do Estado, seria acerto e não havia de ser senão dos mesmos padres portuguezes, e em ordem a este mesmo fim, se V. Ex.^a for servido fazer, que a esta missão não venhão senão padres portuguezes, será de grande utilidade, porque os de outras nações nestes tempos não provão; em tempos del-rey Badur (Bahadur Shah) dizem que estivera aqui hum padre italiano, o qual no tempo emque outro pádre português andava desfazendo huma urdidura franceza, dõnde resultava ao Estado algum incommodo, obrava elle o contrario contra a nossa nação : e agora ausentou-se da obediencia de seus superiores immediatos outro padre da

mesma nação, e da mesma religião da Companhia, o qual dava aos portuguezes hum título, que não tenho atrevimento para o escrever, e anda com pretensões de tornar, Deus nos livre, porque affirmo a V. Ex.^a que são mais de impedimento que de proveito ao Estado. Por cá tem vindo algumas noticias, que se querem introduzir nestas terras os da Propaganda; se tiver effeito, não haverá aqui quem possa interpor-se nos particulares do Estado: e só S. M., que Deus guarde, pode obviar estes males, mediando a imploração de V. Ex.^a.

Esta côrte e este reino parece que querem ir outra vez ás mãos de seu dono; porque os ombrãos andão renhidos e tem chegado a pôr gente em campo para peleja: a mãe do rei ausentou-se do palacio, está mal com o filho, e o rei tem concebido tal tristeza que lhe sobreveio febre: não sei em que virá isto acabar. Esta he uma das razões porque D. Juliana esfriou no particular de fallar ao rei sobre o encarregar ao Estado a incumbencia do Sidy. O pe. (1) informará melhor a V. Ex.^a.

.....

No que respeita á licença que V. Ex.^a diz, não terá duvida dar-me para a compra de hua aldêa de valor de 40 mil pardaus com as condições referidas, sempre estive desse accordo depois que vi as embrulhadas sobre D. Juliana, a quem os padres da Companhia não largão a procuratura de Manory, para attenderem ás muitas obrigações que lhe devem, pois saiba V. Ex.^a que o que comem os padres nesta missão, ella lh'o deu dos primeiros rendimentos da mesma aldêa, e se isto não fosse, não tinham de que se sustentar, porque dizem que os inglezes lhes tomarão a aldeia Parella. Mas, eu estimo emendar o erro, que algum dos padres deu na compra de Manory, alcançando primeiro licença para que mais herdeiros a possuão

(1) Manoel de Figueirêdo.

lograr fóra do Estado; porque de outra sorte não me fica bem. D. Juliana tem 7 netos, entre machos e femeas, e ainda que tem cá muito, depois da sua morte tudo vac ao rei conforme o uso da terra, e se lá não tiverem essa aldêa, conforme o conselho, que lhe derão os padres, hão de padecer, e eu porque não quero que a minha familia tenha similhante detrimento, confio em V. Ex.^a, não terá duvida em hua e outra licença. O padre que vac, leva o titulo desta aldeia que V. Ex.^a me tinha ordenado.» (L.^o cit., fl. 653).

3 — Outra carta do referido José Tavares ao vice-rei — Delhy 2 de junho de 1727. Accusa a recepção da carta de 4 de março e das de 14 de setembro ás quaes já respondeu, e diz :

«Pelo pe. reitor de Agra ⁽¹⁾ me constou a grande fortuna que possuiria o Estado no caso que el-rei mogol tirasse ao Sidy o officio que occupa, de ser general dos seus mares, e o entregasse aos nossos, e consta-me que o mesmo pe. escreveu este negocio a D. Juliana. O mesmo pe. informará a V. Ex.^a neste particular, que eu nelle só posso dizer que D. Juliana acha grande difficuldade na sua execução, não tanto da parte de rei, quanto da parte dos amires por onde passam os formões, além de andar agora a côrte muito embaralhada entre os ombrasos, e outras razões que manifestará a V. Ex.^a o dito pe. ao qual Ds. Nosso Senhor dê boa viagem.

Nesta côrte de Delhy chegou um em europeu que diz ser veneziano, he grande engenho, muito noticioso e de grande prestismo; veio pelas partes de Bengala, não se contenta com qualquer paga, está sustentando-se sem serviço, que nestas terras denota ter cabedal. Vem-lhes cartas de Bengala em lingua grega. Eu presumo que elle he espia dos inglezes por muitas razões e principalmente

(1) Manoel da Figueiredo.

por fallar mal delles. Eu ando-lhe no alcance, porque certamente sei que semelhante gente he aqui ao Estado de muito prejuizo; e este entrou com pés de lã, e já vae mostrando o que he.

..... (Refere-se a João Vás, portuguez, procurador da nação em Surrate, elogia-o e diz que até o judeu João Gomes Phebos não fazia couza alguma sem elle, mas tem emulos que o desejam vêr fóra do cargo. Acrescenta que Moysés Tobias é natural de Cochim e visto ser creado entre os inglezes e hollandezes, não poderá servir o Estado com a mesma dedicação como João Vás) (L.^o cit, fl. 654).

4 — Outra carta do referido José Tavares ao vice-rei — Delhy 8 de julho de 1727. Accusa a recepção da carta de 26 de abril e refere-se á resposta antecedente. Diz que o pe. Manoel de Figueiredo se deteve com o rajah de Amber, Jaising, de quem conseguiu muita amizade e favor, — que esse rajah vae mandar a S. M. embaixada com um grandioso sagoate, — dá outras noticias e escreve no fim :

«Declaro a V. Ex.^a por me parecer muito conveniente que tem cá chegado ao pe. algumas cartas ainda dos seus mesmos prelados, que não sentem, nem levam a bem ir elle destas terras com estes negocios; não sei se será isto desafeição ou por algum outro respeito; só sei que elle leva seu sentimento, e me disse que, se elle se ausentasse como fizerão e fazem ha bastantes annos seus antecessores, sem servir a seu rei, podendo ajuntar o serviço de Deus e o do rei sem contrariedade, pode ser que elle tivesse outra remuneração dos seus; mas que a elle lhe bastava ter lá a V. Ex.^a por si. Ex.^{mo} Sr., ha 16 annos a esta parte, depois de sahir desta corte o pe. João de Abreu, da Companhia de Jesus, o qual lidou e trabalhou muito pelos negocios do Estado, os que lhe succederão nunca olharam por tal, e pelo pe., que vae, se empenhar em cuidar nelles, tem opposição entre os seus, e prevendo o dito pe. que, morta D. Juliana, a quem Deus conserve a

de. Gomes
reg. 24
1918
p. 27. 24

vida, não tinha o Estado aqui quem se antepuzesse em os seus negocios, procuram esta columna deste rajah, porque este quando pede ao rei, diz convém se faça isto. V. Ex.^a por quem he, implore para com S. M., para que com o seu poderosissimo braço, saiba segurar esta columna para o Estado, e para a christandade».....

(L.^o cit., fl. 655.).

5 — Outra carta do mencionado José Tavares ao vice-rei — Delhy 27 de agosto de 1727. E' esta:

«Expeço este patamar para que chegue a noticia a V. Ex.^a de como o cirurgião francez, por nome Martim, representou a el-rei o estar nesta côrte hum italiano engenheiro, de que eu tinha dado conta a V. Ex.^a de sua chegada, e de lhe ter desfeito o elle ser servidor do raja Jaisinga Sovae. El-rei o mandou hir a sua presença por hum ombrão muito meu amigo, a quem chama Javed-Kam; de que se passou informará a V. Ex.^a o pe. Manoel de Figueiredo a quem escrevo largamente; eu, quanto he de minha parte, tenho-me opposto na presença de el-rei em algumas cousas contra este homem. D. Juliana já se acha convallescida de huma molestia que teve, e depois de amanhã vae para dentro do palacio, e já vae muito bem informada de tudo.

O cirurgião-mór de Baçaim se acha nesta côrte, já foi chamado da mãe do rei, está a sua cura parada esperando D. Juliana vá para palacio para por mão da de a (della?) tomar mezinhas e se curar com a informação do dito cirurgião.....

Corre tambem aqui a noticia de que hum religioso da companhia, da nação italiana, por nome Hepolito Desidery, o qual se tinha ausentado da obediencia dos seus prelados, e bido para Polichera, tem já o fato em Patana; eu tenho-me opposto na presença de el-rei em algumas cousas contra este homem, por me parecer isto ser alguma ordidura deste pe. italiano que jurou introduzir aqui a

Propaganda, e dizem espera cartas de Roma nesta monção, Deus nos acuda com estes estrangeiros que tão oppostos nos são, ou tambem quem sabe não seja alguma espia dos inglezes; mas esteja V. Ex.^a certo que estou muito vigilante para acodir com o que couber na minha esfera na presença del-rei, e tambem informar a D. Juliana, porque esta com mais confiança trata com estes monarchas (Refere as honras com que o tem cumulado o rei Mahomed Shah). . . . » (L.^o cit., ll. 656).

6 — Outra carta do dito José Tavares ao vice-rei. Delhy 13 de outubro de 1727. Refere-se ao tal engenheiro italiano que se chama Fureste (?), ás suas trapações e á sua partida, com o irmão do cirurgião francez, para Patana, afim de sahirem,— á molestia do rei e ao tratamento que lhe fez o cirurgião-mór de Baçaim, cujo procedimento interesseiro desabona,— e escreve mais :

«O que eu agora dissera a V. Ex.^a segundo o que me dá a conhecer a experiencia destas terras, he que, quando V. Ex.^a haja de pôr em execução o mandar visitar este rei, o mandar em companhia de qualquer padre da Companhia de Jesus algum cirurgião com o titulo de que vem para assistencia do dito pe., e para este effeito não pode V. Ex.^a fazer eleição de sujeito melhor do que em o pe. Manoel Durão, da mesma Companhia que, supposto tem muita idade, he muito pratico na lingua da terra e nos costumes, pode tudo com D. Juliana, e quando quer que ella faça as cousas, enfada-se para que tenham effeito. Em segredo ainda para com os mesmos padres, dou conta a V. Ex.^a de huma carta que o sobredito pe. escreven a meu sogro, dizendo que estava já capaz de fazer viagem para o Industão, mas que ariscava alguns cavallinhos novos, digo isto a V. Ex.^a por razão da escusa que se poderá dar de que o dito pe. está doente, e indo elle com a incumbencia da embaixada, não tem que ariscar cavallinhos novos, quando por estas partes os houvésse;

mas affirmo a V. Ex.^a que os não ha, nem o dito padre poderá ter na occasião presente tal areceio.

Dou parte a V. Ex.^a de duas novidades mais: a primeira e principal he de que os allemães pertendem nesta côrte hum decreto de el-rei, não só para terem feitoria em Bengala e Patana, senão tambem para contrastarem em todas as terras do Industão; os inglezes e hollandezes têm arcado muito dinheiro ao novo Nababo de Bengala para que os deite fora aos ditos allemães, os quaes recorrerão a D. Juliana para que lhe acabasse este negocio; D. Juliana se botou fóra desta incumbencia, e daqui se escreveu aos allemães que com tres circumstancias se poderia effectuar o negocio—o 1.^o era pôrem aqui hum procurador para assistir com os gastos necessarios, pois tudo se vende nesta côrte; o 2.^o e principal era que escrevessem a V. Ex.^a, sem a qual ordem eu me não havia metter em cousa alguma; o 3.^o se estavam promptos para todos os gastos porque haviam de ser grandes.

A outra novidade he que o General do Norte escreveu a D. Juliana, e tambem me fez a mesma galantaria a mim, dando-me a entender o negocio sobre a incumbencia do Sidy, e como o pe. Manoel de Figueiredo terá informado a V. Ex.^a pessoalmente, não sou mais largo neste particular,—pedia mais na de D. Juliana cartas para Nizamane Moluco; a dita D. Juliana lhe responde e eu acrescento que, sem que se visite a essa monarcha, que se não pode pôr em praça (pratica ?) cousa alguma, suppostas as circumstancias de que V. Ex.^a está já inteirado; eu quanto he de minha parte com o que couber nas minhas forças não heide faltar em servir ao Serenissimo Rey N. Sr. e a V. Ex.^a». (L.^o cit., fl. 657 a 658 v.).

f) *Outra carta do mencionado vice-rei ao secretario d'Estado, Diogo de Mendonça Côrte-Real.*

Estimei muito que chegasse o pe. Manoel de Figueiredo com a resposta de el-rei N. Sr. para o rei de Anter,

e el-rei mogor, que foi o autor desta enviatura, e como o dito pe. tardou mais hum anno do que elle suppunha, tem por muitas vezes mandado procurar por elle, e ordenado nos seus dominios o passem pela porta e côrte de Dely.

Determino logo despedil-o com carta de crença e presente para o dito rei mogor, por me parecer precisa esta demonstração, não só pela ordinaria dependencia, que sempre temos deste monarcha, porque o seu rajah se acha hoje com tantas forças que se mogor nos não ajudar ao menos com o seu patrocínio, se fará difficil resistir-lhe por terra. O mesmo pe. ha de ser o embaixador para poupar despesas, e não me occorrer outro muito capaz.

Deus guarde a V. Ex.^a etc.. Goa 4 de novembro de 1730. (L.^o das monções, n.^o 97, fl. 550 v.).

J. A. ISMAEL GRACIAS.



AINDA OS MONUMENTOS A VASCÔ DA GAMA



ontinuando a tratar do monumento architectonico, erguido nesta capital á memoria do grande argonauta D. Vasco da Gama, monumento que, desde ha poucos annos, se ostenta na praça do «Jardim D. Luis 1.º» defronte dos paços municipaes n'esta cidade, temos a acrescentar ao que deixámos registado a pag. 79, mais o que preciso é para completar a sua historia, a qual por emquanto é pouco conhecida e inédita nos pormenores da construcção do mesmo monumento.

Lançadas as bases fundamentaes para a erecção do monumento na forma atraz mencionada, e com as formalidades do estilo, tornou-se necessario mandar vir da officina de um canteiro de Lisboa o busto do heroe que devia encimar o padrão e urgia começar desde logo as obras de sua construcção, as quacs effectivamente começaram sem grande demora.

Um anno depois, veio o mesmo busto, que teve a conveniente collocação sobre o monumento, cuja descripção technica é a seguinte :

O monumento consta de uma alta columna, apoiada sobre um grande corpo de cantaria, constituido por pedestal, sócco e socalco ; a columna é corôada pelo busto de

Vasco da Gama e o socalco é cercado por uma balaustrada a que se prendem cadeias de bronze. Este ultimo recinto, de fôrma quadrada, é limitado por 12 balaustres cylindricos de trappite, tendo o fuste com canelluras e capitel de forma conica, sendo o espaço entre os balaustres vedado por grossas cadeias de bronze.

A parte mais baixa de monumento é o socalco, tambem de forma quadrada, constituído em elevação por quatro degraus. O sócco, de forma parallipede de base quadrada,

Este corpo e bem assim o socalco e o pedestal são de trappite, e o primeiro apresenta na face que olha para os paços municipaes, uma grande lapide de marmore, com a seguinte inscripção em grandes letras de bronze :

PADRÃO COMMEMORATIVO DA CELEBRAÇÃO DO,

4.^o CENTENARIO

DO DESCOBRIMENTO DO CAMINHO MARITIMO DA INDIA

1898

O sócco é limitado nas suas partes superior e inferior por elegantes molduras em que se destacam em rebaixo as suas quatro faces verticaes. Sobre o sócco está collocado o pedestal, tendo a forma do sócco, porem mais rico com os quatro medalhões que se destacam nas suas faces.

Este parallelipedo tambem é rematado nas bases superior e inferior por bem combinadas molduras. Os medalhões são de pedra lioz e de forma circular, limitados por uma serie de molduras que enquadram os bustos, em alto relevo, dos seguintes heroes da epopéa portugueza :

No medalhão collocado na face que olha para o sul, *Affonso de Albuquerque*, o terribil conquistador de Goa;

No lado oéste, *D. João de Castro*, o grande heroe de Diu;

No lado norte, *Luis de Camões*, o immortal cantor das glorias portuguezas ;

E no lado léste, *D. Francisco de Almeida*, o primeiro visor-rei da India.

Sobre o pedestal ergue-se uma grande columna, construída em troncos provenientes das ruínas do antigo convento de S. Domingos, da velha cidade de Goa. A columna é de ordem toscana, de uma grande simplicidade, com o fuste cylindrico e liso. E' coroada pelo busto do grande navegador, modelado em pedra lioz, e olha para o sul.

O monumento tem a altura de 12.^m76 (1).

Ao terminar a historia dos monumentos—homenagens publicas e particulares, prestadas ao inclyto descobridor da India—parece-nos não ser extranho a este assumpto o fazer relembrar e mencionar aqui os cognomentos—homenagens de outro genero—referentes á memoria de Vasco da Gama, cujo glorioso nome foi dado em Goa:

Desde 1871, a um Instituto—associação litteraria fundada em Nova Goa; (2).

Desde 1878, a uma das principaes ruas de Pangim, que sendo anteriormente denominada *de boa vista*, passou

(1) As linhas geraes d'esta descripção devemo-las ao obsequio do sr. Miguel Francisco Xavier Barros de Valladares, conductor das obras publicas. E aqui não devem ficar em esquecimento mais alguns nomes, como sendo os dos principaes factores, impulsores e obreiros do monumento, cabendo o primeiro lugar ao:

— Conductor de 1.^a classe do quadro de obras publicas do ultramar, Hygino da Costa Paulino, que fô quem traçou o projecto do monumento e dirigiu a sua construcção;

— Director das obras publicas, José Frederico d'Assa Castel-Branco, que deu o maior impulso para o bom acabamento das obras;

— Canteiro, Germano Salles, em cujas officinas da rua do Arsenal em Lisboa, foram modelados e executados o busto e os 4 medalhões, em pedra lioz, que decoram o monumento;

— Mestres de obras, Hermenegildo de Souza (Hilario) e Luiz João Dias, valiosos auxiliares na direcção e execução das obras da construcção do monumento.

(2) A pg. 129 do vol. 6.^o d'esta revista encontra-se a noticia da fundação do referido Instituto.

a ser chamada *de Vasco da Gama*, e ainda depois *Avenida Vasco da Gama*;

Desde 1887, á segunda estação da linha ferrea de Mormugão, que dista duas milhas da estação terminus;

Desde 1894, a uma sociedade de instrucção e recreio, fundada em Nova Goa, em dezembro d'esse anno (Gremio Vasco da Gama). Desde 1909, ficou fundida com o Club de Nova Goa, mas conservando o seu nome titular, e denominando-se «Club Vasco da Gama»;

Desde 1897, a uma rua da villa de Mapuçá, capital do concelho de Bardez;

Desde 1903, a uma rua d'esta capital, proximo do grande bazar, que foi chamada *dos marinheiros de Vasco da Gama*;

Desde 1905, a um edificio construido n'esta capital por um particular, proprio para theatro.

J. M. DO CARMO NAZARETH.



A DEVOÇÃO

A

S. GONÇALO DE AMARANTE EM DAMÃO



allusão feita á nossa obra historica pelo nosso distincto amigo e collega, digno juiz municipal de Diu, sr. Rosario S. da Rocha Sá, por não vêr ahi referencia alguma á devoção de S. Gonçalo de Amarante n'esta cidade—irmã do norte, excitou sobremodo o nosso interesse na orientação d'ella. Conheciamos desde a infancia uma só quadra—a primeira da *ladainha*, cuja toada é a mesma què se vê no bello artigo — *Ethnologia Diuense* — do sr. Sá. ⁽¹⁾ Tendo pouca lida com as devoções populares, nunca assistimos a nenhuma em homenagem ao mesmo santo. Para nos iniciarmos no seu conhecimento e nas antigas praticas — bastante grotescas e irrisorias ás vezes, mas pias e arreigadas entre os seus devotos — percorremos varios bairros, sem comtudo conseguirmos o nosso fim. A affirmação geral era, que na *antiquidade* a festividade de S. Gonçalo se celebrava em 10 de janeiro, mas como

(1) Pag. 163 do vol. VI d'esta revista (1909).

em muitas familias se cantava essa ladainha, demonstrando-a até á madrugada do dia seguinte, muitos devotos festejavam o popular santo na oitava, dia 28, por falta de cantores e de *cartilhas* da ladainha (manuscripto) que eram raras.

Principiava a devoção com a ladainha da SS. Virgem perante um altarsinho de familia, onde, entre outras imagens, a do santo festejado tinha a primazia. N'esta parte primordial da festa — *proméss* — não se fazia referencia, nem orações a S. Gonçalo. Curioso ! Os devotos, terminada a ladainha, passavam ao refeitório, onde eram obsequiados em proporção aos meios do dono da casa. Depois da geralmente farta refeição e uma generosa pinguinte, já quando a alegria subia ao seu auge, de novo para o quarto do santo voltavam.

Em tempos mais remotos, os devotos invocavam S. Gonçalo, dançando ao som do canto cadenciado da ladainha e acompanhamentos de violinos ; porém, mais tarde, observaram maior rigor, attenção e respeito ao santo portuguez a quem imploravam nas suas necessidades, que, geralmente, eram pela falta de prole, casamento de donzellas e de viúvas novas.

O certo é que essa devoção nos vem dos bons tempos da reconquista — tempos de fé sincera e genuína — com uns laivos de rudeza de guerreiros, que na presente geração de scepticismo e discrição produz hilaridade com um mixto de sardonico sorriso, como ao lêr uma d'essas famosas lendas do Oriente. Na alvorada do christianismo na India, com o advento dos portuguezes, até nas proprias egrejas e nas procissões da semana santa, taes eram os usos e allegorias usadas na epocha, que os arcebispos de Goa, por causa dos abusos, tiveram que supprimil-os, contrariando os habitos dos povos. ⁽¹⁾

(1) *Decretos do Arcebispo de Goa, 1775 a 1900* — pelo pe. Manoel J. S. d'Albuquerque, pgs. 42, 55.

Narração da Inquisição da Goa, por Dellon, Tradução por Abrêu, pg. 157.

Ouvimos a um venerando octogenario, já extinto, cujas reminiscencias remontavam ao principio do seculo XIX, e que viu o *heroe de Rarim*—esse que se apresentou perante o vice-rei da India com um volumoso fardo ás costas já vergado pelo cansaço, e esvasiando-o perante elle, clamou com um sorriso:—«Senhor! trago-vos alguns côcos! Eram, na verdade, um bom numero de cabeças decapadas dos revoltosos que rolavam pelo pavimento, com assombro e surpresa de todos. Esse bom guerreiro que tão bons serviços prestava á sua Patria Luzitana, era a seu turno um fervoroso devoto—mas devoto por uma forma funambulesca—pois, levava consigo para toda a parte, embrulhada em um lenço, nas amplas algibeiras da sua jaqueta, uma pequena imagem da Virgem da Conceição—**Padroeira do Reino**—. Sabem, como elle denominava a Rainha celeste? Dizia:—«Vejam ahi, meus senhores essa *minha* bruxinha!; e osculava-a com enthusiasmo e meiguice de creança⁽¹⁾. Não admira, por isso, que algumas d'essas tradicionaes devoções nos fossem transmittidas atravez quatro seculos, com uma grande dôse de irreverencias e impregnada do humoris-

(1) O valente soldado europeu acima referido foi pelos seus relevantes serviços elevado ao posto de official. Chámava-se João Cordeiro de Mello e Castro. No anno de 1837 exercia o cargo de major commandante da provincia de Praganá-Nagar-Avely. Vimos a sua assignatura n'uma acta do municipio de Damão, *Livro de termos de hypothecas do Senado de Damão*, n.º 2, fl. 57 v. Era homem d'uma força herculea. Nas occasiões dos bailes no palacio do governo, comprazia-se n'este divertimento: convidava os rapazes dos que ahi vinham, para a antiga *trangana*. Deitava-se no solho fardado como estava, e promettia boas alviças a quem podesse tirar de debaixo da sua cabeça uma folha de papel sem rasgar-a. Ninguém conseguia fazê-lo. Os rapazes, um apoz outro, faziam esforços inuteis e desesperados abandonavam a empreza, envergonhados com as gargalhadas do militar. Na Praganá era muito estimado dos colonos. Sentava-se no chão semi-nu, e obsequiava todos, que para ali iam obter justiça para as suas petições, com tabaco e folhas de *apteira*. Fallava com fluencia a lingua concenã. Ninguém tinha a coragem de contrariar as suas decisões ou os seus desejos. Temiam as consequencias da sua ira. Era d'uma bondade infantil, mas, contrariado, tinha a ferocidade d'um guerreiro. Tudo andava ahi correcto e tranquillo com a sua presença.

mo de *clowns* (*beata gens*), que assim testemunhavam ao santo a sua prova de veneração. Que, ainda assim, elle os attendia complacente, não resta a menor duvida.

Salvo pequenas variantes, a ladainha é a mesma que em Diu, porem mais completa. Reproduzimol-a tal qual ella anda em voga na bôca e penna dos habitantes do nosso Badrapôr, antiga propriedade do Collegio das Onze mil virgens, dos padres da Companhia de Jesus, e mui afamada por causa da abundancia de flôres, como bem diz um verso de remotas eras:

Ali em Badrapôr
Espalhado de flôres
Aonde entra e sahe
Soldado de caçadôres.

As quadras que damos, encontramol-as em duas cartilhas antigas do nosso perduravel almaço portuguez, que parecem, como essas negras muralhas da cidade, apostadas a triumphar dos seculos vindouros. E' bem possivel que esta ladainha tenha soffrido algumas ligeiras viciações dos copistas, mas a copia é textual.

Ladainha de S. Gonçalo do Amarante em Damão

Versos do Glorioso Sam Gonçalo, quem quizer cantar para agradecer ao mesmo Santo com seus lovores:

1

S. Gonçalo de Amarante
Cazamenteiro das velhas,
Porque não cazay as môças
Que mal vos fizerão ellas?

Ay Jesus! Ay Jesus!

(Este ultimo verso serve para o côro)

2

S. Gonçalo de Amarante
Hoje he grande alegria,
Aqui vieram os devotos
A festejar o vosso dia.

3

S. Gonçalo de Amarante
Cazay todas as donzellas
Porque em honra de vosso dia
Mostrão perfeição mais bella.

4

S. Gonçalo de Amarante
Quereis as velhas cazar,
Vem aquy a vossa funcção
Nem prestão para bailhar.

5

O' ! Rainha da Castella
Manday lançar hum pregão :
Hajão de cazar as velhas
Para fazer geração.

6

Requerem todas as môças
Por suas petições
Bêjamão a Vossa Alteza,
Terra velha não dá pão.

7

S. Gonçalo de Amarante
Não atenda as viúvas rica,
Por que ellas com seu dinheiro
Muy breve cazada fica.

8

S. Gonçalo de Amarante
Veja minha humildade,
Com a morte do meu marido
Fiquey da tenra idade.

9

S. Gonçalo de Amarante
Estou em desesperação,
Com a morte do meu marido
Fiquey sem consolação.

10

S. Gonçalo de Amarante
Ja vos tenho promettido,
Dai-me por vosso milagre
Hum rapaz para meu marido.

11

Se algum rapaz galante
Hoje de mim agradar,
Na dezejoza esperança
Mais contente eu heide bailhar.

12

S. Gonçalo de Amarante
Vós deveis de alembrar
Destes rapazes solteiros
Que vos vem a festejar.

13

S. Gonçalo de Amarante
Declaro-vos o meu empenho,
A muitos annos que sou cazado,
Ainda hum filho não tenho.

14

S. Gonçalo he Santo
Antes foy marinheiro
Muitas embarcações com elle
Para o Rio de Janeiro.

15

S. Gonçalo de Amarante
Santo de grande primôr ⁽¹⁾
Que faz muitos milagres
Com virtude do Senhor.

16

Se fôres para o Reino
Escrevei-me de caminho
Se vos faltar papel
Escreve nas azas de hum passarinho.

17

S. Gonçalo de Amarante
Sois meo adorado bem
Que és tão bello e gentil
Qum hum defeito não tem.

18

S. Gonçalo de Amarante ⁽²⁾
Trazey hum S. Gonçalinho,
Se não poderes com grande
Trazey hum piquenino.

(1) N'outra copia é empregada a palavra — *valor* —.

(2) N'outra copia esta mudança — *Si fôres para Amarante* —.

19

S. Gonçalo de Amarante
Santo da minha devoção,
day-me hum marido briozo
Da minha satisfação.

20

S. Gonçalo de Amarante
Santo que Deus confirmou:
Posto a capa na agoa
Com ella o rio passou.

21

S. Gonçalo de Amarante
Abaixay-me esta barriga,
Não sei o que trago dentro
Se he rapaz ou rapariga.

22

Atendeis os meos ais
Os meos suspiros e pranto,
Day-me hum marido rico
Para vestir um novo manto.

23

Aqui vierão pagar-vos
A promessa promettido
Para vir no outro anno
Nos braços do meu marido.

24

A porta vos nasceo roza
Na cella cravos bicais
A cabeceira da cama
Flores com os seos sinais.

25

S. Gonçalo de Amarante
Santo da nossa devoção
Sois do ceo o esmalte
E honra da religião.

26

Milagroso Sam Gonçalo
Eu dispeço e vos digo :
Não torno cá outra vez
Sem trazer mulher comigo.

27

Hoje a vós vem pagar
A promessa que eu fiz,
Com os joelhos em terra
Com cabeça, boca e nariz.

Hoje é muito rara esta devoção na cidade. Só em uma caza no Campo dos Remedios existe a imagem do santo, que é levada aos oratorios dos outros devotos, quando tenham promessas a cumprir. Os infelizes casados, privados de filhos, seguem uma praxe antiga de atarem uma cinta córada, geralmente azul, sobre o cordão do milagroso monge portuguez, removendo-a depois de serem abençoados com o dóce fructo dos seus amôres. Esta devoção está em voga nas classes dos artifices, carpinteiros, pedreiros e tanoeiros. E' tudo o que apuramos do nosso estudo, e assim supprimos a lacuna da nossa obra, e consignamos aqui os nossos rendidos agradecimentos áquelle nosso sympathico amigo, que nos estimulou ao presente trabalho.

Damão.

ANTONIO FRANCISCO MONIZ.

VIAJANTES EUROPEUS NA INDIA

(Continuação dos n.ºs 5 e 6, pg 159)

V



representaram os holandeses e os francezes importante papel no *struggle* europeu para a supremacia na India. Emquanto os inglezes só se occupavam em despachar mercadorias, sem extendem as suas vistas para além dos armazens, esses dois povos foram, palmo a palmo, alcançando uma posição preponderante nas terras em que se estabeleceram, influindo sobremaneira na sua direcção moral e social, insinuando-se lenta, mas persistentemente, no espirito e no coração dos povos entre os quaes lhes coube exercer uma missão eminentemente civilisadora.

A sua viagem ás terras do Indostão não se subordinou, é certo, aos elevados ideaes de que vieram animados os primeiros portuguezes, os quaes andavam, como é sabido, em demanda do principe christão Preste Joham e ardiam nas ancias de illuminar as terras do Oriente com o facho redemptor da civilisação e do evangelho. Os holandeses e os francezes tiveram, para a sua aventura nas terras indianas, outro fito: participar do commercio de cravo e pimenta, de que os portuguezes se tinham apoderado após denodada lucta com os elementos e com os mouros, em cujas mãos andava d'antes esse trafego.

D'esse aureo periodo de triumphos e opulencia, d'esse brilhante cyclo de conquistas e heroismos dos hollandezes e francezes não restam hoje senão fracos vestigios, que, todavia, fallam eloquentemente das pristinas grandezas. A Hollanda que, pelos annos de 1602 e 1620, havia tomado os principaes fortes e dominios d'os portuguezes, já hoje nada possui na India, limitando-se as suas possessões no Oriente ás ilhas de Sunda. De França, cujo nome no Oriente engrandeceram com feitos de extraordinario valor Labourdonnais e Dupleix, homens que ao seu tino de administradores reuniam brilhantes qualidades militares, não restam hoje senão umas minusculas possessões, que têm de area 85 milhas e cuja população é apenas de 273.185 habitantes, segundo o censo de 1891.

A passagem, porém, d'esses povos pelas terras da India perpetuou-se na lingua e na religião, deixando d'ella tambem duradoura recordação muitos viajantes que nas suas chronicas tiveram o cuidado de registar as observações, que lhes despertaram os usos e costumes dos povos orientaes.

D'entre esses chronistas têm singular relevo as figuras de John Huyghen Linschoten, hollandez, e François Pyrard de Laval, francez, a cujas curiosas relações de viagem devemos acrescentar a do celebre italiano Pietro della Valle, de quem diz o grande historiador Gibbon, que nenhum viajante conheceu ou descreveu melhor a Persia. Os tres viajantes exerceram, com os seus livros, tão grande influencia no espirito dos seus compatriotas, que, desde então, principiou a Europa a ter conhecimento exacto dos valiosos recursos da India, dos admiraveis templos e grutas que a assignalam, das lendas e mysterios a que anda ligada a sua theogonia, das raças e castas em que se fraccionam, em perpetuos antagonismos e encarniçadas pugnas, os 300 milhões de homens que a povóam.

Linschoten veio a Goa em 1583, em companhia do

arcebispo D. Vicente da Fonseca, tendo concorrido muito, junto com o padre Thomas Estevam, a quem já nos referimos no artigo anterior, para a soltura dos ingleses Fitch, Newbery e Leeds, que haviam sido presos como espias. Com uma permanencia de cinco annos em Goa, durante a qual estudou profundamente as condições politicas e sociaes dos dominantes e indigenas, teve de regressar á Europa pela morte do referido arcebispo, o que fez em janeiro de 1589, viá Cochim. Tendo aportado em Santa Helena, ahi se encontrou com Gerritvan Afhausen, de Antuerpia, que estivera em Malacca e que lhe forneceu copiosas informações ácerca dos roteiros maritimos, de que Linschoten se aproveitou para a sua valiosa obra «Voyages into ye Easte and Weste Indies», que deu a lume em 1596,— obra que ao tempo despertou sensação entre os holandezes e que, descrevendo em quadros sombrios a corrupção da sociedade portugueza na India, a relaxação dos costumes, os vícios de que enfermava a administração do paiz, contribuiu immenso para incitar não sómente os holandezes, como tambem a Europa toda a, aproveitando esta fraqueza e enervamento dos portuguezes, se aventurarem a virem estabelecer-se no Oriente para partilharem do commercio que, havia quasi um seculo, andava exclusivamente em mãos portuguezas.

Linschoten, em cuja obra sem descrevem os differentes roteiros para a India, foi o pioneiro do commercio hollandez no Oriente, devendo-se-lhe em grande parte a prioridade que teve o seu paiz sobre a Inglaterra no *struggle* pela preponderancia no trafego oriental.

Na sua obra ha igualmente curiosas noticias sobre varios paizes que o autor percorreu durante a sua permanencia no Oriente, merecendo, porém, especial menção as suas observações relativas á costa do Malabar. Descreve minuciosamente a cidade de Calicut que elle, á guiza de Conti, Abd-er-Razzak e outros chronistas, chama a mais afamada em toda a India, acrescentando logo ter

cahido na maior degradação. «Era a primeira cidade do Malabar—diz elle—onde o Çamorim, que é o imperador, vive em fausto e realisa as suas magnificentes recepções, mas como os portingales, á sua primeira chegada, foram por elle illudidos, recorreram ao rajá de Cochim, que era então pequeno principado, sujeito á jurisdição do Çamorim. Quando os portingales começaram a prosperar e a estabelecer-se no paiz, tornando-se ao mesmo tempo senhores do mar, Calicut principiou a decahir, reduzindo-se tanto o seu trafego como a sua fama, e é hoje uma cidade que não tem importancia alguma na costa do Malabar, ao passo que Cochim está rica e prospera»

Como já referimos n'um dos artigos anteriores, ao tempo da chegada dos portuguezes á India, a costa do Malabar tinha numerosos reinos, uns autonomos, outros semiindependentes, a todos os quaes sobrelevava em poderio e opulencia o de Vijayanagar, do qual Calicut era a mais rica cidade.

Linschoten encontrou esses reinos na mesma situação com a differença, porém, de que o poderoso reino hindú tinha já decahido, tornando-se a cidade de Cochim e não Calicut *prima inter pares*.

Conta o mesmo viajante que um rei do Malabar, de nome Ceruman Perumal, que no anno de 350 da nossa era saíra em peregrinação, dividira o seu reino por Cochim, Cananor, Coullão e outras terras, mas dando a supremacia a Calicut. Refere-se tambem, embora muito de leve, a Ceylão e aos singalezes, á costa de Coromandel, «Narsingá, Bengala, ao Ganges, a Pegu, Sião, China e Japão, sendo o seu livro copioso em observações curiosas ácerca das particularidades que caracterisam os habitantes de cada uma d'essas terras.

A Linschoten seguiram-se, em 1601, uns individuos de S. Malo, Laval e Vitré, que, no intuito de rivalisarem com os hollandezes na carreira commercial, constituíram uma companhia e apparelharam dois navios para o trafego in-

diano. Se não fosse a viagem que, em 1529, fez Jean Parmentier, de Dieppe, a Sumatra, essa expedição seria a primeira do movimento commercial francez nos mares da India.

Os dois navios acima referidos chamavam-se *Croissant* e *Corbin*. François Martin, natural de Vitré, que estava a bordo do primeiro escreveu a narrativa da sua viagem, mas não existe d'ella sequer um exemplar, apesar de se terem feito duas edições, uma em 1604 e a outra em 1609, o que denota o interesse e a procura que ella teve.

No *Corbin* esteve François Pyrard, que tambem deixou a chronica da sua viagem,—chronica notavel a muitos respeitoes, cheia de interessantes episodios da accidentada carreira d'esse ousado aventureiro nas terras do Oriente. ⁽¹⁾

Os dois navios saíram em 18 de maio de 1601 e, depois de tocarem Santa Helena, dobraram o cabo da Boa Esperança tres dias depois do Natal. A tripulação ficou toda atacada de escorbuto, molestia que dizimou muitos a bordo. Em 1 de julho, o *Corbin* deu á costa nas alturas das Maldivas, aonde os naufragos se precipitaram em um estado de moribundos e famintos. ⁽²⁾ Doze homens apanharam um bote e conseguiram ir até Coulão; mas ali, em vez de gozarem de socego, foram mettidos na cadeia como espias pelos portuguezes. Seis semanas depois do sinistro, morreu o capitão; e dos quarenta que formavam a tripulação, sobreviveram apenas quatro, en-

⁽¹⁾ Cunha Rivara verteu em portuguez e publicou a *Viagem* de F. Pyrard, sobre a edição de 1679, addicionando-lhe notas e fazendo varias correções, — Nova Goa, Imprensa Nacional, 1858, 2 tomos. Obra muito apreciada e hoje rara.

⁽²⁾ O *Croissant* não teve melhor sorte. Nas alturas do Cabo Finisterra foi a pique, salvando-se, porém, a tripulação e uma parte do carregamento por terem acudido a tempo uns navios flamengos que iam de Veneza. Vid. M. Martin — *Description du premier voyage fait aux Indes Orientales par les Français*.

tre os quaes estava Pyrdard. Esses tambem foram presos e maltratados pelos indigenas, mas Pyrdard logrou ser menos perseguido, porque, pela sua intelligencia e maneiras, se insinuou na sympathia dos selvagens habitantes d'aquellas ilhas. Já lhes aprendera a lingua, o que o habilitou a conhecer melhor a organização social d'essa terra, á qual consagra no seu valioso livro paginas de larga e curiosa escriptura.

Em fevereiro de 1607, depois de Pyrdard soffrer as aguras da cadêa por espaço de 4 annos, vem de Chittagong uma expedição franceza com o fim de obter o casco do *Corbin*, expedição, que depois de atacar e matar o sultão local, conseguiu a soltura de Pyrdard e dos seus companheiros, que levou a Chittagong, onde o rajá lhes concedeu a liberdade sem restricção alguma, e quando elles lhe significaram o desejo de regressar, lhes deu passagem a bordo d'um navio que ia para Calicut.

Com uma viagem de tres semanas, Pyrdard e seus companheiros desembarcaram em Muttingals, um porto dos piratas do Malabar entre Cananor e Calicut, d'ahi seguiu por terra para esta ultima cidade, onde foi recebido com immenso enthusiasmo, apenas se soube que elle era inimigo dos portuguezes. A sua chronica n'este ponto torna-se interessante por lançar luz sobre a attitudo do Çamorim e dos portuguezes para com os piratas do Malabar, podendo concluir-se da narrativa que esse principe andava feito com os piratas para abater a influencia portugueza na India.

Demoraram-se os francezes em Calicut uns 8 mezes, depois do que, á recommendação dos jesuitas, foram para Cochim, onde passaram pelos mais duras provações, tendo sido immediatamente presos e mettidos no *Tronco*, cujas horrores Pyrdard descreve em côres vivissimas. Com nove dias d'esta indiscriptivel tortura, foram postos em liberdade e mandados a Goa, onde Pyrdard passou algum tempo no hospital. O asseio em que encontrou este esta-

belecimento, a abundante, rica e variada dieta alimentar que se dava aos doentes, a bella situação do edificio, tudo isso tão agradavelmente o impressionou que diz não ter visto na Europa hospitaes tão galhardamente servidos e montados.

Pyrard regressou em 1610 pelo cabo da Boa Esperança, visitando de passagem a ilha de Ceylão, onde lhe mereceram reparo as constantes questões entre os naturaes e os portuguezes, Malacca e diversas outras terras, chegando a Laval em fevereiro de 1611, depois de tocar o Brazil.

A Pyrard succedeu Pietro Della Valle, o afamado italiano, cujo nome é d'entre os dos primeiros viajantes á India o mais conhecido na Europa, não que elle tivesse percorrido muitas terras, mas porque as suas observações têm um grande cunho de fidelidade, traduzindo nitidamente, sem exaggeros, a situação moral, social e politica dos paizes por onde peregrinou. Nem outra cousa era de esperar d'um homem, a quem a *auri sacra fames* não parece ter movido para se aventurar ás provações e incertezas d'uma viagem tão longa, e a um paiz tão mysterioso e tão remoto como era então considerada a India.

Della Valle veio unicamente com o espirito inflammado n'uma febril anciedade de conhecer o Oriente e estudar-lhe os usos e costumes. Lucros pecuniarios eram o ideal da maior parte dos outros viajantes, o saber foi o unico mobil das peregrinações do celebre italiano na India. E' porisso que d'elle diz com muita propriedade o eminente escriptor inglez sir Henry Yule: «Pietro della Valle foi o principe de todos esses viajantes, insaciavel de curiosidade, o mais intelligente em comprehensão, e cujas descripções são as mais completas e acertadas».

Nascido em Roma em 1586, Della Valle, depois de experimentar por algum tempo o serviço militar, incorporou-se, em 1611, n'uma esquadra hespanhola que ia em expedição para a Africa.

Não tendo logrado alcançar o ideal das suas aspirações n'uma aventura de amor, largou aquella expedição e regressou a Napoles, tomando logo o habito de peregrino, pelo que lhe costumavam chamar «Pellegrino.» As suas viagens começam propriamente em 1614,—anno em que embarcou para Constatinopla n'um navio veneziano, percorrendo no anno seguinte a Asia Menor, o Egypto e a Palestina.

Em Bagdad, casou com uma christã da Assyria, a qual o acompanhou nas suas digressões pela Persia, tendo vindo a fallecer no golfo de Ormuz, o que deprimiu muito o espirito do marido, que, como uma piedosa homenagem de inolvidavel carinho á memoria de quem lhe foi em vida tão dedicada companheira, mettu os seus restos mortaes n'uma urna, que elle levou comsigo a toda a parte aonde foi. Em Bander Ser, procurou embarcar para a India, mas achou-o difficil visto estarem ao tempo os inglezes e os persas occupados em pôr um cerco aos portuguezes em Ormuz; conseguiu, porém, embarcar no porto de Lar, tendo chegado a Surrate em fevereiro de 1623. Ali conheceu pela primeira vez o regimen mogol, impressionando-o muito o rigor com que na alfandega se procedia á revista da bagagem dos passageiros. «Perto do lugar — diz elle — onde os barcos estacionam, fica a dogana ou alfandega e levou-nos muito tempo para sermos aviados, porque os empregados examinam detidamente todas as mercadorias importadas, nem consentem que os estrangeiros entrem sem serem conhecidos, ou sem o passaporte, como se faz em Veneza. Em tudo isto procedem com tanto escrupulo e boa ordem que, sabendo que eu trazia commigo a signora Mariuccia, aliás uma menina muito nova, o cabo ou presidente da dogana quiz tambem informar-se da qualidade d'ella.

Pietro della Valle viu hollandezes em Surrate, prendendo-lhe tambem a attenção a liberdade dos cultos no Guzerate. «O grão-mogol — diz elle — não faz differença

alguma entre as religiões nos seus dominios.» Falla na sua chronica dos casamentos infantis entre os hindús, do culto dos idolos, da escravatura, merecendo especial menção o que diz das mulheres hindús, que elle «viu com a cara descoberta e que podiam ser livremente vistas em suas casas ou fóra», o que mostra a grande mudança que desde então se tem operado nos costumes sociaes hindús.

De Surrate, onde tambem foi testemunha ocular das dissensões intestinas entre os filhos de Jehangir para a herança do throno, seguiu para Cambaia, onde observou o singular respeito pela vida dos animaes. Visitou ali o hospital dos passaros, onde os viu aleijados, doentes e viuvos, e bem assim ratinhos orphãos. «Um venerando ancião — escreve — tratava d'estes, encerrados n'uma caixa com algodão, dando-lhes leite com uma penna de ave, porque eram tão pequeninos que ainda não podiam comer cousa alguma; e disse-nos que tencionava soltar-os, depois de crescidos e nutridos, para irem aonde lhes aprouvesse.»

Sobre as castas e sobre os principios de moralidade entre os hindús tem o peregrino italiano interessantes paginas na sua chronica. Relativamente ás castas, menciona o curioso costume de beber agua para evitar a contaminação. «Muitas pessoas — diz — bebem agua d'um só vaso, segurando-o por cima da boca e deixandocorrer n'esta a agua, por forma que os labios não toquem o vaso» Quanto á moralidade, emquanto os outros viajantes não abonam muito os hindús n'este ponto, Della Valle refere que elles consideravam grandes crimes o adulterio, a luxuria e offensas contra a natureza, sendo tambem raros os casos de polygamia. Refere os inconvenientes da prohibição paras as viuvass passarem ás segundas nupcias, os horrores do *satti*, cuja pratica diz ter diminuido em resultado dos esforços dos soberanos mahometanos, os quaes, embora a não tivessem prohibido em absoluto, a sujeitaram á licença do governador districtal. Este restringia muito a concessão de similhantes licenças, não

accedendo ao pedido das requerentes senão depois de conhecêr, mediante detido e escrupuloso exame, que a pretendente desejava lançar-se á pyra de *motu proprio*, espontaneamente e de bom animo. E' ao que se deve— diz Della Valle—o terem ido rareando taes sacrificios nas immediações de Surrate e Cambaia.

Passando d'ahi para Ahmedabad, o viajante notou dois pulpitos de pedra «de bella construcção, onde é costume ler ao publico as ordens do rei», além do palacio e tribunal do grão-mogol, como o havia em Agra, Mandu e Lahore. Ao sahir de Ahmedabad, ficou detido algum tempo por causa das questões entre o rei e seu filho Khurram, as quaes levaram o soberano a publicar uma proclamação, prohibindo a sahida de quaesquer pessoas de qualidade. Della Valle, que tinha comsigo Mariuccia, teve de metter empenhos e fazer valiosas offerendas ao soberano para conseguirem sahir.

Merece ler-se a sua descripção dos habitantes de Nagra (Nagar). «Vi — conta — alguns homens nús e com o corpo pintado, que eram indios da mais baixa raça no paiz, porque comem de tudo, ainda a carne de animaes immundos, como os ratos etc., d'onde lhes chamam em persa *habal-chor*, que quer dizer homens que consideram licito comer de tudo. Os indios chamam-lhes dher ou der e toda a gente os detesta, evitando conversar ou ter contacto com elles. São pobres e vivem de esmolos, exercendo os mais sordidos mistéres no paiz.

Tendo regressado a Cambaia, Della Valle vem percorrendo o sul até chegar a Goa. Notou o perigo que corria a viagem maritima por causa dos piratas que infestavam a costa do Malabar e cuja audacia e crueldade atemorizavam todos quantos quizessem emprender viagens. Narra largamente a historia dos tres regulos do Dekan: Nizam Shah, Kutub Shah e Adil Shah, dando tambem interessantes noticias sobre Honovar, Pangim e sobre o reinô de Garsopa, d'onde seguiu para Ikkeri. Ali viu al-

guns rapazes aprenderem arithmetica na arêa sem papel nem qualquer utensilio de escripta. (4) Captou-lhe tambem a attenção um funeral hindú, tristemente assignalado pelo sacrificio, na pyra, da viuva do defuncto. Della Valle tentou dissuadil-a quanto pode, mas a pobre mulher não quiz attender, pedindo, pelo contrario, ao italiano que deitasse mais lenha na pyra, ao que elle se não dispoz a acceder, assegurando, porém, áquella louca mulher que elle perpetuaria o nome, como de facto o fez. A infeliz chamava-se Giacomma.

De Ikkeri saiu muito satisfeito de ter visto um *satti*, levando consigo um livro em canarez, que ali lhe foi offerecido e seguiu para Barcelôr, onde se demorou alguns dias, sendo muito interessante a descripção que faz d'essa cidade. Atravessando Mangalor e Banghel, chegou afinal a Olala, que foi o termo das suas viagens e onde encontrou reinando uma mulher que lhe pareceu de origem primitiva: preta como uma ethiope, ia a passeio sempre a pé, acompanhada apenas de 6 soldados, e o seu vestuario resumia-se n'uma touca á cabeça e uns pedaços de panno branco grosso em volta da cintura.

Della Valle obteve uma audiencia d'esta soberana, com a qual diz ter tido excellente conversação.

Em todos esses pontos, notou prevalecer o mesmo regimen de successão como em Calicut, e ao qual já nos referimos n'um artigo anterior.

De Olala, regressou a Mangalor, d'onde partiu para Calicut, de que dá uma larga descripção, tendo ali visitado o Çamorim e muitos personagens illustres. De Calicut

(4) Era e ainda é uso entre os hindús e mesmo n'algumas familias christãs pôr arêa n'uma taboa e ensinar as crianças a escreverem as letras do alphabeto e os algarismos. O dedo indicador faz de penna. Semelhante ensino, além de economico, habilita rapidamente as crianças a escreverem e terem um bom caracter de letra.

veiu a Goa, onde permaneceu algum tempo ⁽¹⁾; e partindo em 1624 para a Europa chegou, depois de percorrer muitas terras, a Roma em 1626. Ali cumpriu uma piedosa cerimonia, que era a sua constante preocupação durante todas as suas digressões :—dar sepultura á esposa amada em terra italiana. A sua dedicação e fidelidade conjugal inspirou a um espirito observador e intelligente as seguintes linhas que se encontram na edição ingleza das suas importantes *Viagens* e nas quaes se compara tão louvavel procedimento com o do outro viajante, de certo mais afamado, embora mythico :

Aeneadum soboles ! Albani sanguinis heros !
Aeneae proavi quam benefacta refers.
Ille senem ex Asia fertur vexisse parentum ;
Ex Asia conjux est tibi ducta comes.
Par utrique fides esset, nisi quod tua major
Est pietas, Italum gloria Valliade.
Ille senem extinctum Sicula tellure reliquit ;
Tu Romam extinctae conjugis ossa vehis.

O cumprimento d'este acto de dedicação, d'esta homenagem tão sympathica e suggestiva como piedosa e eloquente, satisfez por completo a aspiração que por alguns annos Della Valle nutria no seu espirito, capacitando-o a consagrar a sua attenção a outros assumptos, como o de coordenar os apontamentos das suas viagens ou peregrinações pelo Oriente e dar-lhe a forma attrahente e curiosa d'uma chronica apreciavel.

(1) Nos vol. I e II d'esta revista encontrarão os leitores os excerptos das viagens de Pietro Della Valle, relativos a Goa e cousas portuguezas no Oriente, traduzidos em portuguez, da versão ingleza, com notas, pelo sr. Ismael Gracias, sob a epigraphe — *A India em 1623-1624* (I, 129, 169, 231, 273, 340, 393, 441, 524 e 597, — e II, 1, 17 e 99).

O que resalta d'essa chronica é que era comparativamente adiantado o estado de civilisação na India ao tempo em que a visitou o autor; e tão adiantado que os estrangeiros podiam livremente e sem risco algum levar comsigo suas esposas ou filhas a todas as terras que percorressem, como o fizeram Conti no seculo 15.º e Pietro Della Valle no seculo 17.º.

«Se as situações se trocassem — diz um escriptor europeu — e um indio tentasse andar com sua familia por qualquer dos paizes civilisados da Europa no começo do seculo xv e em fins do seculo xvi, duvida-se que seria tão bem tratado como os indigenas, hindús e mahometanos trataram os visitantes *fringhis*.»

(*Continúa*)


J. B. AMANCIO GRACIAS.



O TUMULO DE AKBAR

O *Pioneer* publica as seguintes cartas :

Ao Editor

enhor — O seu artigo sobre o tumulo de Akbar, reproduzido no *Pioneer* de 25 de fevereiro ultimo, refere-se a uma carta firmada por um *Historicus*, que commentava um tanto asperamente o capitulo da historia mogol, com que sir Alfred Lyall collaborou para a *Cambridge Modern History*. A questão principal que agora v. levanta é se os restos mortaes de Akbar existem no seu tumulo em Sikandra, ou se, nos fins do seculo 17.º, foram tirados e queimados pelos jats.

As minhas observações vão corroborar a carta do *Historicus*, e devo começar por negar a minha identidade com o *Historicus*, com o qual alguns dos meus amigos d'aquem-mar me identificaram. Qualquer pessoa, conhecedora da minha opinião sobre o ensaio acima referido, de sir A. Lyall, ha de achar absurda uma tal supposição. Este ensaio, como todas as suas obras, é brilhante e inexcivelmente bem elaborado, embora em varios pontos não denote um minucioso exame de pesquisadores e especialistas da classe a que eu, e, supponho, tambem *Historicus*

podemos ter o direito de pertencer. Em todo o caso, não obstante serem conhecimentos pouco vulgares, o que *Historicus* afirma pode ser d'uma razoavel evidencia.

As obras do fallecido mr. E. W. Smith e de mr. H. C. Fanshaw não são muito abundantes em factos da historia pregressa indiana, ou nas suas verdadeiras fontes. O livro de mr. Smith sobre Fatepur Sikri, ao passo que é admiravel sob o ponto da vista architectural e artistico, é singularmente deficiente sob outros aspectos. Por exemplo, dá-se uma bella (em parte erronea) traducção da inscripção existente sobre o portão da mesquita, sem a reproducção do seu texto.

N. Manucci, escrevendo em 1699 ou 1700, diz que, em 1691, os jats começaram a sua pilhagem por quebrar a porta de bronze do tumulo, roubando as valiosas pedrarias e ornatos de oiro e prata do seu tecto, destruindo tudo quanto não pudessem levar. «Arrancando os ossos de Akbar lançaram-n'os, com raiva, ao fogo e os queimaram». Outro contemporaneo, Ishar Das, Nagar, diz que os jats saquearam o tumulo levando os tapetes e os vasos de oiro e prata, destruindo a maior parte dos tumulos e o mausolêu. Este não affirma expressamente, como Manucci, que os ossos fossem tirados e queimados. Mas pode-se inferir que os jats não se limitaram a saquear, mas ainda profanaram e maltrataram o tumulo.

Um tal aggravo deve attribuir-se ao excepcional vigor e pertinacia, com que Aurengzeb perseguiu os jats.

William Irvine.

Ao Editor

Senhor — Com referencia á discussão acerca do saque do tumulo de Akbar pelos jats, na ultima parte do reinado do imperador Aurengzeb, pode ser de alguma utilidade con-

sultar a monumental edição de Irvine da *Storia do Mogor* do veneziano Nicolau Manucci. (Indian Text Series, John Murray, Londres, 1807).

Manucci escreve :

«O rei Aurengzeb tinha as suas questões inevitáveis, porque os magnates, ao passo que o lisongeavam, lhe acarretavam responsabilidades de dura digestão. Uma d'estas questões proveio dos habitantes de Agra, de que já fallámos muitas vezes. Mas, a sua ousadia nunca chegou a tal auge como em 1691. De outras vezes tinham-se limitado a recusar o pagamento dos impostos, mas d'esta vez fizeram a maior affronta possível á casa e linhagem de Timur-i-lang, porque, aproveitando-se da ausencia de Aurengzeb em Dakhin, perto de Bijapur, provaram que não faziam caso nem do seu poder, nem da sua politica, nem dos seus governadores. Planearam e levaram avante uma valente façanha.

Já exasperados pela exigencia dos impostos por parte dos governadores e *faujgars*, reunindo-se em grande troço marcharam para o mausoleu do grande conquistador Akbar. Contra elle, quando vivo, nada tinham podido fazer e, por isso, romperam a sua vingança contra o seu sepulchro; começaram a pilhagem quebrando as grandes portas de bronze que o fechavam, roubando as valiosas pedrarias, painéis de ouro e prata e destruindo tudo quanto não pudessem levar. Exhumaram os ossos de Akbar e lançaram-n'os, com raiva, ao fogo e os queimaram». (Vol II, pg. 319-320).

A isto mr. Irvine acrescenta :

«O unico autor que precisamente trata do saque do tumulo de Akbar é Ishar Das, Nagar, na sua *Fatihat-i-Alamgiri* (British Museum MS., n.º 23884, fl. 131a et seq.) O primeiro asalto do Raja Ram, jat, de Sansani, foi repellido pelo faujdar Mir Abulfazl, que foi recompensado

com o titulo de Iltefat Khan. Mahabat Khan, de caminhar ao seu novo governo de Lahore, acampou em Sikandra e sahindo a campo contra os jats trucidou 400. A este tempo Shaistak Khan, tio do imperador, foi nomeado governador, mas, antes de tomar posse, os jats assaltaram de novo Sikandra e saquearam o tumulo, levando os tapetes, os vasos de ouro e prata e destruindo a maior parte dos tumulos e o mausoleu. O vice-governador, Mahamad Baga (Muzzafer Khan) nada fez e por isso elle e o ex-governador, Khan Jahan Bahadur, cahiram no desagrado de Aurengzeb. Bishn Sing, Raja de Amber, foi depois mandado contra Sansani, mas Raja Jat foi morto n'uma escaramuça entre os shekawats e os chobans, para a qual havia sido contractado por um dos partidos; parece que succedeu isto por 1098 a 1099 da Hegira. (1686-1687)».

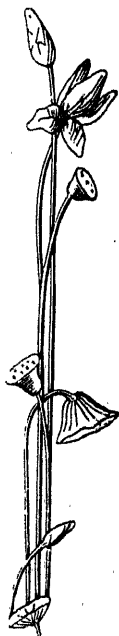
E' claro da nota de mr. Irvine que o historiador mahometano Ishar Das não confirma o facto de que os restos do imperador Akbar fossem tirados do tumulo e queimados. O seu silencio acerca d'um facto tão sacrilego é uma grande certeza de que elle o ignorava. A reputação de Manucci, pelo que respeita ao cuidado na investigação historica, não é grande. Muitas vezes era mal informado; era credulo e acceitava facilmente um facto como verdadeiro, se contivesse uma parte curiosa, e especialmente sendo contra o imperador Aurengzeb; e demais escreveu no declinar da sua vida. Manucci deixou a India septentrional, pelo menos em 1678, e, em 1691, quando, segundo elle proprio, foi violado o tumulo de Akbar e os seus restos espalhados e queimados, estava já permanentemente estabelecido como medico em Madras-ta. Ahi, as suas informações dos casos occorrentes dependiam, forçosamente, dos novelleiros, narrativas de espiões e recontos de viajantes. A quantidade de erros, descuidos e exaggeros que se encontram expostos nas notas de mr. Irvine, demonstram que Manucci não merece muito

credito com respeito a qualquer facto por elle não presenciado. No presente caso a sua infundada asserção vale muito pouco. De facto pode-se pensar que elle propositadamente embellezara a sua narrativa, a fim de envergonhar Aurengzeb com os insultos infligidos aos restos do grande Akbar.

Lector.

Trad. de *Rangoon Times*, de 29 de abril ultimo, por

José Julio da Costa.



STORIA DO MOGOR

POR

NICOLAU MANUCCI


Um livro de historia que tem sua historia

Duas cartas a Sousa Viterbo,
erudito archeologo e applaudido escriptor.

I (1)

Pangim, 21 de julho de 1910.

Meu presado amigo e sr.

 onhece de certo o que disse o insigne litterato e bibliophilo francez, Charles Nodier: *après le plaisir de posséder des livres, il n'y en a guère de plus doux que celui d'en parler*. E' este calmo e sadio prazer que me incita a dar-lhe uma noticia que, por sem duvida, será muito grata ao seu claro, ponderado e cultissimo espirito, absorvido constantemente em investigações e estudos do passado,— a fallar-lhe d'um livro notabilissimo, que tenho á mão, escripto ha mais de 2 seculos, parte em portuguez, parte em francez e parte em italiano, mas principalmente em

(1) Do *Heraldo*, de Nova Goa, n.º 631 de 21 de julho de 1910.

portuguez, — livro que interessa muito á historia luso-indiana e que só agora acaba de ser divulgado fielmente e por completo em inglez.

Refiro-me á monumental obra *Storia do Mogor, or Mogul India—1653-708—by Niccolao Manucci, Venetian—Translated with introduction and notes by William Irvine (B.) (C.S.) (R.), (M.) R.A.S.* — vol. I, 1906 — vol. II, 1907 — vol. III, 1907 — e vol. IV. 1908; todos publicados em Londres, n'uma edição luxuosa quanto ao papel, á impressão, ás illustrações e á encadernação, no que, até certo ponto, participa da magnitude e excellencia do assumpto.

Encerra a origem d'esta importantissima publicação um nobre e generoso exemplo que os nossos governos faziam bem de imitar; ao mesmo tempo, são déveras curiosas as etapas por que passou o livro de Manucci, desde que este afamado medico veneziano o escreveu, até ao benemerente trabalho de mr. William Irvine.



Ha dez annos, tendo vindo á India, onde se applicou a profundos estudos archeologicos, o douto professor da litteratura pali e budhista em Londres, mr. T. W. Rhys Davids, indicou ao então vice-rei, Lord Curzon, a conveniencia d'uma publicação coordenada e systematica de livros de referencia acerca da historia da India. Apoiou o vice-rei a idéa e encarregou o proprio que lh'a suggerira, de elaborar o plano de tão grandiosa obra.

Regressando a Londres, o professor Rhys Davids satisfez promptamente a incumbencia. A publicação devia, a seu juizo, abranger textos, traducções, indices, dictionarios de nomes proprios e bem assim monographias sobre assumptos historicos e archeologicos, ethnographicos e económicos, sob o titulo geral — *Indian Historical Se-*

ries —, confiando-se cada especialidade a homens de reconhecida competencia, e sendo todos os trabalhos dirigidos por um erudito de provado merito.

Mereceu este programma, que já fôra approved pelo Conselho da Real Sociedade Asiatica de Londres, a sanctão tanto do governo da India, como do secretario d'estado da India, resolvendo-se dividir a obra em duas grandes secções: uma, de simples documentos, ou *Indian Records Series*, e a outra de textos, ou *Indian Text Series*. Concedeu o governo para este fim um subsidio pecuniario, reservando a si o direito de selecção e de preferencia do que se devia publicar.

Ora, é a essa segunda secção que pertence, constituindo o seu n.º 1, a *Storia do Mogor*.

Se entre nós se procedesse identicamente! Pois está ainda por escrever a historia do imperio portuguez no Oriente. Abundantes materiaes, é certo, estão já colligidos em livros, monographias e revistas; muitos jazem ainda esquecidos no pó dos archivos; e não poucos, já publicados, são, comtudo, pouco accessiveis aos estudiosos pela raridade das respectivas edições; mas tudo tão fragmentado e disperso, que a custo se poderá compôr. Não seria, pois, de visível proficuidade uma publicação, ordenada e serial, como ess'outra que os inglezes têm encetado?



Vamos agora ao livro, que, pelas vicissitudes que passou, lembra o *habent sua fata libelli*. Trata-se d'uma odysseia e tambem d'um *vol littéraire*. Este e aquella bem claramente se descrevem na introdução de mr. Irvine.

Nicolau Manucci sahiu de Veneza, sua patria, muito novo, aos 14 annos d'idade. Em janeiro de 1656 chegou á India onde se estabeleceu vivendo uns 62 annos, pois falleceu em 1717. Durante essa longa permanencia, es-

teve em Goa por duas vezes (maio de 1667 a agosto de 1668, e entre fins de 1681 ou principios de 1682 a 1684) prestando relevantes serviços ao Estado quando foi da invasão de Sambagy, em attenção aos quaes o condecorou com o habito de S. Thiago o vice-rei Conde de Alvôr (29 de janeiro de 1684).

Foi na India que Manucci escreveu as suas memorias, a que deu o titulo de *Storia do Mogor*, e nas quaes não só fez a historia do imperio mogol até á morte de Aurengzeb, mas deixou ainda registadas as suas proprias impressões e observações sobre os factos que viu e ouviu. Em 1701 enviou de Madrasta para Paris, por um official francez, Boureau Deslandes, que regressava de Pondichery áquella cidade, uma copia das tres primeiras partes do seu MS. afim de serem publicadas, porventura sob o patrocínio de Luis XIV. Mas, em Paris, Deslandes teve a facilidade de emprestar o MS. ao padre Francisco Catrou, da Companhia de Jesus, pregador e litterato de nomeada.

Ora, antes d'essa remessa—é o proprio Manucci quem o diz—os jesuitas da India, seus contemporaneos, tinham envidado esforços para lh'o adquirirem, mas sempre sem resultado. O padre Catrou tinha sido por elles prevenido de que Deslandes o levava comsigo para França, e, por isso, recommendado para o apanhar, sendo possivel. Catrou obteve-o, de facto, por emprestimo, e o guardou comsigo bem guardadinho, nem Deslandes pôde rehavel-o porque, pouco depois, teve de sahir de França, nomeado commissario da marinha nas Indias occidentaes, havendo fallecido em S. Domingos a 13 de fevereiro de 1706.

O padre Catrou deu uma nova forma, a seu talante, ao MS., que o acaso tão bem lhe fizera cabir nas mãos, e supprimindo a parte mais interessante e authentica da narrativa, como sejam as aventuras e observações pessoas de Manucci, incluindo tambem varias outras cousas, publicou, em 1705, um livro seu, com o titulo de *Histoire Générale de l' empire du Mogol sur les Mémoires de*

M. Manouchi, vénétien. Mas, se este livro manifesta dotes litterarios por parte do autor—escreve mr. Irvine—diminuiu, se não destruiu completamente a autoridade de Manucci, como uma fonte historica original; pois, quem lêr Catrou, poderá ainda duvidar que Manucci tivesse estado na India, ou que, se esteve, pouco mais viu além da região circumvisinha de Goa e talvez Madrasta.

Quando Manucci, pelo proprio padre Catrou que lhe enviou de Paris, com uma espontaneidade porventura casuistica, o prefacio do livro que ia publicar, teve conhecimento do destino que levára o seu MS., e da fraude litteraria commettida, ficou, como era natural, muito indignado, e pediu a devolução do seu trabalho. Eis o que escrevia a este respeito em 1706 ao Senado de Veneza:

«Vendo que elle (Catrou) houve por bem converter a obra em sua propria gloria e envolver-me nas fabulas contadas por outros autores, usurpando assim o resultado dos meus labores e fadigas de longos annos, e tambem das grandes despesas que fiz, ficando egualmente com a honra e o proveito, en lhe pedi me devolvesse a minha obra. Mas, receiando, pelo que me consta a seu respeito, que assim o não faça, tenho constituido por meu procurador, para conseguir essa devolução, o reverendo padre fr. Eusebio de Bourges, capuchinho e missionario francez n'esta India, o qual segue agora para a Europa.»

Nem por isso, Catrou, que viveu até 1737, restituiu o MS. ao autor, que morreu, como se disse, em 1717; e o que mais é, fez ainda novas edições, e no prefacio da de 1715, que é consideravelmente augmentada, teve o desplante do affirmar, contra o que disséra no da 1.^a edição, que fôra o proprio Manucci que lhe confiára o MS.! Manucci estava longe, bem longe, preso já ao sólo indiano, e o padre pouco ou nada tinha a temê-lo. Comtudo, faça-se-lhe esta justiça, se não devolveu o MS., teve pelo menos a feliz lembrança de o depositar na livraria do collegio da Companhia em Clermont (Paris), onde a obra

ficou em olvido até á expulsão dos jesuitas de França, em 1763.

Seguidamente foram confiscados á Companhia e vendidos os seus bens. Entre estes, 856 MSS., nos quaes se comprehendia o de Manucci, foram em 1764 comprados por 15 mil libras e levados para a Haya pelo erudito hollandez, Barão Gerard Meerman. Por fallecimento d'este e de seu unico filho, a familia vendeu em 1824 a livraria, cuja maior parte, na qual se incluia o MS. de Manucci, foi comprada por um colleccionador de livros inglez, sir Thomas Phillips, de Middle-Hil, Worcestershire.

Phillips morreu em 1872, e aos seus herdeiros foram em 1887 comprados pela Bibliotheca Real de Berlim os MSS. de Meerman, e, portanto, o de Manucci.

Emquanto o MS. ia fazendo silenciosamente essa longa peregrinação, misturado e confundido com muitos outros, geralmente se julgava desaparecido. O celebre orientalista do seculo xviii, Anquétil Duperron, havia escripto que o tinha visto em 1763 na livraria da casa professa dos jesuitas em Clermont. Tudo o mais de raros era conhecido.

Foi por 1893 que mr. Irvine soube que o MS. tinha encontrado final descanso em Berlim, e que ia ser publicado por mr. A. Constable, o habil editor inglez das viagens de Bernier, medico francez que, tambem no seculo xviii, esteve na India e na côrte do Grão-Mogol. Mas, mr. Constable pôz depois de parte a sua idéa, e então mr. Irvine se abalançou á tarefa, que brilhantemente desempenhou.

Assim essa obra, escripta na India e mandada para ser publicada em Paris, em vez de o ser conforme os desejos do autor, foi primeiro adulterada e depois subtrahida á luz publica, jazendo em esquecimento por longo tempo, mais de 2 seculos, durante os quaes andou logares varios. Manucci não só não obteve, em dias da sua vida, o renome a que havia aspirado: antes, segundo o apresen-

tára Catrou, que; aliás, é considerado por Larousse investigador consciencioso, conceitou sempre a mais desfavorável critica. Nem o seu nome se fixou nitidamente: Manucci transformou-se em *Manouchi*!

Depois de tudo isto, meu illustre amigo, não é com exactidão que póde applicar-se no caso o conhecido verso de Mauro Terenciano? . . .

E', pois, a mr. Irvine que pertence a gloria de apresentar Manucci e a sua obra no seu verdadeiro aspecto, em toda a sua luz.

Já vae longa esta carta, e em outra, que irá na mala seguinte, lhe completarei a presente noticia. No emtanto, ao concluir, tenho o prazer de lhe participar que, vendo na *Storia do Mogor* muitos e valiosos subsidios para a historia do imperio portuguez-oriental, acabo de conseguir tanto de mr. Irvine, com cuja amisade me honro, como do governo da India, autorisação para publicar em portuguez os excerptos referentes.

Continuo a subscrever-me, com a maior consideração e estima,

De v. ex.^a

am.^o mt.^o att.^o, collega obscuro e adm.^{or} sincero,

J. A. Ismael Gracias.

II (1)

Pangim, 28 de julho de 1910.

Meu presado amigo e sr.

Todas as etapas do MS. de Manucci, que descrevi na minha carta de 21 do corrente, dizem respeito á primeira

(1) Do *Heraldo* citado, n.^o 637 de 28 de julho de 1910.

parte, ou, melhor, ás tres primeiras partes das memorias, de que estou tratando. Passo agora a informal-o do que mr. Irvine refere quanto ao resto, que não é menos importante.

Depois que soube do procedimento do padre Catrou, Manucci naturalmente quiz assegurar os seus direitos e teve repugnancia em mandar para França a continuação das suas memorias. Resolveu-se, por isso, a remetter para Veneza, sua patria, esperando ali o merecido acolhimento, não sómente a parte 4.^a, que já tinha prompta, com um volume de estampas de divindades hindús e cousas notaveis da India, mas tambem o original das tres primeiras partes que, felizmente, havia conservado em seu poder. Relativamente a essa parte 4.^a e ao volume d'estampas, diz ainda Manucci:—os reverendos jesuitas fizeram egualmente grandes diligencias para m'os levarem, mas eu lhes respondi: *nescio vos*.

Em fins de 1705, ou principios de 1706, enviou, pois, todos esses volumes ao Senado de Veneza, a quem escreveu, pondo-os á sua disposição para fazer o que e como entendesse. Foi portador dos volumes o capuchinho fr. Eusebio, que lhe prometteu sob juramento entregar-os ao primeiro funcionario da republica de Veneza, que encontrasse.

Fr. Eusebio cumpriu o seu juramento, e apenas chegado a Paris, entregou os volumes a Lourenço Tiepolo, embaixador veneziano n'aquella côrte. O Senado, logo que os recebeu, fêl-os depositar na bibliotheca de S. Marcos, onde ficou tambem a parte 5.^a, mais tarde remettida por Manucci. Mr. Irvine obteve ali as copias necessarias, tendo podido egualmente conferir os dois textos das tres primeiras partes, de Berlim e de Veneza.

Eis muito pela rama a historia da obra de Nicolau Manucci.



Do merecimento do livro, cuja publicação foi festejada

pelos indianistas europeus e asiaticos como um verdadeiro e sensacional acontecimento litterario, pouco eu poderia dizer, mas deixo fallar autoridade competentissima, mr. R. Karkaria, muito considerado *scholar* de Bombaim, o qual, referindo-se em 1908 aos tres primeiros volumes, até então dados a lume, escreveu o seguintes no *Times of India*, de 1 de abril d'aquelle anno :

«Manucci é, em todos os sentidos, digno da fórma como a sua obra se apresenta impressa. Nenhum escriptor europeu sobre os mogoes é mais interessante, ou tem maior autoridade. Bernier e Tavernier são bem conhecidos como viajantes nos dominios dos mogoes, e as narrativas do que viram, se encontram em livros muito accessiveis, sendo consultados a miude pelos escriptores historicos. Os estudos do dr. Ball ácerca de Tavernier, e de mr. Constable sobre Bernier tornaram este e aquelle bem populares entre os leitores inglezes. Mas, ambos, apesar de atilados observadores, residiram eventualmente na India mogol durante breves annos, e as suas observações pessoais são mui reduzidas. Tavernier, especialmente, tendo vindo para a côrte mogol como joalheiro. limitou-se a vêr tudo com os olhos de sua profissão, e nos seus escriptos predomina, porisso, a magnificencia do Mogol e da sua côrte. Muda, porém, o caso com Manucci, que não era um adventicio transitório, mas bem um indicola, tendo passado na India mais de sessenta annos da sua vida. Foi medico da côrte de Aurengzeb e de seu filho, desempenhando igualmente outras funcções, sendo por ambos empregado em missões d'estado. N'esta ultima qualidade teve relações intimas com os inglezes em Madrasta, onde casou e se estabeleceu, morrendo afinal octogenario am 1717. Conhecia pessoalmente a maior parte da India, tendo estado em Lahore, Bengala, Madrasta e Bombaim, vivendo em Banderá por algum tempo.

Além das suas proprias observações pessoas ácerca do que se passou na India por mais de meio seculo, es-

pecialmente durante o longo e accidentado reinado de Aurengzeb, Manucci dá-nos a historia dos anteriores imperadores mogoes, desde Timur e Baber, Akbar e Jehangir. A sua chronica é fundada não em meras tradições. Depois de estudar as linguas turca, persa, indiana, «como desejasse saber dos negocios do reino mogol — diz elle — encontrei um velho, amante de letras, que se me offereceu a lêr os annaes reaes dos soberanos e principes mogoes. E', por isso, que julgo que o leitor me ouvirá com agrado, visto como possuo informações especiaes». De facto, comprazemo-nos em lêr Manucci, percorrendo sobre as chronicas dos mogoes, e muito agradecemos a mr. Irvine o ensejo que nos proporciona».



Especialmente quanto ao dominio portuguez na India, é o livro de Manucci um rico filão a explorar. Illumina muita cousa que está escura, enche não poucas lacunas que se notam nos documentos officiaes, unicos que nos referem os successos d'aquelles tempos, e, ainda mais, narra factos, que n'esses documentos se não mencionam, e que interessam comtudo á historia. Sobretudo as observações do autor, que tem um cunho de sinceridade, são elementos bastante elucidativos do estado social da epoca.

E' por tudo isto que me pareceu meritoria a tarefa de colher os excerptos referentes. Poderei leval-a a bom termo? Não sei; desde verdes annos, conheço, apenas, muito profundamente, o que disse Juvenal:

*Hard facile emergunt quorum virtutibus obstat
Res angusta domi,*

ou o que escreveu o Livio portuguez :

O engenho se acanha na occupação do necessario.

Continúo a subscrever-me, com a mais distincta consideração e sympathia,

De v. ex.^a.

Amigo mt.^o att.^o, collega obscuro e amd.^{or} sincero,

J. A. Ismael Gracias.



VARIA VARIORUM

Antiguidades egypcias na Italia



professor Moschetti, do Museu de Padua, que recentemente procedeu a largas excavações nos arredores d'aquella cidade, descobriu uma quantidade de louça, sem duvida de fabrica egypcia. E' bem sabido que, em tempos antigos, havia intenso trafico entre o Egypto e a Italia, e que em varias regiões italianas se tem descoberto muitos specimens da antiga arte egypcia. Relativamente aos de que tratamos, a principal difficuldade consiste em fixar a sua data approximada. Apparentemente se afiguram do periodo ptolomaiico e se assemelham muito á louça encontrada em Naukratis. Não se vêm n'elles quaesquer inscripções, mas encontram-se ornatos com figuras de animaes phantasticos da mythologia egypcia e grega. E' provavel que tivessem sido importados da India *viâ* Veneza pelos mercadores gregos, que commerciavam com a Alexandria e outras cidades egypcias. (*Times of India*, de 5 de julho).

Novos epitaphios na Sé

Lê-se no *Heraldo*, n.º 648 de 10 de agosto :

A expensas da reverenda fabrica foram no dia 6 do corrente, collocadas no presbyterio da sé patriarchal de Goa tres lapides, com os seguintes epitaphios, sobre as covas dos prelados que os não tinham :

N.º 1

SEPULTURA
DO D.^{or} DOM
ANTONIO FELECIANO DE
SANTA RITA CARVALHO
O. S. B.
VIGARIO CAPITULAR E
ARCEBISPO APRESENTADO DE
GOA, FALLECEU A 1 DE FEVEREIRO
DE 1839

(Falleceu no palacio de Panelim, a 1 hora da madrugada de 1 de fevereiro de 1839, tendo sido dado á sepultura o seu cadaver ás 7 horas da noite do dia immediato, e no dia 4 o cabido da sé lhe dedicou sollemnes exequias.)

N.º 2

AQUI JAZ
DOM FR. MANUEL
DE SANTA CATHARINA
CARMELITA DESCALÇO
XXIII ARCEBISPO DE GOA
PRIMAZ DO ORIENTE
FALLECEU EM QUEPEM
A 10 DE FEVEREIRO DE
1812
R. I. P.

(Falleceu nas casas do deão José Paulo da Costa Pereira e Almeida; conduzido o cadaver á sé na manhã do dia 12 e enterrado na tarde, realisando-se as exequias na manhã do dia immediato. Diz um documento:

«Foi sepultado o cadaver de s. ex.^a no presbyterio da capella-mór, jazigo dos prelados em huma sepultura nova, conservando-se tão flexivel como se estivera vivo tendo passado tres vinte e quatro horas».) (1)

N.º 3

SEPULTURA DE
DOM JOSÉ CARIATTI
ARCEBISPO DE CRANGANOR
DONDE ERA NATURAL
FALLECEU EM GOA
A 10 DE SETEMBRO DE
1786

(Apresentado por Sua Magestade, e confirmado pela Santa Sé em arcebispo de Cranganor, D. José Cariatti foi sagrado no reino, e chegou a Goa, com destino á sua diocese, em maio de 1786. Falleceu em Santa Ignez, no palacio do arcebispo, D. Fr. Manuel de Santa Catharina, com quem estava hospedado. Foi enterrado no dia 11 de setembro, tendo cantado o 1.º nocturno do officio *defunctorum* os religiosos franciscanos, o 2.º os augustinianos o 3.º os dominicanos, e as laudes o cabido da sé; celebrou missa de pontifical o arcebispo de Goa.)

Jazigo do arcebispo Galdino

Lê-se tambem no citado n.º do *Heraldo*:

Por determinação de s. ex.^a o sr. patriarcha foram transferidos da capella-mór para o presbyterio da sé pa-

(1) Veja-se no vol. II, pg. 249, d'esta revista o artigo de J. M. do Carmo Nazareth — O arcebispo D. fr. Mancel de Santa Catharina—: (N. D.).

triarchal os restos mortaes do arcebispo D. Fr. Manue de S. Galdino.

E' o 3.º jazigo que este arcebispo fica tendo. O primeiro era no presbyterio, e na mesma cova onde está sepultado o patriarcha Valente. Em 1867 o arcebispo Amorim Pessoa trasladára os restos mortaes para a capella-mór. ⁽¹⁾

Jesuitas no Mogol

Lê-se no *Catholic Herald of India*, de 13 de julho:

Na sessão mensal da Sociedade Asiatica de Bengala, o rev. H. Hosten, S. J., do collegio de S. Francisco Xavier, leu uma memoria sobre os missionarios jesuitas na côrte do Grão-Mogol (1580-1803).

Embora incompletos, os antigos catalogos, existentes nos archivos romanos da Companhia de Jesus, dão os nomes de 69 missionarios jesuitas no imperio mogol, com exclusão de Bengala, durante o periodo de 1580-1803. Outros dez são mencionados pelo autor no seu livro *Missionarios Jesuitas na India septentrional* (1907). Mais 13 ainda são conhecidos por terem emprehendido a evangelisação do Thibet (1624-53).

(1) Na campa se pôz o seguinte epitaphio, composto pelo referido arcebispo Amorim Pessoa :

Hic iacet
D. Fr. Emanuel
a St.º Galdino
Archiep. Goan.
Obiit die XV
Julií an. 1831

Pietate clarus;
Zelo clarior;
Charitate clarissimus.

1867

(N. D.)

D'ahi se pode seguramente concluir que, se possuissemos a serie completa dos citados catalogos, excederia a cem, durante o periodo referido, o numero total dos missionarios no imperio mogol.

Com a publicação das cartas dos jesuitas, muitos additamentos poderão fazer-se á historia politica e religiosa de Agra, Delhi, Fathpur-Sikri, Kabul, Patna, Nonvar, Sambar, Srinagar (Garhwal) e Srinagar em Cashemira, sem fallar de Tsaparan, Rudok e Sadak. Já se sabem as datas d'umas 40 cartas inéditas, escriptas do Mogol, entre 1595 e 1642.

Um barco romano do seculo IV

Lê-se no *Times of India*, de 29 de julho:

Durante umas excavações, que se faziam na margem sul do Tamisa, foi descoberto pelos operarios um barco romano. E' muito apreciavel este achado sob o ponto de vista historico e archeologico, pois constitue um exemplar unico em Inglaterra.

O barco, que é de carvalho, está ainda coberto em parte e parece ter 50 pés de comprimento sobre 16 de largura. Continha differentes objectos, como cacos de porcelana romana, dados, pregos de ferro, botões de vidro, uma moeda de Tetrico em Gan (268-273), outra de Carasio de Bretanha (286-293), que, segundo a opinião do conservador das moedas do Museu Britannico, deve ser do anno 290 ou 291, e outra ainda de Allecto de Bretanha (293-296).

O barco parece ser dos fins do seculo 3.^o ou dos principios do 4.^o da nossa era, e vae ser convenientemente conservado.

Mr. Donald Ferguson

Um telegramma de Londres, de 2 de julho, publicado no *Times of India*, de 4, trouxe-nos a infausta noticia do fallecimento de mr. *Donald Ferguson*, um dos redactores

do *Ceylon Observer*. Deploramos profundamente a perda d'este erudito indianista, cujo bio-bibliographia démos no vol IV d'esta revista, pg. 307.

Casamento de viúvas hindús

O *Times of India*, de 9 de agosto, publicou a seguinte carta de mr. K. R. Kirtikar, *Lt.-Col. I. M. S., Retd.* :

«Senhor — Realisou-se na semana passada, sob a presidencia do hon. juiz da Relação, sir N. G. Chandavarkar, a reunião annual do Prarthana Samaj, de Bombaim, para commemorar o anniversario da promulgação da lei de 1856, relativa aos casamentos de viúvas hindús. Fallaram entre outros, além do referido juiz, os sr.^s Daji Abaji Kharc, Krishnarao Bholanath, de Ahmedabad, e Vasanji Thackersey, importante reformador da casta *bhatia*. Prestaram merecida homenagem ao finado mr. Karsandas Mulji, pela parte que tomou na defesa da causa das viúvas hindús.

Foi grandiosa a reunião, mas nenhum dos oradores se referiu ao primeiro casamento de viúva hindú, celebrado em Bombaim em 1860, isto é, quatro annos depois da citada lei de 1856. N'um album do meu sogro, Rao Bahadur Ramchandra Balkrishna, que falleceu a 31 de julho de 1866, encontrei uma noticia impressa do primeiro casamento d'uma viúva hindú, realisado em Bombaim; ignoro, porém, qual o jornal local que a tivesse publicado. Dou-a em seguida na integra, conforme o original, que, a todo o tempo, póde ser visto, entre os meus objectos mais caros, por quem deseje certificar-se do meu asserto. Eis a noticia :

«*Segundas nupcias d'uma viúva brahmane*—Terça-feira, 11 de dezembro corrente (1860), entre as 5 ás 8 horas p. m., casou uma viúva da idade de 20 annos ⁽¹⁾ com

(1) Chamava-se Divali, como declarou mr. Kalabhai Lallubay em carta publicada no *Times*, de 12 de agosto.

Gunputram Dulputram, solteiro, de 22 annos, ambos pertencentes á casta brahmane do Guzerathe, na qual nunca se realisou semelhante casamento. Officiaram dois sacerdotes executando todo o cerimonial, a começar pela adoração ao fogo, etc., que durou proximamente tres horas, tendo tocado durante este tempo uma boa banda de musica. Assistiram mais de 150 convidados principalmente jovens, entre os quaes tomaram parte importante nas cerimoniaes nupciaes os dres. Bhawoo Dajee, Narayan Dajee, Atmaram Pandurog, Dheesujram Dalputram, graduados do *Grant Medical College*, — mr. Kahandas Muncharam, engenheiro assistente das obras publicas, — mr. Raghoonath Narayan, guarda-livros de Wallace & C.^o, — Balajee Pandurong e Nanabai Hureedas, interpretes do Supremo Tribunal de Justiça, — Kursandas Muljee, editor do *Satya Prukash*, — o poeta Narmadashanker, — numerosos estudantes e ex-estudantes brahmanes dos *Elphinstone* e *Missionary Colleges*; professores e empregados do governo e d'outras repartições, muitos banias, parses e bhatias; e outros que deram, com sua presença, o mais caloroso apoio á cerimonia.

Este facto é devido aos grandes esforços, que por muitos mezes empregou mr. Narmadashanker, cuja energia e coragem moral, alliadas á influencia das suas lucubrações em verso e prosa, e ás suas prelecções ao povo, conseguiram realisar os seus planos e conter toda a opposição da orthodoxia, capitaneada pelo maharajah dos banianes. Foi naturalmente auxiliado por amigos devotados á causa d'essa reforma. Os promotores d'este casamento estavam tristes por não acharem uma casa, que nenhum hindú cederia com receio de perseguição, mas o dr. Atmaram Pandurong amavelmente deu a sua, recentemente construida, e que illuminou para a solemnidade.

No fim proferiram apropriados discursos mr. Kahandas Muncharam e outros, frisando a influencia moral do exemplo dado pelo joven par, e mostrando-lhes a neces-

sidade de viverem mutuamente n'uma feliz e honrada união. Tributaram-se em seguida agradecimentos a todos os que tinham tomado parte activa n'este casamento, dissolvendo-se a reunião, sabindo cada hum satisfeito com o que tinha visto e praticado.»

Termina aqui a noticia.»

Ainda sobre o mesmo assumpto—casamento de viúvas hindús — lia-se no *Times* de 22 de junho :

«Na *Hindustan Review*, de junho, vem mais uma vez mr. Modi em defeza do casamento de viúvas na India. Pequena é esta sua contribuição, não mais do que um extracto de Firdausi, «o Homero do Oriente, que viveu no seculo XI da era christã», e que mostra que houve casamentos de viúvas hindús no reinado de Chosroes I, vulgarmente conhecido como Noshirwan o Justo.

Escreve mr. Modi, referindo-se a Firdausi :

«Havia na India um rei de nome Jamhour, cujos territorios se extendiam desde Cashemira, a oéste, até á China, a léste, tendo por capital Sandali. Era casado com uma rainha muito formosa; que deu á luz um filho, a quem o rei poz o nome de Gav. Pouco tempo depois do nascimento d'este principe, morreu o rei, e, por isso, durante a sua infancia, foi nomeado regente do reino, Mai, irmão do defuncto soberano. O novo rei, que vivia em Dambar, veio a Sandali e subiu ao throno. Casou com a rainha viúva, sua cunhada, de quem teve um filho chamado Talhand. Foram as rivalidades entre essês dois irmãos uterinos (filhos da mesma mãe e de paes differentes, que eram entre si irmãos) por causa da posse do throno, e a guerra subsequente, que déram origem á invenção do jogo de xadrez».

Quarto centenario da tomada de Goa

Em 8 de julho reuniu-se a comissão executiva e deliberou :

I Insistir junto do governo no pedido de emissão de

sellos postaes commemorativos, modificando-o de forma a evitar os inconvenientes notados na resolução ministerial, constante do officio da Direcção Geral do Ultramar, de 30 de maio ultimo ;

II Por proposta do vogal A. da Cunha, abrir concurso para um esboço biographico de Affonso de Albuquerque, cujos exemplares sejam dados como premios aos alumnos das escolas primarias, que os mereçam ;

III Por proposta do mesmo vogal, pedir ao governo que se mande proceder ás reparações e obras de asseio de que necessita a capella de St.^a Catharina em Velha Goa.

IV Por proposta do vogal secretario, mandar fazer uma larga tiragem do retrato de Affonso de Albuquerque e distribui-la pelos estabelecimentos e escolas publicas, servindo-se, para modelo, do retrato que está nos paços municipaes em Nova Goa, talvez o melhor dos que existem na India, além da especial circumstancia de ter mettidas no bastão tres coróas, significativas das tres conquistas de Ormuz, Goa e Malaca, o que se não vê no retrato pertencente á galeria do palacio do governo, nem em outros que por ali andam.

Em conformidade com a citada deliberação III, e ainda com a que se tomou em sessão de 2 de maio (pg. 169 d'esta revista), publicaram-se no *Boletim Official* n.º 53 de 12 de julho, e em jornaes de Goa, os seguintes convites :

1 — Tendo a commissão do centenario da tomada de Goa resolvido publicar um esboço biographico do inclyto capitão e incomparavel estadista, *Affonso de Albuquerque*, convida todos os que o queiram elaborar, a enviarem, até 30 de setembro do corrente anno, ao sr. presidente, ou ao secretario, abaixo assignado, o respectivo manuscrito, na intelligencia de que a commissão unicamente o mandará imprimir por sua conta e dará ao autor, gratuitamente 50 exemplares.

Findo o praso acima designado, será escolhido pela commissão o trabalho que mereça ser publicado.

2.—Tendo a commissão do centenario da tomada de Goa resolvido fazer uma publicação commemorativa do mesmo centenario, contendo artigos allusivos ao assignalado feito de 25 de novembro de 1510, e ao glorioso capitão, que o levou a cabo, *Affonso de Albuquerque*, convida todos os que desejem collaborar para essa publicação, em prosa ou em verso, a enviarem os seus artigos até 30 de setembro do corrente anno, ao sr. presidente, ou ao secretario, abaixo assignado.

Nova Goa, 9 de julho de 1910. O vogal secretario da commissão, *J. A. Ismael Gracias*.



José Maria do Carmo Nazareth



A 4 de agosto falleceu na sua casa, ás Fontainhas, d'esta capital o vogal secretario da commissão de archeologia e da comissão de redacção d'*O Oriente Portuguez*, José Maria do Carmo Nazareth.

Nascêra a 16 de julho de 1843 e em 1907 fôra aposentado, com 43 annos de serviço, como escripturario de 1.^a classe da repartição superior de fazenda, logar a que fôra promovido em 1901.

Foi luzido o seu funeral que se realisou na tarde do referido dia 4, e á beira da sua sepultura, no cemiterio municipal em St.^o Ignez, o director d'esta revista proferiu o seguinte discurso :

Meus Senhores

Mais um bom, um forte, do nosso tempo e do nosso meio, que acaba de transpôr os umbraes da eternidade!

Mais um compatriota illustre que, ao lethal sôpro da morte, acaba de desaparecer da nossa limitada sociedade, onde era bemquisto, estimado e considerado!

Triste, muito triste é, meus senhores, assistir a estes desfalques do nosso, aliás reduzido, erario intellectual e moral, que outra cousa não representa a perda, por muitos titulos lamentavel, de José Maria do Carmo Nazareth, um dos fi-

lhos mais notaveis d'este paiz. E são desfalques tão sensiveis que, a muito custo, se indemnizam !

Carmo Nazareth foi, durante 43 annos, laborioso e exemplar servidor do Estado, no quadro fazendario, onde entrou a 21 de abril de 1864, occupando ultimamente, em 1907, quando foi aposentado, um logar do escripturario de 1.^a classe. Reunindo á sua muita aptidão longa pratica de serviço e outras qualidades que distinguem um burocrata a valer, honrava com o seu nome e o seu trabalho a repartição superior de fazenda.

Desde muito dado a estudos historicos—nos quaes, de certo, o iniciou seu irmão mais velho, o erudito padre Casimiro Christovam da Nazareth, uma das nossas maiores illustrações, desde hoje relegado pelo impiedoso destino á mais penosa soledade,—consagrando-se principalmente á numismatica indoportugueza em que era autoridade, tendo conseguido reunir uma preciosa collecção de moedas e medalhas, e publicado uma valiosa obra d'esta especialidade,—Carmo Nazareth foi naturalmente escolhido, quando, em 1895, o governo provincial instituiu aqui uma commissão permanente de investigações archeologicas, para membro d'essa aggregração, de que era secretario, tendo-lhe prestado sempre dedicados e prestimosos serviços.

D'O *Oriente Portuguez*, revista d'essa commissão, foi, desde o inicio, assiduo e apreciado collaborador. Ainda no proximo n.º, que, em breves dias, sahirá a lume, entra um artigo seu, porventura escripto quando a morte principiava a adejar-lhe sobre a cabeça, do qual nem chegou a vêr as provas.

Devem-se-lhe patrioticas e meritorias iniciativas: a do estabelecimento do gabinete numismatico na Bibliotheca Nacional d'esta cidade, do qual foi, por muitos annos, zeloso conservador, — a da fundação do gabinete xavieriano em Velha Goa, destinado a repositório da litteratura e iconographia, relativas á vida e culto do glorioso Apostolo das Indias, S. Francisco Xavier.—e a do padrão commemorativo do centenario do descobrimento do caminho maritimo da India, levantado de frente dos paços municipaes, padrão que teve origem na proposta por elle apresentada á commissão celebrativa d'aquella solemnidade, da qual foi vogal secretario.

Como amigo, vós bem o sabeis, Carmo Nazareth era benevolentissimo e dedicado.

Depois de tudo isto, não tenho eu razão, meus senhores, para affirmar que o seu desaparecimento importa um consideravel desfalque para o paiz e para nós todos?

E, ainda, sobre o pouco que acabo de dizer—nem o tempo mais permite—realça a carreira vital do uosso mollogrado amigo o modo edificante como prefez o seu termo infalivel. Entregou o espirito ao Creador n'uma restituição augusta de fiel crente, no que nos não deixou menos apreciavel prova do seu correctissimo viver de 67 annos.

Repousa em paz, amigo José Maria. Recebe o derradeiro adeus de todos nós que viemos render-te esta piedosa e ultima homenagem. Aceita-o, por parte da commissão de archeologia, pela desluzida palavra do menos prestimoso dos seus membros,—d'este teu companheiro de trabalho. Adeus !

Disse.

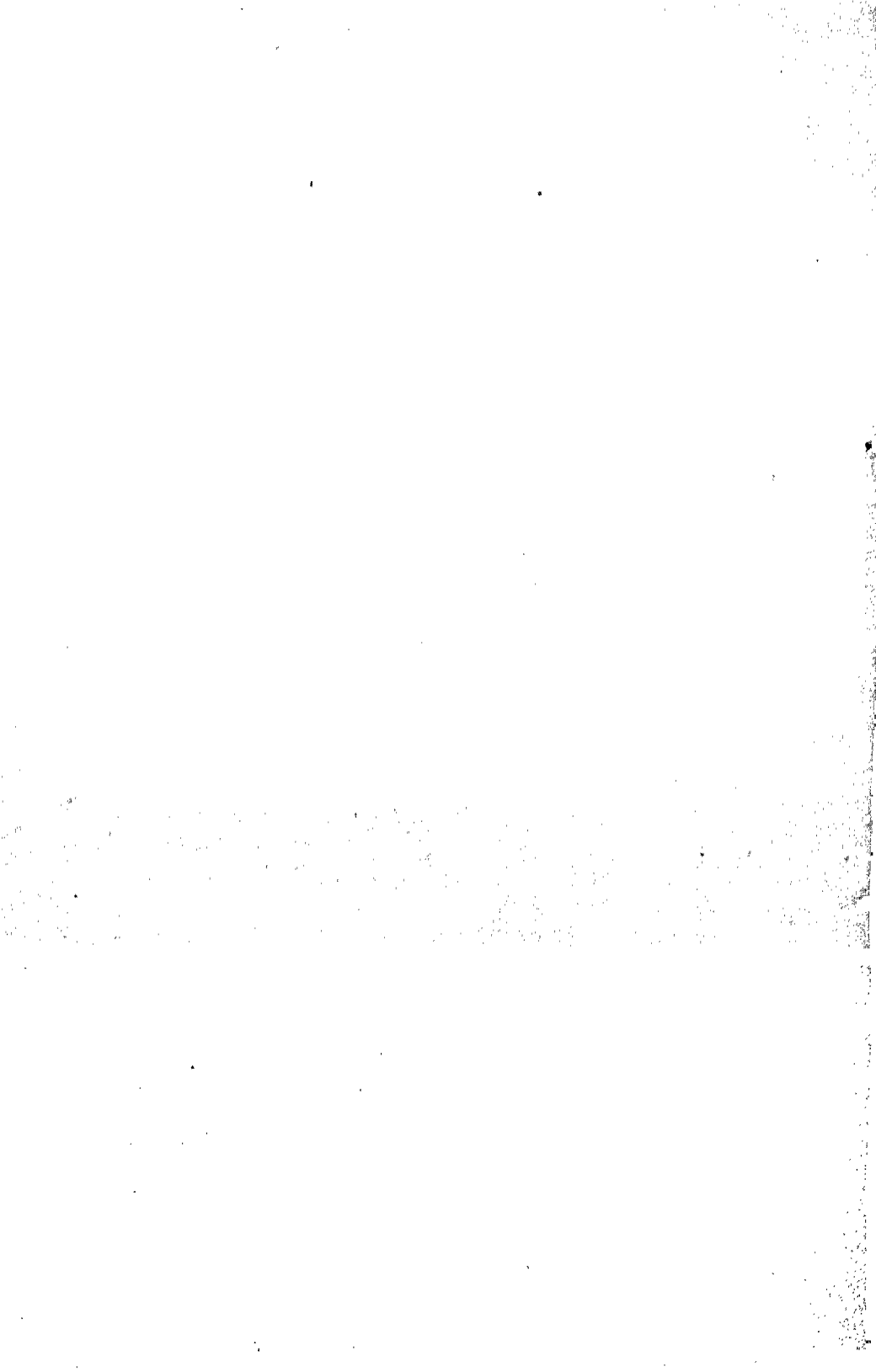
Carmo Nazareth era socio da Sociedade de Geographia e da Real Associação dos architectos e archeologos portuguezes, de Lisboa. Além da sua constante collaboração para o *Oriente Portuguez* e de artigos esparsos no *Heraldo* e em varios almanachs e folhetos, deixa as seguintes publicações, feitas na Imprensa Nacional d'esta cidade:

Ensaio descriptivo e estatistico de Pangim—referido a 1 de setembro de 1864 —, 1864.

Numismatica da India Portugueza — com um catalogo das moedas portuguezas pertencentes ao monetario do autor — 1.^a edição, 1891, — 2.^a edição, consideravelmente melhorada, 1896.

A commissão de archeologia e o *Oriente Portuguez*, sentindo profundamente o fallecimento d'este prestante membro e collaborador, enviam ás suas relações e em especial ao sr. padre Casimiro da Nazareth a expressão das suas condolencias.

J. A. ISMAEL GRACIAS.



O ORIENTE PORTUGUEZ

7.º ANNO. 1910

N.ºs 9 e 10

— Setembro e outubro —



UM HARPISTA PORTUGUEZ NA INDIA



s nossos poetas recortaram os seus poemas epicos pelos moldes classicos, inspirando-se de preferencia nos dois vultos eminentes da antiguidade greco-romana—Homero e Virgilio. Camões não se esquivou a este influxo, postoque nos *Lusiadas*, recheados de historia nacional, pulse com vigor o sentimento patriotico. A nossa epopéa maritima dispensava perfeitamente o auxilio do sobrenatural, quer o maravilhoso fosse mythologico, quer procedesse do machinismo christão. Era todavia difficilimo, se não impossivel, fugir ao dominio tirannico dos canones rethoricos de Aristoteles e Quintiliano.

A empreza dos nossos descobrimentos e conquistas foi tão grandiosa e dilatada, que bem poderia fornecer elementos para a formação d'uma *Biblia Oceanica*, em que entrassem, como no Velho e Novo Testamento, livros de

variado aspecto e suggestiva leitura, postoque obedecendo todos a um principio dominante de unidade, élos indissolucios da mesma cadeia. Effectivamente é tamanha a variedade dos lances, tamanha a profusão dos episodios, tão intensa a galeria dos heroes, que a imaginação do artista não se enfadaria pela mingua ou vulgaridade dos assumptos, antes sentiria os embaraços da escolha.

Desde os mais lamentosos successos, até ás mais desopilantes e grotescas aventuras, quantos quadros intermeditarios, despertando a curiosidade, como romances á Julio Verne ou a Maine Read !

No naufragio de Sepulveda verteria lagrimas a musa tragica de Shakespeare, e nas aventuras de um João Fernandes, que propositadamente se internou na Africa, para d'ella trazer novas ao infante D. Henrique, e do qual falla Azurara na *Chronica da Guiné*, se poderia traçar a lendaria figura d'uma especie de Gulliver. Camões, sem menoscar a magestade da epopéa, dá logar nos *Lusíadas* a uma d'estas engraçadas phisionomias, que servem para distrahir os companheiros nas delongas das perigosas viagens.

No canto V lá traz elle o retrato de Velloso, a quem os seus matalotes diziam ironicamente :

Olá, Velloso amigo, aquelle outeiro
E' melhor de descer que de subir.

E' possivel que alguns dos nossos trovadores houvessem rimado as proezas dos seus contemporaneos nos mares orientaes e nas regiões longinquoas, mas d'esses cantos são escassissimos os vestigios que nos restam, sendo para sentir a perda d'um Romanceiro maritimo, que pudesse equiparar-se ao Romanceiro do Cid ou a qualquer outro Romanceiro hespanhol.

Diogo do Couto, digno emulo de João de Barros, foi um dos nossos chronistas, que melhor comprehendiram a sua missão, concorrendo para se fundar em Goa a Torre do Tombo, onde se guardassem os documentos que servissem de guia seguro, para quem se dedicasse a escrever a historia do nosso dominio n'aquellas paragens.

Espirito illustrado e fino observador, elle narra com elegancia e concisão muitos dos feitos dos nossos compatriotas, de que foi testemunha presencial, ou de que ouviu fallar, e pinta-nos com esmero os costumes e monumentos indianos.

No capitulo 32 da Decada VII, conta elle um episodio, que bem merece destacar-se pela sua originalidade, mostrando-nos de que natureza era a fibra dos nossos guerreiros d'aquella epoca, muito de temeridade e de heroismo, entrando no ardôr da peleja com a mesma preocupação, com que davam entrada nas recamaras do paço da Ribeira em Lisboa.

Corria o anno de 1571 e o visorei D. Luis de Athaide partira para a expedição de Barcelor; á vista da praça aprestou os navios para o ataque, indo elle na frente, na sua manchúa, armado de plumas, sentado em uma cadeira de brocado; perto d'elle, um menino de apellido Veiga, tocava n'uma harpa, entoando os cantares de um romance hespanhol:

Entran los griegos en Troia

Tres a tres y quatro a quatro.

A' medida que se approximavam da fortaleza, os pelouros e as bombardas zuniam cada vez mais, e o musico estacou, como quem lhe desprazia aquelle acompanhamento de fogo, ao que o visorei lhe disse: «ide por diante, que não ha motivo para susto!» Proximo do visorei ia Luis de Mello da Silva, n'um grupo de fidalgos, que lhe

observaram: «Isto não vae bem, porque o visio-rei vae demasiado exposto ás bombardas.» Ao que Luis de Mello atalhou: — «Não vos importuneis com isso, porque se elle morrer, aqui estou eu para o substituir, e se a mim me acontecer a mesma coisa, ahí estão vossas mercês para me succederem, cumprindo honradamente a sua obrigação.»

O visio-rei, ouvindo aquella conversa, quiz-se inteirar do caso, o que Luis de Mello lhe contou, merecendo as suas palavras o justificado applauso.

Ninguém diria que estava na decadencia uma raça que, tão varonilmente e com tanta gentileza de espirito, galanteava a morte, apontando os perigos.

A sr.^a D. Carolina Michaelis de Vasconcellos transcreveu *ipsis verbis* o trecho de Diogo do Couto, a pg. 156 dos seus *Estudos sobre o Romanceiro Peninsular*, publicado em Madrid de 1907 a 1909, de que se fez uma tiragem em separado.

Do harpista Veiga não consegui obter mais noticias, sendo difficil qualquer indagação. por só se apontar o seu apellido.

SOUSA VITERBO



UMA TRAGEDIA NA CIDADE DE GOA

EM 1694



ma ?

Não; uma das muitas tragedias que, no seculo xvii — de desgoverno politico e social n'estas partes — se viram na India.

Dêmos primeiro a palavra ao autor da *Storia do Mogor*:

«No anno de 1696 foi morto em Goa o commandante da esquadra Antonio Machado Supico, com um tiro de bacamarte que se lhe deu por uma janella, e que lhe partiu tambem a sua espada. Vendo que Antonio Machado ainda não estava inteiramente morto, Tristão de Mello, autor d'este attentado, entrou-lhe pela casa dentro com alguns companheiros e acabou com elle a espadeiradas. Mas, apesar de tudo, Supico, no meio das suas dôres, não deixou de marcar o seu inimigo Tristão de Sampaio, ferindo-o na cabeça com a sua espada partida. Entre os conjurados incluía-se um homem expulso do convento de S. Domingos, o qual, poucos mezes antes, havia exercido o cargo de secretario do Estado. A causa do assassinato de Antonio

Machado foi a sua lingua desenfreada, que não poupava nem padres, nem chefes de familia, nem viúvas. A todos affrontava em linguagem injuriosa e, por isso, foi morto á traição.» ⁽⁴⁾

Em outro lugar, diz ainda Manucci, descrevendo a sua jornada de Bandorá (do Norte) para o paiz mogol, que n'ella teve por companheiros um frade, cujo nome não declara por motivo de respeito (*sic*), e Antonio Machado, e escreve :

«Antonio Machado era muito conhecido pelas suas fanfarronadas e lingua, de que lhe resultou ser assassinado em Goa. Só Deus sabe quando tive de aturar este companheiro de viagem, que, julgando os mahometanos do Hindostão como se foram portuguezes. tudo queria levar á valentona. Ignorava elle que esses mahometanos são muito melindrosos e possúem intelligencia e juizo como qualquer outro povo. Se eu tivêra de contar as tolices praticadas durante a jornada por ambos, muito longa seria a minha narração.

Ao chegar a Agra, deixei atraz o frade que lá se demorou por seus negocios. O outro quiz acompanhar-me até Delhi, e por força alojar-se em minha casa. Mas não accedi, e viu-se, por isso, obrigado a procurar outra pousada. Encontrou tudo quanto eu, que bem conhecia o paiz mogol, lhe tinha prognosticado. Pouco faltou para este homem causar a perdição dos padres da Companhia de Jesus; porquanto, na sua desesperação, não tendo para comer, pretendeu denunciá-los ao *gazi* de Agra, de que o unico fim da estada dos padres no imperio mogol era comprarem os Alcorões e mandarem-n'os para a Europa, onde se fazia, certo dia em cada anno, uma festividade, queimando-se a effigie de Mahomet. Isto era bastante para serem queimados vivos os padres que, vendo-se n'um tal risco, reuniram como esmola para

(4) N. Manucci, *Storia do Mogor*, trad. e notas de mr. W. Irvine, III, 170.

elle a somma de 500 rupias, e assim ficaram livres de tão grave perigo. Pois, sendo um homem de limitada intelligencia, era capaz de praticar essa tolice. Depois de vagueiar por aqui e acolá, deixou o paiz mogol, tendo-lhe eu abonado a despesa até Surrate.» ⁽¹⁾

E' verdade que o general foi assassinado em Goa. Figura nos documentos da India com o nome de Antonio Machado de Brito, e não Antonio Machado Supico (não sabemos se teria tambem este ultimo appellido), e foi morto na tarde de 30 de dezembro de 1694, e não em 1696. De outras circumstancias, descriptas por Manucci, algumas carecem egualmente de correcção. Tudo se encontrará na presente narrativa, em que englobamos fielmente as noticias, conforme se encontram nos documentos officiaes do tempo, para a completa historia de tão horroroso attentado. ⁽²⁾



No ultimo quartel do seculo xvii evidenciava a India, a olhos vistos, sensível e lastimosa decadencia. Principalmente os sete annos que se seguiram ao vice-reinado, bem desventuroso, do Conde de Alvôr, durante os quaes o Estado passou de mão em mão de um a outros governadores por vias de successão, vieram aggravar as circumstancias, já muito criticas pelas perdas soffridas no sul, pelas guerras dos holandezes e pelos assaltos dos arabios. A demais, faltava o que mais necessario era na occasião : gente, munições e dinheiro.

(1) Ob cit., II, 229.

(2) Os documentos officiaes, de que nos servimos para a presente narrativa, encontram se dispersos nos L.^{os} das *monções*, n.^{os} 57 a 59, e por toda a collecção do *Boletim do Governo* de 1864 (parte não official), onde foram publicados por Cunha Rivara. Adeante citamos apenas os de maior importancia, e advirta-se que os *Boletins*, a que nos referimos, são do mencionado anno.

Para cumulo, a colonia reinol andava cortada em profundas inimizades e discordias. Assuadas, brigas, conflictos *corps à corps* eram a ordem do dia. Não fallemos de insubordinações e revoltas nos arraiaes, nem nas facções e partidos em que ardiam as ordens monasticas. O mal, é certo, vinha de muito affastadas epocas, e, com o tempo e a frequencia, fôra engravescendo, por falta de prompta e energica repressão, mas com obvio detrimento da governação publica, do prestigio da autoridade, e do nome portuguez.

Já nos primeiros annos d'aquelle seculo, a camara da cidade de Goa, participando a el-rei o infame attentado commettido por alguns maus portuguezes que, certa noite, derribaram do arco dos vice-reis e despedaçaram a estatua de Vasco da Gama, fallava, referindo-se aos delinquentes, n'estas energicas e expressivas palavras: «mas emfim fiam os homens que V. Magestade está longe e não vê estas cousas, nem elles vêm castigo dellas, e quando se qua querem remediar, é por mão de amigos, ou parentes dos que as commettem; pois lembramos a V. Magestade que convém atalharem-se estes insultos, porque não sendo assi, espere V. Magestade que um dia se entre pela fortaleza, e se faça aos vivos o mesmo que se fez á estatua dos mortos» ⁽¹⁾. Desassombrada Cassandra fôra a camara, e successivos factos vieram confirmar os seus funestos vaticinios.

Para acudir a tão lamentavel situação, el-rei D. Pedro II escolheu para vice-rei da India o Conde de Villa Verde, D. Pedro Antonio de Noronha, pertencente á alta nobreza do reino, onde tinha desempenhado logares de importancia, dando provas do seu merecimento e procurando nobres ensejos para se assignalar como digno descendente dos illustres Noronhas. Mas, os fados tinham de cumprir-se, como se diz em lances romanticos.

⁽¹⁾ Carta da camara de Goa a elrei, de 25 de dezembro de 1608, — *Archivo Portuguez-Oriental*, I, 2.ª parte, 229.

A 25 de março de 1692 sahiu de Lisboa o Conde, mas só a 26 de maio de 1693 chegou a Goa, com uma viagem tormentosa, aggravada pelas doenças e mortes na gente que trazia consigo! E, sem duvida, havia de ter-se arrependido—de ter vindo á India, que encontrou na maior penuria e desordem, pois, já no terceiro anno do seu governo, escrevia ainda ao secretario d'Estado Roque Monteiro Paym palavras de sentimentalismo e crença, como estas:

«As cousas da India estão como permite o estado della tão calamitoso, e que já de tantos annos traz a sua origem, e como a sua conservação he hum continuo milagre, nem os infortunios se devem dar em culpa aos homens, pois nascem do nosso pouco poder, nem os bons successos se podem attribuir ás disposições humanas, senão á bondade de Deos. . . » (1)

Foi no governo do Conde de Villa Verde que se deu o tragico fim do general Antonio Machado de Brito, como tragicamente succumbiram tambem a mãos homicidas em Baçaim o capitão Antonio da Silveira de Menezes (2), e em Naroá das Ilhas D. Antonio de Almeida, filho do governador, que fôra, D. Miguel de Almeida, e neto do Conde de Avintes.

Quem era Antonio Machado de Brito? Como foi morto? Os autores e as causas do seu barbaro assassinato? Eis o que os leitores vão ver.



Antonio Machado de Brito viêra á India muitos annos antes do vice-rei Conde de Villa Verde e tinha servido

(1) Carta de 10 de dezembro de 1695, L.º n.º 59, fl. 298,—*Boletim* n.º 96.

(2) D'este e de outros attentados havidos em Baçaim e referidos por Manucci, daremos opportunamente noticia aos leitores da nossa revista.

com distincção. Era muito protegido da Côrte e particularmente do secretario d'Estado Roque Monteiro Paym. Tendo exercido o elevado posto de general do Estreito e Mar Roxo, havia conseguido celebrar em 1690 um tratado de paz, vantajoso ao Estado, com o Baxá de Basso-rá, representado por Calil Baxá. Mas, n'esse mesmo cargo foram-lhe feitas graves accusações, entre outras a de ter morto um homem, em vista das quaes os governadores do Estado, que precederam o Conde de Villa Verde, mandaram proceder a uma devassa pelo desembargador, seu parcial, André Varella Souto-Mayor, o qual a tirou, incriminando o general de varias culpas. Foi, por isso, demittido pelos referidos governadores do posto de general do Estreito, apezar de ter sido provido por Sua Magestade.

Desgostou-se com isto profundamente Antonio Machado, a ponto de fugir para Surrate, á espera de melhores dias ⁽¹⁾, e apenas soube da chegada do novo vice-rei, lhe pediu que o ouvisse e o sentenciasse conforme as suas culpas. Mandou, pois, o Conde de Villa Verde, tirar nova devassa, com o maior escrúpulo, pelo chanceller Manoel Pereira Peres, que trouxêra comsigo do reino e que lhe merecia e mereceu, até ao seu fallecimento em 1696, a maxima confiança. D'essa devassa ficou bem patente que o general não tinha commettido o assassinato que se lhe imputava, nem outra culpa de que lhe resultasse o perdimento do posto; alguns excessos se apuraram, é verdade, mas que haviam sido avolumados e exaggerados pela emulação de certos que lhe queriam mal, ou, antes, o perseguiam.

Enviou o vice-rei á Côrte na monção de 1693, e tambem por terra, as duas devassas, e fazendo, ao mesmo tempo vir a Goa o general, mandou que fosse restituído ao

(1) E' provavel que então houvesse succedido o que refere Manucci no logar atraz citado a pag. 258.

seu posto e o nomeiou governador geral das armas do Norte, onde tinha havido graves inquietações do nababo de Biundy (Bhewndy moderno), ás quaes era urgente acudir, como acudiu, com bem consideraveis soccorros. Do que deu tambem conhecimento á Côrte, informando que tinha feito essa escolha, porque se fiava do valor e outros merecimentos de Antonio Machado, muito sabedor das noticias e particularidades d'aquellas terras, onde a sua assistencia serviria para ellas de defesa, e de temor para os inimigos, além de que julgára inconveniente estar em poder de nossos contrarios um homem de tanta respeitabilidade, que, só em faltar ao Estado, fazia uma grande conveniencia ao inimigo. Dizia mais o vice-rei a Sua Magestade que esperava que Antonio Machado, com a emenda das suas verduras, se fizesse merecedor de maiores premios.

A Côrte approvou e applaudiu essa resolução do vice-rei, recommendando-lhe que communicasse ao general que, em consideração aos seus serviços, lhe havia perdoado os excessos commettidos, de que Sua Magestade tinha por certo se emendaria,—communicação que o Conde de Villa Verde não pôde fazer, porque recebeu a carta régia na monção de 1695, muito depois da morte de Antonio Machado, sendo que a mesma carta tinha a data de 4 de fevereiro do referido anno. Era o tempo da correspondencia annual, entre a India e Lisboa, nem sempre recebida ou transmittida com regularidade.

Cerca de dois annos exerceu Antonio Machado o novo cargo, tendo sido escolhido tambem, durante esse periodo, por general da armada que, em 1694, foi mandada para o Norte, afim de desinfestar aquella costa dos arabios, armada que, parece, teve bom exito.

Do governo de Antonio Machado na provincia do Norte, apparece apenas uma queixa grave: a que fez ao vice-rei o fidalgo octogenario João de Sequeira de Faria, assistente em Damão, onde possuia importantes propriedades.

Ouçamos o que o proprio Conde de Villa Verde informou á Côrte, em carta de 30 de novembro de 1694, acerca do caso, do fidalgo, do general e da resolução que havia tomado :

«O anno passado quando logo mandei Antonio Machado de Brito a governar o Norte, como já dei conta a V. Magestade, succedeo que o dito Antonio Machado mandou prender a João de Sequeira de Faria, dizendo que se lhe queixara hum mulher natural da terra, de que elle matara seu marido em a jurisdição de Damão ás pancadas. O dito João de Sequeira se me queixou gravemente da prisão dizendo que era injusta ; e eu o mandei vir preso para esta cidade, por ser homem mui poderoso naquella terra, contra quem não tem facil coerção a justiça, e por evitar a grande ruina, que já se bía originando no Norte por causa desta prisão entre os sequazes do dito João de Sequeira e do general Antonio Machado. Chegou João de Sequeira a esta terra, e por papeis autenticos que me apresentou, e pela devassa que do caso tirou o ouvidor e me remetteo, e por informações que de pessoas mui fidedignas tomei, me constou que elle não estava culpado na dita morte, e que ainda que no tal homem dera humas pancadas, forão mui poucas com hum leve vara que tinha na mão, que tem a força de oitenta annos, e que sopposto o homem fallecera, fôra dahi a dias de hum fevre que lhe deo, e do mal que se curou. Sem embargo de tudo, mandei pelo ouvidor geral Domingos Dourado de Oliveira tirar a Damão nova devassa do caso, o qual ma não tem athé aqui remettido, porque o inverno, e a doença daquellas terras lhe não deo lugar a hir tirala ; mas deo-me conta que por informações extrajudiciaes achava o mesmo que a V. Magestade tenho referido. A João de Sequeira dei-lhe esta cidade por prisão, attendendo aos annos com que se acha, aos postos que occupou, serviços que fez, e não haver athé aqui contra elle culpa, e juntamente a necessidade que delle tinha para effectuar a com-

panhia ⁽¹⁾, porque nelle consistia em grande parte o seu effeito, e assim mo mostrou a experiencia.

Esta prisão molivou entre os dous huma inimisade, que se foi encrespando com hum odio capital, de que nasceo o caso seguinte. Quando Antonio Machado de Brito, perseguido do governo passado, hia para Surrate, se perdeu em Balçar, terra de mouros, que fica perto de huma aldeia de João de Sequeira, chamada Umbrassari. Sabio elle á terra com hum frade por nome fr. Tristão da Ave Maria ⁽²⁾ que o acompanhava, e obrigados não sei de que causa enterrarão em huma mesma cova, o frade hum pouco de dinheiro que trazia, e o general algumas joyas com que se achava. Succedeo depois que hum rapazete daquella aldeia de João de Sequeira achou descoberta huma ponta do sacco em que o dinheiro estava, ao frade restituiu o dinheiro, mas das peças que o general diz que enterrára, achou-se alguma somente, de que João de Sequeira deu ao general aviso quando elle estava em Surrate, e sobre esta materia se escreverão reciprocamente varias cartas. O rapaz achador foi preso em Damão muito tempo, porém não se descobrio com toda a diligencia de joyas do general mais nada.

Suppostas estas antecedencias, succedeo que o general Antonio Machado, estando agora governando o Norte, quiz cobrar do parabú de João de Sequeira, que he o que governa e feitorisa a dita aldêa, pelo valor das joyas que enterrára, quatro mil xerafins, e para este effeito prendeo a mólher do parabú, o qual para a remir da prisão, e se livrar da violencia, contou ao general por terceira pessoa os quatro mil xerafins que lhe pedia. Queixouseme João

(1) Refere se á companhia do commercio que o vice-rei muito se empenhou em organizar na India, á semelhança das companhias ingleza e hollandeza, mas com attribuições mais limitadas. A companhia chegou a formar-se, mas foi annos depois extinta; vide *O Circolo de Tesoro*, II, 99, 123, 147 e 171.

(2) Seria o frade a que atraz se refere Manucci?

de Sequeira aqui desta força, dizendome que era dos fructos de sua aldeia o dinheiro que o seu feitor entregára, que elle não fora o que achara o dinheiro do frade, nem aquillo que do que tocava ao general apparecera, que o rapaz achador com simplicidade pueril, logo quando descobrira o achado, o manifestara, e que não era verosimel que o dinheiro o descobrisse, e as peças as occultasse: mostrou-me demais huma carta que o general lhe escreveu de Surrate naquelle tempo, em que elle exprimia todas as peças que enterrára, e o valor que cada huma tinha, que vinha a fazer dous mil xerafins por todas, havendo elle cobrado do parabú quatro mil.

Por todas estas rezões de violencia junta á do general se fazer juiz na sua causa, lhe escrevi que logo repuzesse o dinheiro, a que elle me respondeo que o faria com toda a obediencia, e como estava quasi de partida para Goa, o trouxe comsigo, e com toda a promptidão entregou ao chanceller os quatro mil xerafins, que elle restituio a João de Sequeira.

Foime forçoso fazer toda esta digressão, e dar tão extensa conta a V. Magestade, porque entendo que ambos se lhe hão de queixar nesta materia, e era preciso inteirar da verdade a V. Magestade.» ⁽¹⁾

Em novembro de 1694, pois, estava já em Goa o general Antonio Machado de Brito. Por esse tempo tinha o vice-rei determinado ir em pessoa ao Norte, não só para refrear o absoluto poder que, sem embargo dos regimentos, se arrogavam os capitães das praças,—remediar as vexações que ali faziam os poderosos aos pobres,—e acudir a outras muitas necessidades,—mas ainda para promover entre os moradores d'aquella dilatada provincia

(1) L.^o n.^o 58, fl. 344, — *Boletim* n.^o 63.

o ajustamento da companhia do commercio a que applicava os maiores disvelos. Resolveu ao mesmo tempo que da armada, na qual devia partir, a muito custo apercebida, sahisse outra que fosse ao Estreito castigar os mouros de Bassorá, os quaes, no anno antecedente, haviam feito, não obstante o convenio de 1690, desacato á nossa bandeira e feitor, — castigo que impreterivelmente se impunha a bem do nome portuguez no Oriente.

Para o commando d'esta ultima armada foi escolhido pelo vice-rei o general Antonio Machado de Brito, e para a partida do vice-rei e da armada geral foi designado o 1.º dia de janeiro de 1695. Mas, na antevespera, foi morto Antonio Machado á trahição, em pleno dia, estando a fazer as suas despedidas. Como ?

Deixaremos fallar o proprio Conde de Villa Verde.

(Continúa)


J. A. ISMAEL GRACIAS.



EXEQUIAS DE EL-REI D. JOÃO VI

EM DAMÃO

1826

s estudiosos da historia da India Portugueza pouco ou nada conheceriam do passado grandioso d'esta hoje decadente cidade, se a antiga edilidade não deixasse consignados varios factos notaveis nos seus volumosos *in-folios*. Ao seu opulento archivo confessamos dever, em grande parte, a variada collecção de *noticias e documentos*, que vimos publicando desde 1899.

O documento, que vamos trasladar, deixa vêr, como n'aquellas boas éras, os damanenses testemunhavam o seu tributo de filial veneração á memoria dos seus Soberanos. N'esses tempos Damão com razão se ufanava dos seus reaes lóros e privilegios. Crêmos que era uma tradicional pragmatica, observada já desde seculos anteriores. Eram assaz imponentes essas cerimoniaes e formalidades. Para que tão importante documento não fique votado ao olvido, nem desapareça pela acção do tempo, parecemos justo perpetual-o no *Oriente Portuguez*, revista patrio-

tica e sempre interessante. Eil-o, conforme o que consta do livro n.º 2, de termos e hypothecas do senado de Damão, fl. 8 :

*Auto do que se praticou nos dias
21 e 22 de dezembro
em que se celebrarão nesta Praça de
Damão as exequias do Muito Alto
e Poderoso D. João 6.º Rey de Portugal
e dos Algarves, Imperador do Brazil,
Nosso Senhor, e a direcção desta pompa
funebre foi pela maneira seguinte :*

A's 4 horas de tarde do dia 21, sahio o senado da sua rezidencia, a fim de se praticar o antigo uzo de se quebrarem os escudos. Precedia a comitiva hum piquete de cavalaria, a fim de separar o imenso povo, que bordava as ruas, e logo depois o procurador do senado, montado em hum cavallo coberto de negro, levava ao hombro huma bandeira preta com as armas reaes, a qual, assim como as vestes do mesmo procurador, arrastavão pelas ruas. Seguião-se depois em duas álas quarenta e oito cidadãos vestidos de luto e com varas negras, e no centro o ouvidor da comarca e o juiz ordinario e juiz dos orfãos, levando cada hum delles hum escudo na mão com as armas reaes: tanto os tres juizes, como o procurador vinhão vestidos de luto rigoroso, capas compridas, chapéos dezabados com fumos pendentes. Seguia-se a corporação do senado e muitos cidadãos que a acompanhavão. Esta comitiva veio encontrar o governador que estava á porta da sé, vestido de luto com chapéo dezabado e fumo caído, tendo o manto de commendador da ordem de Christo, solto, arrastando pelas ruas, em razão de ser o funeral do grão-mestre da mesma ordem; acompanhavão o governador todas as pessoas das classes mais distinctas e empregados militares e civis. O governador se encorporou com a comitiva quatro passos adiante do senado, e todas as mais pessoas hião atraz acompanhando, fechava a marcha o regimento de

infanteria, tocando marcha fúnebre com as bandeiras enroladas e voltadas, e os officiaes inferiores com as alabardas voltadas hião guarnecendo os lados do acompanhamento. Desta maneira chegarão á porta do hospital, onde subindo a huma tarimba armada de negro, o juiz ordinario disse em vóz alta — *Chorai nobres, chorai povo: morreo o nosso amado Rey* — e partindo o escudo em duas metades, o lançou por terra. Dirigio-se depois a mesma comitiva á porta do adjunto da fazenda, onde o juiz dos orfãos da mesma maneira quebrou o segundo escudo. E passando todos á porta da alfandega, ahí o ouvidor da comarca como juiz do crime quebrou o 3.º escudo, dizendo as mesmas palavras, e se recolheu todo o acompanhamento a sé a fim de assistirem ás vespersas. A's 4 horas de tarde, a fortaleza e o forte de S. Jeronimo, e as embarcaçoens surtas no porto pozerão bandeira colhida a meio páo, e dêrão tiros de ampulheta até o dia seguinte ao pôr do sol, e em todo este tempo estiverão as tropas com armas em funeral. A porta da sé estava o parque de artilharia, e o corpo de sipaes que guarnecia as ruas, se foi reunindo depois de passar o acompanhamento ao corpo de infanteria, ficando toda a tropa formando no largo da sé, emquanto se celebravão as vespersas, as quaes acabadas salvou o parque com vinte hum tiros, e a tropa com tres descargas. A sé estava toda armada de negro e nas paredes disticos e figuras allegoricas ás virtudes do Soberano, e ao sentimento dos povos pela perda de hum tão bom Rey. No corpo da igreja havia hum peristilo de oito columnas formando huma especie de templo; tinha trinta e seis pés de comprido sobre quinze de largura, as columnas sustinham a cupula que era uma pyramide quadrangular e no vertice da dita piramide estava huma figura que apresentava o anjo da morte. Nos quatro angulos da pyramide havia quatro estatuas (fingindo marmore branco) dos profetas Jeremias, Isaías, Exequiel e Oseas. As columnas erão da ordem composta, figuravão marmore branco e

preto com filetes dourados nas bases. Dentro do peristilo estava o mauzoleo, o qual era construido d'esta maneira: sobre tres grandes degraos cobertos de negro havia hum monumento branco guarnecido em roda de grossos filetes doirados e tinha doze palmos de altura, oito de largura e vinte e quatro de comprimento. Na face que fazia frente á capella-mór estava o retrato de Sua Magestade o sr. D. João 6.^o (1) em hum quadro, que representava o corpo inteiro e por baixo os disticos, que adiante se dirão. Na face que fazia frente á porta da igreja estava em outro quadro o busto do sr. Rey D. João 4.^o, 1.^o Rey da caza de Bragança. A face que ficava para a parte do evangelho, era dividida em tres quadros com os retratos dos sr.^s Conde Dom Henrique, D. Affonso 1.^o, Rey de Portugal e D. João 1.^o, Rey de Portugal. Na face opposta estavam os retratos do sr. D. Affonso, primeiro Duque de Bragança, da sr.^a Dona Catherina, Duqueza de Bragança e Herdeira da corôa de Portugal, e do Condestavel D. Nuno Alvares Pereira, progenitor por linha feminina da augusta caza de Bragança. Sobre este monumento havia mais 6 degraos, cobertos de negro e agaloados de ouro e prata, e no superior estava huma tarimba que sustentava o caixão coberto com um pano de veludo guarnecido de franjas, galão, borlas e semeado de estrellas, tudo de ouro fino. Em cima do caixão estava uma almofada guarnecida da mesma sorte

(1) Varios cavalheiros de distincção, entre elles o sr. major Ferreira d'Aguiar, teem sido mal tratados sobre o grande quadro existente na sala das sessões da Camara Municipal de Lisboa sobre o rei D. João VI com o vice-rei D. Constantino de Bragança, e sobre o qual se acha tambem um quadro. Vide n.^o 4344 da *Revista Commercial* de 21 de Setembro artigo *De Pangim a Damão*. Reproduzimos a impressão de s. ex.^a sobre a nossa praça: «Hoje produz uma grande tristeza percorrer os logares onde foram esses arruamentos! Parece que houve por alli um fogo; que um furacão destruidor derruiu os predios, e que a peste e a fome aniquilaram as familias». Caso seja possivel, pediríamos a visita de s. ex.^a a esta cidade cinco annos mais tarde. As floresta de cryptogamias de hoje, darão, para então, as impressões da actual Baçaim. Não lhe causará impressão desoladora nem estranheza, pois tudo caminha lentamente para essa condição. Uma terrivel sina acompanha a cidade: hoje é uma aldeia, amanhã será um ermo!

com a corôa imperial, o sceptro e as mais insignias reaes. Todas as escadas do mauzoleo, estavam cobertas de negro com galoens de ouro e ardião mais de 400 velas, e entre estas estavam ciprestes verdes e oiro e por todos os lados do mauzoleo havia anjos, genios e virtudes personalizadas e imensos disticos tirados da Escriptura e dos Santos Padres. A's 10 horas de manhã do dia 22 principiou na igreja o officio funebre, tendo antes todos os sacerdotes celebrado missas por alma de Sua Magestade. Não havendo em Damão muitos musicos de profissão, algumas pessoas de distincção forão ao côro cantar tanto nas vespas como no dia. Depois do officio se celebron missa cantada, finda a qual o muito rd.^o vigario da vara e prior da sé matriz subiu ao pulpito e tomando o thema tirado do Ecclesiastico, cap. 51, v. 20 e seg. = *Ambulavit pes meus iter rectum a juventute mea Zelatus sum bonum et venter meus conturbatus est; propterea bonam possidebo possessionem* =, em um eloquente discurso elogiou as virtudes do monarcha e mostrou qual era o sentimento que possuia a todos os seus fieis vassallos pela perda de hum tão bom Soberano. Este discurso arrancou lagrimas a todos os circumstantes. Depois da oração se seguirão as absolvições ao tumulto, como he da pratica, quatro ecclesiasticos de capas de asperges estarão sentados nos quãtro angulos do mauzoléo e na frente todo o clero com o celebrante, e da outra parte o governador, o ouvidor da comarca, o senado da camara e todos os empregados civis e militares. Hum concurso de pessoas das classes mais distinctas de ambos os sexos assistio na igreja a todas as cerimoniaes e terminou esta pompa funebre por huma salva real na praça, forte de S. Jeronymo e parque de artilharia, e a tropa toda, que se achava postada á porta da sé deo as tres discargas do costume. Estas exequias forão feitas por huma sutscripção voluntaria entre o governador, as principaes authoridades e pessoas de mais representação e posses, tanto christãos, como mouros, porses e gentios, não se consentindo que o Senado a

quem lhe competia, despendesse nada das suas rendas, concedendo-se comtudo a direcção da pompa funeral. Tanto na tarde de 21, como no dia seguinte era hum concurso tal de povo gentílico pelas ruas e no templo a vêr o mauzoleo que foi preciso dobrar as sentinelas a fim de terem lugar as pessoas que assistião aos officios divinos; ninguem deixou de concorrer para que se fizesse este acto com a maior pompa que athé agora se tem visto em Damão; e os semblantes dos habitantes davão a demonstrar o seu sincero sentimento, pela perda do seu monarcha, ou por melhor dizer seu verdadeiro pay.—Disticos mais notaveis que havia no mauzoleo—No monumento por baixo do retrato de S. Magestade estava escripto o seguinte epitafio—*D. O. M. .D Joanes VI. R. Port. et Alg. Imp. Bras. = D. D. Imm. S. A. * A. P. F. P. P. = Ort III. Id. M. D. I. Merc. An. M. 15513 CCCXI. Mort. Es. VI Id. Mar. De ven. An. M. vm. DCCCXXX=*. Por baixo do monumento se lia o seguinte—*Cum adhuc junior essem, priusquam oberrarem quaesivi sapientiam in oratione mea=*. Do lado opposto—*Regressus sum in regnum meum et sedi in sede patrum meorum=*. Da parte do Evangelho se lia: *Et dedit in celebrationibus decus et ornavit tempora usque ad consummationem vitae, ut laudarent nomen Domini=*. Da parte da Epistola—*O' veritas, exsulum patria, exilii finis ! Video te, sed intrare non sinor carne retentus =*. Sobre o retrato de S. Magestade se lia—*Fuit homo missus a Deo, cui nomen erat Joanes=*. Na face opposta —*Et erexit cornu salutis nobis in domo David pueri sui=*. Na cupula do mauzoleo da parte da Epistola—*Homo vero cum mortuus fuerit, atque conscriptus, ubi, quae so, est ?=* Da parte opposta—*Momentis transvolantibus cuncta rapiuntur, torrens rerum fluit=*. Sobre o arco da capella-mór por baixo de hum sceptro adornado com insignias reaes se lia—*Popule meus, quid feci tibi ? aut in quo contristavi te ? responde mihi. =* Nos dois lados da capella-mór se lião os disticos seguintes—*Qui non gemit peregrinus, non gaudebit civis, quia desiderium non est in illo. = Non est*

quo exeat, quia dura sunt; non est quo intret, quia mala sunt== Na entrada da porta principal em face ao mauzoleo, se lia = *Le christianisme a placé la . . .* ⁽¹⁾ *des fidèles à l'ombre des temples du Seigneur, et déposé les morts dans le sein du Dieu vivant*== Em hum dos lados = *In omni opere dedit confessionem sancto et excelso in verbo gloriae*== E da outra parte = *Sapientia ejus foris predicat, et in plateis dat vocem suam*== Em huma das paredes do templo por cima da cadeira do governo se lia = *Zelus domus tuae comedit me*== E de frente se lia = *Opprobia exprobrantium tibi ceciderunt super me*== Por baixo da estatua do profeta Jeremias = *Pupilli facti sumus absque patre, matres nostrae quasi viduae*== Do profeta Exequiel = *Ecce venit . . . ait dominus Deus, hoc est dies, de qua locutus sum*== Do profeta Isaias = *Ecce enim dominator dominus auferet a Jerusalem validum, et fortem et principem*. Do profeta Oseas = *Sponsabo te mihi in sempiternum . . . in justitia et judiciis et in misericordia*== Fóra d'estes haviam outros muitos disticos e diferentes figuras allegoricas, por todas as paredes do templo. De tudo isto se faz este auto em que assignarão os vereadores, juiz e o procurador, comigo Luis Maria Fernandes, escrevão serventuario do Senado da camara desta praça e cidade que o escrevi. Damão 5 de janeiro de 1827. *Luis Maria Fernandes — Victorino Jeremias Pereira de Sant'Anna — Francisco Sarmento de Figueiredo Dothel — Victorino da Costa Andrade*.

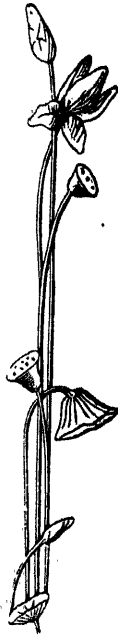
Na antiguidade era o Senado desta muito nobre e leal Cidade de Damão que mandava fazer todas as cerimoniaes religiosas por fallecimento d'um monarcha portuguez, ou de qualquer membro da familia real. Mais tarde, quando esta corporação representante da cidade passou a ter a denominação de *camara municipal*, o governo, reconhe-

(1) Imperceptível : *urme*?

cendo a pobreza do municipio, e mesmo em compensação d'algumas suas receitas, que foram adjudicadas ao Estado, ordenou que todas essas despesas se fizessem pelo erario publico, e assim religiosamente se cumpriu até á morte de el-rei D. Luiz 1.º. Depois . . . nada.

Damão.

ANTONIO FRANCISCO MONIZ.



UM NATURALISTA PORTUGUEZ EM GOA NO SÉCULO 18.º

Forsan et hæc olim meminisse juvabit



urante pouco mais de tres quartos de seculo jazeu esquecido nos livros das *monções* do archivo do governo geral d'este Estado um opusculo do naturalista Manuel Galvão da Silva ⁽¹⁾, e provavelmente lá ficaria, se um archeologo de raça o não dêsse á publicidade.

E, todavia, teve uma hibernação relativamente muito curta, quando as *Lendas* de Gaspar Corrêa, a mais antiga e uma das principaes autoridades em que se funda a historia luso-oriental, permaneceram inéditas, passando por um processo de fossilisação, desde 1561 até 1858.

Pode-se dizer que o opusculo publicado constitue já uma antiguidade, visto que decorreram sobre elle cincoenta annos approximadamente. Mas, o meio seculo volvido não conseguiu envelhecel-o, pois respira ainda um perfume de novidade e frescura.

(1) *Observações sobre a Historia Natural de Goa*, feitas no anno de 1784 por Manoel Galvão da Silva, e agora publicadas por J. H. da Cunha Rivara. Nova Goa—Imprensa Nacional—1862.

Antes de entrar na apreciação do seu valor litterario e scientifico, não serão aqui mal cabidas algumas considerações, sempre aprazíveis, suscitadas pelo nome do sabio editor, e pelo prefacio ou «advertencia» com que abre o opusculo.

Escreve elle :

«Quando nos livros das *monções* do archivo geral da India achamos as *observações sobre a Historia Natural de Goa*, feitas em dezembro de 1783 e janeiro de 1784 por Manoel Galvão da Silva, e totalmente ignoradas do publico, tivemos logo um grande desejo de as divulgar, não só por honra de quem as fez, mas por louvor de quem os mandou fazer.»

Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, apesar de uma vida official laboriosa, consagrou-se especial, assidua e sollicitamente ao estudo das cousas luso-indiaticas. Atacado de febre perscrutadora do passado, recolheu com admiravel tenacidade, desenterrando do pó secular das estantes, arrancando ao olvido, á traça e á termita muitos documentos preciosos para serem publicados, e assim legou á posteridade um espolio litterario de subido valor. E fez mais. Bibliophilo e antiquario, contagiou muitas outras intelligencias privilegiadas como a sua — distinctos indigenas, uns que se foram já reunir a elle na vida d'além-tumulo, e outros, que actualmente continuam a exploração das antiguidades portuguezas no Oriente com o louvavel esforço de reconstituir apagados ou dubios quadros historicos. As publicações de Cunha Rivara, feitas após uma sabia joeira do avultado material existente nos archivos officiaes, valem quasi por uma litteratura e contém muitas preciosidades historicas, restos que sobrenadam victoriosos á superficie das aguas lethargicas em que se acha immerso o preterito luso-oriental, fertil em episodios em que se vem reflectir com todo o brillantismo o valor nacional. Os pesquisadores da especialidade, em que Cunha Rivara se distinguia,

podem obter, interrogando as paginas das suas numerosas publicações, valiosos subsidios para o encadeamento dos acontecimentos portuguezes passados na India.

A um amator de antiguidades como Cunha Rivara não podia passar despercebido o estimavel opusculo de Galvão da Silva. Na copia que encontrou no archivo, faltavam algumas folhas e a impressão não se realisaria, se o dr. José Antonio d'Oliveira, cirurgião-mór d'este Estado, lhe não franqueasse generosamente uma copia completa que possuia. Ambas as copias, porém, tendo sido tiradas, provavelmente, por pessoas extranhas á sciencia, estavam cheias de erros, mais ou menos graves. Na falta do original para confronto com os traslados inexactos, a edição d'um trabalho tecnico exigia paciencia, tino e criterio. Mas ao editor, a quem esses predicados a natureza tinha repartido com mão generosa, dos raros ocios que lhe deixavam o trato dos negocios officiaes, as suas digressões pela India inteira e o cultivo de todo o genero de sciencias e letras, ainda sobrou lazer para corrigir os erros, conferindo as descripções das plantas feitas pelo autor com as de *Species Plantarum* de Linneu.

Cunha Rivara divulgando as *Observações*—«não só por honra de quem as fez, mas por louvor de quem os mandou fazer»—prestou mais um serviço á sciencia e á historia.

Continúa elle — «pois não se esquecia o governo daquelles tempos de olhar por estas cousas». E é verdade. Não podia o governo, não só d'aquelles tempos, mas ainda dos tempos immediatamente anteriores, ser accusado de descurar os interesses que eram tanto seus, como da civilisação em geral. O povo portuguez, um povo pequeno, habitando uma estreita faxa de terra, no extremo occidental do mundo até então explorado, foi chamado, n'uma epocha extraordinaria e ao mesmo tempo propicia, a cumprir um dever supremo. E cumpriu-o

insignemente, enchendo uma larga pagina nos fastos da gloria e do universo. A visinhança do mar fizera de Portugal um paiz de navegadores, e os portuguezes «mores cousas attentando novos mundos ao mundo» foram mostrando.

Bartholomeu Perestrello, João Gonçalves Zarco, Tristão Vaz Teixeira, Gil Eannes, Gonçalo Velho Cabral, Pedro de Cintra, Diogo de Azambuja, Diogo Cão, João Affonso de Aveiro, Bartholomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Alvares Cabral, Gaspar Corte Real, D. Lourenço d'Almeida, Fernando de Magalhães, Pero d'Alemquer e tantos outros que, ainda que hoje pareçam vultos nebulosos nos longes de uma idade remota, foram a pleiade de nauticos e descobridores que concorreram para a expansão de Portugal fóra do continente europeu.

Por pouco mais de duzentos annos durou a dynastia de Aviz, e esses dois seculos — xv e xvi — ficaram na historia internacional perpetuamente assignalados, como dois mais grandiosos marcos milliaris na estrada real da humanidade. Esses dois seculos, mais celebres que os de Pericles e Augusto, tinham sido fecundos em acontecimentos importantes — a invenção da imprensa, a Renascença, o descobrimento do Novo Mundo e d'uma via maritima da Europa para o Oriente. E Portugal foi na vanguarda d'essa grande marcha evolutiva social.

As navegações dos portuguezes não foram uma aventura, nem o desejo de arrancar das mãos dos venezianos o monopolio do trato commercial do Oriente o unico movel d'ellas. Outros ideaes mais nobres influiram nos portuguezes para os lançar em empresas heroicas — o desejo de dilatar o christianismo, alargar o dominio das quinas e resolver certos problemas geographicos que, por esse tempo, preoccuparam os animos por toda a Europa. É licito mesmo affirmar que um caracter scientifico distinguio os seus commettimentos maritimos, os seus descobrimentos e as suas conquistas. E' que essas empresas

foram certamente bafejadas pelo espirito do grande *sabio mathematico*, o instituidor da famosa escola de astronomia, cosmographia e nautica em Sagres. Os portuguezes luctaram com conhecimentos scientificos contra a natureza e pantentearam, em rapida successão, perante as nações maravilhadas, mares e climas extranhos, raças humanas desconhecidas, animaes e vegetaes curiosos e variados, alargando assim o ambito da geographia e multiplicando a actividade do commercio e da industria.

Depois dos seus descobrimentos, o governo portuguez não dormiu á sombra dos louros. Procurou firmar o seu dominio por toda a parte, cobrindo a costa oriental da Africa e a costa do Malabar de fortes e feitorias, mantendo um activissimo commercio com todo o Oriente e explorando, desde logo, as suas vastissimas possessões.

Os portuguezes foram os primeiros europeus que concorreram para enriquecer as floras de quasi todos os continentes do mundo. Para mostrar a veracidade d'esta asserção, é facil adduzir provas numerosas. N'aquelles tempos, as naus de nenhum outro povo sulcavam todos os mares, nenhum frequentava assiduamente as praias da America, da Africa e da Asia, nenhum possuia simultaneamente no Velho e Novo Mundo extensas e fertes regiões equinoxiaes. Estavam portanto em uma situação privilegiada, encontrando facilidades especiaes para adquirir conhecimento geral da natureza e noções sobre a vegetação e os productos de diversos paizes, e contribuir poderosamente para a dispersão de plantas uteis e cultivadas de um para outro continente. A flora economica e alimentar da Africa que, desde tempos remotos, se havia enriquecido pela introdução de plantas originarias da Europa ou da Asia, recebeu pela mão d'elles no seculo xvi e seguintes um consideravel contingente de importantes especies provenientes do Novo Mundo ⁽¹⁾. Na Índia, em

(1) *Plantas uteis da Africa Portuguesa* pelo Conde de Ficalho. Lisboa—1884.

Malaca e nas grandes ilhas do archipelago malayo introduziram os portuguezes varias plantas americanas, segundo attestam com fundamento, as velhas autoridades na botanica asiatica, como Rheede e Rumphius.

O governo portuguez d'aquelles tempos não se descuriou de observar e estudar, debaixo do ponto de vista geographico, commercial, industrial, scientifico ou militar, os seus vastos dominios. Diz-nos a historia que o Infante D. Henrique, logo após o do descobrimento da Madeira, se apressou em introduzir n'aquella ilha as melhores castas de vides, como a malvasia, trazidas da ilha de Candia, e a rica cultura da canna de assucar, importada da Sicilia e outras partes da região mediterranea, onde essa cultura havia sido, seculos antes, generalizada pelos arabes, os quaes tinham levado a planta do seu berço, que é a Asia.

Essa louvavel solicitude em propagar nas suas possessões plantas de reconhecida importancia economica foi imitada pelos continuadores das navegações e descobrimentos iniciados por aquelle principe.

O governo portuguez d'aquelles tempos não desconhecia o interesse de explorações scientificas. Emquanto os argonautas se nobilitavam nas descobertas maritimas, os reis se empenhavam em expedir viajantes por terra em busca de informações scientificas. Emquanto se fundavam as fortalezas de Santiago, Quiloa, Mombaça, Cananor, Angediva, Sofala, Chaul, Macau, Ternate, Ceylão e outros, estabeleciam-se feitorias em Cochim, Cananor e em varios pontos. Emquanto os povos do Oriente eram subjugados e Goa era elevada á capital do imperio, — emquanto Affonso d'Albuquerque em Malaca recebia embaixadores de muitos principes asiaticos e em Ormuz as do Sophi da Persia, — emquanto mandava embaixadores á China e ao Pegu, — emquanto se tomavam Safim na Mauritania, e se alcançavam novas victorias em Arzilla, Larache, Azamor, Cale e outros pontos, —

emquanto durava esta lucta de gigantes na Africa occidental e na Asia, principiava a colonisação do Pará.

Ainda no reinado do rei *piedoso*, que herdara um reino vasto, forte e feliz, mas que mal podia sustentar, mandava-se explorar a Abyssinia com o fim de abrir caminho pelo interior para a costa de Melinde, faziam-se grandes progressos na colonisação do Brazil que deveria evolucionar em um famoso imperio; e os homens de sciencia continuavam na investigação das cousas no interior da Asia.

No reinado de D. Sebastião, que foi um rei de grande espirito guerreiro e que teria dado á historia de Portugal uma das mais brilhantes paginas, se não fosse a sua precipitação nos negocios de Marrocos, onde desapareceu, não faltando quem o desejasse e ainda o esperasse. Francisco Barreto ia á exploração do Monomotapa e das minas de Sofala.

Desde o começo do seculo xvii até ao meado do xix. as viagens de exploração scientifica foram gradualmente multiplicando-se. Em 1602, mais ou menos na epocha em que o brilho do nome portuguez no Oriente estava a pique de se empanar, na epocha em que se faziam esforços heroicos para sustener o colosso que ia desabar, — na quadra em que os seus maiores inimigos na India eram os europeus, — no periodo em que governava o vice-rei Ayres de Saldanha, André Furtado de Mendonça expulsava de Amboyno os hollandezes, os quaes foram tambem repellidos quando bloquearam Goa, — e Bento de Goes, um jesuita, apprehendia, por iniciativa do visitador geral, padre Nicolau Pimenta, a sua celebre viagem atravez da Asia central, indo explorar o Grão-Cathayo ou China. (1)

Em 1606-7 Nicolau de Orta voltava de Goa para Portugal por terra, levando muitas informações scientificas.

(1) *The Portuguese in India*, by F. C. Danvers, vol. II, pag. 128.

Se se publicavam as ordenações filippinas, faziam-se também, em 1610, as publicações scientificas a respeito das viagens dos sabios.

O jesuita padre Antonio de Andrade faz a sua primeira viagem ao Tibet, e Pedro Teixeira viaja desde o Pará até Quito em 1637. Em 1696 descobrem os portuguezes perolas nos mares de Sofala e as minas de prata no reino de Maranga. Já no reinado de D. Pedro II tinham descoberto minas de ouro no Brazil e em 1719 novas minas do mesmo metal em Cuiabo e Goiazes.

Era necessario um exame retrospectivo do movimento intellectual na Europa ou em Portugal, para explicar a frequencia, com que se ordenavam as viagens de exploração na segunda metade do seculo XVIII. Esse movimento não foi sempre uniforme e constante e, se houve periodo de estacionamento ou mesmo de retrocesso, notaram-se também impulsos subitos. Como não é util ao assumpto propositado para este escripto, abstenho-me de fazer esse exame e limitar-me-hei ás seguintes observações. A actividade scientifica e litteraria, desde o meado do seculo XVI até ao meado do XVII foi realmente assombrosa em toda Europa, e em Portugal houve n'esse periodo uma expansão plena e viva do espirito nacional. Essa expansão tinha sobretudo o cunho de sã originalidade, e não se pode comparar com a pallida intellectualidade dos immediatos cem annos. Mas, quasi no fim d'esse periodo, houve um impulso brusco. D. João V, que foi cognominado o *magnanimo* pela sua protecção ás letras, instituia a academia de historia e as academias militares, e mandára fazer uma viagem d'exploração desde o Grão-Pará pelo Amazonas e Madeira até Mato-Grosso.

Seguiu depois o reinado de reformas, a epoca pombalina, em que se reorganisava a junta do commercio e se creavam as companhias do Alto Douro e de Pernambuco, com outras instituições uteis que déram esplendor ao commercio e á agricultura. Tomaram-se tantas medi-

das de grande alcance politico e economico, cortou-se tanto abuso inveterado do seculos, houve tanta vida governativa, que esse reinado pode ser considerado caminho aberto para uma completa regeneração economica social. A reforma dos estudos da Universidade de Coimbra, a creação e dotação de muitas escolas de instrucção primaria e secundaria foram sementes, que mais tarde deveriam germinar ao sopro do espirito moderno.

E, effectivamente, no reinado immediato homens de incontestavel valor começavam uma evolução promettedora. Instituíram-se a bibliotheca publica, a academia das sciencias, a academia das bellas artes, a academia da marinha e commercio no Porto, aulas de fortificação em Lisboa e muitas outras aulas publicas nos conventos.

A academia das sciencias foi fundada por iniciativa do 2.º duque de Lafões, D. João Carlos de Bragança, e confirmada por aviso regio de 24 de dezembro de 1779. Por outro aviso regio, de 13 de maio de 1783, a rainha D. Maria I se declarou protectora da academia e lhe concedeu o titulo de *Real*. Um erudito religioso franciscano da ordem terceira, fr. José Mayne, estabelecera no convento de Jesus em Lisboa (1), um museu de historia natural e deixára rendimentos para a sua manutenção. Antes de serem transferidos os exemplares de historia natural para a escola polythecnica, depois da creação do museu nacional de historia natural em 1858, o Instituto Maynense era administrado pela academia das sciencias. Para opulentar esse museu com exemplares novos e raros, sabios naturalistas, com instrucções da academia e sob os auspícios regios, visitavam a miude as ainda até então vastissimas possessões ultramarinas, cujas florestas millenarias, fauna e veios metallíferos continuavam a attrahir a attenção da Europa.

(1) *Guia illustrado de Lisboa*, cordenado por D. Thomaz d'Almeida Manoel de Vilhena.— 1894.

N'essa epocha a botanica já tinha conquistado os seus verdadeiros fóros de sciencia autonómica. Antes d'isso, era estudada com a medicina accessoriamente como materia medica vegetal. Nos fins do século xv, quando os prelos funcionaram pela primeira vez, e, qual torrente transbordada, inundaram com a sciencia velha toda a Europa,—quando n'essa especialidade se imprimiram os livros latinos, as traducções antigas e modernas dos gregos e as versões dos arabicos, ainda reinava uma pasmosa confusão quanto aos nomes dos vegetaes, que andavam enredados n'uma synonymia complicadissima.

Nos dois séculos seguintes foram creadas cadeiras de botanica nas Universidades, os naturalistas exploraram as floras de longinquas terras, publicaram-se os *icones xylographicos* de Fuchs, Rhede, Christovam da Costa, Clusio, Dodoens e outros, fizeram-se herbarios e plantaram-se jardins botanicos, mas não havia quem fizesse a verdadeira *diagnose* dos vegetaes. Estavam lançadas as bases da botanica moderna, mas essa sciencia, no seu desenvolvimento evolutivo, tinha ainda de passar por uma transformação, uma modificação e um aperfeiçoamento graças a Carlos Linneu e A. L. Jussieu.

E verdadeiramente é no periodo *postlinneano*, que o reino vegetal começou a ser estudado com paixão sob o ponto de vista botanico. Já se não sentia a falta d'uma classificação systematica e d'uma nomenclatura scientifica. Em Portugal condições especiaes e favoraveis haviam sido creadas para incitar ao culto serio d'essa sciencia talentosos naturalistas.

Em 1748 publicava-se no estrangeiro a obra de Gabriel Grisley ⁽¹⁾, medico allemão, estabelecido em Portugal no reinado de D. João IV. Grande admirador das riquezas e producções vegetaes do sólo portu-

(1) *Gabrielis Grislei Viridarium Lusitanicum*—Veronae, 1748—cit por João de Loureiro, *Flora Cochinchinensis*, Olyssipone, anno MDCCXC.

guez, herborisou nos arredores de Lisboa, na extensão de seis ou sete leguas, e só n'essa região encontrou nada menos de duas mil plantas, de que organisou um catalogo, o qual mereceu a approvação régia, a ponto de ser estabelecido em Xabregas um jardim botânico, o primeiro que houve em Portugal, no qual Grisley reunia plantas de todas as regiões e sobretudo as que eram espontaneas no paiz. Grisley foi tambem autor do livro *Desengano para a Medicina*, publicação que foi a primeira tentativa no sentido da flora medica portugueza e que, tendo sido subsidiada pelo senado de Lisboa, mereceu grande acceitação no paiz, a julgar pelas muitas edições que teve. ⁽¹⁾

Os conhecimentos historico-naturaes iam-se vulgarisando, e dedicados e distinctos cultores de botanica iam apparecendo. Pharmacologistas de grande merecimento, como Alexandre Antonio Vandelli, Bernardino Antonio Gomes, José Bonifacio de Andrade e Silva, João Croft, Sebastião Francisco Mendes Trigoso, José Corrêa da Serra, Francisco Tavares, D. Jeronymo Joaquim de Figueiredo, Manuel Joaquim Henriques de Paiva e muitos outros publicaram monographias sobre a flora medica de Portugal e principalmente do Brazil.

«Não só por honra de quem as fez, mas por louvor de quem as mandou fazer» — diz Cunha Rivara. A rainha D. Maria I foi realmente desvelada protectora da Academia Real das sciencias.

«.....Faverunt utique; erecta siquidem nuperâ scientiarum Regali Academiâ Olyssiponensi, per Vos, Clarissimi Socii, maturè provisum est, ut in quatuor Orbis postibus, in quas Lusitanum imperium latè extenditur, tam rem herbariam, quam coetera Naturae arcana idonei viri perscrutentur: perscrutata, repertaque in ordinem redigantur: redactisque, et publico usui obla-

⁽¹⁾ *Historia da medicina em Portugal* por Maximiano Lemos, vol. II, pag. 51.

tis omnibus, quotquot sunt ubicumque gentium cultiores populi, vestris laboribus, ac studiis prospiciatis. Talibus, tantisque initiis per grandia incrementa ominari cujuscuque erit: proesertim cum incepto operi promovendo nos omnes Patrocinio suo corroboret, imo et munificentia compellat Augustissima, Fidelissimaque Regina nostra Maria I. Quippe quae haud ignara liberalium artium culturam domi bellique validum afferre humanis rebus subsidium, Academiae stabiliendae consuluit, subditos sibi populos perenni sapientia beatura.» (1)

A secção de Sciencias Naturaes da Academia escolhia pessoas de reconhecida competencia e ministrava as necessarias instrucções para a exploração scientifica, que o governo patrocinava.

Em 1788 D. Felix de Avellar Brotero publicava em Paris o seu compendio de Botanica (2), um livro de grande utilidade e considerado agora, como então, a principal autoridade no assumpto por causa de sua phraseologia botanica, pela primeira vez introduzida na lingua portugueza. Brotero passara a sua vida no estudo da flora portugueza continental, mas tambem não deixara de se occupar da colonial, dirigindo a sua attenção principalmente para o Brazil.

Na sessão de 9 de agosto de 1788 a Academia Real das sciencias determinava que se imprimisse á sua custa e debaixo do seu privilegio a *Flora Cochinchinensis* de fr. João de Loureiro. N'essa obra, descrevendo as plantas de Cochinchina, Loureiro faz menção de muitas outras por elle observadas na Africa Oriental e em varios pontos da India, classificando todas segundo o systema sexual linneano.

(1) *Flora Cochinchinensis* etc. Jonnis de Loureiro — Olyssipone, anno MDCXC, vol. I, pag. V et VI.

(2) Este *Compendio*, addicionado e posto em harmonia com os actuaes conhecimentos da sciencia, pelo dr. Antonio Albino da Fonseca Benevides, foi impresso á custa da Academia Real das sciencias em 1837.

Em 1790 fr. José Mariano da Conceição Velloso publicava, além de muitos opusculos sobre a historia botanica das quinas do Brazil, a sua grande obra *Florae Fluminensis icones fundamentales ad vivum expressae*.

Por esse tempo, Alexandre Rodrigues Ferreira ia explorar a flora do Amazonas; em 1783 Manuel Galvão da Silva, a quem nos referimos, vinha á India seguindo depois para Moçambique.



«Em quanto ao merito da obra, só diremos, que em tão breves dias, como foram os que o autor se deteve em Goa, e constam dos documentos, que tambem publicamos, não se podia fazer mais do que elle fez. Porém, seja pouco, ou seja muito, é certo que até hoje não ha outro trabalho, que suppra, ou exceda a este»—prosegue o erudito editor, Cunha Rivara, na sua «advertencia».

Quanto á primeira parte, tem toda a razão. Manuel Galvão da Silva esteve em Goa desde 4 de dezembro de 1783 até 31 de janeiro do anno immediato. Ora em dois mezes não podia, realmente, fazer mais do que fez. Elle proprio diz no seu preambulo — «Quas plantas in catalogum collegi, non erubescam dicere, jam mihi, aut prius notae erant, aut mimus (*sic*) molesto examine innotuere. Necnon mirandum, infinita propemodum cum sint vegetabilia, quae in Insulis, oppidisque Goae nascantur, quaeque mihi in manus incidere. me tam parva messe contentum; nam quicumque in Historia Naturali est versatus, noscit quantis cum difficultatibus conjuncta sit historia plantarum, et perfunctorie tractandam non esse rem, quae tam celeberrimos viros multos per annos insudare fecerit.»

Se considerarmos que o opusculo de Galvão da Silva é um trabalho de botanica geral ou, mais acertado, um trabalho taxonomico limitado ás plantas de Goa, terá egual

razão o illustre editor quanto á segunda parte do seu conceito sobre o opusculo.

Verdade seja que, antes de Galvão da Silva, nem depois até á data da obra do dr. D. G. Dalgado ⁽¹⁾, ninguém fez a *flora* de Goa, nem até ao tempo de Galvão se sabia o que isto era. Mas, se não houve *flora* de Goa, houve obras de botanica applicada, tratados de grande valor scientifico sobre a botanica medica, a botanica agricola, e a botanica economica e industrial. Não se deve esquecer que quasi todos os viajantes, europeus ou outros, que, na idade média. estiveram na India, fazem referencia á sua historia natural. O veneziano Marco Polo que, nos fins do seculo XIII, visitou não só todo o littoral indiano, mas ainda a Tartaria e a China, regista no livro da sua celebre viagem informações historico-naturaes, novas e exactas. Depois d'elle, os missionarios, como o dominicano fr. Jordão, os franciscanos fr. João de Marignolli e fr. Odorico de Pordenove, e varios outros, que peregrinaram pela India, dão algumas noticias sobre as producções d'este paiz. No *Livro* de Duarte Barbosa, no *Roteiro* de de Alvaro Velho, no *Lyvro dos pezos da Yndia, assy medidas e mohedas* de Antonio Nunes, e em quasi todas as narrações das viagens dos primeiros portuguezes, encontram-se noticias, comparaveis com as que haviam dado os italianos, e, por vezes, preciosas sobre a flora e a fauna indianas. Dão-nas como mercadores, attentos e intelligentes, mas não como homens de sciencia. E parece que não merecem a censura que Garcia da Orta faz: «certo que passa assi, porque eu estou nesta terra ha tanto tempo, com muyto trabalho posso saber huma verdade perfeitamente, e a causa he porque os portuguezes,

(1) *Flora de Goa e Savantvadi*, pelo dr. D. G. Dalgado, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898. O sr. Dr. Dalgado, referindo-se na *Introducção* do seu livro, ao opusculo de Galvão da Silva e reproduzindo o conceito de Rivara, diz «e eu posso acrescentar que, desde 1862 até hoje, não houve em Goa nenhum outro igual.»

que navegam muita parte, onde vão, não procurão de saber senão como forão melhor suas mercadorias, e que levarão pera lá quando forem, e que trarão da tornaviagem; não são curiozos de saber as couzas que ha na terra, e, se as sabem, nam dizem aquem as traz que lhes mostre a arvore, e, se a võem, não a comparão a outra arvore nossa, nem perguntão se dá frol ou fruto, e que tal he» ⁽¹⁾.

Mas Garcia da Orta não podia ter conhecimento de todos estes escriptos, que estavam ineditos ao tempo em que escrevia, ou talvez essa censura fosse applicavel aos contemporaneos d'elle, ou o é aos vindouros.

O boticario Thomé Pires, que veio á India em 1511, exerceu o cargo de feitor das drogarias em Cananor, Cochim e Malaca.

Quando Lopo Soares d'Albergaria, que succedera a Affonso d'Albuquerque no governo da India, tratava de enviar uma embaixada ao rei da China, a escolha recahira em Thomé Pires, que então era escrivão-contador da feitoria de Malaca.

N'uma armada commandada por Fernão Peres d'Andrade, Thomé Pires embarcou em Goa para a sua missão em fevereiro de 1516. Por contrariedades que surgiram em viagem Thomé Pires esteve tambem em Bengala. Sobre o resultado d'esta missão e sobre as peripecias que aconteceram ao embaixador e á sua comitiva discrepam os historiadores João de Barros, Gaspar Corrêa, Fernão Mendes Pinto e Castanheda. Mas, para o nosso caso vem só a *carta* que Thomé Pires escreveu de Cochim, antes da missão, a el-rei D. Manuel em 27 de janeiro de 1517. N'essa carta vem uma longa enumeração de drogas de origem vegetal, uma especie de flora, com menção do habitat, mas sem a descripção botanica das plantas. Pedro

⁽¹⁾ *Coloquios dos simples e drogas da India*, por Garcia da Orta, ed. pelo Conde de Ficalho, colq. xii.

José da Silva no *Elogio historico e noticia completa de Thomé Pires* ⁽¹⁾ considera essa carta em nada inferior aos *Coloquios dos simples* de Garcia da Orta.

A obra d'este ultimo naturalista é a pedra angular do edificio scientifico da botanica indiana applicada, levantado no decorrer dos ultimos 347 annos. Para Goa é ella um preciosissimo legado, porque é o primeiro livro scientifico escripto n'esta terra por um portuguez europeu; um dos primeiros aqui impressos e o primeiro que trata scientificamente de plantas da India e mais particularmente da flora goense. Para os escriptores na especialidade e mesmo para os historiadores, a obra de Garcia tem sido um rico e perenne manancial. Na autorisada opinião do sabio professor allemão, dr. F. A. Fluckiger «*Os Coloquios são sobretudo notaveis pela riqueza das informações e pelas descripções muito circumstanciadas. Ninguem descreveu ainda as drogas indianas com mais cuidado, nem reuniu sobre ellas informações mais aproveitaveis do que fez Garcia. Sempre que se tratar da historia das drogas indianas, será necessario recorrer a Garcia da Orta; apesar dos seus defeitos, que pela maior parte se devem attribuir ao seu tempo, os Coloquios occuparão um logar de honra na historia da Pharmacognose*» ⁽²⁾.

A obra que immediatamente emanou dos *Coloquios* de Garcia foi o *Tractado delas Drogas, y medicinas de las Indias Orientales, con sus Plantas debuxadas al bino por Christoual Acosta medico y cirujano que las vio ocularmente. En Bergos. M.D.LXXVIII*. Se essa obra é um extracto, em hespanhol, da materia pharmacologica que constitue a maior parte dos *Coloquios*, ou se é uma obra de valor independente, é um ponto controvertido, cuja discussão não cabe no presente escripto. O que nos inte-

(1) Citado por Maximiano Lemos, op. cit..

(2) Citado pelo Conde de Ficalho no seu livro—*Garcia da Orta e o seu tempo*,—1886, pag. 366.

ressa é o facto do livro ter sido em parte elaborado em Goa. O seu autor, Christovam da Costa ⁽¹⁾, filho de paes portuguezes, nascido em Tanger, Ceuta ou Moçambique, segundo asseveram diversos biographos, e finalmente estabelecido em Burgos (Hespanha) veio á India junto com D. Luis de Atayde, o governador que restabeleceu o prestigio militar nacional e consolidou o periclitante imperio portuguez no Oriente.

Christovam da Costa desembarcou em Goa em outubro de 1568 e herborison não só n'este paiz, mas tambem em Cochim, Cranganor, Tanor e varios outros pontos da costa do Malabar e do Extremo Oriente, enriquecendo a sua obra com muitas estampas de especies vegetaes d'estas partes. O verdadeiro merito do livro consiste em ter o autor consignado muitas observações novas e omittidas por Garcia da Orta. Tambem não se deve esquecer que Christovam da Costa foi o primeiro portuguez europeu que descreveu as plantas de Goa e as debuxou, com fidelidade, ao vivo e no sitio, e que o seu livro, publicado na epoca da infancia da typographia e xylographia, está nitidamente impresso, e as gravuras, apesar de grosseiras, illustram o texto e não deixam de facilitar a identificação das plantas que se representam.

A par d'estas obras nacionaes ha outras estrangeiras; que tratam não só da botanica applicada, mas tambem da botanica geral, ou principalmente pytographica.

Verdade seja que não se circumscrevem sómente ao estudo da flora goense, mas versam sobre as floras de terri-

(1) Mais conhecido, modernamente, por esse nome aportuguezado. No frontispicio do seu livro e no fim da dedicatória d'este ao senado da «Real cidade de Burgos, cabeça de Castilla, y camara de su magestad» apparece o nome — Christoual Acosta. O dr. Joaquim Olmedilla y Puig reproduz no *Estudio Historico de la vida y escriptos del sabio medico, botanico y escritor del siglo xvj Cristobal acosta* — Madrid, 1899 — entre outros documentos curiosos o fac-simile do autographo do biographado, o qual é — Cristobal Acosta de Buenaventura.

torios limitrophes, os quaes podem, sem duvida, constituir, junto com Goa, uma unica região botanica, tendo as mesmas condições climatericas e geologicas e o mesmo relevo orographico. Na primeira plana figuram as importantes obras de Rheede e Burmman ⁽¹⁾. Galvão da Silva no seu preambulo diz—«Accedit quod Rhoedero ⁽²⁾, Rumphio ⁽³⁾ et aliis, qui de plantis Malabaricis, Indicisque scripsere, quas si haberem, consulissem omnino destitutus...»

Rheede descreveu 794 plantas com suas respectivas *icones*, suas virtudes medicinaes e seus usos therapeuticos. A sua obra monumental interessa-nos muito de perto, sob pontos de vista scientifico, historico e pratico, pois quasi todas as plantas ali descriptas existem n'este paiz.

No seu valioso livro *Manual pratico do Agricultor Indiano*, o nosso distincto patricio Bernardo Francisco da Costa intercalou (vol. 2.^o, pag. 281 a 357) o *Tratado de Agricultura*, escripto em 1773 por fr. Clemente da Resurreição, o qual descreve numerosas arvores e plantas de Goa. O manuscripto ficou ignorado por um seculo e infelizmente se descobriu incompleto, sendo, comtudo, muito apreciável o que se encontrou e foi publicado ⁽⁴⁾.

Quasi cinco annos depois de Galvão da Silva seguir de Goa para Moçambique, foi publicada em Lisboa a obra de Loureiro, á que atraz alludi. Fr. João de Loureiro esteve

⁽¹⁾ *Hortus Indicus Malabaricus adornatus per H. Rheede, Tomi XII*. Amsterdam 1676-703 — in fl.

Nic. Laurentii Burmanni Flora Indica, Lugd. Batav. 1768. 4.^o

⁽²⁾ Provavelmente Rheede.

⁽³⁾ *Ge. Everhardi Rumphii Herbarium Amb. libri XII et actuarium*, Amsterdam 1750-55 in fl.

⁽⁴⁾ A respeito de fr. Clemente da Resurreição, diz-nos o sr. Ismael Gracias :

«Foi franciscano observante, isto é, da *Provincia de S. Thomé da India Oriental*. N'um livro antigo de assentos d'essa Provincia, achei-o eleito, em 29 de dezembro de 1769, guardião do collegio de S. Boaventura. Em 5 de agosto de 1780, foi-lhe concedido, por estar já muito velho, residir na egreja de Pomburpá.»

em Cochinchina por espaço de 36 annos, onde era «Catholicae Fidei Proeco: ibique rebus Mathematicis, ac Physic in Aula Praefectus», e de regresso a Portugal herborisou na India e na Africa Oriental, como elle proprio declara no prefacio — «In reditu a Sinis in Lusitaniam apellere coactus fui ad insulam Mozambiccam in orâ Orientali Africae, circa 15 gradum latitudinis australis: ubi per tres menses commoratus studia Botanica prosequi cordi habui, colligens, et describens varias plantas rariores na proximâ continente Africanâ. Alias pauciores comparaveram in diversis Indiae locis, quae peragravi: nempe in Cambodiâ, Champavâ, Benghalâ, Malabaria, Sumatrâ, et alibi: quarum aliquas in hac Florâ propriis classibus, et locis inferui.» A obra de Loureiro é uma das glorias das sciencias e letras pátrias. E' o primeiro livro de botanica oriental taxológica, publicado por um portuguez. A sua peregrinação pela India foi provavelmente depois da de Galvão da Silva.

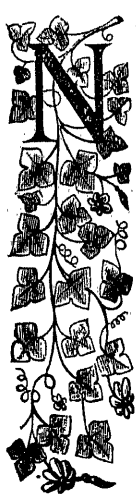
Entre 1784 e 1866 sahiram á luz as importantissimas obras, na botanica geral e applicada, de W. Ainslie, Roxburgh, Wallich, Wight, Dalzell e Gibson, Drury e de muitos outros. Uma's trataram da flora da peninsula indiana em geral, e outras da de certas regiões em particular. As feições geologicas, meteorologicas e orologicas de Goa são singularmente proprias á exuberante vegetação, mas nem por isso pode este paiz constituir ainda uma sub-região. O Malabar, o Kanará e o Konkão, incluindo Goa, formam uma grande região botanica, bastante caracterisada.

(*Continúa*)

VICENTE PHILIPPE DE SÁ.

VARIA VARIORUM

Exposição do corpo de S. Francisco Xavier



o *Boletim Official*, n.º 69 de 6 de setembro, foi publicada a seguinte portaria ministerial:
«N.º 138 — Tendo o reverendo arcebispo primaz, patriarcha das Indias Orientaes, de accordo com o governador geral do Estado da India, pedido em officio de 10 de maio ultimo, autorisação para se fazer uma exposição publica do corpo de S. Francisco Xavier: manda Sua Magestade El-Rei. pela secretaria de estado dos negocios da marinha e ultramar, participar ao referido governador geral, que ha por bem conceder a solicitada autorisação, cumprindo ao mesmo magistrado dar as providencias necessarias, não só para o devido resguardo d'aquella veneranda reliquia, mas tambem para que se conserve a melhor ordem possivel na reunião dos numerosos individuos que hão de affluir á mencionada exposição.

Paço em 6 de agosto de 1910. — *José Ferreira Marnoco e Souza*».

No *Boletim Official*, n.º 82 de 21 de outubro, foi publicado o seguinte telegramma, dirigido em 18 pelo sr. ministro da marinha e colonias (do governo provisório da Republica) ao sr. governador geral:

«Governador mantém autorisações ordens seu antecessor acerca exposição corpo S. Francisco Xavier».

Uma exposição do corpo de S. Francisco Xavier, que foi autorisada, mas não se realisou

Encontra-se uo archivo da secretaria geral do governo a seguinte portaria régia, que não foi publicada, nem teve effeito por motivos que se ignoram.

«N.º 5 - Sua Magestade El-Rei, tendo em consideração o que expoz o reverendo arcebispo de Goa, primaz do Oriente, em officio de 5 de dezembro ultimo, ha por bem permittir, que, pelo fausto motivo da conclusão da circumscripção das dioceses do Real Padroado na India, se faça uma exposição do venerando corpo da Apostolo das Indias, S. Francisco Xavier, guardadas todas as solemnidades, que se têm observado nas anteriores exposições, e devendo ser annunciada pelo mesmo prelado, de intelligencia com o governador geral do Estado da India, com um anno de antecedencia, para que mais facilmente possam concorrer á dita exposição as pessoas que desejarem contemplar o corpo de um santo, não menos grande para Deus pelas suas virtudes, do que grande para o mundo pelos seus talentos e trabalhos; o que pela secretaria d'estado dos negocios da marinha e ultramar, se participa para os fins convenientes ao mencionado governador geral. —

Paço em 10 de fevereiro de 1864.—*José da Silva Mendes Leal*».

Em officio de 21 de março de 1864, o governador geral, Conde de Torres Novas, transmittiu esta portaria ao arcebispo D. João Chrysostomo d'Amorim Pessoa, e pelo de 22 do dito mez e anno accusou a recepção ao ministerio da marinha e ultramar. Nada mais consta sobre o assumpto.

MS. historico

Diz um telegramma, expedido de Calcuttá a 29 de agosto para o *Times of India*, que, nos antigos archivos da Sociedade Asiatica de Bengala, foi encontrado por mr. Maulvi M. Hidayet Hosain, professor das linguas arabe e persa no collegio da presidencia, um MS. historico em persa. Foi escripto por Mulla Abdul Bagi e intitula-se *Ma Asir-i-Rahimi*. Contém uma noticia de Mahamad Bajaran Beg, pae de Abdur Rahim Khan Khanan, precedida da historia dos *rulers* do Hindostão, desde a época dos

Ghazneivides até á ascensão de Jehangir, incluindo a dos reis de Bengala, Jaipur, Malwa, Kashmir, Multan e Delhi. Descreve tambem as virtudes e victorias de Khan Khanan, com as copias dos firmans a elle dirigidos e de algumas composições suas, com uma noticia dos *rulers* de Gujarat, Sinde, Deccan e Khandesh.

A Ithaca de Ulysses

Lê-se no *Correio do Norte*, de 2 de agosto :

«O professor Doerpfeld, archeologo muito conhecido no meio scientifico, acaba de fazer uma descoberta na ilha de Leucas, que plenamente confirma a hypothese de que esta é a ilha de Ithaca, em que era rei Ulysses, como diz o poema de Homero.

Encontrou um grupo de sete grandes cavas redondas, revestidas de obra de pedreiro. Na maior, que tem o diametro de cerca de nove metros, foi encontrado um bello tumulo da época homérica.

A' volta, acharam-se 49 contas de ouro, objectos de bronze, uma faca e oito vasos de formas muito variadas.

Estes vasos apresentam todos os caracteristicos dos tempos homericos».

Documentos para a historia dos feitos dos portuguezes em Africa

No *Boletim Official* da provincia de Angola, n.º 31 de 30 de julho ultimo, deparamos a seguinte portaria :

«N.º 631 — Representando a evocação do glorioso passado de Portugal, tanto ou mais do que as urgencias do presente, um incitamento á vida util, e á perpetuidade das tradições herdadas, pelo exemplo dos notaveis e honrados feitos que illustraram em Africa a historia nacional; e

Considerando que, em todo esse longo martyrologio, que entre os seculos XVI e XVII assignalou na provincia de Angola o dominio portuguez, se salienta a figura heroica de Salvador Correia de Sá e Benevides, do qual e de seus predecessores e successores n'aquella epoca raros são já os documentos escriptos que, a attestarem a sua passagem aqui, se encontram nos archivos d'esta cidade, em tão la-

mentavel estado alguns d'elles, que se impõe como um alto dever patriotico a sua salvação; e

Considerando que, tornados em muita parte illegiveis esses documentos, pela acção deleteria do clima, só a immediata reproducção graphica poderá evitar a perda total e rapida de tão preciosos subsidios para a historia da provincia, mórmente no que respeita á administração civil nos seus dois ramos—o judicial é o municipal— que n'aquelle tempo andaram associados, pela propria disposição da lei; emquanto o governador exercia o mando supremo em todas as forças de terra e mar, para a facil e prompta utilização d'ellas:

Hei por conveniente encarregar o dr. Caetano Francisco Claudio Eugenio Gonçalves, juiz de direito da 1.^a vara da comarca de Loanda de, n'uma inspecção feita aos archivos publicos d'esta cidade, proceder a uma rigorosa selecção dos documentos que estejam nos casos de merecer aquella reproducção, que opportunamente, em proveito exclusivo do Estado e no especial interesse da historia da colonia, e designadamente da cidade de Loanda, será feita na Imprensa Nacional.

As autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento d'esta competir, assim o tenham entendido e cumpram.

Palacio do governo em Loanda, 29 de julho de 1910.—
José Augusto Alves Roçadas, governador geral.

Quarto centenario da tomada de Goa

A 23 de agosto ultimo celebrou uma sessão a comissão do centenario, tratando dos seguintes assumptos:

I Foi lida a resposta do sr. conselheiro Ayres d'Ornellas, que agradecendo o convite que lhe foi feito (1), declara acceital-o.

II Apresentada uma carta do sr. Vamona Rau Valaulecar, de Bombaim, que, participando ter escripto um esboço biographico de Affonso d'Albuquerque, em konkani, deseja saber se a comissão o acceitará e o mandará publicar, foi resolvido que se lhe respondesse que, só depois de examinado o manuscripto, poderia a comissão tomar

(1) Veja-se a pag. 168 d'este volume.

qualquer resolução, porquanto um trabalho em konkani também era de utilidade, hoje que ha muitos filhos de Goa que só lêem e escrevem n'essa lingua.

III Deliberou-se também autorisar a aquisição de um bloco, para retratos de Affonso d'Albuquerque, conforme o preçario vindo de Bombaim por intermedio do vogal Martins.

IV Tratando-se em seguida do officio de sua ex.^a o governador geral, datado de 15 de agosto e publicado no *Boletim Official* n.º 63, sobre a exposição industrial e de arte ornamental, a commissão resolveu por unanimidade que se fizesse essa exposição, deliberando, porém, por maioria de votos, realisar-a não em Velha Goa, mas n'esta capital, e não no palacio do governo, mas, sendo possível, no grande quartel militar, que offerece maiores facilidades.

Para tratar particularmente da exposição, foi escolhida uma commissão especial, composta do conselheiro Norton de Mattos, conde de Estarreja, conde de Ribandar, capitão Bessone Basto, capitão de fragata A. Neuparth, Guilherme Dias, Egypsi de Sousa e Ismael Gracias, podendo aggregar a si as pessoas que entender; e resolveu-se também sobre a constituição das commissões concelhias e sobre as instrucções, ds que ficou incumbida a referida commissão. Foram por emquanto aggregados o vogal d'esta commissão, dr. Souza Machado, e o tenente de engenharia, Gonçalo de Vasconcellos Pereira Cabral.

V O vogal Egypsi de Sousa propôz que, sendo curto o espaço de tres mezes para se prestar a devida homenagem á colossal figura de Affonso d'Albuquerque, a commissão continuasse a funcionar até 1915, em que recae o IV centenario da sua morte; — que, respeitando o ideal de Albuquerque, de querer todos igualmente portuguezes, se abolissem as castas; — e mais que se exterminassem dos pagodes as bailadeciras. Deliberou-se, depois de breve discussão, que d'estas propostas se dêsse conhecimento ao governo, pedindo, quanto á primeira, que fosse celebrado o 4.º centenario do morte de Albuquerque, e, quanto ás outras, que fossem tomadas na consideração que pudessem merecer.

A 26 de agosto a commissão especial da exposição elaborou as respectivas instrucções reguladoras, que foram

approvadas por portaria n.º 333, de 5 de setembro, determinando-se em portaria n.º 334, da mesma data, que a exposição se faça nos paços municipaes das Ilhas, em Pangim. Ambas essas portarias e as instrucções foram publicadas no *Boletim Official* n.º 69, de 6 de setembro. Resolveu-se porém, em sessão de 20 de outubro, não se fazer a exposição por não ser possível effectual-a com bom exito em tão breve tempo

A 26 de setembro celebrou a commissão executiva do centenario uma sessão, na qual tratou dos seguintes assumptos:

I Foi lido o officio de sua ex.^a o governador geral, de 30 do mez proximo passado, communicando que o governo de S. M. não alterou a resolução anteriormente dada com respeito a sellos postaes commemorativos. ⁽¹⁾

II Ponderando que os recursos, com que pode contar, se limitam até aqui á importancia de 2.608:04:00, a commissão deliberou pedir ao governo apenas:

a) Que se construa na avenida Ayres d'Ornellas, d'esta cidade, em local apropriado, um monumento commemorativo do centenario, com a estatua, em bronze, de Affonso de Albuquerque, fundida em Lisboa, igual á que existe em Belém, o que relativamente será economico, pois deve existir a respectiva *maquette*. Para esta estatua a commissão subscrive 2.000 rupias, das referidas 2.608:04:00, pedindo ao governo que tudo o mais (bronze, fundição e transporte da estatua e bem assim a construcção do monumento para o qual podem ser aproveitados os excellentes materiaes existentes em Velha Goa) corra por conta do Estado;

b) Que, na manhã de 25 de novembro, se celebre uma missa campal n'aquella Avenida, procedendo-se em seguida ao lançamento da pedra fundamental do monumento;

c) Que, na noite de 25 de novembro haja illuminação geral desde Pangim até Velha Goa, e bem assim queima de fogos de artificio.

(1).Veja-se a pag. 247 d'este volume.

III Sendo presente a nota da Direcção da fiscalisação do caminho de ferro, n.º 208, de 26 de agosto, enviada a informar por sua ex.^a o governador geral, a commissão foi de parecer que se devem solicitar os bons officios d'aquella Direcção, a fim de obter que sejam reduzidos os preços das passagens do caminho de ferro, desde o dia 20 de novembro até ao dia de encerramento da exposição, convindo egualmente que o mesmo se procure obter, pelo commissariado geral das alfandegas, quanto ás passagens pelos vapores da carreira, durante o mesmo periodo.

A 4 de outubro realisou-se tambem uma sessão na qual se resolveu modificar o programma das festas centenniaes, deliberado na sessão de 6 de setembro, pela seguinte forma: lançarem-se desde já as bases de um novo monumento a Affonso de Albuquerque, sem prejuizo da conservação do actual, como uma reliquia archeologica, e, visto não se poder erigir desde logo a estatua no dia 25 de novembro do corrente anno, lançar-se a pedra fundamental, podendo os trabalhos posteriores continuar até 1915, em que se ha de celebrar a data da morte do heroico estadista;—realisar-se o cortejo civico, possivelmente concorrido e espectacular, abrilhantado com carros allegoricos de Agricultura, Commercio e Industria, Marinha e Exercito, etc.,—terminando tudo com deslumbrantes illuminações e fogos de artificio.

Factos notaveis

—Pelas 9 horas da noite de 7 de outubro, sua ex.^a o governador geral, conselheiro Horta e Costa, tendo ouvido o conselho do governo, que reunira uma hora antes, publicou officialmente o seguinte telegramma :

«Lisboa, 6—Ao Governador Geral—Goa.—Foi hontem proclamada republica com concurso exercito marinha e povo entusiasmo ordem absoluta governo provisorio presidido Theophilo Braga, ministro guerra coronel artilleria Xavier Barreto, interior Antonio José d'Almeida, fazenda Bazilio Telles, obras publicas Antonio Luiz Gomes, marinha colonias capitão mar e guerra Azevedo Gomes, justiça Affonso Costa, estrangeiro Bernardino

Machado — queira communicar autoridades civis e militares sob sua jurisdicção estes acontecimentos. — Ministro da Marinha Azevedo Gomes».

— Por outro telegramma, foi communicado que a nova bandeira nacional é bicolor, vermelha e verde, sendo vermelha do lado da tralha, bandeira que foi içada pela primeira vez ás 8 horas da manhã de 9 de outubro.

— Por outro telegramma foi transmittido pelo sr. ministro da marinha e colonias ao governador geral o seguinte :

«Confiando no patriotismo de todos espero que os officiaes do exercito armada quadro do ultramar do activo, reserva e reformados e individuos com graduação militar em serviço e residentes n'essa provincia se apresentem com brevidade possivel nas secretarias militares das respectivas residencias a garantirem pela sua honra a mais absoluta lealdade ao regimen. Os officiaes que se acharem em localidades distantes das ditas secretarias enviarão á autoridade competente as suas declarações escriptas no mesmo sentido. Estas declarações serão remettidas a esta secretaria d'estado».

— Por decreto de 10 de outubro foi substituido no cargo de governador geral da India Portuguesa o sr. conselheiro Horta e Costa, que solicitára a sua exoneração, pelo sr. Francisco Manoel Couceiro da Costa, juiz de direito da comarca de Salsete, o qual tomou posse a 12 no palacio do governo em Pangim. O ex-governador geral regressou a Lisboa no dia 13.



INDEX ALFABETICO, CHRONOLOGICO E REMISSIVO

(Continuação da pg. 178)

Co

	Dia Mez	Anno	N.º	Folhas
Conselheiros do Estado, não os pode nomear o V. Rey, e querendo ouvir mais votos ouça a quem lhe parecer, por ser de muito grande consideração o lugar de conselho.	20 setembro	1632	17	11
	30 janeiro	1697	61	399
Conselheiros do Estado, quando houver precisão de nomear algum, deverá o V. Rey informar a S. Magestade de todas as pessoas que estão acabar aquelle lugar..	6 setembro	1719	86	315
Conselheiro do Estado supernumerarios, pede-se informe sobre quantos devem haver.....	24 novembro	1735	105	233
Conselheiros do Estado precisão que d'elles ha.....	18 dezembro	1741	111	86
Conselheiro do Estado, o primeiro se senta nos actos publicos no lugar successivo ao V. Rey.....			122	283 v.
Conselheiros do Estado.....	Vide Conselho do Estado.			
Consultas de serviços as fação os V. Reis, com os do Conselho do Estado	2 março	1673	38	263
	27 março	1783	164	11
	13 fevereiro	1807	187	534
Consultas, o modo como o secretario as deve mandar formalizar.....	1.º abril	1666	33	179
Consultas, declare-se nellas o predicamento, lotação, e importancia dos cargos consultados	20 março	1683	48	5
Consultas das pessoas que servem na India, remetão-se a côrte ao Conselho Ultramarino	30 janeiro	1723	89	122
Consultas, remetão-se todos os annos ao Conselho ultramarino sem falta	2 abril	1751	124	494
Consultas	Vide Serviços.			
Consul Geral de Portugal	Vide Surrate.			
	Vide Directoria de Surrate, sobre se lhe conservar.			
Consul Geral da Costa do Malabar, porque não tem effeito	9 abril	1799	178	110
Consul	Vide Agentes estrangeiros.			
Constituição do Papa sobre as missões de Maisur, Maduré, e Canate. Parte que se da della, e se acha neste livro.....	30 dezembro	1745	118	395 403

Co

	Dia Mez	Anno	N.º	Folhas
Contas, todas as que der o governo remeta com ellas as ordens em que as funda.....	17 março	1769	144	128
Contas pelo conselho ultramarino se devem dar todas, como se acha determinado	27 março	1783	164	11
Contas, varias que da Côrte se mandão informar, sobre abuzos radicados na India	16 março	1799	179	497
Contadores rezolução sobre a sua falta	3 março	1594	2	244
Contador do Senado não pode dezsistir do seu officio	Vide Dizistencia.			
Contador do Arsenal augmenta-se o seu ordenado com 200 xerafins ..	27 abril	1801	181	544
Contadoria Geral seu estabelecimento	10 abril	1769	143	18
Contadoria da Marinha no Rio de Janeiro, sua creação	12 julho	1808	189	44
Contos providencias a seu respeito, e arrecadação da Fazenda Real .	11 janeiro	1599	1	21 e 23
Contos seus Guardas dêem fiança, sirvão por si, e recebem o cartorio por inventario	7 fevereiro	1722	88	20
Contrabando, perdem neste cazo o seu foro os Militares	25 abril	1784	165	858
Contrabando, executem-se a seu respeito as Leys, e Ordens da colleção junta, e as mais Leys, e ordens expeditas sobre este assumpto para America	30 março	1803	183	494
Contra Mestres das Naus de Reino tem 3 xerafins de guindagem por Pipa de vinho	3 maio	1767	141	1
Contadores de pimenta	Vide Pimenta.			
Contribuição de mais de hum por cento n'Alfandega para reedificação da cidade de Goa, abolida ..	12 março	1779	159	528
Convento de S. Bento não se estabelece na India	23 março	1604	9	32
Conventos não se fundão, sem licença d'ElRey.	18 dezembro	1685	51	23
Convento para viúvas, e donzellas que pedia a camara de Goa licença para erigir-se, se lhe não concede	2 setembro	1719	86	317
	27 fevereiro	1720	86	192
Cordoaria estabelecimento de huma Fabrica em Goa, e suas Instrucções	22 março	1782	163	553

Co

	Dia Mez	Anno	N.º	Folhas
Cordoaria promova-se a sua Fabrica.	12 março	1784	165	1226
Corjuém, e Ponellém Ilhas tomadas pelo Estado	3 janeiro	1706	70	11
Corjuém e Ponelém Ilhas unidas ao Estado.....	24 novembro	1707	72	3
Corjuém e Ponelém encorporem-se na Fazenda Real	30 março	1757	130	13
Coromandel	Vide S. Thomé.			
Coronel, este Posto não podem prover os Vice-Reys	19 abril	1764	136	52
	21 abril	1766	139	1
	19 fevereiro	1807	187	57
Coroneis seus diminutos soldos, e por isso se conferio a alguns que não tinham mais subsidio os Generalatos das Provincias.....	30 março	1791	172	262
Correios de Terra sua criação.	23 março	1684	49	37
Resp. do vice-rei com docs.....	18 janeiro	1685	"	
Correio Maritimo das cartas para o Reino, sobre a sua criação...	27 setembro	1796	177	504
Correio, e portes das cartas, Alvará, e Instrucções a seu respeito..	23 março	1798	178	279 e seg.
Correio Maritimo de Goa, approvação de S. Alteza Real a este respeito.....	19 novembro	1800	181	511
Correio.....	Vide Embarcações.			

D

Da

Damão no anno de 1688 rendia 102.980:3:88, e despendia 41.168:0:38.....	24 janeiro	1688	52	336
Damão prohibe-se aos Parcios o uzo de sua seita.....	23 janeiro	1697	61	595
Damão, concede-se-lhe o titulo de Cidade, e a ella, e seus cidadaens o privilegio da de Evora.....	14 março	1613	12	125
Damão, quando os providos nos postos civis, e militares daquella cidade não forem servir, se hajão de prover em naturaes de Damão	31 março	1727	94	9

Da

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Damão recomenda-se a sua fortificação, e cava.....	30	março	1730	97	65
Damão não provão os jesuitas os officios da sua administração em negros, ou pessoas, indigenas, havendo Portuguezes, que os peção, e mais providencias.....	30	março	1730	97	65
Damão extincta a sua tropa.....	5	abril	1731	99	85
Damão reflexoens a seu respeito...	4	fevereiro	1751	123	282
Damão	Vide Dio, e Damão.				
Damão muda-se a sua guarnição de anno em anno, e seus officiaes, e soldados cobrem o mesmo soldo, e congrua.....	3	abril	1752	125	53
Damão os postos e officios daquella cidade se dêem aos moradores....	10	abril	1756	129	196
Damão seu estado actual de decadencia, e meio de aquelle estabelecimento se vigorizar.....	27	fevereiro	1773	150	430
Damão: ospostos militares d'aquella praça sejam conferidos a pessoas ali naturaes, sendo capazes, quando não a officiaes benemeritos que ali vão estabelecer. Os soldos militares não devem ser accrescentados, por serem iguaes aos de Goa. O cofre na nova imposição seja extincto, e unida a sua receita á feitoria. O capitão do navio que vai a Moçambique, seja da nomeação do governador. Em quanto as serventias dos officios occupados por gentios, está dada a providencia	22	fevereiro	1779	159	56
Damão suas aldeas que por os Ingleses as terem tomado, o marata as não póde restituir, e insinuação da côrte.....	27	janeiro	1782	163	115
Damão projectos sobre as suas fabricas	5	março	1793	174	341
Damão pedem-se informações sobre attrahir a ella o comercio de Surat.....	28	março	1797	177	455
	14	março	1798	"	456
Damão desordens praticadas pelo seu Governador, a respeito das fabricas, soldados &	13	março	1798	177	540

Da

	Dia	Mez	Anno	Folhas	N.º
Damão, e Dio augmentem-se as forças das suas Galias, e Palas de Guerra &					
	Vide Comercio desta Praça.				
Damão fabrique-se hum caes, guindaste, e se dão provisionalmente providencias para huma alfandega	1.º	março	1797	177	648
Damão, plano sobre o seu comercio e informação a seu respeito	7	março	1799	178	151
Damão, as fazendas ahi manufacturadas gozão da mesma izenção d'entrada, e sahida em Lisboa, que as fabricadas em Goa, e com as pessoas empregadas nas suas fabricas, e com as mesmas fabricas não se intrometão os governadores de Damão; e se favoreça a extracção das suas fazendas para os estrangeiros	26	setembro	1798	179	5
	Vide Fabrica de Damão.				
Damão, podem-se ahi fabricar pagodes, e mesquitas em lugares remotos da povoação. Podem os gentios passar a segundas nupcias, sem que os vigarios se possam intrometer n'isso Estabeleção-se cazas, para morarem os fabricantes das suas fabricas; sobre huma companhia de comercio de Goa, e Damão, sobre diminuir direitos das alfandegas se podem informaçoes; e a mudança da alfandega de Goa para Pangim. E sobre pagar direitos do comboi; sobre a differença do valor da moeda de Goa, Dio, e Damão, e differenças de manufacturas do Bengala	8	março	1799	179	9
Damão evite-se que gozem dos privilegios concedidos ás suas fazendas, introduzidas por contrabando de Surrate, e se informe sobre os meios de indemnizar a fazenda real dos prejuizos que tem com a diminuição destes direitos	14	novembro	1798	179	161
Damão, e Dio se será conveniente nomearem-se para estas Praças Ouvidores que sejam Juizes conservadores das Fabricas	8	abril	1799	179	316

Da

	Dia Mez	Anno	N.º	Folhas
Damão evite-se que venhão manufacturas, e tiadas de fora de Damão debaixo de pretexto de ahi serem trabalhadas, e gozarem assim da izenção de direitos....	29 março	1799	179	582
Damão paguem só direitos as fazendas que ali tiverem consumo, ou forem transportadas para a Europa, e não as que tornarem a sahir	15 janeiro	1801	181	122
Damão, queixa do Director das suas Fabricas contra o Governador daquelle estabelecimento.....	26 abril	1803	182	310 e 311
Damão perseguição que faz ás suas Fabricas o Governador daquelle Estabelecimento	16 março	1804	183	16
Damão procedimento escandalozo do seu Vigario da Vara Commissario do St.º officio pa occasião da morte do Ex-Governador daquella Praça	26 março	1806	185	140
Damão sobre o desp.º dos Direito do anfião do Navio Dinamarquez.	11 março	1821	198	485
Damão, e seus Canaes, as suas fazendas são livres, e independentes da directoria de Surrate	31 maio	1810	190	164
Damão	Vide Alfandega.			
	Vide Capitães tenentes.			
	Vide Fabricantes.			
	Vide Ouvidores.			
Damão, e seu Territorio se concede o uzo de Pagodes	Vide Pagodes.			
Damão	Vide Praganá Nagar-Avely.			
Damão, Regimento de sua Feytoria.	Vide Regimentos.			
Daugim	Vide Goa.			

De

Decima moto proprio do Papa para a pagarem os eccleziasticos	23 março	1747	120	579
	11 janeiro	1747	120	580
	24 fevereiro	1748	121	7
Decretos.....	Vide Leis.			
Degradados. acabado o tempo do seu degredo na India, se lhes deve permittir o regresso para o Reino	4 março	1782	163	127

De

	Dia Mez	Anno	N.º	Folhas
Degradados, ou voluntarios para o serviço da India, não he justo retel-os mais tempo, do que aquelle, porque forão mandados	3 maio	1790	172	789
Degradados, tomem-se todas as providencias, para não fugirem do Estado, uzando até do prompto castigo para exemplo	25 novembro	1801	183	416
Degradados não voltem, nem obtenhão licença para regressarem, sem acabarem o seu degedo	21 fevereiro	1799	179	126
	28 abril	"	"	127
Denuncias as que o Cabido fizer, e vencer como se hade proceder . . .	28 março	1734	108	194
Denuncias contra a camara de Bar-des sobre terrenos ao pé dos rios, suspensas, e informado o seu contesto	11 março	1717	83	274
Denuncias de prazos contra a Misericordia, snspensas	12 abril	1726	93	840
Depositos, e baldeação dos productos e manufacturas dos dominios britannicos, observancia do artigo 21 do Tratado de commercio a este respeito	5 novembro	1810	191	1673 1.º P
Desafios não se podem perdoar, dispensar, exceptuar, nem interpretar, nada sobre a Ley á seu respeito	1.º março	1597	1	80
Dezembargadores da Relação de Goa, não pode delles devassar o V. Rey	27 março	1595	1	60
Dezembargadores, como se devem com elles portar os Vice-Reis . . .	13 fevereiro	1597	4	748 v.
Dezembargador, privado do lugar pelo Governador, se manda restituir com ordenado, perdas, e damnos pela fazenda do Governador	28 fevereiro	1694	58	110
Dezembargadores nomeados pelo Governador paga este os ordenados que elles receberão	21 fevereiro	1693	58	170
Dezembargadores, não os pôde prender o V. Rey, mas todos os annos dê parte de como se portão	22 fevereiro	1723	89	30
Dezembargadores, conta do V. Rey, pedindo ampliação da sua jurisdicção a respeito dos Ministros, e officiaes da Fazenda	18 dezembro	1741	111	140

De

	Dia	Mez	Anno	N.º	Folhas
Dezembargadores, Ministros de justiça, e officiaes da Fazenda não se lhes podem tirar as occupaçoens, nem delles devassar, ainda que o mereção, sem primeiro se dar conta a ElRey	26	março	1743	116	25
Dezembargador sobre sua suspensão, e modo de proceder contra elle	30	março	1666	33	244
Dezembargadores, não podem ser nomeados em Goa, e forão bem glozadas as suas cartas	5	abril	1662	28	166
Dezembargadores não podem ser chamados os de fora para o serviço, enquanto houver outros em actual exercicio	31	março	1758	131	49
Dezembargadores findos os seus seis annos, não os pode o V. Rey demorar, e porque demorou hum, se mandou pagar pela fazenda do V. Rey os ordenados, que venceo; chegando alguns do Reino, e não tendo lugar vago para entrarem, vence logo ordenado	6	novembro	1716	83	112
Dezembargadores, findos os seus seis annos fiquem servindo até a chegada dos seus successores, sendo advertidos a despacharem com brevidade	13	abril	1723	89	238
Dezembargadores que houverem de de servir officios na relação de propriedade, tirem cartas	20	março	1717	83	18
Dezembargadores, não tencionem dois na mesma caza de agravos ..	20	março	1717	83	15
Dezembargadores, apesar de terem acabado o seu tempo, e estarem fóra da relação, pôde o V. Rey prefazer com elles o n.º, e vencerão ordenados, proes, e precalços ..	13	abril	1728	95	120
Dezembargador, depois de nomeado em alguma serventia da Relação não deve ser removido, sem concorrer no provido alguu impedimento	3	março	1729	96	44
Dezembargadores, sobre o modo de succederem nos lugares da Relação, e que havendo duvida se dicida por assento	15	abril	1736	105	245

(Continúa)

O ORIENTE PORTUGUEZ

7.º ANNO. 1910

N.ºs 11 e 12

— Novembro e dezembro —



UMA TRAGEDIA NA CIDADE DE GOA

EM 1694

Continuação dos n.ºs 9 e 10, pag. 267)



morte do general fizéra dilatar alguns dias a sabida da armada, pelas difficuldades em que o vice-rei se viu na escolha de quem havia de substituir Antonio Machado; mas, em todo o caso superando-as, foi ao Norte, donde recolheu a Goa em abril de 1695, entre victorioso e desbaratado, porque á felicidade do combate naval de Rajapór, se seguira o medonho naufragio de Versova, que o Conde de Villa Verde attribuia á sua propria desgraça.

Do Norte transmittiu o vice-rei á Côrte a noticia do assassinato, enviando a carta por terra, da qual não ficou registo na secretaria. Fôra uma participação breve, pois os trabalhos, em que por então andava, não tinham dado logar a que a fizésse com todos os pormenores. Aproveitou, pois, a monção subsequente para enviar as devassas que havia mandado tirar sobre o caso, com um relatório circunstanciado que vamos trasladar fielmente. É uma pagina triste para a historia de Goa, mas bem escripta, em linguagem concisa e expressiva, sobria e classica, que nenhum historiador dos nossos dias teria duvida em subscrever.

Diz o Conde de Villa Verde a Sua Magestade em carta de 8 de dezembro de 1695 :

«A 30 de dezembro de 1694, de tarde (tempo em que se andava o general despedindo, porque dali a dous dias havia sahir comigo na armada) sabendo Tristão de Mello que elle estava na cidade, e que recolhendo-se por terra havia precisamente passar pela porta do padre Joseph da Silva Maciel, inimigo capital do dito Antonio Machado, e em cuja casa havia tempo que Tristão de Mello assistia, e a que o dito padre Joseph da Silva Maciel com todas as forças e suggestões impellia para a vingança, mandarão pôr vigias que esperassem ao general, e déssem aviso de quando se recolhia.

Tendo noticia de que elle chegava, da janella do dito padre Joseph da Silva Maciel lhe derão o primeiro tiro, e no mesmo instante sahio della Tristão de Mello com uma clavina e hum espada, tendo de reserva em hum casarão velho junto das casas do dito padre gente de escolta para lhe acudir, e avistando-se com o general lhe deo hum tiro com a clavina que levava, que elle com todo o valor recebeo, e tirando pela espada já bem ferido, investio com o dito Tristão de Mello, que, pelo achar armado, o buscou com hum talho pela cabeça, e o botou no chão, onde lhe metteo a espada de sorte que a cravou no chão,

e torceo a ponta. Neste fragrante a gente que tinha no casarão, que, conforme as noticias até aqui, erão alguns carranes e cafres, lhe derão mais tiros, com que o general já desfallecido foi recuando tres passos buscando o seu palanquim, sobre o qual cahio morto.

Tinha sobre o peito hum a ferida, e o ventre todo passado com varias feridas até ás costas. Tristão de Mello com hum a grande ferida na cabeça, outra em hum a mão, e outra ferida leve, se recolheo com muito trabalho ao casarão, que tinha pela parte de traz fuga aberta para hum oiteiro, por onde o levarão ás costas os cafres, e o meterão na cerca do arcebispo primaz, conforme ao depois tive noticia.

No mesmo acto se achou o dito padre Joseph da Silva Maciel com hum bacamarte, porém não consta que atirasse com elle, mas hia sem duvida em ajuda de Tristão de Mello, e cahido o general no palanquim, se chegou a elle dizendo que lhe apertasse a mão, o que o general não fez ao dito padre, e foi muito estranhado que, sendo elle a total pedra do escandalo, arrojando-se a hir com hum bacamarte á pendencia, fosse tomar a mão ao ferido, que ainda que estava desaccordado, era mais incitar-lhe o odio, e arriscar-lhe a salvação, do que dar-lhe remedio para ella. Depois chegou hum religioso dominico ao dito general, que ainda lhe apertou a mão, e lhe deu sinaes com que o absolveo.

Achou-se tambem entre as primeiras pessoas que acudirão, o desembargador Antonio Pinheiro de Faria, que tambem era companheiro do padre Joseph da Silva Maciel, e morava com elle na mesma casa, porem não sahio della á pendencia, senão da de Luis Francisco Coutinho com quem estava conversando, visinho de paredes meias com o dito padre, e á culpa em que incorreo este ministro foi de não prender Tristão de Mello, podendo como muitos dizem, e pegando hum sargento em hum cafre, que alguns dizem ser hum dos matadores, o dito ministro

o fez soltar, dizendo que era criado do dito Luiz Francisco, circumstancia que com mais expressão consta das devassas.

Logo me chegou a noticia com as circumstancias que relato, e mandando ao capitão da cidade Lourenço da Cunha Sottomayor, com quem me achava naquelle tempo, a prender os delinquentes, o qual não achando já Tristão de Mello, prendeo por minha ordem ao dito desembargador, e ao dito padre Joseph da Silva Maciel, que estavam em casa.

Das duas devassas que mandei tirar deste caso, cujos treslados a V. Magestade remeto, constarão as mais circumstancias do crime, e a culpa que resultou ás pessoas que tenho presas, por elle Tristão de Mello passar para Bombaim aonde fica. O padre Joseph da Silva Maciel está preso na fortaleza de Aguada, remettido ao arcebispo, e sobre elle darei em outra individual conta a V. Magestade.

No que toca ao desembargador, fica preso, e correndo o seu livramento, por que me pedio o mandasse sentenciar, e pareceo-me rezão o mandalo prender, assi pela culpa que constava da devassa, como porque as isenções e privilegios, que V. Magestade dá a estes ministros, não se entendem a poderem fazer delictos, e concorrer nelles, sem haver poder nos v. reis para os prender» (1).

~~— 310015 —~~

Com este relatorio do vice-rei fica o leitor habilitado a rectificar o que escreve Manucci, e a conhecer tambem os autores e cumplices do assassinato. Mais havia, porém, como elucida a carta que de Baçaim havia escripto o vice-

(1) L.º n.º 59, fl. 223, — Bol. n.º 90 de 1864.

rei á Corte em 24 de março do mesmo anno de 1695, na qual, dando conta dos cabos que tinha nomeado para a armada do Estreito, dizia :

«Por morte de Antonio Machado de Brito vagou o posto de general do Estreito, e cuidando eu no provimento deste lugar, me embaraçou a circumstancia de sua morte, porque os soldados de quem era bemquisto, conheciam a inimizade que com o defunto general tinham os que estavam a caber a este posto ; e, ainda que em Dom Vasco Luis Coutinho ⁽¹⁾ concorrão muitas rezões pera o prover neste lugar, não sendo de parcialidade contraria ao Machado, mas comtudo não corria com elle, nem era de nenhum modo seu amigo.

Luis de Mello de Sampayo, que era outro opositor, tinha contra si o ser cabeça da parcialidade dos Mellos, e ainda que pelo exame que flz, o não achasse haver intervindo na morte do general, não se livra comtudo do odio dos soldados, por se persuadirem a aconselhára, e pelo seu appellido, que pera com os reinos se tem feito odioso, esta foi a rezão de me resolver a fazer hum capitão-mór para a armada do Estreito, e prover neste lugar a Francisco Pereira da Silva, tirando-o do posto de capitão e castellão de Dio, pera onde o tinha mandado...» ⁽²⁾

Haviam de ser, pois, muitos os que tinham odio de morte ao general e entraram na conjuração do attentado. No emtanto, temos apenas os nomes de Tristão de Mello, do padre José da Silva Maciel, do desembargador Antonio Pinheiro de Faria e de Luis de Mello de Sampayo, aos quaes deverá acrescentar-se o de Antonio da Cunha de Mello.

(1) Irmão do governador D. Rodrigo da Costa. Exerceu altos postos e cargos. Em varias cartas o Conde de Villa Verde encareceu e recommendou a S. M. os merecimentos e serviços de D. Vasco.

(2) L.º cit., fl. 259,—Bql. n.º 73.



Tristão de Mello de Sampaio (era este o seu nome por inteiro) era um official de muito valor, pertencente á nobre familia dos Mellos de Sampaio, desde muito estabelecida em Baçaim e Goa. Fôra general do Norte, crêmos que antecessor de Antonio Machado de Brito. Do procedimento que teve n'esse cargo mandára o Conde de Villa Verde tirar devassa pelo desembargador Domingos Dourado de Oliveira. Da devassa lhe resultou culpa, de que, porém, ficou livre por sentença da Relação. Era um dos pretendentes a conselho do Estado, quando commetteu o assassinato; fugiu seguidamente para Bombaim. Ainda não logramos saber do seu destino final.



O padre José da Silva Maciel é que teve papel importante no caso. Era ao tempo clérigo do habito de S. Pedro (presbytero secular) e não sabemos se teria sido religioso dominicano, expulso da ordem, como diz Manucci. Fôra secretario do Estado desde 1691 a 1693, deixando este cargo quando chegou do reino, com o Conde de Villa Verde, por secretario o infeliz Roberto Villouy Rey. (1) Parecerá hoje extranho que um clérigo tivesse desempenhado semelhantes funcções; mas o facto não foi sem precedente proximo. O padre Luis Gonçalves Cotta foi também secretario do Estado desde 1677 até 1691, em que entrou na governança do Estado por via de successão.

(1) Endoideceu poucos mezes depois de estar na India, e, por isso, ficou recluso no convento da Madre de Deus, donde um dia fugiu para Pondá e se mettu nos matos, salvando-se dos perigos que corrêra graças a um seu criado indigena e a um dessae. Trazido de lá á força, foi recolhido ao hospital real, donde foi embarcado para o reino na monção de 1695.

Ódio velho e profundo separava o padre Maciel do general Antonio Machado, não descobrimos ainda porquê; diz-nos Manucci que a lingua solta do general não poupava sequer os padres; talvez pertencesse ao numero dos injuriados o padre Maciel. Mas, se assim é, tambem o padre não estaria n'este particular em divida para com o outro, pois até do pulpito o assestára no anno antecedente com uma satyra, a que se seguiu um pasquim que se suspeitou com fundamento ser obra sua: dil-o o vice-rei n'uma das cartas para Sua Magestade, dirigiu na monção de 1694:

«... Pregando na capella o padre Joseph da Silva Maciel, do habito de S. Pedro, sem respeito a que eu estava presente, com o motivo das queixas que tinha contra o general Antonio Machado de Brito, lhe fez huma horriavel satyra, e dali a tres dias pareceo na porta do convento de S. Agostinho, junto ao qual o dito Joseph da Silva morava, hum pasquim que para a mesma materia entre outras conduzia, e como as cousas do general entre os seus parciaes e os seus inimigos, hum dos quaes he notoriamente este clérigo, estavam em grandes contingencias, tratei de as evitar nos seus principios, e como a inimizade, o sermão, e outras circumstancias carregavão para o pasquim contra o clérigo a suspeita, o mandei meter alguns dias na fortaleza de Aguada, e lhe dei busca por mi mesmo, sem fiar de outrem, nos seus papeis, que mandei trazer pelo ouvidor geral do crime Gregorio Pereira Fidalgo: não achei nele indicio, com que lhe crescesse a culpa, e mandei logo soltalo; porém esta demonstração acobardou muito as duas parcialidades, porque a dos contrarios do general se suprimio de maneira, que não chegou áquelles termos, a que com grande damno chegaria a eu não usar com tanta severidade.» (1).

(1) L.^o n.^o 58, fl. 324,—*Bol.* n.^o 60.

Crêreis, leitores, que um ministro do altar tivesse da tribuna sagrada arremessado uma satyra, esquecido do que devia a si proprio e do lugar e occasião em que fallava?! Mas, estava então e desde muito em uso converter o clero os pulpitos em arena de investidas atrabiliárias, em vasadouro de apódos affrontosos,— por outra, os pulpitos faziam n'aquelles tempos o papel de certa imprensa moderna, que o calor das paixões fomenta, a curiosidade leviana explora e a avidez do escandalo incita, mas que todos os homens de bem lastimam, detestam e condemnam. Os superiores hierarchicos mantinham-se indifferentes a estes desacatos, ruins e demoralisadores, se não eram os proprios que animavam e aconselhavam esses contendores de sotaina em combate desigual! Uma anarchia nos espiritos que tinham obrigação de esclarecidos e serenos, uma deploravel fallencia da noção dos preceitos evangelicos! Para comprovar o nosso asserto, citaremos de passagem alguns casos, sendo um ainda contemporaneo da satyra do padre Maciel.

Em carta de 7 de novembro de 1632, informando a Côte o vice-rei Conde de Linhares da questão levantada entre os padres da Companhia e os frades de S. Agostinho acerca da procissão dos Passos na cidade de Goa, e da maneira por que a tinha composto, dizia que os augustinianos de tal modo se haviam com elle malquistado pela resolução tomada, que se envergonhava de communicar a Sua Magestade as deshonras que sobre o assumpto lhe disseram do pulpito ⁽¹⁾.

A esta carta respondeu el-rei que mandava escrever ao arcebispo que extranhasse a decomposição, com que no pulpito haviam os seus religiosos fallado da pessoa do vice-rei, o qual, ainda dois annos depois, tornava a referir

(1) *O Chronista de Tisuary*, I, 278.

semelhantes insolencias, com estas palavras de bom humor e desdém que fielmente trasladamos :

«Não só por esta causa (a procissão dos Passos), mas por qualquer que lhes vem á vontade, dizem cousas mal ditas os frades nos pulpitos, de que pela parte que me tira, me não dá nada. Não entrão nesta os da Companhia, porque são muy moderados ainda contra aquelles que nos mesmos pulpitos pregão claramente contra elles : e está tão introduzido na India, Senhor, este modo de des-honrar nos pulpitos, que o não fazem (não fazem só ?) contra pessoas maiores, senão de particular a particular. Os prelados emendão mal isto, e ainda ha quem affirme (e alguns religiosos de diferentes ordens me disserão) que os seus mesmos prelados lhes mandavão que pregassem suas raivas e paixões». (1).

As flôres da oratoria exhalavam, pois, venenos que viciavam profundamente a atmospheria social. Com tão funestos e immoralissimos exemplos de vindictas profanavam os templos os que deviam, por natural obrigação, mostrar aos fieis o caminho da montanha em cujo cimo explende a verdade, illuminada pela fé, pela esperanza e pelo amor!

Os maus exemplos propagam-se facilmente, e o padre José da Silva Maciel seguiu na esteira dos fundibularios do pulpito. Mas, ha mais, — teve quem proximamente e a breve trecho o imitasse.

Em 1692 arderam em renhida contenda os franciscanos da provincia de S. Thomé da Observancia com o seu proprio provincial, fr. Pedro dos Anjos, e tendo os frades recorrido para os ministros de despacho, fr. Pedro foi por elles sentenciado com pena de exterminio, e, por isso, o

(1) Ib., 310.

Conde de Villa Verde o mandou, na monção do anno subsequente, para o reino. Deixava o provincial afferrados parciaes em Goa e, após a sua sahida, continuaram mais violentas as discordias entre os franciscanos, fomentadas de religiosos de outras ordens, com excepção dos da Companhia de Jesus.

Procurou o vice-rei decidil-as de vez, e havendo n'este intento convocado uma junta de todos os ministros e mestres das religiões, mandou executar o que por maioria de votos, que eram tambem os de melhor conceito, se tinha vencido. Poucos dias depois, no domingo das tentações (quaresma de 1694), fr. Pedro da Trindade, religioso dominicano, um dos que tinham feito parte da junta, estando a pregar na sé cathedral, satyrisou com toda a clareza e a mais viva paixão o que na junta se tinha deliberado, offendendo os ministros e os mais que contra o seu parecer haviam n'ella votado. Um escandalo monumental, que, a pedido do vice-rei, foi punido pelo prelado de S. Domingos com a prisão do desinvolto orador na cella e mais castigos da religião, de que, porém, foi alliviado com o consentimento do proprio vice-rei. ⁽¹⁾

Desculpem-nos os leitores esta pequena digressão. Quizémos apenas frisar um dos aspectos do estado social da epoca. E tornemos ao padre Maciel.

(*Continúa*)

J. A. ISMAEL GRACIAS.

(1) Cit. L.^o n.^o 58, fl. 324, — *Bol.* n.^o 60.

VESTES CANONICAES E CORAES

DA

Sé Patriarchal de Goa

Documentos

I



unctis ubique sit notum quod anno a Nativitate Domini Nostri Jesu Christi 1805, die vero 14 Augusti, Pontificatus autem SSmi. Domini Nostri Pii P. VII anno sexto, Ego Officialis Deputatus vidi et legi quasdam Litteras Apostolicas in forma Brevis sub Annulo Piscatoris expeditas tenoris sequentis videlicet.

Pius Papa VII. — *Ad perpetuam rei memoriam.*

Romanorum Pontificum Praedecessorum Nostrorum vestigiis inhaerentes illud interdum concedendum esse dicimus, ut Viri Altissimo in Templis magis famulantes, atque almae Sionis Aemuli divinas Laudes quotidie persolventes peculiaribus, at ad eorum munus exprimendum aptis utantur indumentis, quo ipsi vel per externas vestes excitati internarum virtutum splendore in Domo Dei prae-lucere conantur. — Cum itaque, sicut Nobis nuper Dilecti Filii Capitulum et Canonici Ecclesiae Metropolitanae Goan.

exponi fecerunt Metropolitana ipsa antiquitatis laude, quae est magni momenti, Templi, ejusque circumferentiae structura, supelectilium copia, sacerdotum probitate et doctrina populique frequentia, ac devotione valde floreat, multum splendoris ad ipsam accederet, ac Divinus Cultus, Fideliumque devotio majora ibi incrementa susciperet, si ejusdem Metropolitanae Dignitates, et Canonici nova aliqua honorificentia per Nos, et hanc Sanctam Sedem donentur: Nobis propterea humiliter supplicare fecerunt, ut in praemissis opportune providere ac ut infra indulgere de benignitate Apostolica dignaremur:—Nos igitur horum supplicationibus inclinati, Modernis, et pro tempore existentibus in capitulo dignitati, seu dignitatibus et Canonici dictae Metropolitanae Ecclesiae, ut de consensu Venerabilis Fratris Moderni Archiepiscopi Goan. (1) pro *cotta*, quam adhuc subter *mozettam nigram* tela serica rúbra subsutam deferre consueverunt, *rochetum manicatum*, et eandem *mozettam*, tam in Ecclesia praefata, quam extra eam (2), in quibusque Processionibus, aliisque functionibus, et actibus publicis quibuscumque gestare, illisque uti libere et licite possint, ac valeant Auctoritate Apostolica tenore praesentium concedimus, et indulgemus, dictosque Dignitates et Canonicos desuper a quocumque impediri, molestari, et perturbari nullatenus posse, ac irritum et inane si secus super his a quoquam, quavis

(1) Arcebispo D. Fr. Manoel de S. Catharina.

(2) As primitivas insignias dos conegos da sé de Goa, que continuaram até ao anno de 1697, pelo menos, eram *murça preta* sobre a *sobrepeliz*. Não nos foi possível fixar, ainda aproximadamente, a época em que os capitulares começaram o uso da *cota* e *murça*, pois nos archivos do cabido não se encontra documento algum a este respeito.

As insignias coraes dos priores e benedicados das collegiadas de N. Sr.ª do Rosario (Goa), Damão e Diu eram—*murça preta* sobre *sobrepeliz* ou *cota*.

Em 1862 o prior (encomendado) da collegiada de Diu, Manoel da Expectação e Sousa, requereu á autoridade ecclesiastica o uso das insignias, que a santa sé havia concedido, pelo breve de 1805, como um privilegio exclusivo e privativo aos capitulares de Goa. Escusado é dizer que, após a resposta bem fundamentada do cabido, foi indeferida a pretensão.

auctoritate scienter vel ignoranter contigerit attentare, decernimus ac declaramus: non obstantibus constitutionibus et ordinationibus Apostolicis, ac dictae Metropolitanae Ecclesiae etiam juramento confirmatione Apostolica vel quavis firmitate alia roboratis statutis, et constitutionibus, privilegiis quoque, Indultis, et Litteris Apostolicis in contrarium praemissorum quomodolibet concessis, confirmatis et innovatis, quibus omnibus et singulis illorum tenoris praesentibus pro plene et sufficienter expressis, ac de verbo ad verbum insertis habentes, illis alias in suo robore permansuris ad praemissorum effectum hac vice dumtaxat specialiter, et expresse derogamus, caeterisque contrariis quibuscumque. — Datum Romae apud Sanctam Mariam Majorem sub Annulo Piscatoris die XXX Julii MDCCCV Pontificatus Nostri Anno Sexto. — Pro Domino Cardinali Braschio de Honestis Bernius, Substitutus. — Loco + Annuli Piscatoris.

Quibus Litteris Apostolicis inspectis praesens transumptum subscripsi praesentibus DD. Antonius Ligolini, et Josepho Moncada, Testibus.

Estão assignados todos respectivos.

Expedido pela Direcção, e se junta a conta, que toda a despeza importa duzentos quarenta e nove mil réis, e seicentos sincoenta réis. ⁽¹⁾ Lisboa 11 de setembro de 1805. — *Oliveira.* — *Ph. Belli et Ih. Faccioli.* ⁽²⁾

Senhor. — Diz o Cabido da Igreja Metropolitana de Goa, que elle impetrou da Santa Sé o Breve incluso, pelo qual se lhe concede o uzo de roquete debaixo da murça, em lugar da cotta, de que athe o presente uzava. E para se executar, Pede a Vossa Alteza Real o seo Regio Beneficito, — E R. M.

⁽¹⁾ A despeza total importou em 1 500 xerafins.

⁽²⁾ A consecução d'este breve deve-se aos esforços do padre Joaquim Francisco da Piedade Figueiredo, natural de Loutulim, e conego da sé de Goa.

O Principe Regente Nosso Senhor Ha por bem acordar o seo Real Beneplacito ao Breve para poder uzar de roquete debaixo da murça, expedido a favor do supplicante, para que se possa executar. Palacio de Queluz em 12 de setembro de 1805.—*Conde de Villa Verde*

Cumpra-se na forma do Breve. Palacio de Goa a 5 de janeiro de 1807. *D. Fr. Manoel de Santa Catharina*, Arcebispo Primaz do Oriente.

Este Breve Apostolico, Beneplacito Regio, e cumpra-se de S. Ex.^a R.^{ma} estão bem e fielmente copiados, sem acrescentar, nem diminuir conza que duvida faça, aos que me reporto. Goa 6 de janeiro de 1807.—O conego *Christovão Collaço*. (1)

II

Para extirpar os abusos, que se haviam introduzido no tocante ao habito talar e insignias coraes dos beneficiados menores e outro pessoal da sé, o cabido viu-se na necessidade de determinar o seguinte, que sancionou sob pena de apontar a perda correspondente á respectiva *Hora canonica*:

«*Quanto aos clerigos*: — 1.º que todos os clerigos desta cathedral usem de meias, que cheguem até os joelhos; 2.º que todos os beneficiados tragão na lôba matéo ou sobre-gola, e sobre-mangas fechadas, mas sem botões, a não ser de quartanarios para cima, que tenha sido collado; 3.º que fica prohibido o uso de fôrro encarnado, amarello, verde ou de côres variegadas, nas lôbas, sobre-golas e barretes, cuja altura não passará de meio palmo;

(1) Natural de Rachol, apresentado em 21 de janeiro e confirmado em 25 do mesmo mes, (1804).

4.º que todos no côro trarão fivelas de prata ; 5.º que nenhum, a não ser capitular, desembargador, ou constituido em dignidade, poderá usar dentro ou fóra da sé de solidéo e anel ; 6.º que os que usam de cotas, as tragão em mangas, cujo circuito seja ao menos de 2 palmos, e a renda das ditas cotas, ou qualquer outro estofa com que forem guarnecidas, não exceda a um palmo.

« Quanto aos empregados seculares, que usão de lóba e sobrepeliz ⁽¹⁾ nas funções ecclesiasticas, e que muitas vezes entrão nas fileiras do clero, determina o cabido debaixo da referida perda, que tragão meias pretas e cumpridas, çapatos com corréas sem serem abotinados. cabello curto, e que tirem do dedo os aneis, se os tiverem ». ⁽²⁾

Contra esta portaria réclamaram perante o governo geral tres beneficiados menores ⁽³⁾, os quaes, mais tarde, foram promovidos a conegos e vieram a ser ornamentos da corporação capitular. E' datada de 17 de dezembro de 1851 a resposta do cabido, que causticou com severidade as allegações da reclamação.

III

Leo PP. XIII. — *Ad futuram rei memoriam.*

Pontificum Romanorum Praedecessorum Nostrorum vestigiis haerentes, Ecclesiasticis Viris, qui in Templis maxime conspicuis ministerii sui partes obeunt, peculiari-bus insignibus pro re ac tempore cohonestare solemus, ut ipso habitu prodant quantum amplitudine ac dignitate

⁽¹⁾ Os altareiros e os cantores da capella da sé.

⁽²⁾ Portaria ou edital de 7 de maio de 1851.

⁽³⁾ O protesto é datado de 30 de outubro de 1851. O governo enviou o protesto para a informação do cabido (officio da secretaria geral, n.º 314 de 1 dezembro 1851).

caeteris antecellant, et christianae plebis obsequium sibi magis magisque concilient. — Jam vero cum post nuper per Nos erectam ⁽¹⁾ in Orientalibus Indiis Episcopalem Hierarchiam, evectumque ad dignitatem Patriarchae *ad honorem* Archiepiscopum Goanum, ipse hodiernus Goanus Antistes, Venerabilis Frater Antonius Sebastianus Valente, supplices preces Nobis humiliter porrexerit, ut ad decus Capituli illius Metropolitanae Ecclesiae augendum concedere ipsi dignaremur quaedam privilegia, quibus participes quodammodo fiat singularis honoris Archiepiscopo concessi per dignitatem Patriarchae Indiarum Orientalium; — Nos votis hujusmodi annuendum, quantum in Domino possumus, censuimus. — Quae cum ita sint, omnes et singulos, quibus Nostrae haec Litterae favent, peculiari beneficentia prosequi volentes et a quibusvis excommunicationis et interdicti aliisque ecclesiasticis sententiis, censuris et poenis quovis modo vel quavis de causa latis, si quas forte incurrerint, hujus tantum rei gratia absolventes et absolutos fore censentes, de Apostolica Nostra Auctoritate, vi praesentium in modum perpetuum concedimus: — primum, ut canonici Ecclesiae Metropolitanae Goanae gestare queant vestem talarem globulis, ocellis et fimbriis rubri coloris ornatam, necnon zonam ac tibialia pariter coloris rubri ⁽²⁾; — ut *beneficiarii* et *clerici beneficiarii* qui respective *canonici dimidiaae praebendae* ⁽³⁾ et *quartanarii* ⁽⁴⁾ vocantur, uti possint *roche-*

(1) A hierarchia da India foi creada pela constituição *Humanae Salutis*, de 1 de setembro de 1886.

(2) O arcebispo D. João Chrysostomo de Amorim Pessoa, pelo seu decreto do anno de 1868, concedera aos conegos o uso de volta ou gola *roxa*.

(3) A *Bulla Aequum reputamus*, 3 nov. 1534, havia fixado em 12 o numero dos conegos, além do deão e 4 dignidades. Mas, as prebendas canonicas foram reduzidas a 10, desdobrando-se as restantes duas em 4 *meias-prebendas* e creando-se os *meios-conegos*, cuja existencia, pois, remonta á origem da cathedral.

Pelo decreto de 20 de novembro de 1894 o patriarcha Valente erigiu em *Penitenciaria* uma das 10 cadeiras canonicas.

(4) O regimento de 1565 não faz menção dos *quartanarios*. E' certo, porém, que a sua criação é anterior ao anno de 1614, em que foi decretado o *Regimento do cabido*.

rochetto ⁽¹⁾ quali nunc, vi antiquae concessionis Apostolicae Canonice utuntur ⁽²⁾. Tandem ut *capellani cantores* superpelliceo impositam nigri coloris mozetam gerere item possint ⁽³⁾. Decernentes praesentes Litteras firmas, validas et efficaces existere et fore, suosque plenarios et integros effectus sortiri et obtinere, illisque ad quos spectat et spectare poterit in omnibus plenissime suffragari, sicque per quoscumque iudices ordinarios et delegatos judicari et definiri debere, atque irritum et inane si secus super his a quoquam, quavis auctoritate scienter vel ignoranter contigerit attentari. Non obstantibus Apostolicis caeterisque contrariis quibuscumque. — Datum Romae apud S. Petrum sub Annulo Piscatoris die XVII Maii MDCCCLXXXVII Pontificatus Nostri anno decimo.

Arcebispo de Goa— N.º 358.— Ill.^{mo} e R.^{mo} Sr. — Deferindo a Nossa supplica, dignou-se o SS.^{mo} Padre Leão 13 conceder, na data de 17 de maio do corrente anno, as seguintes graças e privilegios a essa respeitavel corporação: 1.º As dignidades e conegos podem usar habito talar ornado com botões, casas e orlas de côr vermelha, e bem assim, cinto e meias da mesma côr vermelha ⁽⁴⁾. — 2.º Os meios conegos e quartanarios poderão usar, sob a murça, roqueta exactamente da mesma fôrma e dimensões, que o que usam actualmente as dignidades e os conegos — 3.º Os capellães-cantores poderão usar murça inteira-

(1) Os conegos meio-prebendados e os quartanarios usavam cota e murça.

(2) Breve de Pio VII, 30 julho 1805.

(3) Os capellães usavam sobrepeliz.

(4) Desde tempo immemorial os capitulares fazem uso de *annel*. Não se encontra algum documento que tenha concedido este privilegio, mas vê-se das *Constit. do Arcebispo*, liv. 3, tit. 1, constit. 2.^a, ser permitido o uso.

Os capitulares usam tambem, e desde tempos immemoriaes, o *solidéu*. Deve ter havido, certamente, alguma concessão.

É tambem immemorial, sem que, se possa, todavia, produzir algum documento, o uso da *capa magna*, que nas funcções funebres e durante a semana santa, usam os capitulares, os conegos de meia prebenda e os quartanarios

mente preta sob a actual sobrepeliz redonda. (1)— Determinamos que esta murça seja não de seda mas de lã. Sirva-se v. sr.^a na primeira sessão capitular que houver, communicar ao Ill.^{mo} e R.^{mo} Cabido esta graciosa e honrosa concessão da S. Sé com declaração que todos têm a faculdade de usar desde já, independentemente de instrumento publico que oportunamente remetteremos, para o consignar do modo mais authentico e permanente.—Estas graças pontificias, que por emquanto nos pareceu sollicitar da benevolencia com que nos trata, postoque imerecidamente, o Chefe da Igreja, devem contribuir, nós o esperamos, para confirmar n'essa illustre corporação os sentimentos de gratidão, obediencia e acatamento, de que se acha felizmente animada, para com a sagrada pessoa do Successor de S. Pedro, centro necessario e indefectivel da unidade catholica.—Deus guarde a v. sri.^a.—Séminario de Rachol, 11 de julbo de 1887. — + Antonio, Arcebispo Primaz, Patriarcha das Indias — Ill.^{mo} e R.^{mo} Sr. Presidente do Cabido da Sé Patriarchal de Goa (2)

Conego FRANCISCO XAVIER VAZ

(1) Os serventuarios não ficam comprehendidos n'esta concessão.

Os meninos do côro continuam usar batina vermelha e cola; e os portamaças, batina e capa roxa.

(2) Mesmo fóra da sé, os capitulares e os beneficiados, collectiva ou individualmente, podem usar as suas insignias (off. do Patr. Valente, n.º 26 de 5 de julho 1905).

UM NATURALISTA PORTUGUEZ EM GOA NO SEculo 18.^o

(Continuação dos n.º 9 e 10, pg. 294)



está claro, portanto, que Galvão da Silva não é um unico no campo. O seu trabalho, comparado com os dos que o precederam ou lhe succederam, é insignificante, mas tem, contudo, o seu merito especial, quando considerarmos que foi feito em pouco tempo, sem auxilio de livros autorisados e n'uma epocha em que a classificação das plantas, segundo o systema sexual linneano, estava apenas iniciada. O opusculo de Galvão da Silva certamente pertence tanto á sciencia, como á historia.

O naturalista fôra nomeado ⁽¹⁾ em 1 de abril de 1783, secretario do governo da «capitania» de Moçambique, levando debaixo da sua inspecção Antonio Gomes, *riscador*, e José da Costa, *jardineiro botânico*. Os tres deviam vencer ao serviço de Sua Majestade, o primeiro o ordenado que então competia ao referido cargo de secretario, e cada um dos outros o ordenado de 300 mil réis por anno, com a obrigação de se empregarem em explorar as produções historico-naturaes d'aquella «capitania», e remetter para

(1) Carta do secretario d'Estado, Martinho de Mello e Castro, ao Governador da India, D. Frederico Guilherme de Souza, publicada por Cunha Rivara juntamente com o opusculo e outros documentos.

Lisboa os exemplares de tudo o que fosse de interesse, na conformidade das instrucções dadas pela Academia Real das sciencias.— «Pareceo, porém, a Sua Magestade que os referidos, antes de se estabelecerem em Moçambique, fossem em direitura a esse Estado, para nelle fazerem todas as observações, e recolherem todas as producções que poderem descobrir, e nesta intelligencia v. s.^a lhes determinará, e regulará os sitios e lugares onde hão de hir, fazendo-os communicar com o coronel Assa, e Charmon ⁽¹⁾, para aproveitarem o tempo que ali se demorem, e extrahirem tudo o que se poder descobrir respe-

(1) «O grande Marquez de Pombal foi o primeiro que concebeu a idea de melhorar a agricultura d'este paiz, e levou a effeito o seu pensamento expedindo a Prov. de 21 ab. 1771 (Coll. Us. l. p. 2. n. 5).—Todavia os desejos do esclarecido estadista só vingaram em 1776 com a creação de intendente d'agricultura, e providencias accordadas em seguida, para tirar essa industria da abjecção, em que estava, fazendo conhecer, pelos effeitos praticos, as vantagens que ella offerece, e vulgarisar a agronomia, que era pouco conhecida. O pensamento soffreu, é verdade, grande opposição, que foi mister debelar com varas de ferro. Os primeiros ensaios dependeram tambem de esforços superiores, acompanhados de pesadas multas e prisões; e ainda que o seu resultado não correspondesse, ao principio, ás grandes esperanças, serviu contudo, de incentivo para afugentar as ideas oppostas, dar o devido valor á concepção do grande ministro, e conseguir dest'arte augmentar a agricultura do paiz, e melhorar a sorte dos seus habitantes. Durante a intendencia, foram successivamente nomeados 7 intendentes; 1.º O coronel *Gustavo Adolfo Hercules de Charmon*; 2.º *Simeão Rodrigues Moreira*; 3.º *Pedro Moraes Correa*; 4.º dr. physico-mór *Antonio José de Miranda e Almeida*; 5.º coronel *Manoel Carlos da Cunha*; 6.º dr. physico-mór *Antonio José de Lima Leitão*; 7.º conselheiro *Bernardo Peres da Silva*. (Este ultimo não exerceu o lugar, mas sim o seu ajudante C. R. da Costa). E, conquanto acerca dos primeiros seis d'estes agentes, hum documento official datado de 14 de março de 1823 (monç. 201, pag. 180) diga o que se segue = Os 2 primeiros, ainda que com muito poucos conhecimentos de hum objecto de tanta importancia, suppriram esta falta com a força de seu engenho, e energia, de que eram dotados, com experiencia adquirida no paiz, de modo que no seu tempo floresceu consideravelmente a agricultura — o 3.º e 5.º não possuiram as qualidades precisas — o 4.º e 6.º tinham, de certo, conhecimentos mas nada fizeram =, todavia é força confessar, que nem por isso a inacção dos ultimos dois, empeceu, por certo, o estimulo dado, a tanto custo, como se deduz do quadro comparativo do estado d'agricultura em 1729 1777-1787-1805, (vid. vol. 2.º pag. 140), — *Esboço de hum Diccionario Historico-Administrativo*, 4.º vol. do *Gabinete Litterario das Fontainhas*, por Filippe Nery Xavier — 1850; verb. *Apicultura*, pags. 101-102.

ctivo á historia natural, e de que deverão dar conta a v. s.^a para v. s.^a remetter a esta côrte com as observações que elles tiverem feito » ⁽¹⁾



Galvão da Silva com o debuxador e o jardineiro botânico, tendo sahido de Lisboa em abril de 1783, chegaram em Goa em dezembro do mesmo anno. O governador D. Frederico Guilherme de Souza avisou-os, logo á chegada, para se entenderem com os coroneis Assa e Charmont. Como este ultimo, que era o primeiro intendente da recentemente creada Intendencia de Agricultura, estivesse então gravemente doente, o governador determinou que o capitão ajudante de agricultura, Simeão Rodrigues Moreira ⁽²⁾, «pessoa habil e intelligente, com muito conhecimento do paiz e suas producções», lhes assistisse e os acompanhasse nas suas excursões pelas ilhas de Goa e adjacentes e pelas provincias de Pondá, Bicholim e Sanquelim ⁽³⁾ até aos Ghates. Os trabalhos de investigação scientifica duraram pouco tempo, porque o navio *S. Antonio Polifemo* devia partir, como effectivamente partiu, em 31 de janeiro de 1784, levando a bordo o naturalista e os seus dois companheiros. Galvão da Silva entregou ao governador as *Observações* e os exemplares historico-naturaes por elle recolhidos.

João Vito da Silva, tenente do mar da real armada e segundo commandante do navio *S. Antonio Polifemo*, declarou ⁽⁴⁾ ter recebido do «governador e capitão general da India, em caixote grande, outro dito pequeno, encapados, com a marca da margem ⁽⁵⁾ e hum latão grande

(1) Cit. carta do secretario d'Estado.

(2) Foi o 2.º intendente. Vide nota ⁽¹⁾ a pag 330.

(3) Bicholim e Sanquelim tinham sido reconquistadas ao Bounsuló em agosto de 1781, durante o governo do proprio D Frederico.

(4) Doc. n.º 4, publicado com o opusculo por Cunha Rivara.

(5) Essa marca era R.^a.

com a mesma marca, lacrado, em que vão algumas produções da natureza; tudo para entregar em Lisboa á ordem do ill.^{mo} e ex.^{mo} senhor Martinho de Mello e Castro, do conselho de Sua Magestade Fidelissima, ministro e secretario de Estado dos negocios da conquista e dominios ultramarinos».

Essa remessa consistia, segundo se deprehende do preambulo do autor, em exemplares de mineral metallifero ⁽¹⁾, pedras ⁽²⁾ e terras ⁽³⁾, plantas seccas ou um pequeno herbario, alguns peixes conservados em espirito de vinho e conchas, com as *Observações* e os debuxos de algumas plantas.

Com respeito aos trabalhos scientificos do naturalista, em Moçambique, diz Rivara na sua «advertencia»: «de pessoa competente temos informações de que nos registos da secretaria do governo daquella provincia ha um catalogo das plantas, que elle dalli enviara para o reino, onde deve existir a descripção das mesmas plantas, e as observações de que fosse acompanhada. No *Boletim e Annacs do Conselho Ultramarino*, n.^o 23 de abril de 1856, ha tambem uma pequena *Relação da viagem feita pelas terras da Manica* em 1788 pelo nosso autor. E a isto se reduz o que delle sabemos.»



O opusculo contém um preambulo e as observações sobre os reinos mineral e vegetal. Quanto ao reino animal, o autor faz sómente a descripção da concha margari-

(1) *Ferrum ochraceum*, *Ferrum haematites*, *Ferrum haematites lamellosum*, *Ferrum haematites compactum*, *Ferrum rubro-nigricans*.

(2) *Quartzum rupestre*, *Quartzum lacteum*, *Talcum ollare*.

(3) *Argilla bolus caeruleus lamellosa*, *Argilla rubra*, *Argilla mixta*, *Argilla colore carneo diluto*, *stris albis intertincta*, *Argilla porcellana?*, *Argilla bolus alba*.

tífera ou madreperola, e no preambulo diz — «Quoad vero conchas margaritíferas, verum est quasdam ad Chicalim, etsi diversae indolis, extrahi quae parvas, nulliusque pretii margaritas producunt.» Effectivamente em Chicalim e Mormugão havia antigamente a pescaria de perolas, ou aljofres. Quanto a esta ultima aldêa, a origem do seu nome confirma a observação, pois esse nome deriva do sanskritto *mukta*, aljofre — e *grama*, aldêa.

Apesar de Goa ser n'aquelles tempos um dos grandes mercados do Oriente para pedras preciosas e perolas, a pescaria de Mormugão foi muito pouco conhecida, ao contrario das afamadas de Manaar, Bahrein, Catifa, Djolfar e outras pescarias orientaes, provavelmente porque eram muito miudas e de valor inferior as perolas que ali se pescavam; ainda talvez fosse por essa razão e porque todo o proveito levava o commandante da praça, que essa pescaria foi abandonada. ⁽¹⁾

Encontram-se as perolas, mas de pouco ou nenhum notar, no interior de varios molluscos. Mas a verdadeira perola forma-se unicamente nas especies *avicula* (*meleagrina*) *margaritifera*, Tryon, ou *avicula* (*meleagrina*) *fucata*, Gould, e outras do genero *avicula*.

A descripção da concha de Chicalim feita pelo autor não corresponde á das conchas dos genero *avicula*, feitas na conchologia moderna.

As observações minerographicas são feitas pelo autor resumida e superficialmente, mas, ainda assim, não deixam de ser muito pertinentes. Não foram então, nem ainda são devidamente conhecidos os recursos geologicos do paiz, porque o seu sólo não tem sido scientificamente explorado. O minerio de ferro encontra-se em Baga, Satary, Perném e, especialmente, na provincia de Zambaulim ⁽²⁾. Nos dis-

(1) Cf. *Gabinete Litterario das Fontainhas*, vol. III, pag. 84—e *Oriente Conquistado a Jesus Christo*, vol. II, C. I; D. I, § 39.

(2) Cf. *An historical and archaeological sketch of the city of Goa*, por José Nicolau da Fonseca, pag. 5—e *Dictionary of the Economic Products of India*, por George Watt, vol. IV, pag. 510.

trictos limitrophes, ao norte e sul, de Goa—escreve mr. F. R. Mallet, *Superintendent of the Geological Survey of India*—o ferro é abundante em Savantvadi e Kanará. Diz-se que nas rochas metamorphicas de Ratnagiri existam *magnetite* e *hematite*, não se podendo asseverar que em Goa não existam taes minerios. O districto de Goa entra nas áreas ferrifera e manganifera do mappa geologico, não havendo, ou não tendo sido explorada outra qualquer riqueza mineral na mesma região. ⁽¹⁾



Quanto ao reino vegetal, Galvão da Silva enumera 163 especies de plantas, adoptando a descripção e a classification linneanas.

Com a moderna orientação botanica, podem apontar-se os enganos involuntarios em que o autor tem cahido na classification de alguns vegetaes.

Pag. 13 — *Curcuma rotunda*, que descreve e denomina—açafroa — é evidentemente *Kaemferia pandurata*, Roxb. (Fl. Br. Ind. VI, 220); scitaminea. A açafroa é *carthamus tinctorius*, Linn. (Fl. Br. Ind. III, 386), composita. Açafrão da India é *curcuma longa*, Linn. (Fl. Br. Ind. VI, 214); scitaminea. O açafrão da Europa é *crocus sativus*, Linn. (Fl. Br. Ind. VI, 276); iridea, indigena da Europa e cultivada na India na provincia de Kashmir.

Nyctanthes Sambac e *Nyctanthes undulata* que descreve com o nome de — *bogarim* — são *jasminum sambac*, Ait. (Fl. Br. Ind. III, 591); oleaceas. O nome vernaculo é *mogarim* e não *bogarim*, como dá o autor que não sei se a confunde com o jasmim bogari, *jasminum volubile*. *Nyctanthes hirsuta* do autor é *jasminum pubescens*, Willd. (Fl. Br. Ind. III, 592). *Jasminum ozoricum* é provavelmente jas-

⁽¹⁾ *Statistical atlas of India* (second edition), 1895, pag. 35 et seg..

minum auriculatum, Vahl. (Fl. Br. Ind; III; 600). O autor confunde a planta com *jasminum ozoricum*, Linn.—jasmim dos Açores.

Pag. 15—*Evonymus americanus* é *euonymus indicus*, Heyne. (Fl. Br. Ind. I, 608).

Convolvulus repens é *Ipomoea aquatica*, Forsk. (Fl. Br. Ind. IV, 240), ou *Convolvulus reptans*, Linn..

Pag. 16—*Co peserapa* ⁽¹⁾ é *Ipomoea bilaba*, Forsk. (Fl. Br. Ind. IV, 242) ou *convolvulus pescaprae*, Lin. *Frequens in litoribus Cochinis et Mormugani*, diz o autor ⁽²⁾.

Ipomoea quamoclit á que dá o nome de trepadeira, é a trepadeira de S. João.

Pag. 17—*Solanum edule* é uma das formas de *Solanum melongena*, Linn. (Fl. Br. Ind. IV, 235) Nas *Species Plantarum* de Linneu não se descreve *solanum edule*.

Solanum fuscum é provavelmente uma das formas de *Solanum indicum*, Linn., IV, 234.

Capsicum annum é certamente *capsicum frutescens*, Linn. (Fl. Br. Ind. IV, 239).

Capsicum baccatum não vem descripta nas *Species Plantarum* de Linneu. A descripção do autor é applicavel a *C. grossum*, Willd. (Fl. Br. Ind. IV, 239).

Hedera quinquefolia é *Vitis auriculata*, Roxb. (Fl. Br. Ind; I. 658).

Pag.—18 *Cerbera manghas* é com certeza *c. odollam*, Gaert. (Fl. Br. Ind; III 638). A *c. manghas* de Linneu é *tabernaemontana dichotoma*, Roxb. (Fl. Br. Ind. III. 645).

Plumieria (sic) *rubra*, á qual dá imprópriamente o nome de—flôr de Santo Antonio—é *plumeria acutifolia*, Poiret. (Fl. Br. Ind. IV, 641).

Nerium divaricatum é a *tabernaemontana coronaria*, Br. (Fl. Br. Ind. III, 646). E' conhecida pelo nome de flôr de Santo Antonio.

(1) Erro apagraphico ou typographico ; a palavra é *pes caprae*.

(2) Proxilmmente Chicalim. O autor não visitou Cochim.

Pag. 19—*Jambulifera jambulones*. Linneu menciona *jambulifera pedunculata*. A do autor é *Eugenia jambolana*, Lam. (Fl. Br. Ind. II, 499).

Santacatum (?) O autor diz «*Non vidi; mihi tantum retulere in Canacona produci*. A seguinte é a nota do editor «vernaculo sermone—*Santanachem foll.*» Como o autor não dá a descripção da planta, não se pode precisamente saber o que venha a ser *Santacatum*. Supponho que o autor, seguindo a ordem de *Octandria monogymia* de Linneu, refere-se á *Santalum album*, Linn. (Fl. Br. Ind. V., 231). em konkani *chamdan*. Do vocabulo sanskrito *chanḍana* derivou *sandal*, arabico,—*santalón*, grego antigo,—ou *sandalon*, grego moderno,—e *santalum* latim. E' possivel que *Santacatum* seja um erro apographo-typographico. A nota do editor vem ainda mais pôr em confusão o já obscuro texto do autor; *Santánachem foll* em konkani será *sadphali*, fructo de *Barringtonia racemosa*, Blume, a *Eugenia racemosa* de Linneu (Fl. Br. Ind. II, 507.), *Rosario de jambo* dos portuguezes?

Pag. 20—*Cassia toca* (sic). E' c. *tora*, Linn. (Fl. Br. Ind. II, 263).

Pag. 21—*Anacardium occidentale*. Não é clara a seguinte passagem da observação sobre esta planta: «fortasse filamenta persistentia Rottboel».

Melastoma malabarica. Malabarica parece ser erro typographico. Linneu descreve *M. Malabathrica*. E' *M. Malabathricum*, Linn. (Fl. Br. Ind. II, 523).

Averrhoa acida. A descripção do autor é applicavel a *averrhoa bilimbi*. E as outras duas especies, *averrhoa bilimbi* e *a. carambola* são variedades d'esta ultima, uma doce e outra acida.

Spondias ambaré é *Spondias mangifera*, Willd. (Fl. Br. Ind. II, 42). «*Spondiam esse luteam mihi por certo habeo*» diz o autor. Isso, creio eu, é um engano, porque *s. lutea* é da America.

Pag. 22—*Rhizophora mangles*, é *R. Mangle*, Linn.; *R. mucronata*, Lam. (Fl. Br. Ind. II, 435).

Pag. 23—*Capparis carandas*? E' provavelmente *c. zeylanica*, Linn. (Fl. Br. Ind. I, 174), ou *c. horrida*, Lin. (Fl. Br. Ind. I, 178). Em konkani, *taranti*.

Sanguinaria Canadensis. O autor diz «*Habitat in Goa et Sanquelino*». Como não ha descripção, não se pode identificar a planta na flora goense. *S. canadensis* é da America.

Pag. 24—O autor descreve *Annona muricata* e *a. squamosa* na classe do *Polyandria monogynia* em vez de *Polyandria polygynia*.

Pag. 25—*Vitex trifolia*. A esta planta dá o nome vernaculo de—*Nengari*—E' *negumd* ou *limgud*, *vitex negundo*, Linn., e *v. trifolia*, Linn. (Fl. Br. Ind.; IV, 583).

Pag. 29—*Amaranthus caudatus* á que dá o nome de *uzurmuthi macho*, vae geralmente pelo nome de *bhági*.

Momordica balsamina. A descripção é applicavel a *M. charantia*, Linn. (Fl. Br. Ind.; II, 616).

M. operculata, parece ser *Luffa acutangula amara*, Roxb. (Fl. Br. Ind. II 615).

Pag. 32—O autor descreve algumas plantas, mas sem dar os nomes.

A que elle descreve na classe de *Pentandria monogynia*, parece ser *Scaevola koenigii*, Vahl. (Fl. Br. Ind. III, 421).

Aquella que se descreve na classe de *Octandria monogynia*, é provavelmente *Osbeckia octandra*, DC. (Fl. Br. Ind. II, 521).

Pag. 33—Na classe de *Decandria monogynia* descreve uma planta, que é talvez a *Melilotus alba*, Lamk; (Fl. Br. Ind. II, 89). E a outra parece ser *Dalbergia monosperma*, Dalz. (Fl. Br. Ind. II, 237).

Pag. 34—Na de *Didynamia angiospermia* é talvez a *Asystasia coromandeliana*, Nees. (Fl. Br. Ind. IV, 493).

Na de *Monadelphica polyandria* é certamente a *Thespesia populnea*, Corr. (Fl. Br. Ind. I, 345),

Pag. 35—Na de *Diadelphia decandria* é a *Fragaria Vesca*, Linn. (Fl. Br. Ind. II, 344).

Pág. 36 — Na de *Polyadelphia polyandria* é talvez *Hypericum monogynum*, Willd e Roxb., Fl. Ind. III, 400, (Fl. Br. Ind. I, 253).



Quer pelo seu valor intrinseco, quer pelo seu merito extrinseco, o opusculo revistado é sufficiente para distinguir o seu autor como precursor do brilhante grupo de botanicos, como Roxburgh, Dalzell, Gibson, Drury, Graham, Hooker, Thomson, Baker e outros, que, a partir do seculo 19.º, têm estado a estudar a flora da peninsula indiana, flora que, sendo uma das riquissimas do planeta que habitamos, é hoje observada, porfiadamente, com mais methodo, paciencia e perfeição. Esse estudo não só tem confirmado as sabias observações feitas, seculos antes do advento dos europeus, pelos hindús na botanica medica, mas ainda tem adiantado os conhecimentos da botanica geral e das suas variadas applicações.

Os portuguezes contribuíram, relativamente, muito pouco para o grande edificio do estudo da historia natural da India, que foram os primeiros a pôr em relação com a Europa pela via maritima. Mas, esse pouco foi a pedra fundamental. O governo portuguez e os portuguezes dos tempos idos foram os precusores dos que, vindo tambem de longe, estão agora a examinar, analysar, pesquisar minuciosamente sob todos os pontos de vista, e, o que é mais, aproveitar as forças naturaes d'esta peninsula.

Não serão raros os que julguem, se não completamente inutil, pelo menos de pouco proveito a analyse d'um escripto antigo, como o opusculo, que se tornou perfeitamente anachronico em presença de tantas obras modernas. E é verdade que as sciencias naturaes, como a botanica, a zoologia, a geologia, têm passado, durante os

ultimos 150 annos, por transformações extraordinarias e que, de dia a dia, se lhes estão preparando inesperados destinos. Mas, a sciencia não deve soffrer uma solução de continuidade, e uma persistente tradição deve tornar indissoluveis as relações com o passado. A investigação do passado descobre, por vezes, um facto, uma verdade, um documento, um livrinho, que são outros tantos élos da cadeia do progresso. O opusculo de Galvão da Silva é um exemplo d'estes. E' pequeno e modesto, sim, mas é genuinamente portuguez e tem o cunho de prioridade e de originalidade. Pertence á historia e á sciencia. Tem por isso cabida em todas as livrarias, onde se archivam os mais lucidos trabalhos sobre a historia natural da India.

Enjeital-o seria uma ingratidão não só para com o seu autor, mas ainda, e mais, para com o seu erudito editor que, mergulhando-se nas sombras do passado, foi arrancar-o para o dar á publicidade.

Agosto 1910.

VICENTE PHILIPPE DE SÁ



VIAJANTES EUROPEUS NA INDIA

(Continuação dos n.ºs 7 e 8, pag. 222)

VI



os aureos tempos em que a cõrte do Grão-Mogol era o *rendez-vous* de embaixadores europeus, que iam lá negociar tratados commerciaes, houve viajantes que, nas suas chronicas, deixaram archivadas valiosas noticias ácerca da India. Salientam-se, entre outros, William Hawkins e sir Thomas Roe, que, tendo sido enviados como embaixadores á cõrte de Jebangir. o qual em 1605 subiu ao throno pela morte do rei-sol, Akbar, tiveram uma carreira accidentada, prestando porém, ambos importantes serviços não só ao seu paiz; relacionando-o com os estados nativos, como também á historia, á qual deram paginas de altissimo valor no que respeita aos usos e costumes locaes. Embora obedecessem ao mesmo plano e tivessem unico ideal, que era de alargar o ambito das relações de trafego metropolitano com a Índia, um e outro se differencavam nos seus temperamentos, nas suas inclinações. Hawkins eram um bravo official da armada, a quem as sereias do mar transtornavam a cabeça, não lhe deixando, porisso,

vagar para tratar a serio dos problemas que, por essa epoca, se apresentavam ao espirito dos aventureiros europeus, e cuja soluçao devia contribuir para o alargamento das relações politicas e commerciaes entre a India e a Europa. Roe, ao contrario, era um diplomata astuto, conhecendo perfeitamente as manhas e perfidias dos potentados orientaes, e foi por isso que logrou conseguir d'estes um grande numero de concessões vantajosas para o seu paiz, que Hawkins não pôde obter apezar de toda a sua intimidade com Jehangir.

Após uma longa viagem, cheia de perigos e tribulações, Hawkins chegou á cõrte e apresentou áquelle monarcha as suas credenciaes, as quaes lhe foram lidas em lingua vernacula por um padre jesuita, depois do que Jehangir recebeu o embaixador inglez em audiencia privada, durante a qual este se queixou áquelle das perseguições de que fõra alvo por parte dos portuguezes durante a viagem, pedindo-lhe tambem licença para estabelecer uma feitoria ingleza em Surrate e liberdade de commercio na India. Jehangir ficou tão encantado com esse almirante, que o fez commandante d'um esquadrão de cavallaria do seu exercito, mediante o soldo annual de 3.200 libras e lhe conferiu o titulo de *khan*. O agraciado, surprehendido com tantas mercês, acceitou-as, preferindo permanecer junto do soberano mogol a ir a Surrate, porque assim cuidava servir melhor os interesses da Companhia e preparar o terreno para as concessões, que tinha em vista.

O favor com que Jehangir tratava o embaixador explica-se. Hawkins era um espirito illustrado e, pela sua vasta experiencia do mundo, sabia bem agradar ao monarcha mogol, cujos excessos alcoolicos não o estranhavam,— elle que era um alegre marinheiro do periodo da rainha Elizabeth. Jehangir tanto o estimava que o casou com uma armenia, que estava em Agra, a fim de que ella lhe pudesse cosinhar as comidas, evitando-lhe assim o receio de morrer envenenado.

Esse favor, porém, fez perder terreno aos portugueses, que, colligados com o governador de Surrate, inculcaram a Jehangir que, se permittisse aos inglezes levantarem feitoria em Surrate, elles portugueses se lhe tornariam hostis e anniquilariam o commercio em todos os portos do Grão-Mogol, pelo que Jehangir, apesar de todos os esforços em contrario de Hawkins, expediu um decreto prohibindo aos inglezes entrada nos seus dominios. O inglez teve justa indignação diante de tão inesperado proceder do monarcha, que era tão seu amigo, e, sem embargo dos instantes pedidos para se deixar ficar, promettendo-lhe Jehangir conservar-lhe o officio e as honras, saiu de Agra a 2 de novembro de 1611, acompanhado de sua esposa armenia, dando assim um nobre exemplo de patriotismo e lealdade para com a sua nação, cujos interesses não quiz separar dos seus proprios.

Morreu na viagem de regresso á sua patria, mas deixou no seu diário copiosa informação ácerca do que viu e ouviu na India, informação, que, sem ter o cunho scientifico ou philosophico, é todavia de muito proveito para os estudiosos. Largamente se refere n'esse diário aos pares vitalicios, que viu na corte mogol, tendo cada qual, conforme as suas rendas, o commando de cavallaria. Em retribuição dos seus serviços militares, concediam-se-lhes mercês vitalicias de terras, — systema mais ou menos parecido com o adoptado por Affonso de Albuquerque para com os novos casados.

A terra, como em todo o Indostão, pertencia ao rei e pela morte d'um d'esses pares, a sua mercê caducava passando para a corôa as terras da sua posse. O rei, todavia, não deixava a familia do defuncto na miseria, concedia-lhe uma modica pensão, da qual a maior parte pertencia de direito ao filho mais velho.

Hawkins mostra-se no seu diário deslumbrado com a magnificencia da corte mogol, onde só os criados sommam 36.000 e se faziam as despesas em tão grande esca-

la que absorviam quasi uma grande parte dos 50 *crôres* de rupias, em que se calculava o rendimento annual do rei.

Curiosa a descripção que faz de Jehangir e que deve ter o cunho de authenticidade pelas intimas relações que uniam ambos. Jehangir bebia muito de noite a ponto de se incapacitar para qualquer trabalho, Era um vicio que herdára á familia. De dia não era menos estranho e escandaloso o seu procedimento. Depois das suas orações da manhã, apresentava-se ao povo e lhe recebia as saudações. Seguia-se um somno de duas horas, depois o jantar, encerrando-se logo no harem. Do meio dia ás 3 horas da tarde havia espectaculos publicos, em que elle passava o tempo a observar os combates dos elephantes e outras diversões. Vinham em seguida as orações e a segunda refeição, depois do que se mettia n'uma camara privada, onde só podiam entrar as pessoas que elle designasse. Seguia-se então a orgia nocturna. «N'esta camara, elle bebe mais cinco copos, que é a quantidade que os medicos lhe indicaram. Feito isto, masca o opio e depois levanta-se, estando assim completamente embriagado, deita-se a dormir recolhendo-se todos para suas casas. Assim que tenha dormido duas horas, despertam-n'o e levam-lhe a ceia, o seu estado não lhe permite alimentar-se por si e porisso as comidas lhe são lançadas na boca por outrem, o que se realisa quasi pela 1 hora da manhã, depois do que se deita de novo se deita a dormir.»

Hawkins não se satisfaz só com isso. Põe em relevo outros traços do character do monarcha, com quem conviveu, como por exemplo: a rudeza da indole e um temperamento insoffrido. Refere que Jehangir se comprazia no desmembramento dos criminosos e nas sangrentas justas dos gladiadores. Similhantes espectaculos eram as suas diversões de todas as tardes durante cinco dias cada semana. Havia occasiões em que elle proprio executava os condemnados á pena ultima. Costumava punir os delictos

com extraordinario rigor, com o que, todavia, não logrou deixar o reino em tranquillidade, pois d'um lado havia ali constantes sublevações, não faltando nas ruas entre Agra e Surrate ladrões e salteadores, e d'outro os governadores provinciaes procediam como bem lhes approuvesse, esquecendo os mais elementares principios de justiça.

Poucos annos depois da partida de Hawkins, recommçaram as negociações entre a Inglaterra e a cõrte de Agra, resultando d'ellas o estabelecimento d'uma feitoria em Surrate, com o que a influencia ingleza foi subindo na India. Vieram então successivamente tres embaixadores áquella cõrte, mas todos se provaram inferiores á alta missão de que vinham investidos e, porisso, a Inglaterra escolheu para aquelle importante cargo sir Thomas Roe, que já se tinha mostrado um intrepido explorador, polido cortezão e habil e erudito polemista.

O novo embaixador embarcou para a India em 1615 e quando se apresentou em Surrate, o governador imaginou que elle era como os seus antecessores e pensou em humilha-lo; mas Roe mostrou-se digno e altivo, pelo que o governador mudou de tactica e quiz acolhel-o na sua amizade, promettendo-lhe satisfazer qualquer pedido que fizesse. Segundo o costume da terra, pelo qual o governador tinha o direito de mandar examinar os forasteiros que entrassem em Surrate, quiz-se proceder de igual modo com o inglez, mas a digna e energica attitude d'este fez que se lhe evitasse uma tal humilhação.

Roe dá no seu diario uma interessante descripção da vida ordinaria na cõrte do Grão-Mogol, onde esteve quasi tres annos, empenhado em conseguir de Jehangir uma situação de désafogo para o trafego inglez na India. O monarcha tratava-o tão bem como a Hawkins, mas achava-o pouco propenso a fazer-lhe companhia nas orgias como aquelle marinheiro, e tanto lhe massava a paciencia n'este particular, que, quando n'uma occasião o apoquentou para beber e elle caiu embriagado no mais

profundo somno, apagaram-se as luzes e Roe teve de fugir ás apalpadellas para se livrar de tão escandalosa companhia.

Não escaparam a esse fino observador as divisões e rivalidades que havia entre os filhos do rei, o imperio que sobre este tinha sua esposa Nur-Mahal, que era quem de facto governava o seu paiz, e ainda as cerimoniaes e os mais insignificantes pormenores da vida na côrte. Refere, por exemplo, o singular costume de se pesar o rei no dia do seu anniversario natalicio, pondo-se n'um dos pratos da balança metaes preciosas, pannos de seda e comestiveis, que em seguida se distribuiam ao povo. O lugar onde se realisava a pesagem, era uma sumptuosa sala, cujo pavimento tinha tapetes ricos, nos quaes se sentavam os nobres em grande numero e ali estava a enorme balança de ouro massiço, tendo as bordas dos pratos cravejados de brilhantes. «Entrava o rei de subito na balança — conta Roe — e se sentava qual mulher, de pernas cruzadas, punham-se no outro prato pesos de prata, que se mudavam de continuo até ajustar-se o fiel. Dizem que o rei pesava 9.000 rupias».

No diario d'esse embaixador encontra-se tambem copiosa informação ácerca do regimen interno do imperio mogol, informação que elle obteve d'um vice-rei, que era um funcionario de categoria, tendo direito ao commando de uma companhia de cavallaria de 5.000 cavallos e percebendo do erario regio 700.000 rupias; podendo, além d'isto, apropriar-se de qualquer cousa que extorquisse da sua provincia, afóra a quantia de 1.100.000 rupias, que era obrigado a pagar annualmente ao Mogol.

Roe não viu coroados de exito os seus esforços no sentido de realisar uma alliança entre a Inglaterra e a côrte do Grão-Mogol, e porisso desilludido com a perfidia da gente d'aquella terra, regressou á patria, deixando vêr, pela dignidade e honradez do seu character altivo e energico, que a nação ingleza não tinha só em mira a expan-

são do seu tráfego, mas que também ardia em dilatar o seu imperio na Índia.

A todos esses chronistas sobreleva, pela sua erudição, o allemão Mandeslo, que, sendo um homem muito instruído e tendo vastos conhecimentos ácerca da Índia, pôde imprimir á sua chronica um notável interesse e sabor local.

Veiu á Índia em 1636 em companhia do embaixador que o duque de Holstein enviara a Isphan, e teve occasião de visitar a corte do Grão-Mogol e um grande numero de cidades indianas, entre outras Surrate e Ahmedabad, onde os feitores inglezes o hospedaram com tanto luxo, que elle ficou surprehendido com a riqueza e progresso da influencia ingleza, e isto apezar de decorrerem apenas vinte annos depois que se mallograra a tentativa de Roe para uma alliança com Jehangir.

Em Ahmedbad teve uma entrevista com o governador, que o iniciou nos mysteriosos segredos da administração oriental. Tendo esse magistrado dado ordens para que vinte bailadeiras dançassem em sua presença e na dos seus hospedes, ellas recusaram-se exigindo exorbitante salario. O governador, irritado com a recusa, mandou-as vir á sua presença e enforcou-as. Quando os espectadores se mostraram surprehendidos com tão cruel, como summario castigo, o governador, de rosto alegre, respondeu-lhes: «Que ha a admirar n'isto, cavalheiros? Devemos banir o desprezo com o terror. Se eu procedesse d'outra forma, já não seria senhor de Ahmedabad».

Em Cambaia assistiu Mandelso á cerimonia do *sati*, seguindo d'ahi para Agra, onde permaneceu algum tempo, sem, todavia, ter tido relações estreitas com Shah Jahan, como as tiveram com os imperadores mogoes os embaixadores inglezes. Ahi esteve também ás portas da morte n'uma arremettida que teve com um mahometano, dirigindo-se depois, no intuito de evitar taes riscos, para Lahore, de que dá uma larga e curiosa descripção.

Antes de embarcar para a Europa, visitou Bijapur,

onde viu a celebre peça de canhão, que despendia uma bala de 900 libras de peso e consumia 500 libras de pólvora. Conta-se que tão grande era a despeza com este canhão que, quando o rei o soube, atirou logo o seu thesourceiro para a forja, em que o canhão se tinha fabricado!

Mandeslo partiu em seguida para a Europa, aonde chegou em maio de 1640. A sua chronica é um repositório seguro de variada informação ácerca da India, accentuando muito a absoluta autocracia do Grão-Mogol e dos seus funcionarios. A lei de successão, que regeitava a transmissão de propriedade dos funcionarios prendeu-lhe devéras a attenção. «O Grão-Mogol—diz elle—é herdeiro universal de todos os funcionarios publicos do seu reino». Não havia o que se chamam bens pertencentes a grandes personagens, o rei era senhor absoluto de tudo. De Shah Jaban conta Mandeslo que tinha, como o pae, um temperamento violento e instinctos sanguinarios, o que perfeitamente se casava com as tradições e principios da epoca, porque então a vida humana estava á mercê dos caprichos dos soberanos, os quaes a reputavam uma cousa de que podiam dispôr a seu bel-prazer.

Encontram-se igualmente n'essa chronica interessantes observações sobre os usos e costumes sociaes e religiosos do povo, sobretudo dos guzerates.

Os velhos, depois de mortos, eram incinerados, as crianças enterradas debaixo d'uma arvore, os restantes ou eram incinerados ou enterrados, mas a cremação estava em maior uso. O *sati* era quasi desconhecido no Guzerate, devido aos esforços dos mahometanos, que trabalharam muito por extinguir tal pratica.

Na chronica de Mandeslo ha um largo capitulo sobre a situação da India mahometana, no qual se descrevem as tristes condições dos artifices e commerciantes, opprimidos pelos governantes, que quasi se appropriavam dos lucros d'elles. Os *roitos* estavam em peor situação, vergando ao peso de tributos e dos despotismos dos agentes

fiscaes, cujas iniquidades encontravam apoio na indole deshumana dos governadores.

E' quanto se colhe da chronica de que tratamos e que, embora não seja tão pormenorizada como as dos outros viajantes, tem, todavia, capitulos de alto interesse historico, no decurso dos quaes se chega a conhecer como Macaulay affirma n'um dos seus soberbos trabalhos litterarios, que «a administração no imperio mogol enfermava de todos os vicios do despotismo oriental, e de todos os vicios inseparaveis do dominio d'uma raça sobre a outra.» ⁽¹⁾.

(*Continúa*)

J. B. AMANCIO GRACIAS.

⁽¹⁾ *Essay on Lord Clive.*

UMA VISITA AO MONTE DE PARVATI DE POONA

Poona, a celebre cidade dos Peshvas, embora destituída hoje do esplendor e prestígio de que gosou durante o predomínio dos marathas, é ainda particularmente interessante aos archeologos e historiadores pelos numerosos monumentos como fortalezas, templos e palacios que se encontram espalhados na cidade e nos arredores, a muitos dos quaes andam ligadas lendas e tradições historicas. Aqui, o templo de Tulsibag, dedicado a Ráma Lakshimana e Sitá; acolá o de Belbag, construido por Naná Phadnavis, que possui um idolo de Vishnu, artisticamente trabalhado; mais além os pagodes de Someshvar, de Rameshvar, de Narsoba e de Khunia Muralidhar, onde se encontra uma bella imagem de Krishna; e ainda mais ao longe, seis milhas de Poona, o velho templo de Vithalvady, construido, segundo a tradição, por Shivaji em consequencia d'uma inspiração divina depois do seu miraculoso escape d'um ataque pelo exercito de Bijapur. Nos arredores vêem-se as fortalezas de Singad, de Purandar e outras, quasi inacessiveis, que tanta importancia tiveram na historia dos marathas e que ainda hoje, na sua mais ou menos arruinada grandeza, dominam os vastos campos circumvisinhos.

Mas, de todos estes sitios, o que não tem rival no interesse historico-archeologico, o que mais attrahe as visitas dos estrangeiros, o unico que mereceu até ser cantado por um poeta inglez, é certamente o Monte de Parvati, todo coroado de templos e tão cheio de recordações, que raro é o forasteiro que deixa aquella cidade sem o visitar. Assim tambem fui uma vez visital-o, servindo para guia a valiosa memoria sobre o assumpto, escripta pelo ex-juiz de Poona e conhecido indianista, mr. C. A. Kincaid, I. C. S.

A estrada principal que conduz para o Monte de Parvati, a 4 milhas de Poona, é a Shancar Shet Road que, passando por uns tumulos de officiaes europeus em serviço dos marathas, contorna o lago de Parvati ⁽¹⁾, hoje completamente secco, e chega á base do monte. D'ahi a alguns passos principia a enorme escadaria de pedra, cuja penosa ascensão só pode ser levada a cabo pela força de vontade.

Antes, porém, de subir a escadaria, dando um pequeno passeio pela direita, encontram-se alguns monumentos que merecem ser lembrados: primeiro é a columna *Vaghbá* que se suppõe habitada pelos espiritos dos tigres que, no tempo dos Peshvas, costumavam ser-lhe presos para lutar com elephantes; em seguida mais dois monumentos, um a *Naghbá*—a mais sabia serpente dentre os animaes do campo—e o outro a um santo que viveu e morreu no cume de Parvati.

(1) Este lago, como os templos de Parvati, foi construido por Balaji Baji Rau e diz a lenda que, zangado com a morosidade das obras do dique, elle proprio apeando-se do seu elephante, se pôz a conduzir pedras para os pedreiros. Immediatamente os cortezãos e soldados, apeando-se dos cavallos, fizeram o mesmo e assim as obras do dique bem depressa chegaram ao seu termo. Mais tarde Mahadji Shindé, querendo libertar o segundo Madhavrau da influencia de Nana Phadnavis, levou-o para o pequeno templo de Ganapati, da ilha Sarasbag. no centro do lago. e ali n'um passeio por tal forma envenenou o espirito do joven principe contra o velho estadista, que o resultado foram as desavenças entre estes dois com funestas consequencias para ambos. Madhavrau II morreu (suicidou-se) no Shanvar Vadda e Nana Phadnavis succumbiu de desgosto e desgraçado; mas a casa de Shindi foi prosperando até suplantar todo o imperio maratha.

Além d'estes, encontram-se mais objectos dignos de nota, taes como a sepultura d'um *máng* e duas pedras caiadas de branco, representando os dois irmãos Vetál e Mhasoba, reis dos demonios e espiritos. O *máng* (casta inferior) que foi guarda do rhinoceronte do Peshvá, morreu trespassado pela ponta do animal e foi enterado neste lugar, que é frequentado pelo seu espirito. O rei Vetál tambem tem sua lenda. Dizem que em todas as luas novas e cheias vagueia com a sua comitiva de espiritos pela cidade de Poona, especialmente na noite de Mahashivratra, e que o viandante, que corajosamente lhe pedir a essa hora qualquer favor, será logo attendido. Os seus devotos particulares são os feiticeiros e os athletas que, nas vespersas do certame, vão á meia-noite tomar banho no canal visinho e pedir ao demonio victoria na luta do dia seguinte.

Começando a subir os primeiros degraus, vê-se logo á esquerda o tumulo de um *pir* ou santo mahometano, e mais para cima duas pedras, cada uma com um par de pegadas que dizem ser «as maiores, d'um Madhavrau, Sadhu do monte, e as menores, da sua esposa Parvoti que praticou o sati neste lugar». Ao pé dos ultimos degraus é o sitio onde o elephante do principe de Bhor escoregou, perigando a vida do então principe de Galles, e depois Eduardo VII, que n'elle estava montado.

Terminada a escadaria, cujos degraus —mais de 90, se me não falha a memoria—deviam ter sido primitivamente numerados, porque ainda se pode ler em alguns os numeros bastante gastos, entra-se para o adro do pagode principal, defronte do qual n'uma capellinha fica um

(¹) Uma triste historia foi-me contada das proezas d'este *máng*: em noites escuras elle arrebatava mulheres formosas da aristocracia, enquanto dormem ao lado de seus maridos, abandonando-as na manhã seguinte ao meio da rua, manchadas e desprotegidas; é possivel que senhoras vadias de alta condição tenham encontrado na má reputação do *máng* um refugio seguro.

boi de pedra preta, olhando para o templo que assim fica revelado como sendo dedicado a Shiva. Em cada um dos quatro angulos do quadrado, em que assenta o pagode, ergue-se uma capellinha consagrada a Surya ou Sol e Vishnu, as de frente, e a Ganesh e Devi do Monte, as de traz.

Quanto á vista interna, não sendo permittido a um *infíel*, como eu, penetrar no sanctuario, só pude tel-a do compartimento visinho, tendo previamente descalçado os pés. O idolo principal é o de Shiva, abrigado debaixo do capello d'uma formidavel cobra, ficando-lhe ao todo os idolos de Parvati e do seu filho Ganapati. A primitiva imagem de Shiva era toda de prata, pesando 2 mãos e tendo sentada sobre um joelho Parvati, em ouro, do peso de 1.100 tolas, e sobre o outro Ganapati tambem de ouro, pesando 7.100 tolas. Mas todas estas imagens com as suas valiosas pedras e mais adornos, que os enriqueciam, ou foram destruidas ou roubadas, ficando no seu logar o modesto idolo acima descripto.

Este templo é circumdado por um edificio em cuja parte oriental é a *nagarkhan* ou a residencia dos musicos, e no corredor da parte do norte ainda se conserva uma larga janella com grade de ferro, que é a mesma donde o ultimo dos Peshvas, Baji Rau II, esteve observando os successos da celebre batalha de Kharki, em que os inglezes derrotaram as forças do maratha, vibrando o ultimo golpe sobre o imperio hindú no occidente. No mesmo adro vê-se a porta que dá para um subterraneo, por onde Baji Rau, pouco depois da batalha, contrariado pela ruina dos seus planos e esperanças, fugiu para o seu palacio de Shanvar Peit.

Subindo para o terraço, que rico scenario se desfructa no amplo horisonte! Pelo norte estende-se d'um lado a cidade de Poona com os seus edificios, destacando-se os tumulos de Mahadagi Shindea, em Vanaoli, e de Vithagi Holkar, ao sul da ponte de Kolkar, e as torres dos pala-

cios marathas de Shanvar Vadda, theatro das intrigas e dos amores dos Peshvas; do outro lado, o rio Mula Mutha por onde Elphinstone pôde escapar-se com a sua comitiva da cavallaria de Vinchurkar, e, ao, fundo o vasto campo de Kharki com a sua recta e comprida estrada, por onde avançaram contra os inglezes as forças marathas sob o commando do general Bapu Goklê, distinguindo-se entre todos o batalhão commandado pelo official Pinto, de Goa, ao serviço do Peshvá (¹). A léste avista-se a cadêa de Poona e erguem-se os quatro picos do monte Chatur-sringui, ao lado do qual existe uma excavação em que descansaram os Pandavas de caminho para Viratnagar. E pelo sul, lá ao longe, surgem das brumas a fortaleza de Torna. a primeira conquistada por Shivaji, e a de Singad e por entre as duas deslisam as suaves aguas de Khadakvasla.

Deixando este templo e subindo mais o monte pelo sul fica á direita uma cerca de pedras, que dizem ser o antigo Ramana onde Ballaji Baji Rau distribuia *dakshinas* aos brahmanes, *dakshinas* que n'um anno subiram á somma de 16 laques! N'uma outra cerca a oêste, está um pequeno templo dedicado a Kartikswania, com algumas arvores de

(1) Chamava-se José Antonio Pinto e era natural de Candolim. Nascido em 2 de março de 1764, cursou as mathematicas na Europa, tendo estado em Portugal, França e Roma. Regressou á India antes de 1799 e. vendo as perseguições de que era victima sua familia em Goa por causa da chamada *conjuracão dos Pintos*, retirou-se para Poona, onde entrou para o serviço militar dos marathas, chegando ao posto de tenente-coronel de cavallaria e distinguindo-se não só na batalha de Kharki, mas ainda na de Sholapur em 10 de maio de 1818, na qual foi gravemente ferido. Largado como morto no campo, pôde salvar se, e recolhendo-se a Goa consta que recusou o cargo de lente da Academia militar de Goa, que na creação d'ella lhe offercia o vice-rei Conde do Rio Pardo; assim como consta que tambem recusára entrar ao serviço dos inglezes, que para isso o convidavam. Vivendo já retirado e applicado á agricultura, introduziu em Goa moinhos para extrahir da canna o assucar, como ainda se vêm na aldea Saligão. Falleceu em 29 de julho de 1834.—*Noção historica de alguns filhos distinctos de Goa*, por M. V. de Abreu. Foi condecorado com brazão d'armas pelo alvará regio de 6 de abril de 1770.

bel, empregada tanto na religião como na medicina hindú, e cujos arredondados fructos vêm pender sobre o templo, N'esta capella ha dois idolos de Kartik-svami: um ordinario, e outro, o primitivo, que é de marmore, maltratado pelo raio que destruiu o palacio de Baji-Rau II adiante mencionado. «Em algum lugar proximo o 3.º Peshva, Balaji Baji Rau, anniquilado pela noticia da derrota de Panipat exhalou o ultimo suspiro. Mas ou seja por ignorancia, ou por positividade, os padres recusam indicar o sitio.»

No cume do monte existe mais um pagode, o de Vishnu, onde está o seu idolo, tendo aos pés Krishna, uma das suas incarnações. Este templo é tambem circumdado em grande parte por um edificio em ruinas, que é por assim dizer a «carcassa do palacio que Baji Rau II havia mandado construir para sua residencia de verão, o que não chegou a completar-se devido a um raio, que o feriu dois annos antes do canhão inglez destruir o imperio do Peshva.»

Por quem, quando e porque foram construidos estes monumentos? Tirado o unico edificio, o palacio em ruinas, que foi construido por Baji Rau II, os mais todos attribuem-se geralmente ao 3.º Peshva, Balagi Bagi Rau, que governou desde 1744—1761. Diz a tradição—escreve Kincaid—que uma vez Gopikabai, esposa d'este Peshva, soffrendo d'uma ulcera n'um pé e ouvindo que a Devi do monte Parvati era prompta em attender ás orações, prometteu-lhe, no caso de se curar, erigir um templo a Shiva no cume do monte; curou-se a mulher e o marido cumpriu-lhe a promessa. Segundo o Bhakar dos Peshvas, porém, Balagi construiu o templo Shivasta unicamente para honrar a memoria do rei Shahu, seu amigo. E' provavel comtudo, acrescenta o mesmo indianista, que esta ultima historia descreva realmente a origem do templo de Vishnu e a primeira a de Shiva. Em qualquer caso, o piedoso fundador de Parvati foi o 3.º Peshva Balagi Baji Rau e conta-se no referido Bhakar que elle enviou os

Jagirdars de Holkar e Shindê para extorquir do maharajá de Nepal as pedras sagradas do rio Gandaki, para o templo de Shiva, em cuja construção gastou seis annos e a enorme somma de um milhão de rupias.

São estes os monumentos que corôam o monte de Parvati e que attrahem numerosos visitantes de todas as classes, cujos *bhakshis* constituem uma importante fonte de receita para os serventuarios que accorrem pressurosos offerecendo-se para guias.

O governo inglez, empenhado na conservação de todos os monumentos historico-archeologicos da India, concede uma verba annual de quasi duas mil rupias para a sua manutenção e asseio; e por signal, durante a minha visita, encontrei no monte mr. Joglekar, brahmane e funcionario publico, que lá tinha ido expressamente para saber das necessidades e do estado da conservação d'esses edificios, em cujo recinto tres principes soffreram contratempos: um, disputando com os Afghans a supremacia da India, recebeu um golpe mortal com o desastre de Panipat, que cobriu de luto todo o Maharashtea, sepultando no campo da batalha 200 mil marathas e arrastando para o captiveiro numerosas mulheres e creanças,—outro assistiu d'uma janella aos revezes das suas forças e viu desmoronar-se o seu imperio ao sopro do canhão inglez,—e o terceiro foi victima d'um lamentavel accidente que teria roubado á corôa de Inglaterra o popularissimo rei Eduardo VII.

M. J. SALDANHA.



DOCUMENTOS

PARA A HISTORIA DA BENEFICENCIA PUBLICA NO ESTADO DA INDIA

Fundo «Sales de Andrade»

I

Appello



inesperada perda do cidadão prestante, do patriota dedicado, do ornamento do fôro indiano, do espirito esclarecido, conciliador e desinteressado — o douto advogado *Antonio Francisco Sales de Andrade*—que no dia 2 do corrente baixou á sepultura na villa de Margão, tem produzido um sentimento geral no paiz. Aqui e ali surgem vozes amigas, manifestando o desejo de perpetuar a sua honrada memoria.

Interpretando esses sentimentos e desejos, os abaixo assignados, constituindo-se espontaneamente em comissão, lembraram traduzir e continuar o esforço philantropico d'esse nosso distincto patricio que, com a sua robusta intelligencia e dedicado labôr, prestou relevantes serviços a esta terra e a tantos a quem protegeu e defendeu, lançando a pedra fundamental para uma instituição de beneficencia, destinada a socorrer possivelmente os *operarios invalidos* sem distincção de mistéres.

Para este effeito, a commissão solicita o valioso apoio e o generoso concurso de todos; accêta e agradece toda e qualquer subscrição, por pequena que seja, pois todo o donativo é sagrado para a arca de beneficência.

A commissão, depois de coalhado o fundo que se denominará — *Fundo Sales de Andrade*, — se incumbê de organizar os estatutos e fazer effectivo o pensamento philantropico, que é o caracteristo da epoca da civilisação em que nos achamos.

Não ignora a commissão que o seu esforço é pequeno para a grandeza do emprehendimento.

Não é, porém, o edificio todo que ella pretende acabar n'este momento, mas tão-sómente assentar-lhe a primeira pedra, em memoria do nosso lamentado e illustre concidadão, tendo fé que successivamente, posta esta base, se lhe irão assentando e afeiçoando novas pedras, até que se levante insensivelmente um dia, pelo correr do tempo, uma instituição importante que soccorra muitos dos desvalidos e estropeados do trabalho que, com o seu util esforço, concorrem para a manutenção da sociedade, e merecem d'ella attenção e soccorro, quando gastos n'esse mesmo trabalho com que cooperaram para o bem commum.

São encarregados de receber as assignaturas:

Em *Salsete* — Os sr.^s João Miguel do Rosario Gomes — L. J. de Santa Catharina Coutinho — Luis Gonzaga Ferrão — Antonio Anastasio Bruto da Costa — Antonio Vicente da Silva Albuquerque.

Em *Bardez* — Os sr.^s Francisco Salvador Pinto — Filippe José da Gama Botelho — Cosme Caridade de Souza — Ignacio Caetano de Carvalho — Manuel José d'Abreu.

Em *Damão* — Os sr.^s Avelino José Xavier da Cu-

nha — Antonio Filippe Moniz — Estevam Affonso — Diógenes Mascarenhas — Castolino Fernandes.

Em *Diu* — Os sr.^s Gerage Arichande — Emiliano Felicissimo da Cruz Fernandes — Hypolito Policarpo Pegado.

Em *Bombaim* — Os sr.^s José Camillo Lisboa — Jeronimo Accacio da Gama — Bernardo Xavier Furtado — Leandro Mascarenhas.

Em *Nova Goa* — Qualquer dos signatarios.

Nova Goa, 7 de janeiro de 1890 — *J. M. Crispiano da Fonseca* — *Barão de Dempó* — *D. José Joaquim de Noronha* — *Rafael Antonio Pereira* — *Antonio Maria Vieira Lisboa* — *Antonio José da Gama* — *Joaquim José Fernandes Arez* — *Bernardo Francisco da Costa* — *José Frederico d'Assa Castel-Branco* — *Francisco João Xavier* — *Caetano Antonio de Mello* — *José Fortunato Gomes de Brito* — *Julio Gonçalves* — *Rodolpho C. F. V. P. de Quadros* — *B. Sertorio Mascarenhas* — *José Antonio de Menezes* — *José Filippe Luciano de Miranda* — *Uladislau A. M. Ri eiro* — *José Maria da Costa Alvares* — *Fernando Claudio da Cunha Pinto* — *José de Nazareth* — *Sebastião Paulo de Sequeira* — *Pe. Caetano Xavier d'Abreu* — *M. P. de Souza Franklin* — *A. Alcantara Camillo de Bragança* — *Luiz Guilherme Dias* — *Filandro Gustavo de Menezes* — *J. A. Ismael Gracias*.

(*Bol. Off.* n.º 6 de 14 de janeiro de 1890)

II

Officio da commissão executiva á Direcção do Monte-Pio Geral de Goa

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

Logo depois do inesperado e lamentado fallecimento do nosso distinctissimo compatriota, Antonio

Francisco Sales de Andrade, os seus amigos d'esta capital, constituindo-se espontaneamente em uma grande commissão, desejando perpetuar-lhe a honrada memoria, dirigiram um appello ao paiz, lembrando a instituição d'um fundo de beneficencia, denominado *Sales de Andrade*, destinado a soccorrer possivelmente os *operarios invalidos*, sem distincção de mistéres.

Felizmente, o appello foi generosamente correspondido, e a commissão executiva do fundo *Sales de Andrade* pôde colher a quantia de 1.950 rupias, que depositou no Monte-Pio Geral de Goa, quantia que ha de subir a 2.000 rupias com o acrescimo do juro que está a vencer.

Parece á commissão executiva que se pôde dar por encerrada a subscrição, começando a tornar-se em realidade o objectivo dos que iniciaram esta manifestação; e, pontanto, dirige-se a v. ex.^a, significando-lhe que deseja entregar definitivamente a alludida importancia ao Monte-Pio Geral de Goa, nos seguintes termos e condições:

1.º—E' entregue ao Monte-Pio Geral de Goa o fundo de beneficencia *Sales de Andrade*, para o administrar *in perpetuum*;

2.º—Este fundo é destinado a pensionar operarios inválidos do Estado da India sem distincção de mistéres, nem de naturalidade;

3.º—As pensões serão quatro, cada uma de vinte rupias, e distribuidas por turno por todos os 12 concelhos d'este Estado, sendo por quatro em cada anno e uma por cada concelho, guardando-se a seguinte ordem:

no 1.º anno — Ilhas, Salsete, Bardez e Perném;

no 2.º anno — Sanquelim, Pondá, Sanguém e Quepém;

no 3.º anno — Canácona, Damão, Nagar-Avely e Diu;

e assim successivamente;

4.º—A concessão será feita pela Direcção do Monte-Pio, exigindo ao operario que a pretender, o attestado de ser invalido e sem meios de subsistencia, passado pelo administrador do respectivo concelho;

5.º—Se se apresentar mais d'um pretendente de cada concelho, a pensão será adjudicada conforme a gravidade das circumstancias, e na identidade d'estas á sorte;

6.º—O concurso será annuciado annualmente no mez de novembro, dando-se o praso de 1 a 31 de dezembro, e as pensões serão conferidas em janeiro subsequente;

7.º—O Monte-Pio Geral de Goa fica autorizado a fazer o regulamento, que julgar conveniente, para a completa execução d'esta instituição e a resolver livremente, como achar de justiça, todas e quaesquer duvidas ou questões que occorrerem, devendo consignar no relatorio annual a distribuição das pensões;

8.º—Ao Monte-Pio se offerece a vantagem dos 10⁰/100 da renda do capital que lhe for entregue, ou pode acceitar a quantia a juro fixo de 4⁰/100 ao anno, repartindo annualmente 80 rupias, e adjudicando ao fundo o que sobejar. Escolhido pelo Monte-Pio um d'estes termos, esse será a condição permanente do contracto; ou finalmente a Direcção proporá outras condições, que, sendo acceitas pela commissão, assim se fechará o contracto;

9.º—Acceitando-se o primeiro termo, se o juro do capital, deduzido o premio dos 10⁰/100, fôr inferior a 80 rupias liquidas, n'este caso o rendimento liquido que houver, será dividido em quatro partes e distribuido em outras tantas pensões;

10.º—Quaesquer sobras resultantes, depois de distribuída a importância de 80 rupias, serão ajuntadas ao fundo, como capital accrescido.

Levando o exposto ao conhecimento de v. ex.^a, a comissão roga se digne, ouvidas essa Direcção e a assembléa geral do Monte-Pio, informar sobre a acceitação da presente proposta, a fim de se proseguir nos ulteriores.

Deus guarde a v. ex.^a—Nova Goa, 25 de abril de 1895.—Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Presidente da Direcção do Monte-Pio Geral de Goa.

A comissão executiva—*Bento Sertorio Mascarenhas*, presidente — *Rodolfo C. F. V da P. Quadros*, thesoureiro — *J. A. Ismael Gracias*, secretario.

III

Resolução do Monte-Pio Geral de Goa

A direcção teve o prazer de se encarregar da gerencia do *Fundo Sales de Andrade*, para o que vós a autorisastes na supranreferida assembléa de 22 de setembro, e recebendo da respectiva comissão executiva 2.025:12:04, a remetteu á Agencia do Banco Nacional Ultramarino em Nova Goa, em vales do correio, em cujo premio despendeu-se a mais 1:03:08 para o fim de ser mandada quantia redonda de 2,000 rupias.

E esta importância, transferida a Lisboa a cambio de 315, foi empregada em inscrições do valor nominal de 1.700\$000, com o saldo de 13\$750 réis pelo qual nos embolsamos do adiantamento feito.

Os rendimentos d'este fundo, descontadas 20 rupias de comissão a favor do Monte-Pio e outras despesas, são destinados a pensionar operarios invalidos do Estado da India, sem distincção de mistéres nem

de naturalidade, sendo 4 as pensões, cada uma de 20 rupias, distribuidas por turno por todos os 12 concelhos deste Estado, sendo por 4 em cada anno e 4 por cada concelho guardando-se a seguinte ordem: no 1.º anno—Ilhas, Salsete, Bardez e Perném;—no 2.º anno—Sanquelim, Pondá, Sangém e Quepém;—e no 3.º anno—Canácona, Damão, Nagar-Avely e Diu.

A concessão da pensão será feita pela direcção do Monte-Pio, exigindo ao operario que a pretender, o attestado de ser invalido e sem meios de subsistencia, passado pelo administrador do respectivo concelho. Apresentando-se mais d'um pretendente de cada concelho, a pensão será adjudicada segundo a gravidade das circumstancias e na identidade destas á sorte.

O concurso será annuciado annualmente no mez de novembro, dando-se o praso de 1 a 31 de dezembro, e as pensões serão conferidas em janeiro subsequente.

O Monte-Pio é autorizado a fazer o regulamento que julgar conveniente, para a completa execução desta instituição, e a resolver livremente, como achar de justiça, todas e quaesquer duvidas e questões que occorrerem, devendo consignar no relatorio annual a distribuição das pensões.

(Do *Relatorio* da Direcção do Monte-Pio Geral de Goa, anno de 1895.)

Desde o anno de 1897 estão sendo distribuidas as pensões do *Fundo Sales d'Andrade*, como consta dos relatorios annuaes do Monte-Pio Geral de Goa.

J. A. Ismael Gracias.

DIALECTO INDO-PORTUGUEZ DE CEYLÃO

DIALOGOS

Charles — Bon dia, amizade ¹ !
Muito tempo per despôs nós holje te ficá encontrado. ² Eu já ouvi bon novas; eu já folgá muito. ³ Parque já vós isquicê per avizá par mi o cazamento. ⁴ Eu já ouvi que vosse noiva tem muito prendido hum pessão. ⁵ Sem, este tempo femes ⁶ tem muito mais capaz do que nós pobre obreiro.

Peter — Bon dia, bon dia! muito agradecimento per vós ⁷. Eu tinha desejo per convidá per vós per o festa ⁸ mas meo noiva tinha contra; ⁹ ella non tem desejo que eu lô juntá com obreiros ¹⁰.

Charles — Minha amzade, vós sabê que eu non tem muito capaz, ainda hum pouco podê lês ¹¹, mas eu

¹ Bons dias, camarada !

² Encontramo-nos hoje após longo tempo.

³ Muito me agradou.

⁴ Esqueceu-lhe informar-me do seu casorio.

⁵ Ouvi que sua noiva é uma pessoa bem instruida.

⁶ Sim, as mulheres de actualidade.

⁷ Muito lhe agradeço.

⁸ Desejei convidal-o para a função.

⁹ Mas minha noiva se oppoz.

¹⁰ Ella não quer que eu me commisture com os mecanicos.

¹¹ Posso ler um pouco.

já lês hum bom, santo libro que dizê: «Antes de destruição vem sóberba, e antes de caida vem a altivez de o espirito». ¹

Peter — Pará, nuvê nade, agora per despós eu nan fazê quelei ella querre ²; o mulher mistá obedecê per sua marido ³.

C. — Sem, sem, ouvi que aquel livro te fallá: «mulheres mistá tem bás per seo propria maridos, como per o Senhor, ⁴ vide que o marido tem o cabeça de o mulher, como tambem Christo tem o cabeça de o igreja ⁵.

P. — Que hum sayão que meo mulher non tem casa! ⁶. Vós te sabê astanto ⁷ de aquel santo livro, vós podê dá per ella bom cizo. ⁸

C. — Que foi, que vós tem só ne o casa ⁹ Porque vós tambem nunca andá per passia? ¹⁰

P. — Qui castigo home ¹¹! que lei podê hum home assi curá traz de sua mulher? ¹² Hoje palmião assi présta que irgué ¹³ sem importá o serviço ne casa já foi passia. Eu tambem tinha obrigado per andá junto ¹⁴. Tres horas inteiro já passia, quando já vi casa per bebê *coffee* tinha npve hora ¹⁵, aquel per despós ella tórna ja foi visitá. ¹⁶

¹ Antes da destruição vem a soberba, e antes da queda a altivez do espirito.

² Espere, não será assim, d'aqui por diante não farei o que ella quer.

³ A mulher deve obedecer a seu marido.

⁴ A mulher deve ser sujeita a seu proprio marido, como se fosse seu senhor.

⁵ Pois que o marido é chefe da mulher, como Christo o é da Igreja.

⁶ A que triste condição tem minha mulher reduzido a casa!

⁷ V. sabe muito d'aquelle santo livro.

⁸ V. pode dar-lhe bons conselhos.

⁹ Porque está sosinho em casa?

¹⁰ Porque v. não passeia tambem?

¹¹ Que castigo, homem!

¹² O que pode fazer o homem andando atraz de sua mulher?

¹³ Hoje pela manhã apenas acordei.

¹⁴ Fiquei obrigado, a acompanhal-as.

¹⁵ Passeamos 3 horas e quando recolhemos para tomar café, eram 9 horas.

¹⁶ Ao depois ella tornou a ir visitar.

C. — Dôdo home, parque mistá dá astanto liverdade? ¹ Oljá nosse mulheres não corrê passíá assi ².

P. — Sem, que podê fazê? Eu já ficá raiva, mas ella já cumeçá chorá ³. Ella tem muito capaz ne musico ⁴ e ella non tem nenhum instrumento ne nosse casa, videaqueel ella já foi per hum cambrado-casa ⁵ e quando já vi per comê *breakfast* tinha onze hora! ⁶

C. — Que lei tinha *breakfast* leste? ⁷

P. — Santo Deos! o dôr de cabéça inde nunca passá ⁸. Lo vós confiá ⁹ o amor de musico tinha assi grande que, ella já foi sem dá gasto per servidor per andá bazar. ¹⁰ Onze hora per despos ¹¹ já cumeçá per cusinhá, e quando nós já comê tinha perto hum hora! ¹² Despôs de *breakfast* eu já santá per lês o novas-papella ¹³ e prestado já pegá sono ¹⁴, quando já ficá cordado tinha quatro hora ¹⁵! *Tiffin* meza não tinha léste ¹⁶ vide este já ficá eu muito raiva ¹⁷, e sem papiá palavre eu já andá de casa. ¹⁸

C. — Onde já ella andá agora?

P. — Allá tem hum grande concerto hoje, eu te lembrá, ella já foi allá per cantá ¹⁹

C. — Este sorte de musico não tem bon. Vós masdian-te tinha muito grande hum gracioso ²⁰, vossa rosto tinha

¹ Tôlo, porque é que dá tanta liberdade?

² Veja, nossas mulheres não passeiam tanto.

³ Quando eu ficar zangado, ella começa a chorar.

⁴ Ella é instruida na musica.

⁵ Por isso foi ella á casa d'um meu amigo, camarada.

⁶ E quando voltou para almoço, eram onze horas.

⁷ Tinha então o almoço já prompto?

⁸ Ainda não me passou a dor da cabeça.

⁹ Digo-lhe confidencialmente.

¹⁰ Foi sem dar o dinheiro para bazar ao creado.

¹¹ Depois das onze horas.

¹² Era quasi uma hora.

¹³ Eu comecei a ler o jornal.

¹⁴ O somno apoderou-se logo de mim.

¹⁵ Quando acordei eram 4 horas!

¹⁶ Ainda não apromptara a meza para jantar.

¹⁷ Por isso fiquei muito zangado

¹⁸ E sem fallar uma palavra sahi da casa.

¹⁹ Ella foi para ahi cantar.

²⁰ V. era antes muito engraçado.

enchido de allegria ¹, mas agora vós te parcê triste e desgostado ². Peter, vós tinha hum grande dôdo, si vós já cazá com Julia ³, que tanto mais allegre vós lô tinha? ⁴ Tem verdade, ella tem coitado ⁵ nunca sabê nenhum musico, mas non tem sem prendá ⁶: ella podê lês, escrivê, e quem podê tem mais capaz do que ella ne o serviço de o casaporta? ⁷ Nós querrê tem hum feme que te sabê per barrê o casa ⁸ e quem lo cusinhá hum sabroso carry ⁹ Julia verdaderamente já amá per vós. O prendido femes de este tempo não confiá ne amor ¹⁰, vide ellotros tem assi prendido que ellotros te lembrá tem hum grande dodice per obedecê per sua maridos. ¹¹ Eu agora mistá andá. ¹² Peter, ne mistê ficá sayão ¹³. Dá minha recado per vosse mulher ¹⁴. Fallá per ella assi: Tem mais bon per guardá *time* ne o casa, do que per andá cantá.» Adeus! bon noite!

P.—Bon noite, obrigado!



P.—Ah, eu tem allegre per encontrá per vós, Charles, eu já não podê vencê com meo mulher, Cecilia, eu já traviá ne todo modo per contentá per ella ¹⁵, mas ai, todo tem em vão! Eu não lembrá que ella tem amá per

¹ Vosso rosto apresentava-se alegre.

² Mas agora é triste e desgostoso.

³ P., V. seria um grande asno, se casasse com Julia.

⁴ Quão alegre teria sido.

⁵ Na verdade, ella era pobre e orphã.

⁶ Não sabia musica sim, mas não era sem instrucção.

⁷ No serviço caseiro ou domestico quem a equalaria?

⁸ Que saiba varrer a casa.

⁹ Quem possa cosinhar nm apetitoso caril.

¹⁰ Não confie no amor das meninas instruidas da actualidade.

¹¹ Pois ellas pensam ser doidice obedecer a seus maridos.

¹² Eu tenho que sair.

¹³ Não fique triste

¹⁴ Dé meus cumprimentos a sua mulher.

¹⁵ Trabalhei por contental-a por todos os modos.

mi, eu agore te desejo per ficá redado ¹, Charles, minha cambrado, vosse palavra te ficá verdade.

C. — Não ficá prestado, irmão, ² si vós já tomá minha cizo ³, e nunca ficá muito tempo per casa, este troublação náde vi per vós ⁴, agora vós tem apinhado. ⁵ Eu agor cantá, ouvi :

Aquel ne camber te bailá ⁶
Sua fremosurã per olhá,
Menina gallante
Vallê diamante.

P. — Oh, eu não lembrá, maceos quem te ficá tentado bailadors te achá bon mulhers. ⁷ Não, o baile-casa tem ratoeira per pobre maceos ⁸.

C. — Eu tem desejo per papea com Cecilia ⁹. Podê ser Deos lô benzê as palavras.

P. — Aqui te vi ¹⁰ Cecilia, este tem minha amizade e bom cambrado, Charles.

Cecilia — Eu tem muito contentado per encontrá per vós; mas vós tem hum cambrado de Peter, videque eu te pedi de vós per ficá santado ¹¹.

C. — Ansque eu santá, dessê me folga muito ¹² vós tem fortunado per achá assi bom hum marido como Peter.

¹ Penso estar separado.

² Não seja precipitado, amigo.

³ Se ouvisse os meus conselhos.

⁴ Não teria estas contrariedades.

⁵ Agora v. está apanhado.

⁶ Aquelle que baila na sala.

⁷ Mancebos que são victimas das bailarinas, não apanham boas mulheres.

⁸ O baile é uma ratoeira dos pobres rapazes !

⁹ Desejo fallar com Cecilia.

¹⁰ Venha cá, Cecilia.

¹¹ Por isso peço-lhe para estar sentado.

¹² Antes que me sente, deixe-me congratular.

Cecilia — Que bom? ! Elle querrê que eu de palmião até atarde lô fallá oreção ¹ e cade domingo lô andá egreja ² e que eu lô servi como hum servidora ne o casa.

C. — Nós podê rogá sem falta sem cahi posto de enjoe-lho entêro dia ³. Tem bom per santificá todo cousas com oraçáo especialmente quando hum maceo ou menina te lembrá per cazá, ellotros mistá pidéo júda de Deos. ⁴

Cec. — Ah, eu nom podê pará sem ri, ⁵ quando vós assi te papiá. Cazamento tem no mais hum accordance de dous pessãos ⁶, porque nós pedi júda de Deos?

C. — Casamento tem mais do que hum accordance. St. Paulo te fallá «este tem hum grande misterio». Assi como nós tem membros de Cbristo, sua corpo, de sua carne, e de sua osos ⁷ per este cousa hum home mistá largá sua pae e mãe, e ficá juntado per sua mulher e ellotros dous lô ser hum carne ⁸.» Cecilia, já vós lês quelei o servidor de Abraham já rugá quando elle já foi per trizê hum mulher per Isaac? ⁹ Assi préste que elle já cavá rugá, ¹⁰ Rebecca já vi per o poso per tomá agoa ¹¹, o hovontade de estê mulher quem já da agoa per elle ¹² e tambem per sua camélo, tinha um bon sinal per prová, que ella tinha bem mercido per achá assi bom hum marido com Isaac. ¹³ Se os meninas de este tempo lô ser assi bom, e não ficá vergonha até per pussá agoa de hum poso ¹⁴, aquelhora

¹ Elle quer que eu desde o manhã a tarde reze.

² E todos os domingos vá á egreja.

³ Podemos rogar a Deus sem nos pôr-mos de joelhos todo o dia.

⁴ Devemos pedir o auxilio divino.

⁵ Não posso ficar sem me rir.

⁶ Casamento não é mais que uma união de duas pessoas.

⁷ Por isso que somos christãos, o corpo, a carne, os ossos.

⁸ Deve o homem largar seus paes e juntar-se á mulher como se fosse uma carne.

⁹ Quando elle foi trazer uma esposa a Isaac.

¹⁰ Logo que elle acabou de pedir.

¹¹ R. chegou ao poço levar agua.

¹² A boa vontade com que ella lhe deu de beber.

¹³ Que ella era merecedora de ter um marido como Isaac.

¹⁴ Até puxar agua d'um poço.

ellotros lô ser bom mulheres, e bemventurado lo ser os maridos quem achá assilei mulhers. ¹

P.—Oh Charles; quehora lô minha mulher Cecilia ficá como Rebecca?

C.—Pará calado! allá tem inde hum palavra que eu mistá papiá per ella.

Cec.—Papiá, Charles, par mi agora te parcê que todo sapateiro non tem ignorante.

C.—Sem, eu tem hum sapateiro, hum honeste, dilligente, respêtado home. Nós todos mistê servi, nós non podê acha nade sem servi. ² O rico home tem obrigado per servi per achá hum bom appetite per comê e o coitado home ³ tem obrigado per servi per achá bom comêra per sua appetite. Agora, Cecilia, cantá um bom cantiga?

Cec.—cantando:

Oh per achá hum coração,
Chêo com tua só amor;
Sem, tu namais meu só porção
Lô fazê brandá dôr. ⁴

Oh per fazê tu'vontade,
Cád' hora mi ajudá;
Per servi ti dá liverdade,
Conti só per andá.

Oh per ouvi tu' palavra,
Meu ouvidos abri;
Papiá per mi vagara,
Com paciencia per soffri. ⁵

¹ Bemaventurado o marido que apanha uma mulher semelhante.

² Não poderemos achar cousa alguma sem trabalhar.

³ É o pobre.

⁴ Sim, tu fazes abrandar minha dôr de qualquer parte do meu sorpo.

⁵ Falle-me de mansinho, para soffrer com paciencia.

Oh per fazê que tu fallá
 Namás tua e meo amor, ¹
 Contra ti mais não rebellá,
 Mas lô dá meo todo amor.

C.— Bon cantiga, Deos lô dá benza ² par obrá aque-
 lei cantá. Agora já tem tarde e eu mistá andá casa ³. O
 Sinhor misericordiosamente favorá pervorsotros e assi
 incleê com todo celestial bença e favour porque podê
 assi vivê accordadamente ne este vide ⁴ e ne o mundo
 que tem per vi podê achá vide eterno. ⁵



Charles — Bon dia, Cecilia, como tem saôde ?

Ce.— Muito bon, gradecido.

C.— Vós já cantá hum çon cantiga ne quel dia, agor
 cantá mais hum ?

Cec.—cantando :

Allegria doce nome !
 Fallá onde tu morra ? ⁶
 Mundo fallá; «nan ne mi
 Este joya não pará» ⁷
 Tudos per mi repostá :
 «Nós nonpodê calentá.» ⁸

¹ Sempre nosso amor.

² Deus o abençoe.

³ Tenho que ir á casa.

⁴ Para vivermos assim unidos n'essa vida.

⁵ E no mundo que virá ter vida eterna.

⁶ Diga-me onde moras ?

⁷ Não possuímos esta joia.

⁸ Nem podemos afagar.

Agora tu namais sabê,
Onde este ser achado;
Nenhum ne terra possebê,
Paz, allegria benzido.
Quem este joya conhecê,
Oh que allegre lô parecê ? ¹

Quando senti tua amor,
Eu com allegria luzi, ²
Oh que bon tem tua amor,
Doce, suave, agorte vi, ³
Ne meo regaço bondoso,
Eu te recebê saudoso. ⁴

Cec.—Agor vós mistá cantá Senhor ⁵ Charles Paiva !
C.—Eu sabê namais *Passado tempo*. Contando :

Oh, se aquel tórna lô vi, ⁶
Os dias ansque eu já visti dó; ⁷
Quando piquins tinha per mi, ⁸
Aquellhora eu nunco senti só. ⁹

Grande tinha meo pastempo,
Nenhum cousa nunco faltá;
Mas agór eu nantem tempo,
Porque eu assi passiá, andá.

¹ Oh quão alegre pareceria, ou seria ?

² Eu brilho-me com alegria.

³ Doce, suave, agora vinha-me.

⁴ Pois espero recebê-lo saudosa.

⁵ Agora é a sua vez para cantar, sr. C.

⁶ Oh, se aquelles voltam.

⁷ Os dias anteriores ao luto.

⁸ Quando meus pequenos viviam.

⁹ Então eu nunca estava sosinho.

Oh, si o tempo tórna lô vi,
 Quand piquins mãos per mt pegá ¹
 E doce graças eu então ouvi,
 De criances que eu muito amá.

Agór eu tem só, coitado,
 Meu piquins de mi já andá;
 Deos de céos, Pai amado,
 Teo misericorde per mi dá.

Meo piquins non tem perdido,
 Mas que de o mundo já vae; ²
 Tórna lô ser hum dia acertado, ³
 Parque ne céos juntado lo morae. ⁴

C.— Agor pará, onde tem minha cambrado Peter.

Cec.— Peter nontem saode, elle dormi.

C.— Eu tem muito sayão per ouvi que Peter tem doente; que foi, que tem?

Cec.— Onte tinha minha anno ⁵, Peter querrê dá *tea* ou *coffee* per os amzades que já vi visita per mi. mas eu já tem contra. ⁶ Elle tinha obrigado per trizê beberajo ⁷, e nós tudos já tomá hum pouco mais do que nistá ⁸ Peter inde te dorme, se vós querrê eu lo cordá per elle. ⁹

C.— Ah! que hum descuidado mulher. Que te vallê de todo vosse prenda ¹⁰ si vós não sabê quelei per cuidá vosse marido? Beberajo hum vês já ruiná per elle ¹¹;

¹ Quando eu afagava as mãos das minhas crianças.

² Mas despediram se do mundo.

³ Encontrar-me-ão um dia.

⁴ Para vivermos juntos no ceu.

⁵ Hontem era o dia dos meus annos.

⁶ Mas eu fiquei contraria.

⁷ Elle ficou obrigado a trazer beberagem.

⁸ Um pouco mais do que era necessário

⁹ Se quizer posso accordal-o.

¹⁰ Para que servin todo o seo estudo?

¹¹ Bebida arruinou o de vez.

mas eu já fazê enciná que elle mais nan bebe. ¹ Parque já vos tentá per elle ? Olhá elle agora tem hum ruinado home ! ²

Cec.—Vossotros homes tem cad'hor leste per culpá per pobre mulher ³. Charles, podê eu offerecê *tea* ou *coffee* per gentes quem vi per hum anno casa ? ⁴ Ne assilei hum casião nos mistá ficá allegre. Oh, se vós já vi ónta anoite vós lodiá ri. ⁵ Peter quand impé per bailá tinha como barco ne perigo ⁶. Sem, nós tudos tinha balançá hum pouco mais do que nistá ⁷ ?

C. — Vós inde te papiá como hum dôdo. Parque não vós olhá o ruino que vós já trizê sober vosse marido ? ⁸ *Tea* e *coffee* não ruiná per ninhuem ; mas beberajo te matá per mils de gentes ⁹. Pobre Peter, ouvi sua grito ! Vamos nós andá e olhá elle que querrê.

Cec.— Que foi Peter, que querrê ?

P.— Dá par mi hum pôco *whisky*, minha mãos tremê, eu tem fraco.

Cec.— Charles te fallá hum copa *coffee* tem mais bon do que *whisky*; dessê eu trizê *coffee*. ¹⁰

P.— *Coffee* ? Parque, Cecilia, onte anoite vós já ri quando eu querrê dá *coffee*. Aquel não custá astanto, e eu lô tinha sigurado. ¹¹ Agór eu tem ruinado ! *whisky*, Cecilia, hum poco *whisky* !

Cec.— Te vós ouvi, Charles, quelei elle te pidê per bebê ? Parque te vós culpá per mi ? Hum pôco bebera-

¹ Mas eu aconselhei-o a não mais beber.

² Agora será elle um arruinado !

³ Vocês homens sempre promptos a culpar da pobre mulher.

⁴ A gente que vinha para casa de função.

⁵ Se V. estivesse hontem a noite teria lhe rido.

⁶ P. quando levantasse a dançar parecia como barco em perigo.

⁷ Nós todos estávamos alterados um pouco.

⁸ A ruína que trouxe sobre seo marido ?

⁹ Bebida mata milhares de gente.

¹⁰ Deixe-me trazer o café.

¹¹ Eu lhe tinha resistido.

jo não fazê mal per ninguem, mas Peter não ficá satisfazido com hum pôco.

P.— Sem eu tem ruinado home agora.

O sêde de beberajo tem renovado per mi! Cecilia, vós tem assi prendido, assi cultivado ne maneira, assi obstinado, que vós não emportá que suste per vossa marido. 1 Se vós já amá per mi, vós não tentá per mi com boberajo.

Charles— Olhá hum anoite sua prazeiro que tanto já costá 2! Cacilia, vós mistá primitê mais per não usa beberajo 3 Peter nuvé hum mal home 4 elle lo obedecê per mi 5 Boberajo tem pesonha par elle 6. Vide elle lo vós primitê per não usa nenhum beberajo?

P.— Cecilia, *whisky*, trizê hum poco *whisky*, eu não pode lanta. 7

Ce.— Ah! agora eu te olha que lei beberajo pode ruina per hum home. Eu te valia paz, accordance e amor ne hum familia 8 mais do que beberajo, videaque eu te permite mais per não bebe e tambem per não da beberajo per outros 9

C.— Adeus, Cecilia, adeus Peter, eu ja anda officecasa. 10

Raia.

(*Continúa*)

B. C. TAVARES DE MELLO.

1 V. não se importa do que acontece ao marido.

2 Olha, uma noite de prazeres quanto custa.

3 Não deve permitir usar mais bebida.

4 Peter não é mau.

5 Elle ouvir e obedecer-me-á.

6 Bebida é um veneno para elle.

7 Eu não posso levantar-me.

8 Eu avalio a paz, união e amor n'uma familia.

9 Por isso não mais permitirei beber nem offerecer-lhe-hei e aos outros.

10 Vou para a minha officina.

VARIA VARIORUM

Bandeira nacional



bandeira nacional bipartida junto tralha dois quintos verde resto encarnada. Sobre costura vertical escudo tempo D. Manoel assentando sobre esphera armillar em cor amarella. (Telegramma ministerial de 3 de dezembro para o governo geral d'este Estado, *Boletim Official* n.º 96).

Quarto centenario da tomada de Goa

Na sessão de 4 de outubro, além dos assumptos indicados a pag. 301 d'este volume, a respectiva commissão executiva nomeiou uma comissão, composta dos vogaes Bessone Basto, dr. Souza Machado e dr. A. da Cunha, para dar parecer sobre os tres

MSS. do esboço biographico de Affonso de Albuquerque, apresentados em virtude do aviso de 9 de julho ultimo,— e bem assim outra commissão, composta dos mesmos vogaes e do vogal Ismael Gracias para dar parecer sobre os artigos apresentados para a publicação commemorativa do centenario. Resolveu-se-egualmente que fosse ouvido o professor da cadeira de maratha do lyceu nacional, padre J. de Saldanha, sobre o merecimento d'um MS. do esboço biographico de Albuquerque, escripto em concani em caracteres *devanagri*, e enviado por Shannai Vamona R. Valaulecar, de Bombaim.

Na sessão de 20 de outubro, despediu-se da comissão o seu vice-presidente, dr. Arnaldo Mendes Norton de Mattos, por ter de regressar em 21 á metropole, e indicou para esse cargo o vogal dr. Corte-Real Machado, indicação que pela comissão e pelo governo foi adoptada.

Durante o mez de novembro celebrou a comissão tres secções, a 4, 16 e 19, tratando dos seguintes assumptos :

Na de 4 de novembro :

I Devendo organizar-se o programma das festas centeniaes, foi resolvido que se limitassem a uma regata no Mandovy, a illuminações em Pangim e na margem frouteira, e á queima de fogos de artificio, tambem no Mandovy, defronte do palacio do governo.

Foi o sr. governador geral, dr. Couceiro da Costa, quem lembrou a regata, offerecendo desde já a importancia de 100 rupias para premios. A comissão encarregou o vogal Neuparth de organizar a regata, autorisando o abono de 200 rupias para premios aos escaleres, tonas e canoas que entrarem em concurso.

Das illuminações e fogos de artificio foi encarregado o vogal Sertorio Lobato.

II Informou a comissão o vogal secretario do que as quantias votadas pelas differentes corporações para as festas centeniaes, e autorisadas pelo governo, importavam em 2.705:04:00, tendo ja sido entregues ao vogal thesoureiro 2.538:04:00, faltando portanto de se arrecadar 167:00:00.

III O vogal dr. Souza Machado propoz que, para ficar alguma cousa de perduzavel da commemoração centennial, se abra uma subscrição publica para a construcção d'uma enfermaria para tuberculosos, cuja necessidade encareceu. A comissão, discutindo demoradamente este assumpto, resolveu que esta proposta seja enviada ao governo, pedindo o seu patrocínio para a execucao de tão louvavel idéa, de modo a lançar-se, sendo possivel, no dia

25 de novembro, a pedra fundamental da enfermaria em projecto, que deverá denominar-se —Enfermaria Affonso de Albuquerque.

IV Discutindo a comissão acerca da possibilidade de se adquirir a estatua de Affonso de Albuquerque, á qual se refere a deliberação tomada em 6 de setembro ultimo, declarou o sr. governador geral que ia telegraphar ao governo superior sobre o assumpto.

Na sessão de 10 de novembro foi resolvido fixar em 200 rupias a importancia que esta comissão deve abonar para premios de regata, entregando-se ao vogal Neuparth. Os premios deverão ser 5, cada um de 50 rupias (contando-se a importancia que o sr. governador geral) sendo as restantes 50 rupias dadas como subsidio ás tonas e canoas que tomarem parte na regata, segundo o mesmo vogal entender.

Na sessão de 19 de novembro :

I Constando do officio, que foi lido, da secretaria geral, n.º 482 de 16 do corrente, que o sr. governador geral approvou a proposta apresentada, de se abrir uma subscrição publica para o estabelecimento da enfermaria para tuberculosos, denominada —Enfermaria Affonso de Albuquerque— e que dará para este fim todo o auxilio compativel com os recursos do thesouro e possivel dentro das suas attribuições legais, resolveu-se pedir ao mesmo Ex.^{mo} Sr. que determine que a junta de saude, de accordo com o director das obras publicas, proceda á escolha do local para a construcção da referida enfermaria, de modo a poder lançar-se a pedra fundamental no dia 25 ou 27 do corrente.

II Foi appprovada a adjudicação dos trabalhos de illuminações, na importancia de 650 rupias, e a dos fogos de artificio na de 385 rupias, ou seja um total de 1.035 rupias, ficando autorisada a respectiva comissão executiva a despender esta ultima importancia e o vogal thesoureiro a abonar a á mencionada comissão.

III Resolveu-se mandar contractar duas philarmonicas para, na tarde de 25, durante a regata, e na noite, tocarem n'esta cidade, ficando este serviço sob a superintendencia da mesma commissão das illuminações e fogos, autorisando-se tambem a respectiva despeza.

IV Tendo o vogal Neuparth apresentado o programma da regata foi approvedo (1)—, e informado tambem que á importancia de 300 rupias, já destinada a premios, a commissão podia acrescentar a de 60 rupias que offerecem os officiaes de canhoneira *Sado*, e uma medalha que offerece elle proprio, o vice-presidente, dr. Corte-Real Machado, declarou que offerecia 50 rupias.

V Sendo presente o parecer da commissão revisora dos 3 MSS. do esboço biographico de Alfonso de Albuquerque, datado de 18 do corrente, do qual se vê que a mesma commissão approvou unanimemente o MSS. apresentado por J. B. Amancio Gracias, devendo ser convidado o autor a reduzil-o, para a publicação poder satisfazer ao fim para que se destina, que é o de ser distribuida pelas escolas primarias, a commissão concordando com o referido parecer, resolveu approvar aquelle MSS. nas indicadas condições, devolvendo-o ao autor para fazer a redução, feita a qual, deverá o trabalho voltar á mesma commissão revisora para dar o seu parecer definitivo.

Planta de Velha Goa

Conforme a derminação constante da portaria do ex-governador geral, sr. Horta e Costa, que publicámos a pag. 60 d'este volume, já foi levantada pela Direcção das obras publicas e posta em circulação a planta de Velha Goa e seus arrabaldes. E' um excellente trabalho que honra o sr. capitão Bessone Basto, director das obras

(1) Foi publicado no *Boletim Official*, n.º 91 de 22 de novembro.

publicas, e o pessoal que, sob suas ordens, executou esse serviço. Um bom roteiro para os que desejem visitar os monumentos, logares notaveis e ruínas da antiga e afamada cidade de Goa.

Factos notaveis

— A 26 de novembro abriu e a 28 de dezembro se encerrou a exposição do corpo de S. Francisco Xavier, na egreja do Bom Jesus em Velha-Goa, realisando-se ambos os actos com grande apparato e solemnidade.

Durante esses 33 dias foi immenso o concurso (calcula-se em 500 mil) dos que foram venerar o glorioso Apostolo das Indias, não só de Goa, mas ainda do imperio visinho, sem distincção de religiões, nem de procedencia. Realisaram-se algumas curas que, pelas suas circumstancias, se podem classificar miraculosas, e que a autoridade ecclesiastica superior vae devidamente verificar.

— Realisaram-se com extraordinario concurso nos dias 29 a 31 de dezembro dois congressos hindús—em Mapuçá, o *Sanyucta Goud Sarasvat*, e em Queulá, de Pondá, o *Goud Sarasvat Brahman*. Dos trabalhos d'estes dois congressos é de esperar que derivem algumas reformas tendentes ao melhoramento intellectual, moral e social dos hindús de Goa.



PUBLICAÇÕES RECEBIDAS DURANTE O ANNO DE 1910

Muito se agradecem as seguintes :

Autonomia do Estado da India — Relatorio da 2.^a conferencia — Bastorá Typ. Rangel — 1910 — offerecido pelo Instituto Academico de Calangute.

Portugalia — Materiaes para o estudo do povo portuguez — T. 2.^o fasciculo 1.^o a 4.^o — 1905-908 — Imprensa Portugueza, Porto.

Nota das invasões francezes em Portugal... por Brito Aranha — Lisboa Tip. da Accademia Real das Sciencias — 1909.

Accademia Real das Sciencias — Boletim da segunda classe — Actas e pareceres, estudos, documentos e noticias — volume III, fasciculos n.^o 1 e 3 — Lisboa — Tip. da Accademia — 1910.

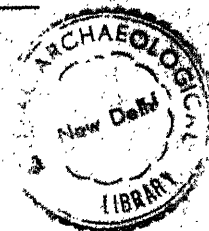
Vocabulario ortografico e ortoepico da lingua portugueza — por A. R. Gonçalves Vianna. Lisboa — Livraria classica editora — 1910.

Exposição bibliographica commemorativa do 1.^o centenario do nascimento de Alexandre Herkulano — Catalogo por Eloy do Amaral — Figueira, Tip. e Encadernaç. Marques — 1910.

Cartas de Affonso de Albuquerque .. publicadas a direcção de R. A. de Bulhão Pato — Tom. IV — Lisboa Typ. da Acad. Real das Sciencias de Lisboa — MDCCC

39.th Report or Accounts of the Society of our Lady of Piety of Maragon — Bombay — Anglo-Lusitano Press — 1910.

Crér e raciocinar por A. X. Heraclito Gomes — 2.^a ed — Nova Goa — Typ. Arthur & Viegas — 1910.



Archaeological Library,

Call No. *11.1.1.1*

Author—

Title— *11.1.1.1*

Borrower No.	Date of Issue	Date of Return

"A book that is shut is but a book"

CENTRAL ARCHAEOLOGICAL
GOVT. OF INDIA
Department of Archaeology
NEW DELHI